

BRASILIANA

QUINTA SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

Volumes publicados:

ANTROPOLOGIA E DEMOGRAFIA

- 4 — Oliveira Viana: Raça e Assimilação — 3.^a edição (aumentada).
- 8 — Oliveira Viana: Populações Meridionais do Brasil — 4.^a edição.
- 9 — Nina Rodrigues: Os Africanos no Brasil — (Revisão e prefácio de Homero Plres). Profusamente ilustrado — 2.^a edição.
- 22 — E. Roquette-Pinto: Ensaio de Antropologia Brasileira.
- 27 — Alfredo Ellis Júnior: Populações Paulistas.
- 59 — Alfredo Ellis Júnior: Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano.

ARQUEOLOGIA E PREHISTÓRIA

- 34 — Angione Costa: Introdução à Arqueologia Brasileira — Ed. ilustrada.
- 137 — Aníbal Matos: Prehistória Brasileira — Vários Estudos — Ed. il.
- 148 — Aníbal Matos: Peter Wilhelm Lund no Brasil — Problemas de Paleontologia Brasileira. Ed. ilustrada.

BIOGRAFIA

- 2 — Pandiá Calógeras: O Marquês de Barbacena — 2.^a edição.
- 11 — Luis da Câmara Cascudo: O Conde d'Eu — Vol. ilustrado.
- 107 — Luis da Câmara Cascudo: O Marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870) — Edição ilustrada.
- 18 — Visconde de Taunay: Pedro II, 2.^a edição.
- 20 — Alberto de Faria: Mauá (com tres ilustrações fora do texto).
- 54 — Antônio Gontijo de Carvalho — Calógeras.
- 65 — João Dornas Filho: Silva Jardim.
- 73 — Lúcia Miguel Pereira: Machado de Assiz — (Estudo Critico-Biográfico) — Edição ilustrada.
- 79 — Craveiro Costa: O Visconde de Sinimbu — Sua vida e sua atuação na política nacional — 1840-1889.
- 81 — Lenora Brito: A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império — Fref Caneca — Edição ilustrada.

- 85 — Wanderley Pinho: Cotegipe e seu Tempo — Ed. ilustrada.
- 88 — Hélio Lobo: Um Varão da República: Fernando Lobo.
- 114 — Carlos Sissekind de Mendonça: Sílvio Romero — Sua Formação Intelectual — 1851-1880 — Com uma introdução bibliográfica — Ed. ilustr.
- 119 — Sud Mennucci: O Precursor do Abolicionismo — Luiz Gama — Ed. ilustrada.
- 120 — Pedro Calmon: O Rei Filósofo — Vida de D. Pedro II — 2.^a Edição ilustrada.
- 133 — Heitor Lyra: História de Dom Pedro II — 1825-1891. 1.^o Vol.: "Ascensão" — 1825-1870 — Ed. il.
- 133-A — Heitor Lyra: História de Dom Pedro II — 1825-1891. 2.^o Volume: "Fastígio" (1870-1880) Ed. ilustrada.
- 133-B — Heitor Lyra: História de Dom Pedro II — 1825-1891 — 3.^o Volume: "Declínio" — 1880-1891 — Ed. ilustrada.
- 135 — Alberto Pizarro Jacobina: Dias Carneiro (O Conservador) — Ed. il.
- 136 — Carlos Pontes: Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1830-1875.
- 140 — Hermes Lima: Tobias Barreto — A época e o Homem — Ed. ilustr.
- 143 — Bruno de Almeida Magalhães: O Visconde de Ahaeté — Ed. ilustr.
- 144 — V. Corrêa Filho: Alexandre Rodrigues Ferreira — Vida e Obra do Grande Naturalista Brasileiro — Ed. ilustrada.
- 153 — Mário Matos: Machado de Assiz. (O Homem e a Obra. Os personagens explicam o autor). Ed. ilust.
- 157 — Otávio Tarquínio de Souza: Evaristo da Veiga — Edição ilustrada. "Homens da Regência". Ed. ilustrada.
- 166 — José Bonifácio de Andrada e Silva: O Patriarca da Independência — Dezembro 1821 a Novembro 1823.
- 177 — Jonathan Serrano: Farias Brito — O Homem e a Obra.
- 182 — Afonso Schmidt: A Vida de Paulo Eiro — Seguida de uma coleção de suas Poesias, organizada, prefaciada e anotada por José A. Gonçalves.

BOTÂNICA E ZOOLOGIA

- 71 — F. C. Hoehne — Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI — (Pesquisas e contribuições).
77 — C. de Melo-Leitão: Zoologia do Brasil — Edição ilustrada.
99 — C. de Melo-Leitão: A Biologia no Brasil.

CARTAS

- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cote-gipe — Ed. ilustrada.
38 — Rui Barbosa: Mocidade e Exílio (Cartas inéditas. Prefaçadas e anotadas por Américo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
61 — Conde d'Eu: Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orleans, comentadas por Max Fleuss) — Edição ilustrada.
109 — Georges Raeders: D. Pedro II e o Conde de Gobineau (Correspondência inédita).
142 — Francisco Venâncio Filho: Euclides da Cunha e seus Amigos — Edição ilustrada.

DIREITO

- 110 — Nina Rodrigues: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil — Com um estudo do Prof. Afrânio Peixoto.
165 — Nina Rodrigues — O Alienado no Direito Civil Brasileiro — 3.^a Edição.

ECONOMIA

- 90 — Alfredo Ellis Júnior: Evolução da Economia Paulista e suas Causas — Edição ilustrada.
100 e 100-A — Roberto Simonsen: História Econômica do Brasil — Ed. ilustrada em 2 tomos.
152 — J. F. Normano: Evolução Econômica do Brasil — Tradução de T. Quartim Barbosa, R. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira.
155 — Lemos Brito: Pontos de partida para a História Econômica do Brasil.
160 — Luiz Amaral: História Geral da Agricultura Brasileira — No triplice aspecto Político-Social-Econômico — 1.^o volume.
160-A — Luiz Amaral: História Geral da Agricultura Brasileira — No triplice aspecto Político-Social-Econômico — 2.^o Volume.
162 — Bernardino José de Souza: O Pau-Brasil na História Nacional — Com um capítulo de Artur Neiva e parecer de Oliveira Vianna. Edição ilustrada.

- 183 — Osorio da Rocha Diniz: O Brasil em face dos Imperialismos Modernos.
184 — Geraldo Rocha: O Rio São Francisco — (Factor Precipuo da Existencia do Brasil).

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

- 66 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 1.^o volume — 1823-1853.
87 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.^o volume — Reformas do ensino — 1854-1888.
121 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 3.^o volume — 1854-1889.
147 — Primitivo Moacir: A Instrução e as Províncias (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 1.^o vol. Das Amazonas às Alagoas.
147-A — Primitivo Moacir: A Instrução e as Províncias (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 2.^o Volume: Sergipe, Baía, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato-Grosso.
147-B — Primitivo Moacir: A Instrução e as províncias — (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 3.^o Tomo: Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
98 — Fernando de Azevedo: A Educação Pública em São Paulo — Problemas e discussões (Inquérito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).
- ## ENSAIOS
- 1 — Batista Pereira: Figuras do Império e outros ensaios — 2.^a edição
6 — Batista Pereira: Vultos e episódios do Brasil — 2.^a edição.
26 — Alberto Rangel: Rumos e Perspectivas.
41 — José-Marja Belo: A inteligência do Brasil — 3.^a edição.
43 — A. Sabola Lima: Alberto Tórres e sua obra.
56 — Charles Expilly: Mulheres e Costumes do Brasil — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penalva.
70 — Afonso Arinos de Melo Franco: Conceito de Civilização Brasileira.
82 — C. de Melo-Leitão: O Brasil Visto Pelos Ingleses.
105 — A. C. Tavares Bastos: A Província — 2.^a edição.
151 — A. C. Tavares Bastos: Os Males do Presente e as Esperanças do Fu-

turo — (Estudos Brasileiros) — Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos.

- 116 — Agenor Augusto de Miranda: Estudos Piaulenses — Edição ilustrada.
150 — Roy Nash: A Conquista do Brasil — Tradução de Monciv N. Vasconcelos — Edição ilustrada.

ETNOLOGIA

- 30 — E. Roquette Pinto: Rondônia — 3.^a Edição (aumentada e ilustrada).
44 — Estevão Pinto: Os Indígenas do Nordeste (com 15 gravuras e mapas) — 1.^o Tôm. —
112 — Estevão Pinto: Os Indígenas do Nordeste — 2.^o Tôm. (Organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro).
62 — General Couto de Magalhães: O selvagem — 4.^a edição completa, com parte original Tupi-guarani.
60 — Emílio Rivasseau: A vida dos índios Guaicurus — Edição ilustrada.
75 — Afonso A. de Freitas: Vocabulário Nheengatú (vernaculizado pelo português falado em São Paulo) — Língua Tupi-Guarani (com 3 ilustrações fora do texto).
92 — Almirante Antônio Alves Câmara: Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil — 2.^a edição ilustrada.
101 — Herbert Baldus: Ensaio de Etnologia Brasileira — Prefácio de Afonso de E. Taunay — Edição ilustrada.
139 — Angione Costa: Migrações e Cultura Indígena — Ensaio de arqueologia e etnologia do Brasil — Ed. II.
154 — Carlos Fr. Phill Von Martius: Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros (1844) Trad. Prefácio e notas de Pirajá da Silva. Ed. ilustrada.
163 — Major Lima Figueiredo: Índios do Brasil — Prefácio do General Rondon — Edição ilustrada.

FILOLOGIA

- 25 — Mário Marroquim: A língua do Nordeste.
46 — Renato Mendonça: A influência africana no português do Brasil — Ed. ilustrada.
164 — Bernardino José de Souza: Dicionário da Terra e da Gente do Brasil — 4.^a edição da "Onomástica Geral da Geografia Brasileira".
178 — Artur Nelva — Estudos da Língua Nacional.
179 — Edgard Sanches: Língua Brasileira — 1.^o Tomo.

FOLCLORE

- 57 — Flausino Rodrigues Vale: Elementos do Folclore Musical Brasileiro.
103 — Sousa Carneiro: Mitos Africanos no Brasil — Edição ilustrada.

GEOGRAFIA

- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. ilustrada, 2.^a edição.
83 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
85 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. ilustrada — 2.^a edição.
53 — A. J. de Sampaio: Biogeografia dinâmica.
45 — Basílio de Magalhães: Expansão Geográfica do Brasil Colonial.
63 — Raimundo Morais: Na Planície Amazônica — 5.^a edição.
80 — Osvaldo R. Cabral: Santa Catarina — Edição ilustrada.
86 — Aurélio Pinheiro: À Margem do Amazonas — Ed. ilustrada.
91 — Orlando M. de Carvalho: O Rio da Unidade Nacional: O São Francisco — Edição ilustrada.
97 — Lima Figueiredo: Oeste Paranaense — Edição ilustrada.
104 — Araujo Lima: Amazônia — A Terra e o Homem — (Introdução à Antropogeografia).
106 — A. C. Tavares Bastos: O Vale do Amazonas — 2.^a edição.
138 — Gustavo Dodt: Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupí — Prefácio e notas de Gustavo Barroso — Ed. il.

GEOLOGIA

- 102 — S. Fróes Abreu: A riqueza mineral do Brasil.
134 — Pandiá Calógeras: Geologia Econômica do Brasil — (As minas do Brasil e sua Legislação) — Tomo 3.^o. Distribuição geográfica dos depósitos auríferos. Edição refundida e atualizada por Dalma Gulmarães.

HISTÓRIA

- 10 — Oliveira Viana: Evolução do Povo Brasileiro — 3.^a edição (ilustrada).
13 — Vicente Licínio Cardoso: À margem da História do Brasil, 2.^a Ed.
14 — Pedro Calmon: História da Civilização Brasileira — 4.^a edição.
40 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 1.^o Tôm. — Espírito da Sociedade Colonial — 2.^a edição. Ilustrada (com 13 gravuras).
83 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 2.^o Tomo — Espírito da

- Sociedade Imperial. Ed. ilustrada. 2.^a edição.
- 173 — Pedro Calmon: *História Social do Brasil* — 3.^o Tomo — A Época Republicana.
- 176 — Pedro Calmon: *História do Brasil* — 1.^o Tomo: "As Origens" — 1500-1600.
- 15 — Pandiá Calógeras: *Da Regência à queda de Rozas* — 3.^o volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 42 — Pandiá Calógeras: *Formação Histórica do Brasil* — 3.^a edição (com 3 mapas fora do texto).
- 23 — Evaristo de Moraes: *A escravidão africana no Brasil*.
- 36 — Alfredo Ellis Júnior: *O Bandeirismo Paulista e o Recúo do Meridiano* — 2.^a edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: *Primeiros Povoadores do Brasil* — (Ed. ilustrada), 2.^a edição.
- 47 — Manoel Bomfim: *O Brasil* — Com uma nota explicativa de Carlos Mauil.
- 48 — Urbano Viana: *Bandeiras e sertanistas Baianos*.
- 49 — Gustavo Barroso: *História Militar do Brasil* — Ed. ilustrada (com 50 gravuras e mapas).
- 76 — Gustavo Barroso: *História secreta do Brasil* — 1.^a parte: "Do descobrimento à abdicação de Pedro I" — Edição ilustrada, 8.^a edição.
- 64 — Gilberto Freire: *Sobrados e Mucambos* — Decadência patriarcal e rural no Brasil — Edição ilustrada.
- 69 — Prado Maia: *Através da História Naval Brasileira*.
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: *As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil*.
- 93 — Serafim Leite: *Páginas da História do Brasil*.
- 94 — Salomão de Vasconcelos: *O Fico — Minas e os Mineiros da Independência* — Edição ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: *Por Brasil e Portugal* — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 111 — Washington Luiz: *Capitania de São Paulo* — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.^a edição.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* — Comentários de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.^a edição.
- 123 — Hermann Wätjen: *O Domínio Colonial Holandês no Brasil* — Um Capítulo da História Colonial do Século XVII — Tradução de Pedro Celso Uehda Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: *A Côte de Portugal no Brasil* — Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina — Edição ilustrada
- 125 — João Dornas Filho: *O Padroado e a Igreja Brasileira*.
- 127 — Ernesto Ennes: *As Guerras nos Palmares* (Subsídios para sua história) 1.^o Vol.: Domingos Jorge Velhe e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.
- 128 e 128-A — Almirante Custódio José de Melo: *O Governo Provisório e a Revolução de 1893* — 1.^o Volume em 2 tomos.
- 132 — Sebastião Pagano: *O Cende dos Arcos e a Revolução de 1817* — Edição ilustrada.
- 146 — Aurélio Pires: *Homens e fatos do meu tempo*.
- 149 — Alfredo Valadão: *Da aclamação à maioridade, 1822-1840* — 2.^a edição.
- 158 — Walter Spalding: *A Revolução farroupilha* (História popular da grande década — 1835-1846 — Edição ilustrada).
- 159 — Carlos Seidler: *História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825-1835* — Trad. de Alfredo de Carvalho. Prefácio de Silveio Cravo.
- 168 — Padre Fernão Cardim: *Tratados da Terra e da Gente do Brasil* — Introduções e Notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 2.^a edição.
- 170 — Nelson Werneck Sodré: *Panorama do Segundo Império*.
- 171 — Basílio de Magalhães: *Estudos de História do Brasil*.
- 174 — Basílio de Magalhães: *O Café — Na História, no Folclore e nas Belas-Artes*.
- 180 — José Honorio Rodrigues e Joaquim Ribeiro: *Civilização Holandesa no Brasil* — Edição ilustrada.
- 181 — Carvalho Franco: *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*.

MEDICINA E HIGIENE

- 29 — Josué de Castro: *O problema da alimentação no Brasil* — Prefácio do prof. Pedro Escudero. 2.^a edição.
- 51 — Otávio de Freitas: *Doenças africanas no Brasil*.
- 129 — Afrânio Peixoto: *Clima e Saúde* — Introdução bio-geográfica à civilização brasileira.

POLÍTICA

- 3 — Alcides Gentil: *As idéias de Alberto Torres* — (síntese com índice remissivo) — 2.^a edição.
- 7 — Batista Pereira: *Diretrizes de Rui Barbosa* — (Segundo textos escolhidos) — 2.^a edição.
- 21 — Batista Pereira: *Pelo Brasil Maior*.

- 16 — Alberto Tôrres: O Problema Nacional Brasileiro, 2.^a edição.
- 17 — Alberto Tôrres: A Organização Nacional, 2.^a edição.
- 24 — Pandiá Calógeras: Problemas de Administração, 2.^a edição.
- 67 — Pandiá Calógeras: Problemas de Governo — 2.^a edição.
- 74 — Pandiá Calógeras: Estudos Históricos e Políticos — (Res Nostra...) — 2.^a edição.
- 31 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise atual.
- 50 — Mário Travassos: Projeção Continental do Brasil — Prefácio de Pandiá Calógeras — 3.^a edição ampliada.
- 55 — Hildebrando Accioly: O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.
- 131 — Hildebrando Accioly: Limites do Brasil — A fronteira com o Paraguai — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.
- 84 — Orlando M. Carvalho: Problemas Fundamentais do Município — Ed. ilustrada.
- 96 — Osório da Rocha Diniz: A Política que Convém ao Brasil.
- 115 — A. C. Tavares Bastos. Cartas do Solitário — 3.^a edição.
- 122 — Fernando Saboia de Medeiros: A Liberdade de Navegação do Amazonas — Relações entre o Império e os Estados Unidos da América.
- 141 — Oliveira Vianna: O Idealismo da Constituição — 2.^a edição aumentada.
- 160 — Helio Lobo: O Pan-Americanismo e o Brasil.
- 172 — Nestor Duarte: A Ordem Privada e a Organização Política Nacional (Contribuição à Sociologia Política Brasileira).

VIAGENS

- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay. — 2.^a edição.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem à Província de Santa-Catarina (1820) — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz — 1.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz — 2.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — Segunda viagem ao interior do Brasil — "Espírito Santo" — Trad. de Carlos Madeira.
- 126 e 126-A — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas-Gerais — Em dois tomos — Edição ilustrada — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 167 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ao Rio Grande do Sul — 1820-1821 — Tradução de Leonam de Azeredo Pena — 2.^a edição ilustr.
- 19 — Afonso de E. Taunay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII), 2.^a edição.
- 28 — General Couto de Magalhães: Viagem ao Araguaia — 4.^a edição.
- 32 — C. de Melo-Leitão: Visitantes do Primeiro Império — Ed. ilustrada (com 19 figuras).
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: O Rio São Francisco — Edição ilustrada.
- 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: Viagem ao Brasil — 1865-1866 — Trad. de Edgard Süsskind de Mendonça. Edição ilustrada.
- 113 — Gastão Cruls: A Amazônia que eu vi — Óbidos — Tumuc-Humao — prefácio de Roquette Pinto — Ilustrado — 2.^a edição.
- 118 — Von Spix e Von Martius: Através da Baía — Excertos de "Reise in Brasilien" — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
- 180 — Major Frederico Rondon: Na Rondônia Ocidental — Ed. ilustr.
- 145 — Silveira Neto: Do Guairá aos Saltos do Iguassú — Ed. ilustrada.
- 156 — Alfred Russel Wallace: Viagens pelo Amazonas e Rio Negro — Tradução de Orlando Tôrres e Prefácio de Basílio Magalhães.
- 161 — Rezende Rubim: Reservas de Brasilidade — Edição ilustrada.

NOTA: Os números referem-se aos volumes por ordem cronológica de publicação

Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo

Historia de Dom Pedro II

1880-1891

1501

OBRAS DO AUTOR

Publicadas:

ENSAIOS DIPLOMATICOS, Monteiro Lobato & Cia., Editores, São Paulo, 1922.

ARQUIVO DIPLOMATICO DA INDEPENDENCIA (6 volumes, em colaboração com os srs. Mario de Barros e Vasconcelos, Zacarias de Góes Carvalho, Osvaldo Corrêa e Hildebrando Accioly). Lit-Tip. Fluminense, Rio de Janeiro, 1922.

HISTORIA DE DOM PEDRO II — 1.º Volume — “ASCENÇÃO”, — 1825-1870; 2.º volume — “FASTIGIO” — 1870-1880; 3.º volume — “DECLINIO” — 1880-1891. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.

A serem publicadas:

HISTORIA DIPLOMATICA E POLITICA INTERNACIONAL.

MEMORIAS DA VIDA DIPLOMATICA, 1.º volume: Secretaria de Estado e Embaixada em Londres (1916-1925).

Em preparo:

HISTORIA DA PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA NO BRASIL.

Serie 5.^a

BIBLIOTECA

BRASILIANA

PEDAGÓGICA

Vol. 138-B

BRASILEIRA

HEITOR LYRA

Historia de Dom Pedro II

1825-1891

3.^o VOLUME

DECLINIO

1880-1891

Com 11 ilustrações fóra do texto



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio — Recife — Porto Alegre

1940

Bn. 981.06
P 372 L
V. 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	
BIBLIOTECA	
Nº	DATA

Este volume é o ultimo, de uma serie de três, sobre a vida do imperador Dom Pedro II. Corresponde ao periodo que vai de 1880 a 1891, isto é, da votação da reforma eleitoral (eleição directa) ao falecimento do Monarca. Sucede aos dois já publicados, o primeiro abrangendo o periodo de 1825 a 1870 (ASCENÇÃO), e o segundo de 1870 a 1880 (FASTIGIO).

INDICE DAS MATERIAS DO VOLUME III

CAPITULO I

EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS — LEI 13 DE MAIO

Pags.

Segundo periodo da historia do abolicionismo — Duas fases distintas — Intensidade e aspêto da campanha abolicionista — Posição assumida pelos Gabinetes — Atitude do Imperador — Parte que tomou nos antecedentes da lei 13 de maio — A explicação de sua attitude — Retirada de Lafayette e chamada de Sousa Dantas — Campanha dos abolicionistas extremados — <i>O erro do Imperador</i> — Saraiva no poder — Quêda dos liberaes — Gabinete Cotegipe — Ataques da opposição — Uma injustiça de Joaquim Nabuco — Defeza do Imperador — Emancipação dos sexagenarios — Periodo de trêguas — Molestia do Imperador e sua partida para a Europa — Terceira regencia da Princeza Isabel — Precipitação dos acontecimentos — Demissão de Cotegipe — Gabinete João Alfredo — Lei 13 de maio de 1888	3
--	---

CAPITULO II

EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS — A CESAR O QUE
É DE CESAR

Atitude dos politicos com relação á escravidão — Sentimento anti-abolicionista do Parlamento — A consciencia juridica dos bachareis politicos — Mêdo de uma abolição immediata — Tentativa protelatoria de João Alfredo — Opinião derrotista de Joaquim Nabuco — Atitude de Silveira Martins e de Saraiva — A influencia do meio no espirito do Imperador — Sua opinião com relação á abolição immediata — Apreciação errada de todos — Verdadeiros efeitos da Abolição — Justiça devida ao Imperador — A Cesar o que é de Cesar

38

CAPITULO III

O DECLINIO

Primeiros sintomas do declinio do Imperio — *A fé monarchica* — Futuro governo da Princeza Isabel — A mulher brasileira e a politica — Hostilidade á futura Imperatriz — O conde d'Eu e o sentimento nacional — O Imperador e o Terceiro Reinado — Apreensões de todos — A saúde do Imperador — Intrigas da opposição — Seu divorcio do mundo objetivo — Tolerancia e insensibilidade — O Imperador em Petropolis — Sua vida jornalreira — A explicação da casaca preta — O

Imperador e Pasteur — Molestia da raiva — O criminoso a serviço da humanidade — A pena de morte no Imperio — Convite a Pasteur para visitar o Brasil

59

CAPITULO IV

PELA TERCEIRA VEZ NA EUROPA

Enfermidade do Imperador — Seu transporte para fóra de Petropolis — Decisão de levá-lo á Europa — Precauções de Cotegipe — A opinião dos medicos — Chamada ao Brasil da Princeza Isabel — Partida do Imperador — Chegada a Paris — *Os sabios* — Em Baden-Baden. — A vida em Cannes — Partida para a Italia — Em Milão — Agravamento do estado do Imperador — Chamada de Charcot — Os telegramas da Imperatriz — Receio de um desenlace — Os ultimos sacramentos — O organismo reage — Noticia da abolição da escravatura — Satisfação do Imperador — Entrada em convalescença — Aix-les-Bains — Partida para o Brasil e chegada ao Rio de Janeiro

104

CAPITULO V

DESAVENÇA COM OS MILITARES

Aparente estabilidade do Imperio — Rebeldia do Brasileiro — Espirito de indisciplina no Exército — Um gesto feio de Caxias — Pobreza de chefes no Exército — O elemento civil e o elemento militar — Perigo de um Exército fraco — O Imperador

e os militares — Conflitos com o Governo — O Exército e os políticos — Generais facciosos — Pelotas — Deodoro da Fonseca — Período agudo da desavença com o Governo — O barão de Cotegipe — Seu espirito conciliador — O Gabinete *arranhado* — Partida do Imperador para a Europa — A Princesa Imperial Regente — Demissão de Cotegipe — Gabinetes João Alfredo e Ouro-Preto — Deodoro e os conspiradores — O republicanismo de Deodoro — Benjamim Constant, bacharel de farda — Plano dos conspiradores ..

130

CAPITULO VI

15 DE NOVEMBRO DE 1889

Denúncias de conspiração — Incredulidade de Ouro-Preto — Uma advertencia de Floriano Peixoto — A noite de 15 de novembro — Ouro-Preto no Arsenal de Marinha — Atitude suspeita de Floriano — Ouro-Preto no Quartel General — Hesitações de Deodoro — A tropa se subleva — Deodoro á frente dos Revoltosos — Situação critica do Ministerio — Ouro-Preto e Floriano Peixoto — Triunfo dos Revoltosos — A cidade estranha aos acontecimentos — O Imperador em Petropolis — Os telegramas de Ouro-Preto — Idéia de uma resistencia no interior — O Imperador decide descer para a Côrte — Chegada ao Paço da Cidade — Altercação com o conde d'Eu — Ultima reunião do Conselho de Estado — Apelo a Saraiva — Deodoro declara que *já é tarde* — Chamada de Silveira Martins — Proclamação da Republica

169

CAPITULO VII
A DEPOSIÇÃO

O ambiente no Paço da Cidade — A familia imperial prisioneira — Projéto de fuga — Intimação do Governo Provisorio — Resposta do Imperador — O dia 16 de novembro — Serenidade do Imperador — Deliberações para a sua partida — Medidas de precaução — A madrugada de 17 de novembro — Chegada ao Paço do coronel Mallet — A aflicção da Princeza Imperial — Protesto do Imperador — A familia imperial deixa o Paço — Embarque no cais Pharoux — Chegada a bordo do *Parnaíba* — O ambiente a bordo — Partida para a ilha Grande — Transbordo para o *Alagôas* — Em direção á Europa 201

CAPITULO VIII
OS DEMOLIDORES DO IMPERIO

Um Imperio sem defensores — Adesão em massa á Republica — Os três fatores que nos levaram á Republica — A propaganda republicana — Sua origem e evolução — O manifesto de 1870 — *Pelotão republicano* — A representação republicana na Camara — Espirito demolidor dos monarchistas — Facciosismo dos estadistas — A obra destruidora de conservadores e liberaes — O grito de Nabuco de Araujo — Protesto de Francisco Octaviano — Os discursos de Silveira Martins e de

Ferreira Viana — A concepção de aulicismo de Ouro-Preto — Displicencia do Imperador — Seu ponto de vista — O Imperador e Sales Torres-Homem — Explicação de sua attitude — Seu espirito de renuncia — O caso de Benjamim Constant — Defensor de todas as liberdades — Seria o Imperador um republicano? — Suas confissões — Carta a Alexandre Herculano — Sua concepção de formas de Governo — O Imperador e a Federação	225
--	-----

CAPITULO IX

VIAGEM PARA O EXILIO

Marcha vagarosa do <i>Alagôas</i> — Ao longo da costa brasileira — A ultima mensagem — No alto mar — Passatempo do Imperador — Preocupação pelos livros — Suas poesias de bordo — Possibilidade de uma resistencia a Deodoro — A Imperatriz e a Princeza Imperial — O conde d'Eu e os filhos — Chegada a São Vicente — O caso dos 5 mil contos — Recusa do Imperador — Mensagem a Ouro-Preto — Oferta de hospedagem pelo rei Dom Carlos — Aniversario natalicio do imperador — Chegada a Lisboa — Despedida do pessoal de bordo	262
---	-----

CAPITULO X

EXILIO E MORTE

Estada em Lisboa — Visita ao túmulo do pai — Suas declarações no Hotel Bragança — Seu manifesto	
---	--

— Possibilidade de volta ao Brasil — Repugnância por uma conspiração — Chegada ao Porto — Falecimento da Imperatriz — Uma pagina dolorosa do seu diário — Visita de Ouro-Preto — Partida para a França — Com Silveira Martins e Ferreira Viana em Baden-Baden — Em Vichy e em Paris — Suas condições financeiras — A ajuda de um estrangeiro — A ingratidão dos monarchistas — Uma carta do barão de Ladario — Atitude de Homem de Melo e de Enéas Galvão (Rio Apa) — Generosidade do Imperador — O Imperador e o novo regime — Ainda a possibilidade de sua volta — Seu passatempo em Paris — Convivio com os homens de letras — Declínio de sua saúde — Seu isolamento — A Fé de Officio — Esperança que se desvanece — Uma tarde fria de outôno — Seu ultimo passeio — Ultima pagina do seu diário — O mais triste dos aniversarios natalicios — Os ultimos momentos — Morte serena e justa

CRONOLOGIA DO VOLUME III

1880-1891

1881 — 1.º março	Lei da reforma eleitoral (eleição direta).
26 "	Partida do Imperador para Minas Gerais
30 abril	Volta do Imperador á Côrte.
9 agosto	Nascimento do príncipe Dom Antonio.
"	Viagem a Minas Gerais.
1882 — 21 janeiro	Gabinete Martinho Campos.
3 julho	Gabinete Paranaguá.
10 "	Falecimento em Roma do visconde de Araguaia.
1883 — 24 maio	Gabinete Lafayette Pereira.
14 setº	Falecimento no Rio do visconde de Abaeté.
1884 — 6 junho	Gabinete Dantas.
1885 — 6 maio	Gabinete Saraiva.
20 agosto	Subida dos conservadores com o Gabinete Cotegipe.
28 setº	Libertação dos escravos sexagenários.
— outubro	Partida do Imperador para Minas Gerais (Poços de Caldas).
— novº	Volta do Imperador á Côrte.
1886 — 12 agosto	Falecimento no Rio do visconde de Bom-Retiro.

1887 — 14 maio	Protesto dos generais Camara (Pelotas) e Deodoro.
30 junho	Partida do Imperador para a Europa.
15 julho	Chegada a Lisboa.
21 "	Paris.
6 agosto	Baden-Baden.
1.º outubro	Paris.
5 "	Bruxelas.
8 "	Paris.
1.º novº	Cannes.
1888 — 10 março	Gabinete João Alfredo.
2 abril	Partida do Imperador para a Itália.
3 "	Genova.
5 "	Napoles.
— "	Florença.
23 "	Bolonha.
— abril	Veneza.
29 "	Milão.
13 maio	Lei da libertação dos escravos.
23 "	O Imperador em estado desespe- rador.
4 junho	Aix-les-Bains.
5 agosto	Bordéos. Partida para o Brasil.
22 "	Volta do Imperador á Côrte.
1889 — 13 fevº	Falecimento no Rio do barão de Co- tegipe.
7 junho	Subida dos liberais com o Gabinete Ouro-Preto.
22 "	Partida do Imperador para Minas Gerais.
— "	Volta do Imperador á Côrte.
15 "	Atentado no Rio de Janeiro contra o Imperador.
15 novº	Proclamação da Republica.

17 nov ^o	Embarque do Imperador para o exilio.
7 dez ^o	Chegada a Lisboa.
22 "	Porto.
28 "	Falecimento da Imperatriz.
— "	Cannes.
1890 — — julho	Versalhes. Paris. Cannes.
— agosto	Baden-Badens.
— set ^o	Paris.
1891 — — março	Cannes.
— abril	Versalhes.
— junho	Vichy.
— outubro	Volta a Paris.
5 dez ^o	Falecimento do Imperador.

HISTORIA DE
DOM PEDRO II

EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS —

Segundo periodo da historia do abolicionismo — Duas fases distintas — Intensidade e aspéto da campanha abolicionista — Posição assumida pelos Gabinetes — Attitude do Imperador — Parte que tomou nos antecedentes da lei 13 de maio — A explicação de sua attitude — Retirada de Lafayette e chamada de Sousa Dantas — Campanha dos abolicionistas extremados — “O erro do Imperador” — Saraiva no poder — Quêda dos liberaes — Gabinete Cotegipe — Ataques da opposição — Uma injustiça de Joaquim Nabuco — Defeza do Imperador — Emancipação dos sexagenarios — Periodo de tréguas — Molestia do Imperador e sua partida para a Europa — Terceira regencia da Princeza Isabel — Precipitação dos acontecimentos — Demissão de Cotegipe — Gabinete João Alfredo — Lei 13 de maio de 1888.

I

Depois que se votou a lei do Ventre-livre, tanto o Imperador como os Ministros, acreditaram que o problema dos escravos estivesse definitivamente resolvido. Aquela

lei representava a *ultima palavra* no assunto. A extinção da escravatura passara a ser, já agora, uma questão apenas de tempo: dependia sómente da execução da lei. Cessada que fôra a importação dos Negros, e libertado depois o ventre da mulher escrava, ficavam consequentemente fechadas as duas unicas fontes de escravidão. O essencial agora era executar fiel e integralmente a lei de 1871. O problema se resolveria depois por si mesmo, á medida que os anos passassem, sem maiores abalos nem prejuizos para a ordem politica, social e economica do paiz. *Não perturbem a marcha do elemento servil* — fôra a frase do visconde do Rio-Branco, agonizando, no seu leito de morte.

A persuasão em que estavam o Imperador e os politicos, de que a lei do Ventre-livre bastava para resolver o problema da escravidão, era certamente exata em si mesma. Sómente, nem êle nem os Ministros cogitavam de indagar se a nação estava disposta a pacientar durante tantos anos, á espera de que se operasse lentamente o mecanismo daquela lei, até o desaparecimento do ultimo escravo no Brasil. Não previam um dêsses acêssos de consciencia, tão comuns na historia dos póvos, em virtude do qual a nação brasileira tomaria a si, um dia, precipitar quasi violentamente uma solução que a lei do Ventre-livre só podia proporcionar num prazo de mais de meio seculo.

E foi precisamente o que aconteceu.

II

Durante cerca de oito anos, isto é, de 1871 a 1879, o paiz, na sua quasi totalidade, aceitou como definitiva a solução que ofereceria a lei do Ventre-livre. A questão da abolição passou a ser apenas um tema de literatura, fóra das cogitações diarias do Governo e do Parlamento. Se nem todos, principalmente os senhores de escravos, se conformavam voluntariamente com os efeitos daquella lei — e a prova é que procuravam burlá-la o mais possível — a maioria da nação estava de acordo com os seus dirigentes quanto á certeza de que ella resolvera definitivamente o problema. “A chamada lei do Ventre-livre — dirá mais tarde um estudioso do assunto — cujo projéto havia motivado cisões partidarias e malquerenças irreductiveis, passou a ser vista, nos primeiros tempos, e mesmo até alguns anos depois de sua promulgação, como obra perfeita, intangivel. Não admitiam os seus propugnadores se duvidasse da sua eficiencia, tanto lhe parecia ser ella a ultima palavra para a solução do temeroso problema” (1).

Essa calma foi despertada com os primeiros arancos do movimento chamado propriamente abolicionista, verificado nos fins de 1879 e principios de 1880. E por uma dessas contradicções comuns na historia dos regimens parlamentares, sua aparição coincidiu com a presença no poder do partido liberal.

(1) Evaristo de Moraes, *Dom Pedro II e o movimento abolicionista*.

Até certo ponto, ela não foi sinão uma reação contra certas medidas de extremo rigor, que o gabinete liberal do visconde de Sinimbu tomou contra os escravos. Viu-se então o conselheiro Lafayette, antigo republicano e agora ministro da Justiça confessar, para justificar a aplicação de castigos ainda mais sevéros, que a pena de galés equivalia, para os escravos, ao proprio cativeiro em que viviam; e um fazendeiro paulista, Moreira de Barros, ter a coragem de declarar num congresso agricola presidido pelo proprio presidente do Conselho, referindo-se á escravidão: "Sistemas desta ordem não podem ser analisados á luz da civilização moderna, não se podem discutir nos jornais. Não é com o sistema ordinario de penalidade, não é com principios filantrópicos que todos nós conhecemos, que podemos sustentar a existencia desse fato, que se tem instituido como direito. Temos o fato, devemos aceitar as consequencias" (2).

III

Esse segundo periodo na historia da libertação dos escravos no Brasil, do qual resultou a lei 13 de maio, pode ser dividido em duas fases acentuadamente distintas. Joaquim Nabuco traça-lhes os limites: "A primeira, de 1879 a 1884, em que os abolicionistas combateram sós, entregues aos seus proprios recursos; e a segunda, de 1884 a 1888, em que êles veriam sua causa

(2) Evaristo de Moraes, *op. cit.*

adotada sucessivamente pelos dois grandes partidos do paiz. Em 1884 deu-se a conversão do partido liberal, e em 1888 a do partido conservador” (3).

Durante os nove anos daquele periodo, nove Ministerios sucederam-se no poder, sendo os sete primeiros formados por liberaes e os dois ultimos por conservadores. Nunca se viu no Imperio, nem se veria depois, como nessa época, um movimento que empolgasse tanto a consciencia da nação. Do norte ao sul, de léste a oeste no litoral como no interior, nas capitais como nos mais afastados recantos do paiz, o Brasil todo foi sacudido pela convulsão abolicionista. Nem o movimento pela Independencia; nem a Maioridade; nem a guerra contra Lopez; nem a propria lei do Ventre-livre agitada em torno do mesmo tema social e humanitario; nem, pouco mais tarde, a propaganda jornalística pela Republica — nenhum desses acessos de consciencia nacional conseguira ou conseguirá electrizar a nação com a intensidade e a quasi unanimidade que se viu durante a campanha abolicionista.

A agitação partia das ruas, partia das salas, dos campos, dos jornais, dos clubs, de toda a parte, e ia pouco a pouco se alastrando como uma gota de oleo, tudo invadindo, tudo embebendo, por todos os cantos, por todo o paiz. Um grupo de jovens decididos, oradores e jornalistas, levados mais pelo sentimentalismo da nossa raça do que pela razão do Estado, se dava a si mesmo a tarefa verdadeiramente gigantesca num paiz de civili-

(3) Joaquim Nabuco, *Minha formação*.

zação deficiente como era então o Brasil, de abalar uma opinião publica amorfa, para com ela despertar a mentalidade anquilosada dos partidos e dos Governos. Se no começo, muito poucos lhes deram atenção, em breve elles se faziam escutar. E os seus gritos, seus discursos, seus artigos, acabaram por vencer a resistencia que lhes opunham os interesses conjugados dos politicos e dos fazendeiros. Foi forçoso, afinal, respeitar a tenacidade nunca vista desse grupo de fanaticos, que se propuzera propagar a déia por todos os meios adequados, sobretudo em conferencias públicas, realizadas nos principais teatros das cidades. Se lhes recusavam uma sala, recorriam a uma segunda, depois a uma terceira, e desta para aquela, daquela para uma outra. Tinham uma tenacidade e uma fé de apóstolos. Nada os detinha. Nada os esmorecia. Prestavam-se a todos os papeis, e a tudo recorriam. Eles mesmo varriam os teatros ou as salas de conferencia, abriam-lhes as portas, pregavam os cartazes, distribuiam os programas, vendiam os bilhetes. Nas kermesses, que promoviam em beneficio dos Negros, eram elles os leiloeiros de sua idéia. Nos jornais, eram a um tempo os redatores, eram os revisores, os reporters, os distribuidores. Nas ruas, nos cafés, nas salas de espetaculo como nas salas de baile, nos bondes, nos trens, nas estações das estradas de ferro, nas igrejas e, até mesmo, nos cemiterios, esse grupo se agitava, se oferecia, se impunha, agia, falava, reclamava, gritava — e pouco a pouco vencia...

A idéia caminhava. Como a torrente que, engrossada pelas aguas da chuva, se arrasta barrenta, pesada como um manto de mercurio, ela ia lentamente, quasi sorateiramente, invadindo todas as consciencias, absorvendo todas as energias, vencendo todas as resistencias. Entre 1868 — quando Luiz Gama, um antigo escravo liberto, fôra demittido do emprego por professar idéias abolicionistas — e 1878, quando a imprensa, a rua, o campo, a sociedade, tudo enfim começava a ser minado pelo abolicionismo, iam dez anos apenas, mas que pareciam um seculo pela marcha vertiginosa dos novos ideais. “A instituição estava definitivamente condenada na opinião publica, e foi sómente apelando para o direito de propriedade, a necessidade de ordem, e a propria existencia da nação, que se havia conseguido; por tantos anos, o silencio sobre ela. As afirmações dos emancipadores, qualificadas pelos adversariòs de revolucionarias, de anarquicas, de incendiarias, não precisavam sinão de ser repetidas algumas vezes para triunfar pela propria justiça e pela verdade. O sentimento já existia, só lhe faltava organização” (4).

IV

Essa agitação popular assumiu tais proporções, que se tornou impossivel aos diversos Gabinetes se succederem no poder sem manifestarem diréta ou indirétamente uma

(4) Carolina Nabuco, *A vida de Joaquim Nabuco*.

opinião qualquer a respeito. De 1879 a 1884, isto é, do início da primeira fase da campanha até a vinda do ministério Dantas, já declaradamente favorável aos escravos, cinco Gabinetes têm assento nos conselhos da Corôa. “Cada um dêles, desde Sinimbú, ver-se-á doravante obrigado a explicar-se a respeito, e em geral ficará caracterizado no espirito popular por alguma frase sobre o assunto, citada e discutida pelos abolicionistas, como essa de Saraiva, respondendo a Nabuco. Seu Governo ficou sempre na imprensa democratica como o Ministerio que *não cogita da questão*, exatamente como o do seu sucessor, Martinho Campos, será o *escravocrata da gema*. Depois, Paranaguá e Lafayette, procurando em ponto tão delicado não ferir nenhum modo de pensar, hão de contemporanisar com a questão até a subida de Dantas”. São cinco Ministerios liberais, que “procuram defender-se quer pela resistencia quer mesmo pela transação, contra o perigo do abolicionismo” (5).

No fundo, faltava-lhes ainda o que Joaquim Nabuco chamava uma *consciencia emancipadora*. Era a ausencia dela, ou melhor, de uma visão objetiva dos acontecimentos, que levava Martinho Campos a dizer da tribuna da Camara, comparando a escravidão a um pantano, que no dia em que pudesse ver-lhe o fundo, a questão estaria resolvida — “quando pudermos descobrir-lhe o fundo, então, ousados, faremos o mais...”

(5) Idem.

V

Durante os cinco primeiros anos da agitação, isto é, até 1884, o Imperador guardou uma atitude de discreta reserva. Embora fôsse conhecidas suas idéias favoráveis aos escravos e o empenho que puzera na preparação da lei do Ventre-livre, êle entendeu dever guardar, nessa primeira fase da campanha, a sua posição estritamente constitucional de chefe de Estado. Deixou que os Gabinetes liberais que se sucederam no poder julgassem por si mesmos da necessidade ou não de empenharem o Governo em qualquer compromisso emancipador. Manteve uma atitude de simples espectador. E se alguns de seus atos — puramente pessoais — puderam significar uma franca simpatia pela sorte dos escravos, como Soberano, porém, como chefe de Estado, nada ha de que se lhe possa atribuir. Toda a sua ação até então, e mesmo até o fim da campanha, foi muito mais reservada, muito mais discreta, do que durante o periodo de elaboração da lei do Ventre-livre, quando êle tomou não sómente a iniciativa de sugeri-la, como acabou por patrociná-la abertamente, levando de vencida a tenaz resistencia de seus ministros e conselheiros.

Sua parte nos antecedentes da lei 13 de maio foi muito menos importante, muito mais modesta. Porque? Antes de tudo, sua idade era outra. Não tinha mais os ímpetos da mocidade. Por isso mesmo o lado sentimental, o lado idealista, que todo homem possui nessa fase da vida, estava sensivelmente diminuído.

A sorte dos escravos certamente o tocava tanto quanto na época da extinção do tráfico ou da votação da lei do Ventre-livre. Sómente, a sua sensibilidade, que nunca fôra grande, era menor. Por outro lado, por isso que não se tratava mais do rapaz de 25 anos, ou do jovem de 40 e poucos, êle pesava melhor as formidáveis responsabilidades que cairiam sobre a nação no dia em que o problema dos escravos sofrêsse uma solução mais radical do que a prevista na lei do Ventre-livre — fôsse para a sua extinção dentro de um prazo mais ou menos curto, fôsse para a sua extinção imediata. Timido, por natureza, e convencido, como os politicos que o cercavam e o aconselhavam, de que a extinção imediata da escravatura seria a morte da agricultura no Brasil, e por conseguinte a ruina do proprio paiz, o Imperador pensava duas vezes antes de dar um passo definitivo no sentido de prestigiar, com a sua grande autoridade, a campanha que se operava lá fóra em prol da abolição total (6).

(6) Ao voltar para o Brasil, de sua terceira viagem á Europa, em 1888, depois da promulgação da lei 13 de maio, o Imperador dirá ao Sr. Gofredo Taunay, irmão do visconde de Taunay, estas palavras, transmitidas pelo proprio Sr. Taunay ao autor desta *Historia*: “Estimei naturalmente saber que não ha mais escravos no Brasil. Mas acho que a solução foi precipitada. Não se precisava ter ido tão longe, assim de uma só vez. A escravatura é uma das bases da riqueza do paiz, e a sua extinção radical de uma só vez poderá trazer as mais graves consequencias. Afinal, o paiz sempre viveu com a escravautá, e não faria mal que depois de tantos seculos de existência ela durasse ainda uns poucos anos”.

Depois, havia ainda a considerar os deveres constitucionais a que estava necessariamente ligado. Na técnica do governo representativo, qualquer intromissão sua mais acentuada na direção parlamentar dos Gabinetes seria tida como intolerável. É certo que essa intromissão se fizera antes mais ou menos ás claras, mais ou menos diréta, algumas poucas vezes mesmo desassombrada, nessa ou naquela questão politica. Fizera-se precisamente na elaboração da lei do *Ventre-lyre* (7). Mas a situação agora não era exatamente a mesma. Os partidos, apesar de tudo, tinham presentemente uma consciencia politica bem diferente de ha quinze anos atraz. As molas de suas engrenagens, de seu mecanismo, eram mais suaves, muito mais sensiveis, bem mais aperfeiçoadas. Não tinham mais a perronice do aço novo, ainda não suficientemente azeitado, não trabalhado. Quinze anos de fricção, de contacto diréto, de adaptação de umas ás outras, haviam dado a essas molas uma *souplesse*, uma sensibilidade, que o Imperador certamente não ignorava.

Não se fazia, portanto, mister, como em 1871, que êle se substituísse, neste momento, aos partidos. Estes, bem ou mal, tão bem quanto possivel, podiam já agora dirigir-se melhor; convinha mesmo que procurassem se adaptar por si sós e cada vez mais ás formas do regime,

(7) Na *elaboração*, e não na *votação*, que se processou, como se sabe, na ausencia do Imperador.

se integrassem no mecanismo geral do sistema representativo, e fôsem progressivamente refletindo, não a vontade do chefe da nação ou o capricho dos ministros, como se dera, em regra geral, até então, mas as tendências e a mentalidade das Camaras.

Mas uma attitude sua de rigorosa discreção não podia, certamente, prolongar-se indefinidamente. Ela se explicaria até quando a idéia abolicionista se agitasse apenas entre os seus proprios correligionarios, nos corredores do Parlamento ou no seio dos dois partidos constitucionais. Uma vez, porém, que começasse a ultrapassar esses limites, e adquirisse proporções de uma verdadeira campanha nacional, civica e social, transformando-se no que Graça Aranha chamaria mais tarde a *locura da abolição*, o dever do Imperador, como chefe da nação, era justamente o de abandonar sua linha de imparcialidade; e, sinão intervir franca e dirétamente na campanha, formando ao lado dos abolicionistas, assumir ao menos uma attitude claramente definida, attitude de equilibrio, equidistante entre a perronice dos escravocratas e o radicalismo dos extremistas, de forma a poder com o seu prestigio, com a sua ponderação, encaminhar pouco a pouco a consciencia da nação na direção realmente reclamada pelos interesses nacionais.

Foi o que êle procurou fazer, quando o conselheiro Lafayette deixou o poder, em junho de 1884.

VI

“Foi por uma insistencia particular do Imperador que, depois de cinco Ministerios escravagistas, ainda houve a consulta prévia a três chefes liberais (*Sinimbu, Ouro-Preto e Dantas*), da qual resultou a chamada ao poder do Sr. Dantas, com o programa que se conhece. Sómente a intervenção do Imperador deu assim ao partido liberal, no fim de uma situação, ensejo de afirmar do modo tímido e fraco por que o fez, a sua aquiescencia tardia ao movimento abolicionista”.

O testemunho é dado por Joaquim Nabuco.

É que o Imperador, pesando bem o significado das proporções que assumia o movimento popular em prol dos escravos, e antes que dêles resultassem excessos talvez irreparaveis, bem possivel num meio tão propensos aos exageros como é o nosso, compreendeu que era mister, que era mesmo urgente que êle desviasse o problema da agitação revolucionaria a que o levavam os acontecimentos, e o encaminhasse na direção de uma solução pacifica e conciliadora. Era indispensavel, como dirá Evaristo de Moraes, que êle *freiasse* a questão.

Mas para isso fazia-se necessario encontrar um chefe liberal capaz de assumir aquella difficil responsabilidade perante o Parlamento e a nação. Os três ultimos que se haviam sucedido no poder — Martinho Campos, Paranaguá e Lafayette — estavam ainda demasiado comprometidos com a opinião parlamentar,

para poderem arcar com semelhante tarefa. O Imperador apelou então para o conselheiro Saraiva, o chefe liberal de sua predileção, em cujo anterior governo se realisara brilhantemente a votação da nova lei eleitoral.

Saraiva, porém, excusou-se: alegou a impossibilidade de organizar Ministerio homogêneo em torno de uma questão que dividia tão profundamente, não apenas o Parlamento, mas também o seu proprio partido. Afastado o nome de Saraiva, restavam os de Sinimbú, Ouro-Preto e Dantas. O primeiro era sabidamente contrario a qualquer manifestação do Governo sobre a questão da escravatura; Ouro-Preto entendia que não se devia assumir nenhum compromisso, sem que fôsse antes resolvido o problema financeiro, o que valia adiar a solução, que era urgente, para uma época remota; restava, portanto, Dantas. Veio Dantas.

Dantas era já então um dos chefes mais em evidencia do partido liberal. Na politica do Imperio, era um veterano. Como Saraiva, como Rio-Branco, como Abrantes, como Cotegipe, e tantos outros politicos do primeiro plano, pertencia á provincia da Baía, esse ninho de estadistas da monarquia — *fonte de talento*, como a chamava o conde de Arganil, cardinal patriarca de Lisboa.

Apezar de suas maneiras aparentemente desprentenciosas, Dantas era guiado por uma grande ambição, talvez a unica verdadeira ambição de sua vida: a de ser o chefe unico do partido liberal, o *pontifice maximo* de sua grei, aquilo que todos reconheciam em Cotegipe, nos ultimos anos do Imperio, dentro do partido conservador.

Esse sonho êle o devia entreter toda a vida: não o realisaria jamais. Faltaram-lhe, para isso, não poucos predicados, sendo o principal dêles, talvez, uma firmeza maior de convicções e, mesmo, de carater. *O fôfo ministro Dantas*, era como o chamava Rebouças. Dantas era desses politicos que raramente tomam uma posição definida, que vivem apalpando o ambiente, numa irrequiêta maleabilidade, que só dizem e só pensam o que ouvem em redor de si. Extremamente oportunista, procurava sempre aproveitar-se da atmosfera que o cercava para nortear os seus passos. Um navegador á vela. Homem que raramente enfrentava uma situação ou atacava de frente um problema. Fugia sistematicamente ás complicações. Na primeira difficuldade séria abdicava suas convicções, renunciava seus principios e largava prontamente os amigos. Haja vista o que fez com Rui Barbosa, por ocasião da organização desse seu Ministerio, quando, a uma leve insinuação do Imperador, deixou o seu correligionario e amigo de toda a sua familia inteiramente à margem (8).

Era, entretanto, um dos estadistas mais populares do seu tempo; e, no fim do Reinado, nenhum outro, talvez, o sobrepujava nesse particular. Isso devia-se a seus dotes excepcionais de espirito. Num meio de politicos em geral carrancudos, onde a sizudez era a regra, Dantas salientava-se pela extrema afabilidade e expansão de seu temperamento. Era um homem que trazia sempre o sorriso nos labios. Vivia aos abraços. Falava com todo o

(8) Vêr o capitulo *O declinio*, neste volume.

mundo. Dava razão a todos. Tinha, como ninguém, a paciência de ouvir fôsse a quem fôsse, ao mais humilde como ao mais graduado cidadão do Imperio, a coragem, na qual só o Imperador o ganhava, de aturar os *massantes*, os pedintes, os intrusos de toda a especie, a classe enfadonha dos que querem passar por intimos dos grandes homens, a todos quantos, enfim, o procuravam, fôsse nos arredores do Parlamento ou do Ministerio, fôsse nas salas de sua residencia particular.

Aí, em sua casa, não se fechavam as portas. Não se recusavam visitas. Acolhia-se a todos generosamente, largamente, a gregos como a troianos. Respirava-se uma atmosphéra de grande tolerancia, de franco optimismo, reflexo do temperamento do dono da casa, uma simpatia e uma franqueza que eram como que refrigerios nas paixões intolerantes de certos meios extremados da Côrte. Deiró chamava a Dantas um genio de paciencia, e dizia: “No meio da aluvião de pretensões, no atropelo dos negócios, nas irritações dos adversarios, nas descomunais e insensatas exigencias dos correligionarios, o Sr. senador Dantas ouve a uns, risonho; escuta a outros, atencioso; fala a todos e dá razão a todos, cheio de promessas e de esperanças” (9).

(9) Timon (Eunapio Deiró), *Estadistas e parlamentares*.

VII

Dantas, como de resto todos os chefes politicos dessa época, não era ainda um convertido ás idais abolicionistas, e muito menos a medidas radicais de emancipação. Tinha, sobre isto, os seus receios, as suas objeções de principio. Mas o Imperador, que queria decididamente que o Governo tomasse a si encaminhar a questão no Parlamento, fortaleceu-lhe a tal ponto o espirito hesitante, prometendo-lhe o inteiro concurso da Corôa, dês-se no que dêsse, que o chefe liberal baiano acabou por retirar todas as objeções e desfazer todas as duvidas. Falou-se até num *pacto*, assentado entre o Soberano e o presidente do Conselho, em virtude do qual a Corôa assumia o compromisso de sustentar em toda a linha a politica emancipadora do Gabinete, a qual compreendia, além da extinção do tráfico interprovincial e da conversão do fundo de emancipação, a libertação incondicional dos escravos sexagenarios.

A grande significação do gesto do Imperador, apelando para Dantas e prestigiando-o com a sua solidariedade pessoal e constitucional, estava em que doravante era o proprio Governo quem trazia para o seio do Parlamento a questão da emancipação, "intervindo com a maior seriedade na solução progressiva do problema", conforme rezavam os termos da propria declaração ministerial; trazia-a da rua para o Parlamento, como dirá poucos depois Saraiva, evitando que ficasse entregue inteiramente ás incertezas sempre perigosas da irrespon-

sabilidade popular. “Neste assunto — dizia em resumo a declaração ministerial de Dantas — nem retroceder, nem parar, nem precipitar”.

O Imperador, pelo apoio que dava á politica do Gabinete foi, naturalmente, alvo preferido dos ataques da opposição escravocrata, ou de todos quantos, de longe ou de perto, tinham os interesses ligados ao trabalho do Negro. *Influencia indébita, intromissão fatal e ruinosa, poder pessoal, príncipe conspirador*, e outras tantas acusações, foram as mais brandas que se lhe lançaram. “Na Camara — observa Oliveira Lima — ouviram-se violentos discursos contra o Monarca brasileiro, talvez os mais violentos que jamais foram pronunciados no nosso Parlamento. Para se avaliar o diapasão a que se elevaram, basta recordar que de alguns trechos desses discursos se utilisaram os propagandistas da Republica para combaterem Dom Pedro II” (10).

O Imperador, com aquella serenidade que sempre guardou diante dos mais rudes ataques, manteve com firmeza sua attitude de apoio ao Ministerio. Sentia-se que êle estava decidido a encaminhar no Parlamento a questão da emancipação, e que esta decisão se lhe fixara definitivamente no espirito; que nada o demoveria dela. Assim, quando Dantas, depois de uma serie de escaramuças com a facção dissidente do partido (ante a neutralidade astuciosa dos conservadores, que de industria deixavam os liberais se devorarem entre si),

(10) *O Imperio Brasileiro.*

se viu, afinal, pôsto em minoria (11) e apelou para a dissolução da Camara, o Imperador não duvidou em concedê-la, muito embora não fôsse esse o parecer do Conselho do Estado.

Realizadas as eleições (era a segunda experiencia da lei Saraiva), a nova Camara não veio, contudo, mais bem disposta para com o Gabinete do que se mostrara a anterior. Novas escaramuças, novos embates parlamentares com a facção dissidente do partido, e o Gabinete mais uma vez em minoria (12). Que fez Dantas diante desse novo obstaculo? Voltou-se outra vez para o Imperador, pedindo nova dissolução. Desta vez, porém, não foi possivel ao Monarca atendê-lo. Ponderou-lhe "que a Camara acabava de ser eleita, e o fôra sob sua administração" (13). Desatendido, e impossibilitado de modificar em seu favor o sentimento parlamentar, Dantas teve que retirar-se.

VIII

Assim como sofrera pouco antes os mais rudes ataques, pelo apoio que dera ao Ministerio que se retirava, pelo *pacto* que se dissera formara com êle o Imperador

(11) 59 votos contra, dos quais 42 conservadores, 16 liberais e 1 republicano; 52 votos a favor, dos quais 48 liberais e 4 conservadores.

(12) 52 votos contra, dos quais 43 conservadores, 8 liberais e 1 republicano; 48 votos a favor, dos quais 43 liberais, 3 conservadores e 2 republicanos.

(13) Pereira da Silva, *Memorias do meu tempo*.

via-se agora alvo de novas investidas por não haver consentido nessa segunda dissolução da Camara reclamada por Dantas. Os abolicionistas extremados acusavam-no de haver rompido o suposto pacto, de haver abandonado e quasi traído o Ministerio, retirando-lhe a promessa formal de apoio. *O erro do Imperador*, foi a frase de que se serviu Joaquim Nabuco, num folheto do tempo, para resumir todas essas acusações contra o Monarca.

Ora, a defeza do Imperador era a mais simples: êle não podia conceder a dissolução solicitada por Dantas. Concedera-lhe a primeira porque a Camara de então, eleita que fôra sob uma situação conservadora, podia em verdade não exprimir mais o sentimento publico da nação; em rigor, mesmo, não lha podia negar. O caso presente era, porém, outro: tratava-se de uma Camara eleita sob o mesmo Gabinete liberal que estava no poder. Ora, aberrava de todas as praxes, era flagrantemente contrario ao espirito do regime, sinão á propria moralidade politica, que uma situação liberal dissolvesse uma Camara eleita não sómente sob um governo liberal, mas sob a sua propria administração. Ele não consentira, em 1880, em que Sinimbu dissolvesse, por causa da reforma eleitoral, a Camara que o proprio Gabinete elegera pouco antes; agora, agindo coerentemente, negava o mesmo recurso a Dantas.

A culpa da quèda do gabinete Dantas, portanto, o *erro*, como chamava Joaquim Nabuco, devia ser attribuido não ao Imperador, mas exclusivamente á facção liberal dissidente, que de parceria com os conservadores, ou melhor, fazendo inconscientemente o jogo destes, não

sómente dificultara o mais possível a ação do Ministerio formado de seus proprios correligionarios, como acabara mesmo por atirá-lo ao chão.

Retirando-se Dantas, veio Saraiva, que tentou ainda, para conciliar os pontos de vista das duas fracções em luta, restringir um pouco as medidas emancipadoras pleiteadas pelo Gabinete anterior, inclusive a idade dos escravos a serem immediatamente libertados, que passava de 60 para 65. Sempre conseguiu com isso que o projéto assim modificado fôsse votado pela Camara, apesar da terrivel opposição que logo lhe moveu a facção abolicionista extremada do seu proprio partido. Mas depréssa percebeu que a maioria ocasional e toda fortuita que se formara na Camara, expressamente para apoiar o projéto, não se manteria, certamente, assim que êle fôsse encaminhado á deliberação dos Senadores. Nestas circumstancias, como bom tático que sempre fôra, preferiu retirar-se voluntariamente, a ter de sofrer na Camara o voto de desconfiança.

Ao Imperador êle escrevia:

“A passagem do projéto servil na Camara temporaria só pode ser levada a efeito pela união temporaria e patriótica dos dois partidos constitucionais, cujos representantes constituíram até agora a grande maioria que apoiou a reforma e o Ministerio contra a opposição tambem formada pelas minorias de ambos os partidos.

“Esta posição parlamentar, porém, que produziu a passagem de reforma da Camara, não pode e nem deve continuar desde que o projéto está votado e entregue á prudencia, sabedoria e patriotismo do Senado.

“Em tais circunstâncias, e não devendo o Ministerio continuar sem a esperança de poder constituir a maioria, em nome da qual fôra organizado, convoquei hontem o conselho de Ministros, que resolveu o seguinte: 1.º — que não podia o Ministerio ter esperança fundada de reconstituir a maioria, em nome da qual fôra organizado; 2.º — que era de alta conveniencia sua retirada, e antes mesmo de um voto de desconfiança, para facilitar a organização de um Ministerio que pudesse apresentar a tempo e organizar um orçamento regular” (14).

O Imperador bem que tentou a constituição desse Ministerio, com os elementos ainda disponiveis no partido liberal. Seguindo a tradição parlamentar, pediu a Saraiva que indicasse o successor. Saraiva, porém, excusou-se: não quiz assumir naquele momento uma tal responsabilidade. O Imperador apelou então para o unico chefe liberal possivel ainda de governar: Paranaguá. Mas este, pesando as mesmas dificuldades que forçaram a retirada de Saraiva, recusou a investidura.

Paranaguá, aliás, não era o homem indicado para assumir o Governo numa ocasião difficil como aquela. Faltavam-lhe não poucas qualidades. No fundo, era um homem mediocre. Ganhara uma certa notoriedade quando ministro da Guerra do 3.º Gabinete Zacarias, em 1866, na fase talvez mais difficil da campanha do Paraguai. Mais tarde, em 1882, seria chamado para organizar Ministerio, e durante quasi um ano presidiria o Governo, com a modestia e a desambição que o caracterisavam.

(14) Carta de 15 de agosto de 1885, no arquivo da familia imperial.

Em Paranaguá, como em muitos dos nossos homens publicos do Imperio, o magistrado sobrepujava o politico. Era uma criatura serena, dotada de bom carater, e tinha uma justa comprehensão dos homens e das coisas. De fundo honesto, talvez por isso não alimentasse grandes ambições. Desfrutando uma situação de extrema sympathia no Paço, graças ao doloroso accidente de que fôra vitima ali sua irmã, a futura baroneza de Loreto, por uma infelicidade da Princeza Imperial, êle podia ter tido, na politica geral do Imperio, uma situação bem mais destacada. Não quiz. Preferiu limitar suas atividades publicas ás reduzidas ambições de seu temperamento.

Com a recusa de Paranaguá, só restava ao Imperador fazer o que êle precisamente fez: apelar para os conservadores, que desde a retirada de Caxias em 1879, aspiravam ardentemente voltar aos conselhos da Corôa.

Veio o barão de Cotegipe.

IX

A agitação nos arraiais liberais foi tremenda! Todos caíram em cima do Monarca. Eles sentiam que a questão da abolição se encaminhava para uma solução final, e previam já que ela teria o mesmo destino que a lei do Ventre-livre, isto é, o seio dos conservadores. Era isto que os exasperava. Na cegueira dessa desilusão, todas as suas investidas iam para o Imperador. Os liberais da facção abolicionista eram, então, os mais

agressivos. “Os conservadores mais ferrenhos, dirá Oliveira Lima, tinham-se esfalfado em denunciar o Soberano, atriando sobre êle os senhores de escravos; agora fôra a vez dos ultra-liberais denunciá-lo ao rancor popular, concordando uns e outros em apresentá-lo como um tipo de astucia, de maquiavelismo, de despotismo e de indiferença oriental” (15).

Joaquim Nabuco, que nessa fase de sua vida publica não era sempre justo para com o Monarca, salientou-se como um dos mais impetuosos no ataque. Com uma injustiça que depois reparou, acusou o Imperador, da tribuna da Camara, de não ter dado, durante o Reinado, um minuto sequer de suas apreciações ao problema servil; de não ter pronunciado uma palavra que a historia pudesse registrar como uma condenação formal da escravidão pela Monarquia, um sacrificio da dinastia em favor da liberdade, um apelo do Soberano ao povo em prol dos escravos (16). Os fatos, toda a vida publica do Imperador gritavam contra estas palavras de Nabuco. E êle bem o sabia. Mas no seu desespero por vêr os ideais abolicionistas adiados, sobretudo por vê-los entregues á sorte politica conservadora, Nabuco perdeu completamente o sentimento de justiça.

O que nem êle nem o seu grupo dos liberais extremados perdovam ao Imperador, era o fáto de este ter *largado* Dantas, como diziam, e chamado, depois da re-

(15) *Op. cit.*

(16) Discurso de 24 de agosto de 1885.

tirada voluntaria de Saraiva, os conservadores para os bancos ministeriais. “Substitue o partido que comparecera perante os eleitores em nome da liberdade, chamando a si o patronato dos escravos — exclamava Nabuco — pelo partido que não se opoz no Parlamento si não a ser o agente e o defensor da escravidão — quer dizer, volta-nos as costas, a nós, que fômos acusados de ter com êle celebrado um pacto, no proprio dia da derrota, que nos devia ser comum e estimular a lealdade de um poder”.

Havia uma grande injustiça em culpar o Imperador de ter ido o Governo parar nas mãos dos conservadores, “quando o paiz estava cheio de aspirações liberaes”. Dom Pedro II bem que tentou, em seguida á demissão de Saraiva, conservar os liberaes no poder. Pois não pediu a Saraiva que indicasse o seu successor, e Saraiva não recusou fazê-lo. E, apezar disso, não chamou depois Paranaguá? E Paranaguá não declinou da tarefa de organizar o novo Gabinete?

De resto, nem Paranaguá, nem Saraiva, nem de novo Dantas, nem Sinimbú, nenhum, em suma, dos chefes liberaes de então podia, naquele momento, assumir a responsabilidade de conservar o partido liberal no poder. A menos que fôsse para se retirar no dia seguinte, como acontecera com Saraiva. Porque, se o paiz estava *cheio de aspirações liberaes*, como se dizia (e as eleições feitas pouco antes por Dantas não haviam provado isso), o Parlamento, pelo menos, nos curtos dias do anterior gabinete liberal, presidido por Saraiva, apresentava o

verdadeiro aspecto de uma camara francamente conservadora. Saraiva bem que se apercebeu disso. A prova é que não quiz enfrentar ali uma luta desigual. Preferiu retirar-se estrategicamente.

Os liberais acusaram o Imperador de haver entregue o poder aos conservadores. Mas, não foram êles, afinal, os culpados do enfraquecimento em que se encontrava agora o partido e, consequentemente, da incapacidade para governar? Quem provocou a cisão no partido liberal? Quem combateu e afinal derrubou o gabinete Dantas, impedindo depois que o seu successor, Saraiva, levasse a lei dos sexagenarios á votação do Senado? Não foi sobretudo a dissidencia liberal de 84 e o grupo dos liberais abolicionistas de 85?

Aliás, será o proprio Joaquim Nabuco quem dirá pouco mais tarde na Camara, nas vésperas da votação da lei de 13 de maio: "Se é o partido conservador que vai declarar abolida a escravidão no Brasil, a culpa dessa substituição dos papeis ha de recair toda sobre essa dissidencia liberal de 1884, que impediu o ministerio Dantas de vencer as eleições daquele ano... e de realisar uma reforma muito mais larga do que o seu projéto".

Que podia, portanto, fazer o Imperador diante da emergencia em que o puzeram, sinão aquilo mesmo que fez? Deu ainda una oportunidade aos liberais, chamando Paranaguá. Este declinou da responsabilidade. Recorreu então aos conservadores, na pessoa de seu *pontífice maximo*, o barão de Cotegipe. Era interpretar

rigorosamente o espirito do regime, de que os politicos se mostravam sempre tão ociosos.

Culpá-lo, como faziam os liberaes abolicionistas, especialmente Nabuco, por simples espirito de partido, de defender a escravidão para defender-se a si proprio (17), era uma grande injustiça. Nabuco, que censurava agora o Imperador por não ter querido sustentar o gabinete Dantas, *mesmo contra o votô da maioria da Camara* — o que era uma contradição de quem o culpava ao mesmo tempo de fazer governo pessoal — estava esquecido de que lhe rendera, pouco antes, a devida justiça, quando escrevera: “Que a ação individual do Imperador foi empregada, sobretudo depois de 1845, até 1850, em favor da supressão da tráfico, resultando naquêle ultimo ano nas medidas de Euzebio de Queiroz, e de 1866 a 1871 em favor da emancipação dos nascituros, resultando nesse ultimo ano na lei Rio-Branco, é um fato que o Imperador, se quizesse escrever Memorias e contar o que se passou com os diversos Gabinetes dos dois partidos, poderia firmar historicamente com um sem numero de provas. A sua parte no que se tem feito é muito grande, é quasi essencial, porquanto êle poderia ter feito o mesmo com outros homens e por outros meios, sem receio de revolução” (18).

(17) “Ha neste paiz instituições que se aliam para dominá-lo inteiramente: a Monarquia, isto é, o governo de um só homem, e a escravidão, isto é, o predominio de um só interesse” (Discurso de J. Nabuco, de 24 de agosto de 1885).

(18) Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*.

XI

Cotegipe conseguiu facilmente a aprovação da lei que emancipava os sexagenarios (28 de setembro de 1885). Era a segunda grande vitória conservadora na historia da abolição da escravatura no Brasil. A terceira e ultima não tardaria a vir, tres anos depois, com a lei de 13 de maio de 1888.

Durante esse curto espaço de tempo a agitação abolicionista serenou um pouco por toda a parte. Houve como que uma trégua geral. Dir-se-ia que a lei sobre os sexagenarios contentara a gregos e a troianos. A Cotegipe pareceu até que essa parada era definitiva; e que toda a inquietação que lavrara antes no paiz fôra puramente ficticia (sua propria expressão), produto apenas de uma agitação sem base e sem finalidade.

Mas não. Quem tinha razão era Candido de Oliveira: a propaganda abolicionista estava apenas incubada, era uma braza escondida sob cinzas faceis de remover. De fato. Os cinzas seriam em breve afastadas, e a chama renasceria com a queda do gabinete Cotegipe, em consequencia da desinteligencia havida, na questão com os militares, entre a Princeza Imperial Regente e o velho chefe conservador.

Já desde pouco antes a saúde do Imperador começara a declinar. Aquele organismo tão solido, tão bem constituido e bem conservado, vinha cedendo lentamente. Datava de 1886, quando de sua viagem a Poços de Cal-

das, o depauperamente visível de suas forças físicas. Baldados, no paiz, os recursos para curá-lo, foi mister recorrer a uma viagem á Europa, para lá consultar os especialistas.

Sua partida foi prontamente resolvida. Em junho de 1887 lá se ia o Monarca, sempre na companhia da velha consorte, a bôa Imperatriz, triste, alquebrado, envelhecido... Deixava atraz de si o paiz na mais critica das situações. A desordem dos espiritos era geral. Os partidos monarchicos divididos, quasi em dissolução. A hesitação lavrando do norte ao sul, numa confusão que tudo invadia. Já não bastava a fogueira dos abolicionistas: a questão com os militares viera agora aumentar ainda mais a ansiedade de todos. O incendio parecia querer devorar até mesmo o proprio trôno. Dir-se-ia que o *Gironde*, carregando em seu bojo o corpo alquebrado do velho Soberano, levava tambem barra fóra a propria instituição monarchica. *Esquife da Monarquia*, foi como o batisou Quintino Bocaiuva, numa frase quasi profetica.

XII

A presença da Princeza Imperial á frente do Governo iria precipitar a marcha das idéais emancipadoras. Não que seus sentimentos, nesse particular, fôsem mais profundos do que os do pai, mas porque sua sensibilidade feminina, sobretudo as tendencias manifestamente catholicas de sua educação dar-lhe-iam, na questão da Abolição, uma vontade de agir — para não dizer uma

precipitação — muito mais acentuada do que a que se notara até então no Imperador.

Cotegipe sentiu isso logo que ela assumiu a Regencia. Aliás, já dias antes, nas vésperas da partida do Imperador, a Princeza manifestara ao presidente do Conselho sinão a sua divergencia com o Ministerio, no tocante ás linhas gerais da politica, pelo menos sua estranheza pela excessiva contemporisação com que enfrentava os dois problemas palpitantes do momento — a Abolição e a questão com os militares. O velho e matreiro politico baiano, como era seu costume, fugira habilmente á chamada: fizera vêr á Princeza que a agir de outra forma poderia pôr em risco até mesmo a vida do Monarca — *e assim tapou-se a boca*, dirá ela (19).

Depois de assumir a Regencia, Dona Isabel voltou a chamar a atenção de Cotegipe para a marcha, na opinião publica, da questão da emancipação, e para a necessidade de o Gabinete *fazer qualquer coisa* no sentido de facilitar-lhe os passos. “A questão da Abolição caminhava — dirá ela — suas ideias ganhavam-me cada vez mais, não havia publicações a respeito que não lêsse, e cada vez mais me convencia de que era necessario fazer qualquer coisa nesse sentido” (20).

Cotegipe, cuja pouca vontade no assunto era manifesta, objetava-lhe não lhe ser possivel ir de encontro á lei que emancipara os sexagenarios, na qual êle fôra parte preponderante; e que o mais que poderia fazer,

(19) Notas da Princeza Imperial, no arquivo da familia imperial.

(20) Idem.

seria interpretá-la de modo a diminuir o prazo para a libertação. Ora, a Princeza não desejava outra coisa; mas Cotegipe, que bem o sabia, não lhe fazia essas promessas sinão com o intuito de amortecer-lhe as impacien-
cias abolicionistas. No fundo, êle não estava nada disposto a reabrir o problema dos escravos.

-9835.
A Princeza, porém, que já começava a compreender o jogo de Cotegipe, não o deixava socegado. Mezes depois, no verão de 87, quando, encerradas as Camaras, o presidente do Conselho repetia-lhe as mesmas desculpas — *estar estudando a questão* — ela voltou á carga. “De novo chamei a atenção do Sr. barão de Cotegipe para a questão; faltou dizer-lhe que devia retirar-se. Mas nada parecia compreender o Sr. barão, e com miuto bôas palavras e muito geito ainda desta vez foi mais fino do que eu. Dias depois, em despacho, julguei dever repetir diante de todos os Ministros (receiosa de que o Sr. barão guardasse só para si minhas ponderações) o que lhe dissera particularmente, acrescentando que o Ministerio não podia continuar se não fizesse qualquer coisa a favor da emancipação; que seria um mal que o partido conservador se cindisse, e que julgava deveria aceitar as idéias dos Senadores João Alfredo e Antonio Prado. A isto não me lembra se foi o Sr. barão ou Sr. Belisario (21), que respondeu-me *não ter de ir atraz destes senhores*” (22).

(21) Deputado Francisco Belisario Soares de Sousa, ministro da Fazenda.

(22) Notas da Princeza Imperial, no arquivo citado.

A Princeza não o refere em suas notas, mas Cotegipe consignou o fato, que exprime bem o desentendido que se abriu entre os dois: insistindo ela por que o Ministerio assumisse uma posição mais decidida na questão da Abolição, sem o que sua força moral cada vez mais se perdia, aconselhou-lhe Cotegipe a manter-se neutra numa disputa que dividia tão profundamente os partidos — *como a rainha Vitoria*, acrescentou. A isto retorquiu-lhe a Princeza ter o direito de manifestar-se, e que a rainha Vitoria era justamente acusada por essa neutralidade prejudicial aos interesses da Inglaterra. (23).

XIII

A incompatibilidade entre os dois era já, portanto, indisfarçavel. O Ministerio só se conservava no poder graças ao malabarismo politico de seu chefe, o qual, com a costumada habilidade, desviava sempre as inter-pelações da Princeza, para deixá-la na mesma situação de incerteza de antes.

Enquanto isso, dirá ella, “os acontecimentos precipitavam-se, tive vergonha de mim mesma, que talvez por um excesso de comodismo, para evitar uma estralada, o que sempre me é desagradavel, descuidava fazer com que se retirasse um Ministerio que sentia não fazia em primeiro lugar o bem do paiz, depois com elle me arrastava para o abismo. Do Sr. barão de Cotegipe

(23) Notas de Cotegipe, communicadas por seu neto, Sr. Wanderley Pinho.

não obtinha esclarecimento algum sobre a questão da emancipação. Com muito geito sempre deixava de fazer vêr o que pensava, quando incitava a que êle se declarasse. Pelô pouco, porém, que obtive dêle, e da attitude do Ministerio, estava convencida de que nada fariam” (24).

Essas escaramuças entre Cotegipe e a Princeza teriam possivelmente se prolongado ainda por algum tempo, si não fôra o incidente grave que sobreveio entre ambos, em março de 88, a proposito da prisão pela Policia de um official do Exército, que logo degenerou numa nova questão militar, e levou a Princeza a tomar uma posição acintosamente contraria ao presidente do Conselho: escreveu ao ministro da Justiça, Mac-Dowell, uma carta que valia pela demissão pura e simples do Ministerio (25). Cotegipe, afinal, compreendeu. Propoz immediatamente a retirada do Gabinete, logo aceita pela Princeza.

— A quem Vossa Alteza quer que eu chame? perguntou (26).

(24) Notas citadas da Princeza Imperial.

(25) Vêr adiante, pag. 153.

(26) Como se sabe, o Imperador costumava solicitar ao presidente do Conselho demissionario que indicasse o nome do seu successor. A Princeza Imperial Regente foi acusada de não ter seguido essa praxe por ocasião da demissão de Cotegipe, em março de 88, indicando ela mesma o nome de João Alfredo para seu substituto. Silveira Martins se fez éco dessa acusação em discurso proferido no Senado, dizendo que tinha disso a confirmação do proprio Cotegipe. Parece que assim foi, e João Alfredo, no discurso de apresentação do novo Gabinete, confessou que a Princeza o escolhera — “escolhera-me para organisar novo Gabinete”.

Ela não hesitou; o nome já desde muito estava nas suas cotigações: — O Sr. João Alfredo. No fundo, ela não tinha ainda uma opinião definitiva sobre o melhor meio de solucionar o problema da Abolição. Mas depositava uma grande confiança no chefe conservador pernambucano; e isto era o principal, num momento em que se fazia mister sobretudo concertar o desentendimento constitucional que se criara entre a Regencia e a presidencia do Conselho. “Conhecendo as idéias do Sr. João Alfredo, dirá ela, estava convencida de que o que êle fizesse seria bom” (27).

João Alfredo vinha disposto — era sabido — a fazer *qualquer coisa* em favor da Abolição. Contudo, êle não compreendeu desde logo o papel radical que lhe estava reservado. Não se apercebera do fôgo que já alastrava por todos os lados. “Na questão do elemento servil, escrevia Ruy Barbosa no *Jornal do Comercio*, o Sr. João Alfredo não sabe o que quer; mas da noite para o dia é capaz de querer tudo”. Tendo formado Gabinete sem compromisso certo com a Regente, mas apenas com a promessa de tentar qualquer coisa pela sorte dos escravos (29), êle quiz, a principio, contemporisar, adian-

(27) Notas cit.

(28) João Alfredo só será um *convertido* ás medidas radicais de abolição dois mezes depois de ser Governo, isto é, quando teve de se apresentar perante ás Camaras, abertas, como de costume, em maio. Seu Gabinete fôra formado em 10 de março.

(29) “Muitos dias e semanas, dirá a Princesa, levei sem ousar perguntar positivamente o que faria o novo Ministerio; queria deixar-lhe toda a liberdade” (Notas cit.).

do o desenlace fatal da questão: tentou espaçar de três a cinco anos a libertação efetiva dos escravos; experimentou outras medidas dilatorias. Mas em vão. Já era tarde. As tergiversações de Cotegipe haviam provocado o amadurecimento rápido do problema. Foi forçoso, por isso, tanto ao Ministerio como á Regente, aceitarem a abolição imediata e sem indenisação. (30).

Esta, de fato, já existia. O paiz todo, excepção de alguns interessados ou dos ultimos intransigentes, se solidarisara sem reбуços com os libertadores de escravos. Magistratura, classes armadas, funcionalismo publico, imprensa, mocidade das escolas, comerciantes, agricultores mesmo, todos se agitavam, conspiravam, cabalavam pela sorte dos Negros. A tal ponto que, pode dizer-se, a lei de 13 de maio de 1888, na sua redação clara e incisiva — *é declarada extinta a escravidão no Brasil*, — foi, rigorosamente, a sanção da vontade nacional.

Nesse mesmo dia, longe, no estrangeiro, estendido sobre uma cama de hotel, o Imperador agonisava...

(30) Sobre indenisação, ela dirá: "Apezar de nesse ponto jamais antes de ser formulado o projéto tivesse emitido minha opinião, não o poderia admitir como conveniente e justo. Certos escrúpulos poder-me-iam ter vindo porém logo os arredei: o paiz não poderia indenisar sinão de uma maneira illusoria, nem nunca mais" (Nota cit.).

CAPITULO II

EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS — A CESAR O QUE É DE CESAR

Atitude dos politicos com relação á escravidão — Sentimento anti-abolicionista do Parlamento — A Consciência juridica dos bachareis politicos — Medo de uma abolição immediata — Tentativa protelatoria de João Alfredo — Opinião derrotista de Joaquim Nabuco — Atitude de Silveira Martins e de Saraiva — A influência do maio no espirito do Imperador — Sua opinião com relação á abolição immediata — Apreciação errada de todos — Verdadeiros efeitos da Abolição — Justiça devida ao Imperador — A Cesar o que é de Cesar.

I

A lei 13 de maio só tinha um defeito: o de vir tarde. Com ela o Imperador resgatava, pelo mais tocante dos sacrificios — dirá Oliveira Lima “pelo seu proprio holocausto, o erro da Independencia, libertando politi-

camente o Branco sem libertar socialmente o Negro” (31).

O Imperador foi apontado como um dos culpados da permanência, entre nós, da escravidão. Por indolência ou má vontade, por timidez ou excessivo nacionalismo, que o levava a não querer trocar o trabalho do Negro nacional pelo do Branco estrangeiro (32), por isso ou por aquilo, pretextos que cada qual não se cansava de fantasiar, êle era responsabilizado pelo tardio e quasi trágico desenlace da questão dos escravos. Era certo que outros o culpavam justamente do contrario.

Nêsse encontro de opiniões, porém, não era difficil dar a Cesar o que era de Cesar. Na historia da abolição no Brasil, que era um pouco a historia do Imperador, como dirá o Sr. Batista Pereira, a parte de culpa

(31) *O Imperio brasileiro.*

(32) Foi uma presunção que se espalhou, sem que se pudesse todavia prová-la com atos ou palavras do Monarca. O proprio Oliveira Lima encampou-a, quando escreveu (*op. cit.*): “Dom Pedro II não era grande amigo da colonização estrangeira: era em demasia nacional para isso. De imigração amarela, que no seu tempo queria dizer a chinesa, porque o Japão ainda não entrara na fase de expansão, nem queria ouvir falar: foi êle quem mais contribuiu para fazer gorar o plano Sinimbú. Da branca, receiava, no seu vibrante patriotismo, que se distinguisse sobre o caráter historico da população e lhe emprestasse um ar cosmopolita”. — Quanto á imigração amarela, é muito provavel que Oliveira Lima esteja com a razão. Quanto á branca, o que se conhece hoje, relativamente ás predileções do Imperador (vide pag.) não autorisa pensar do mesmo modo. A salientar que o numero de imigrantes chegados ao Brasil no Reinado foi de 806.265 (C. Brandenburger: *Imigração e colonização sob o segundo Reinado*).

de Dom Pedro II era fácil de determinar-se. Em suma, fôra esta: êle não tivera coragem — ou os predicados, se quizerem — para enfrentar, mais decididamente do que o fizera, a formidável opinião politica do Reinado contra a abolição da escravatura. “Ouviu os interesses de partido; cedeu á prudenciã dos seus estadistas; preferiu os emplastos contemporanisadores da transigência politica”, dirá o Sr. Batista Pereira, que acrescentará ainda esta verdade: “Essa culpa, porém, não foi só sua: compartilharam-na desde Bernardo de Vasconcelos até Cotegipe, os nossos maiores estadistas” (33).

II

Não se pode dizer que os homens politicos do Imperio fôssem partidarios, por principio, do sistema da escravidão. O sentimento dêles, como de toda a nação, condenava certamente um estado de coisas que tanto nos envergonhava. Mas é certo tambem que esse sentimento nunca, ou com rarissimas excepções, se refletiu nos seus atos de homens publicos.

E a verdade é esta: não houve um estadista, um politico de responsabilidade nos destinos do Imperio, que não manifestasse ou a sua opinião contraria ou a sua má vontade, ou ainda o seu desinteresse pelas medidas que se criavam em beneficio da libertação dos escravos. Esta foi a regra. As excepções foram uns poucos, que

(33) *Civilização contra Barbarie.*

desde 1865 vinham atacando abertamente a instituição servil, como Jequitinhonha, como Silveira da Mota, como Tavares Bastos; ou o grupo dos abolicionistas que mais tarde provocariam as leis de 85 e 88. Os demais só fizeram estorvar as iniciativas em pròl dos escravos. E se alguns mais esclarecidos acabaram cedendo no todo ou em parte, como Rio-Branco, como Dantas, como João Alfredo, foi sobretudo graças á attitude propulsora do Imperador e, na ultima fase, de sua filha a Princeza Imperial.

Já a lei do Ventre-livre fôra votada sob a opposição parlamentar mais formidavel que se vira nos anais de nossas Camaras. Era quando Duque-Estrada a denunciava como “a centelha ateadora de um vasto incendio”, e Pereira da Silva declarava que ela seria “a causa de calamidades inauditas e de crimes medonhos...” Se essa lei conseguiu, afinal, vencer a má vontade geral, foi graças, sobretudo, á decisão do Imperador, apoiando sem discrepancia, a tenacidade e o valor combativo do visconde do Rio-Branco. E’ certo que êle estava na Europa justamente quando do mais acesso da luta parlamentar. Mas não era segredo para ninguem que o Gabinete não passava, nesse assunto, de um reflexo do seu pensamento.

Para se ter uma idéia do que era então o ambiente parlamentar, com relação á liberdade dos escravos, basta referir o seguinte. Cinco anos antes da votação da lei do Ventre-livre, precisamente em 1866, quando, pela primeira vez, se tocou no assunto na Fala do Trôno, assim mesmo em termos os mais cautelosos, para dizer-se apenas que os interesses ligados á emancipação devi-

am merecer oportunamente a consideração do Parlamento, o fato provocou um tal escândalo, que pareceu se estar na véspera de uma catástrofe nacional. Os menos assustados consideraram-no uma *temeridade*; “os conservadores julgaram-no uma loucura, e houve liberais que abandonaram a sorte do Gabinete (era o ministerio liberal de Zacarias), reputando-o uma ameaça á paz e á riqueza publica. José Bonifacio, o moço, rompeu com o irmão Ministro, profligando a sua solidariedade em tão nefesta obra” (34).

Conseguiu-se, apesar de tudo, votar a lei do Ventre-livre. Mas daí para diante foi quasi impossivel caminhar. Passado o periodo de calmaria, quando de novo se voltou a agitar o problema, o clamor que se levantou dos arraiais politicos foi simplesmente impressionante. Liberais e conservadores, todos se solidarisaram, decididos que estavam a não consentir em nenhum avanço além daquela lei.

Foi quando se viu um liberal de tradições como José Bonifacio, o moço, meter-se de parceria com ferrenhos escravagistas, como Sayão Lobato. Os mais ousados, como Jeronimo Sodré, considerado, no entanto, mais tarde, um abolicionista da primeira linha, “arriscavam-se a dizer apenas que a lei de 1871 era manca, não protegia a condição do protegido e ainda menos a do possuidor; e que não seria possivel nenhum progresso moral nem intelectual enquanto existissem escravos” (35). Ruy Barbosa, outro liberal, que desde os bancos academi-

(34) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

(35) Agenor de Roure, *A agitação abolicionista*.

cos manifestara idéias abolicionistas, apreciava, no entanto, em 1880, toda a agitação em favor dos escravos sem dizer uma só palavra de apoio ao movimento.

Que dizer então de outros políticos, dos estadistas de maior prestigio, sabidamente pouco simpaticos, sinão mesmo contrarios ás idéias liberais de abolição? Como Paulino de Sousa, por exemplo, de uma velha familia conservadora e escravocrata; como Andrade Figueira, que apesar de libertar seus escravos, para melhor atacar os dos outros, vinha para a Camara declarar, um ano apenas antes da lei 13 de maio, que o abolicionismo era nada mais nada menos do que uma *exploração*; como Coelho Rodrigues, que em 1886 ainda tinha a cegueira. de classificar esse movimento de *calamidade publica*?

Silveira Martins, liberal dos mais avançados, dizia amar mais a patria do que o Negro, para justificar sua opposição ás medidas emancipadoras do Governo, esquecido de que o problema da liberdade dos escravos, deixado sem solução, acabaria por arruinar essa patria que êle dizia tanto idolatrar. “Todos nós nos levantaríamos contra quem lembrasse a idéia radical da abolição” — era a ameaça de outro liberal, Felicio dos Santos. Martim Francisco, tambem liberal, protestava energicamente contra os opiniões temerarias dos abolicionistas. Seu filho ia além: denunciava o grupo dos apóstolos libertadores como “gritadores de esquina, que se ostentavam na arena da imprensa, ao lado do jornalismo sério, com a mesma inconveniencia com que um homem nú se apresentaria numa sala de baile”. E Martinho Campos, presidente do Conselho, apontava o mes-

mo grupo como “meia duzia de moços e velhos maniacos”, acrescentando que a agitação abolicionista não passava dos confeitarias da rua do Ouvidor.

Paranaguá sucedia, em 1882, a Martinho Campos. Sua declaração ministerial foi tida como *ousada*, quasi inconcebivel, porque se mostrara favoravel a uma melhor execução da lei do Ventre-livre, e concordara com a adoção de medidas que proibissem o commercio de escravos entre as Provincias. Era quando Antonio Carlos declarava, fazendo côro com a maioria parlamentar, que a lei de 1871 bastava, e que já se tinha feito pelos escravos o que era posivel fazer-se. Sinimbú, grande chefe liberal, era ainda mais intransigente: governo, dizia êle, não concorreria em nada para apressar o termo da escravidão!

III

A mentalidade do Parlamento era tal, que já se estava em 1883, e Cesar Zama não conseguia nem mesmo fazer aprovar um projéto extinguindo as penas de açoite, de ferro ao pescoço e outros suplicios para o escravo, estabelecidas no Codigo criminal, apesar da Constituição do Imperio considerar abolidas todas as penas dessa natureza. E Joaquim Nabuco não obtinha pouco antes, numa Camara de deputados liberais, sinão *18 votos* favoraveis ao seu projéto determinando que a abolição total se fizesse num prazo de dez anos! Dois anos depois, só a muito custo, e por maioria apenas de cinco

votos, passava o pequeno aumento que se destinava ao fundo de emancipação; e José Mariano, que só mais tarde seria um exaltado abolicionista, contentava-se simplesmente com esse pequeno aumento. Lafayette, antigo republicano e liberal dos mais avançados, não compreendia, ainda nesse ano, outra solução para o problema sinão “pelo desenvolvimento da lei de 1871”. E liberais como Afonso Pena, João Penido, Valadares, Antonio Carlos e outros deputados mineiros preferiam derrubar o Ministerio de seus proprios correligionarios, presidido por Dantas, a se conformarem com a libertação dos escravos maiores de sessenta anos. A *consciencia juridica* dos bachareis politicos, que só servia para criar empecilhos a toda providencia de carater pratico, reclamada pelas necessidades nacionais, e que tanto dano devia causar ainda ao Brasil, se opunha até mesmo a que se acabasse com o trafico de escravos entre as Provincias, medida que elles consideravam, na estreiteza de suas doutrinas, como “atentatoria do direito de propriedade”.

IV

Toda essa gente, entretanto, não corava de vêr, num paiz considerado de regime democratico, regido por um sistema representativo, governado pelo mais liberal dos Monarcas, e quasi ás portas do seculo XX, anuncios como os que apareciam ainda na imprensa da capital do Imperio, pondo á venda, por algumas dezenas de mil réis,

escravos octogenários, doentes, invalidos, cegos, cobertos de chagas!

A teimosia desses políticos tinha qualquer coisa de impressionante. Um ano antes da abolição total, quando o entusiasmo popular ganhára já todas as classes da sociedade e os escravos desertavam em massa as fazendas e os engenhos, êles ainda se conservavam como que numa ilha, bloqueados, sem luz e sem horizonte, envôltos em trévas, incapazes de compreender a verdadeira significação do movimento que os circundava por todos os lados! A abolição se faria dentro de vinte e quatro meses e João Alfredo, presidente do Conselho, ainda cogitava de meios com que pudesse realizá-la em prazos mais ou menos longos... De resto, como extranhar isso, quando um de seus Ministros de maior prestígio, Antonio Prado, tido como homem de vistas largas e espirito pratico, se manifestara um ano antes, na Camara dos Deputados, contra o projéto de Afonso Celso Junior, marcando o praso de dois anos para a completa libertação dos escravos, projéto que não fôra, então, considerado nem mesmo objéto de deliberação?!

Cotegipe, governo pouco antes, não vira na agitação popular sinão um movimento puramente ficticio. E Felicio dos Santos, deputado liberal, apavorava-se diante do projéto emancipador, no qual só via a "horrorosa perspectiva de um milhão de selvagens atirados sem freio sobre uma população apenas de dez vezes maior e disseminado em um vasto territorio; de um mi-

lhão de mendigos a sustentar; de uma luta medonha; do extermínio da raça...

A persuasão de que “a abolição arruinaria a lavoura e o crédito do paiz, ou que o Brasil não era bastante rico para pagar a libertação moral do seu territorio” (36), fazia recuar até mesmo aos mais ousados. O proprio Joaquim Nabuco, em 1879, acreditava que a emancipação imediata traria a suspensão repentina de todo o trabalho no paiz. E Silveira Martins, tido, entretanto, por um dos mais ousados estadistas do tempo, explicando, da tribuna da Camara, sua retirada do gabinete Sinimbú, perguntava: “Quem se atreverá a decretar de chofre uma medida que vai de encontro á vida da nossa patria, que será a morte da lavoura e da industria, o esfacelamento, a destruição e a ruina deste vasto Imperio?” Saraiva, presidente do Conselho em 1880, não queria nem mesmo cogitar da questão, porque entendia que ela viria desorganizar o trabalho, empobrecer o Tesouro e provocar a perda “do nosso crédito nos paizes estrangeiros, onde temos dividas a pagar e que pagamos com as rendas tiradas da lavoura”. Mais ainda: ameaçava retirar-se se a Camara fôsse além do Governo nessa questão, acrescentando que o projéto então apresentado por Joaquim Nabuco, para a abolição total no prazo de dez anos, estabelecia, no seu entender, “a luta entre o escravo e o senhor, talvez o extermínio de ambos”. Com identico preconceito já formara Sinimbú o Gabinete anterior, comprometido de antemão com os lavradores reu-

(36) Joaquim Nabuco, *Minha formação*.

nidos em congresso, a não concorrer em nada para apressar o termo fatal da escravidão.

A desorganisação do trabalho (desorganisação daquilo que não estava organizado, dirá judiciosamente Agenor de Roure), e a ruína da agricultura, base da riqueza publica, eram os espantalhos que faziam recuar até mesmo os mais afoitos, e com os quais se embargavam os passos de todos quantos manifestavam idéias um pouco mais radicais em materia de abolição.

V

Se, portanto, todos os estadistas do tempo, sobretudo os maiores dentre êles, se mostravam assim apavorados, acobardados diante do problema, incapazes sequer de encará-los, numa paralisia impressionante, porque extranhar que êle, o Imperador, afinal o maior responsavel de todos perante a nação, perante o futuro, temêsse também precipitá-lo com medidas tidas por todos os homens de Estado que o cercavam como destruidoras não sómente da riqueza mas também da integridade mesma do Imperio ?

É certo que havia algumas vozes ousadas, espíritos mais abertos, mais objétivos, que insistiam na necessidade de se enfrentar decididamente o problema, e de resolvê-lo sinão com medidas absolutamente radicais, ao menos de um alcance prático e positivo. Mas, que valor persuasivo podia ter, por exemplo, em 1871, a voz quasi isolada e sem éco de um Silveira da Mota, apoiada apenas por três ou quatro politicos de segunda ordem, quan-

do havia o tom categorico, definitivo, impressionante, quasi oracular, de um Olinda, de um Itaboraí, de um Caxias, de um Furtado, mesmo de um Zacarias ou de um Souza Franco, todos colunas méstras do edificio politico e do regime? E que impressão podiam causar mais tarde, no animo do Imperador, durante a campanha propriamente abolicionista, a rétorica de um Jeronimo Sodré ou de um Fernando Osorio, o valor combativo de um Joaquim Nabuco, o entusiasmo de um Ulisses Viana, de um Barros Pimentel, de um Afonso Celso Junior, de um Cesar Zama, todos levados pela exaltação e pelo sentimentalismo da mocidade — quando soavam do lado de lá, cheias de apreensão, temerosas, indecisas, as vózes dos grandes chefes, dos velhos estadistas, daqueles que tinham encanecido nos bancos do Governo, e com os quais o Monarca iria necessariamente dividir as responsabilidades de um passo menos ponderado, menos medido, menos previsto? E que homens eram esses? Eram Cotegipe, Saraiva, Paranaguá, Sinimbú, Lafayette, Ouro-Preto, Martinho Campos, mesmo Dantas, mesmo João Alfredo que não são, afinal, sinão convertidos de ultima hora, quasi que herois á força !

VI

Diante de tanta voz autorizada, acenando-lhe com os perigos sem fim de uma abolição imediata, ou mesmo a prazo curto, o Imperador, que já pecava por sua timi-

dez, por uma excessiva ponderação, facilmente se convenceu de que ela traria de fato a desorganização completa do trabalho agrícola, a ruína da agricultura, a morte do commercio e da industria, portanto de toda a riqueza do paiz. “A abolição immediata — dizia êle pouco antes do 13 de maio — não pode decretar-se sem outra consulta que aos nobres e generosos sentimentos dê coração, de que todos participamos. É mister prepará-la, para que a liberdade repentina dos escravos não prejudique profundamente grandes interesses que devem ser respeitadas” (37).

Tais palavras, pronunciadas para socêgo dos agricultores aterrorisados, seriam certamente exatas se ditas no começo do Reinado, quando era outra a mentalidade social da humanidade, para não dizer da nação brasileira, e havia ainda tempo de se resolver o problema com método e ponderação. Mas ditas no fim do século, em plena agitação abolicionista, quando a pedra, que todos temiam, já rolava do alto da montanha, eram ôcas e sem nenhum objetivo prático. Não exprimiam sinão uma bôa intenção. Ora, já Schopenhauer dizia que se a bôa intenção em moral é tudo, em materia de execução nada vale.

Se a molestia não tivesse forçado o Imperador a viajar para a Europa em 1887, e entregar o Governo á sua filha, qual teria sido o desfecho da questão da abolição? Ao regressar do estrangeiro, depois do problema liqui-

(37) Vide *Jornal do Comercio*, do Rio.

dado da forma que se sabe pelo gabinete João Alfredo, observou Dom Pedro II que se tivesse estado presente, as coisas não se teriam passado do mesmo modo (38). É pouco provável, porém, que elle tivesse podido evitar o golpe de 13 de maio. Em 1888 o impulso que os acontecimentos haviam tomado era tal, que de duas uma: ou revolução ou abolição. De uma ou outra maneira, aliás, chegar-se-ia irremediavelmente á abolição total e immediata. Era de todo impossivel deter ou mesmo atenuar a forçap ropulsora da idéia. Não se governa um paiz contra o espirito dominante, ponderava o infeliz Luiz XVI. Hackett dizia que um mecanico não pode nunca dirigir uma maquina sobre trilhos que se afastam. O caso do movimento abolicionista, entre nós, era exactamente este. “Em 1888 era tarde para se pleitear a equidade da desapropriação, diante de um movimento triunfante, quando já a maior parte dos escravos tinha sido liberalmente alforriada pelos senhores e o resto da escravidão estava em fuga, depois sobretudo de estar por lei consagrado o principio de que a escravidão era uma propriedade anomala, a que o legislador marcava sem onus para o Estado o prazo de duração que queria” (39).

(38) Oliveira Lima, *op. cit.* — Sem embargo, na Fala do Trôno redigida por João Alfredo para o encerramento da sessão legislativa de 1888, o Imperador intercalou as seguintes palavras no tópico que alludia á lei 13 de maio: “cuja decretação tanto me consolou das saudades da patria, minorando meus sofrimentos fisicos” (Tobias Monteiro, *op. cit.*).

(39) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

VII

No que não ha duvida, é que se Dom Pedro II tivesse podido sobreviver ainda uns trinta anos, não deixaria certamente de lamentar a data tardia em que se fizera afinal a abolição dos escravos no Brasil, mesmo da maneira precipitada e revolucionaria por que a obtiveramos. Constatando os resultados benéficos que ella nos traria, acabaria por confessar francamente que errara, como todos os demais homens de Estado, na previsão sinistra, que fizera, de um paiz arruinado com a libertação de seus escravos.

Verificaria, por exemplo, que a nossa exportação duplicaria no primeiro quinquenio posterior á lei 13 de maio, e aumentaria mesmo de 320% nos 25 anos que se seguiriam a essa lei, quando nos 25 anos anteriores tinha sido apenas de 95%. Melhor prova não havia de que a Abolição, se não tinha sido a causa dessa expansão de riqueza, tão pouco não concorrera para o atrazo do progresso do paiz, e muito menos para a sua ruina, como apregoavam os principais chefes politicos do Imperio.

Aliás, essa previsão era tanto menos fundada quanto um simples olhar retrospectivo na nossa balança commercial, desde quando a questão dos escravos começou a ser objecto de medidas governamentais, isto é, desde a abolição definitiva do tráfico, em 1850, daria a prova indiscutivel de que a sua liquidación só podia concorrer para o desenvolvimento da riqueza e da expansão co-

mercial do Imperio. Ver-se-ia assim que o valor da nossa exportação, se era de 55 mil contos no exercicio anterior a 1850, subiria logo a 5 mil contos no exercicio seguinte, e a cerca de 113 mil contos no fim do decenio. Quer dizer: duplicaria nos dez anos seguintes á abolição definitiva do tráfico.

VII

Quando os estadistas se opunham, ainda mesmo nas vésperas do 13 de maio, a uma rápida extinção da escravatura, nenhum dêles certamente ponderava no seguinte: antes da supressão definitiva do tráfico, apenas três exercicios financeiros haviam dado saldos á nossa exportação; a *série* de saldos só appareceria a partir de 1861; o dêsse ano fôra de cerca de 10 mil contos. Pois bem, dez anos depois, quer dizer, em 1871, em plena agitação provocada pela votação da lei do Ventre-livre, o saldo subira a 40 mil contos; e continuaria a subir. No periodo mais agitado da campanha abolicionista propriamente dita, quando os chefes politicos acenavam com a destruição da propriedade e a desorganisação do trabalho, ruina economica do paiz e muitos outros males, êle andava já em cerca de 54 mil contos.

Outro fato, talvez mais comprobante: o valor da nossa exportação em 1860, quer dizer, dez anos antes da campanha do Ventre-livre, orçava em cerca de 100 mil contos; ora, dez anos depois da lei de 1871, quando uma grande parte da população escrava diminuiria sensivel

mente, pela falta de novos nascimentos, aquele valor se contava por cerca de 222 mil contos !

Esses Algarismos provavam o erro fundamental do Imperador e dos estadistas que o cercavam, quando procrastinavam a extinção da escravatura, mesmo imediata e sem indenisação, como afinal se faria, pelo receio de que ela provocasse a ruína do paiz, com a desorganisação completa do trabalho e a depreciação repentina da lavoura. Depreciação da lavoura era justamente o que se dava com o regime da escravatura, como mostrava, aliás, nessa época, a Confederação abolicionista. A prova: cerca de 700 fazendas das provincias do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Espirito Santo, com cerca de 35 mil escravos, estavam hipotecadas ao Banco do Brasil apenas por pouco mais de 29 mil contos de réis; no entanto, só o trabalho desses escravos, com o salario de 240\$000 anuais para cada um, daria cerca de 8.400 contos de réis, que deviam representar os juros de 6% de um capital de mais de 140 mil contos de réis, sem contar o valor das 700 fazendas hipotecadas (40).

IX

Faça-se, apesar de tudo, uma justiça ao Imperador: se êle, impressionado com o clamor dos politicos, deixou-

(40) Os dados citados neste Capitulo foram tirados da excelente memoria de Agenor de Roure, anteriormente referida.

se amedrontar pelo problema dos escravos, ao menos dentre todos foi, ainda assim, o que mais ousou. Como diz Oliveira Lima, êle representou, na marcha da abolição, o *grande irradiador de força*. Candido de Oliveira o chama de *grande magico*, para explicar a manipulação politica do Imperador, metamorfoseando conservadores em paladinos de idéias libertadoras de escravos!

“Ninguém melhor do que o Sr. conhece quais foram sempre os meus sentimentos a respeito da escravidão”, disse certa vez Dom Pedro II a Nogueira da Gama, seu Mordomo, querendo com isso referir-se ao prazer que lhe dera o avô deste, libertando toda uma familia de escravos, em honra da visita que o Imperador fizera á fazenda São Mateus, dos Nogueira da Gama (41). E a Heitor Varela êle confessou querendo, evidentemente, referir-se aos abolicionistas do grupo Joaquim Nabuco: “Ninguém deseja a abolição mais ardentemente do que eu. Os primeiros a sabê-lo são os mesmos que, á frente do belo movimento de emancipação, me atacam com tanta injustiça, acreditando que eu retardo a hora mais feliz do meu Reinado”.

Os politicos, melhor do que ninguem, sabiam disso. Bem que sentiam a ameaça constante da vontade imperial, aquella *pressão* referida pelo visconde do Rio Branco, que apesar de sensivelmente amortecida pelo terror que êles mesmos espalhavam, podia, contudo, vir ainda a cair sobre a vontade sempre incerta do Parla-

(41) Visconde Nogueira da Gama, *Minhas memorias*.

mento. O mérito do Imperador estava justamente em não se deixar vencer totalmente pelo mêdo ou pela inércia dos estadistas. Se, até certo ponto, êle proprio fôra contaminado pelo alarme que se apoderara dos politicos, era certo tambem que se não fôra êle, e sómente êle, o problema servil teria provocado no Brasil uma luta armada talvez mais terrivel, e certamente de muito piores consequencias para nós do que fôra para os Estados Unidos a guerra da Secessão.

O serviço que nos prestou o Imperador foi, portanto, o de acordar a consciencia entorpecida dos politicos, e de servir-se dela para obrigar o Parlamento a enfrentar corajosamente o problema. 1871, 1885 e 1888, para não citar tambem a primeira delas, 1850, são datas que ficarão na historia do Imperio a bem dizer traçadas pela mão de Dom Pedro II.

X

Se é a liberdade do ventre da mulher escrava, já vimos que fôra êle quem induzira o marquês de São Vicente a redigir os primeiros projétos que neste sentido foram apresentados ao Parlamento; quem vencera, pouco depois, com aquella teimosia branda mas inflexivel, a resistencia, primeiro do Conselho de Estado, depois de Zacarias de Góes; e quem convencera, finalmente, o visconde do Rio-Branco da necessidade da lei. Olindã, Furtado, Itaboraí, José de Alencar, Muritiba, Paulino

de Sousa, para não citar outros menos intransigentes, como o proprio Zacarias, como Saraiva, como Cotegipe, como o velho Nabuco, bem que procuraram, com os mais variados artificios, estorvar ou dificultar a evolução do Imperador na direção da liberdade progressiva dos escravos. Em vão. Dom Pedro II fôra sempre para diante. E embora com timidez, com toda a precaução, como era do seu feitio, nem por isso caminhou menos decididamente, nem com menor vontade de chegar ao fim. *Impoz a lei*, como diz Pereira da Silva.

Votada a lei do Ventre-livre, em sua ausencia, os louros da vitória cobriram Rio-Branco. Mas Rio-Branco fôra apenas — e fôra muito — o general que comandara as tropas. O inspirador da campanha, o estrategista dela, a alma do movimento, aquêlê que buscara o general e o colocara á frente das hostes, que lhe armára o braço e o prestigiara na avançada, com uma decisão sempre firme, constante, fiel — fôra o Imperador.

Se é a liberdade dos sexagenarios, vimos que fôra êle ainda quem trouxera Dantas; quem animára o chefe liberal baiano não sómente a enfrentar a opinião conservadora do Parlamento como ainda os seus proprios correligionarios dissidentes. Quando Dantas caiu, apesar da nova Camara que lhe déra o Monarca, foi para Saraiva, os *Nestor dos liberaes*, um dos seus predilétos, que êle se voltou. E quando Saraiva, numa retirada estratégica, se viu na contingencia de abandonar o Governo, na véspera da votação da lei pelo Senado, o *grande magico* correu para as reservas conservadoras,

e de lá tirou o velho Cotegipe, general de emergencia, para entregar-lhe a vitória já madura.

Daí para o fim a estrada ficou praticamente aberta. A pedra, aquela pedra que os politicos tanto temiam, rolava afinal do alto da montanha. Impossivel já agóra estorvá-la em sua descida vertiginosa. Insensivelmente, por um desses movimentos instinctivos, e apesar de todo o preconceito que se lhe enraísara no espirito contra a abolição immediata e sem indenisação, êle se deixaria vencer, como afinal se deixaram a Regente e o seu presidente do Conselho. E teria referendado a lei de 13 de maio.

Se, portanto, os louros da vitória afinal não lhe couberam diretamente, porque de direito pertencem aos agitadores abolicionistas, era dêle, indubitavelmente, a gloria de haver sido o grande animador da idéia, o inspirador dela, o seu supremo artista; e se era verdade que o clarão da abolição jamais brilhára com grande estrepito no seu espirito, uma chama, porém, nunca ali se apagára. Apesar dos ventos contrarios, por vezes impetuosos, que lhe vinham dos horizontes politicos, ela sempre resistira, bruxoleante, indecisa — mas viva, persistente, fiel. Sem ela, o incendio final de 13 de maio não teria nunca onde colhêr o seu fôgo.

CAPITULO III

O DECLINIO

Primeiros sintomas do declinio do Imperio — A “fé monarchica” — Futuro govérno da Princeza Isabel — A mulher brasileira e a politica — Hostilidades á futura Imperatriz — O conde d’ Eu e o sentimento nacional — O Imperador e o Terceiro Reinado — Apreensões de todos — A saúde do Imperador — Intrigas da opposição Seu divorcio do mundo objetivo — Tolerancia e insensibilidade — O Imperador em Petropolis — Sua vida jornaleira — A explicação da casaca preta — O Imperador e Pasteur — Molestia da raiva — O criminoso a serviço da humanidade — A pena de morte no Imperio — Convite a Pasteur para visitar o Brasil.

I

Com a campanha abolicionista coincidem os primeiros sintomas de declinio do Imperio. Começa-se a ter a noção de que as instituições monarchicas no Brasil já tinham dado o que deviam ou podiam dar; já haviam preenchido sua principal finalidade historica, que fôra

preservar e transmitir ás gerações vindouras a unidade da raça e do país, tão duramente abaladas nos anos difíceis de sua adolescencia. A *fé monarchica* ou, melhor dizendo, o sentimento monarchico nas tradições do nosso pôvo, se nunca fôra muito vivo, mesmo naqueles estadistas mais sabidamente afeiçoados ao trôno, começava francamente a desaparecer. “Eu vejo a Monarquia em sério perigo e quasi *doomed*, escrevia Joaquim Nabuco ao barão de Penedo, dez dias depois do 13 de maio. A Princeza tornou-se muito popular, mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana” (42).

O que se tinha ainda era, sobretudo, um resto de sentimento de fidelidade ao atual Soberano e á sua dinastia. Os mais optimistas chegavam mesmo a duvidar sôbre se na falta, amanhã, do velho Imperador, seria

(42) Carta do Rio, 23 de maio de 1888, no arquivo do Itamarati — Afonso Celso Junior, que será monarchista sob o regime republicano, mas que era republicano sob a Monarquia, dizia, até certo ponto com razão, nos ultimos anos do Imperio, que a Monarquia mantinha-se entre nós por méro espirito de tolerancia dos Brasileiros, pois que não havia na alma nacional nenhum esteio ou ponto onde ela se apoiasse. Referindo-se aos dois partidos constitucionais, salientava que nenhum dêles era, a bem dizer, monarchista — convenientemente monarchista. “Quando está no poder qualquer dêles, como a Monarquia e os seus interesses coincidem num ponto de intersêção, êle a defende. Mas se deixava o poder aquêle partido tornava-se, sinão hostile, pelo menos indifferente, não só á forma de govêrno mas até á pessoa do Monarca. Ninguém toma a sério as ficções que constituem a essencia do atual regime. E’ unanime o ridiculo provocado pelas suas práticas. Não ha uma classe, um grupo de homens dirétamente interessados na manutenção do sistema monarchico”. (*Oito anos de Parlamento.*)

realmente possível manter, entre nós, o sistema de governo monarquico, a tal ponto êle estava identificado com a pessoa mesma de Dom Pedro II.

Silveira Martins referindo-se, certa vez, em discurso á Camara, á precariedade, em geral, do sistema monarchico-constitucional, salientava, até certo ponto com acêrto, que êle não vingára completamente em nenhum país da Europa, á excepção da Inglaterra e da Belgica. Nêste ultimo país, mesmo, segundo a opinião, que citava, de Lord Grey, aquele sistema não se podia dizer estivesse firmado, por isso que não sofrêra ainda nenhuma mudança de Soberano ou de dinastia, “podendo-se attribuir, acrescentava, as vantagens colhidas até agora á alta capacidade do rei Leopoldo”. Os fatos, mais tarde, não iriam dar razão neste ponto a Lord Grey; a sucessão do rei Leopoldo se faria sem nenhum dâno para o regime politico do país, muito embora a Grande Guerra, quatro anos depois, e o papel heroico desempenhado pelo novo Rei, com a subsequente vitória militar da Belgica, fôsem os verdadeiros fatores de consolidação do regime.

Mas, seja como fôr, a situação da Belgica do rei Leopoldo tinha, a esse respeito, muita semelhança com a do Brasil de então, onde o governo monarchico-representativo, ou melhor, os bons resultados colhidos com tal sistema podiam ser attribuidos mais ao alto senso politico de Dom Pedro II do que propriamente a excelencia das instituições. Desaparecido que fôsse o Imperador, quem nos diria que os belos resultados colhidos até então continuariam a produzir os seus frutos? Por tudo o que

se via, pelo procedimento dos politicos profissionais, pelos vicios quasi insanaveis de nossa organisação de govêrno, pelo desinteresse e por vezes hostilidade dos homens publicos com relação á Corôa, podia-se talvez afirmar que na falta amanhã do atual Soberano, desse homem realmente providencial que o destino nos déra, o país constataria a absoluta falencia do regime instituido em 1822.

E a Princeza Imperial ? Esta, bem que era estimada por suas excelentes virtudes pessoais. Mas politicamente apenas toleravam-na. Não era sem uma intuitiva repulsa que os homens de Estado a viam desempenhar as funções que lhe attribuía a Constituição, intear-se dos negocios publicos, discutir e esmiuçar os assuntos da administração. A tódos, ou quasi tódos, isso se afigurava uma intromissão indébita e intoleravel.

A explicação de tal fato estava em que no Brasil, e numa sociedade como era então a nossa, onde o papel da mulher se limitava exclusivamente aos deveres de mãe de familia, sem nenhuma ação lá fóra, no mundo politico ou official, difficilmente se podia conceber a ingerencia dela no Govêrno da nação.

II

É um fato a relevar que a mulher brasileira, apesar de seus dotes de intelligencia, de sua vivacidade, de seu bom senso, até certo ponto, mesmo, em média, mais ele-

vado do que o do homem nunca desempenhou, ou nunca procurou desempenhar, ao que se sabe, papel de relevo no cenário político do país.

Com excepção da marquêsa de Santos, cuja acção pública, a bem dizer, não foi além de arranjadora de empregos para a família, nenhuma outra personalidade feminina do Paço ou fóra do Paço teve jamais influencia nos atos públicos dos dois Soberanos que nos governaram. Nem a primeira Imperatriz, Dona Leopoldina — apesar de se lhe terem querido emprestar um papel que não desempenhou na preparação da Independencia — nem a que se lhe seguiu no trôno, Dona Amélia; nem, no segundo Reinado, Dona Teresa-Cristina, nem a filha Dona Isabel (salvo, naturalmente, nos seus govêrnos regencias), nenhuma dessas senhoras teve jamais, que se saiba, a menor participação na politica ou na administração do país. O mesmo pode dizer-se de outras que estiveram ligadas, por laços de intimidade, á vida ou pessoas do Paço. Ou ainda das mulheres de nossos homens de Estado; e com maior razão daquelas que, estranhas embora a seus lares, tiveram sôbre elles qualquer ascendencia de ordem sentimental.

A mulher influindo mais ou menos abertamente na vida pública do estadista, a figura clássica da Egéria, como a tiveram em França Thiers e Guizot, para não citar outros, foi uma criatura que jamais medrou no Império. Tão pouco havia o que se chamava na Europa um *salão politico*, como foi em Paris, por exemplo, sob Na-

poleão III, o da princeza Matilde, ou em Londres, sob Jorge IV, o da princeza de Lieven.

Olinda, Aureliano, Monte Alegre, Abrantes, Nabuco, Cotegipe, Paranaguá e outros estadistas do primeiro plano, homens públicos e também homens do mundo, bem que abriam seus salões e nêles acolhiam o que havia de melhor como elemento social e politico do tempo; bem que nêles se discutiam os problemas que interessavam o Imperio, se ventilavam intrigas partidarias, se faziam e desfaziam combinações ministeriais. Mas tudo isso não saía, ou saía raramente da atmosphera que cercava os homens de Estado. Poucas vezes chegava até a roda das damas, e assim mesmo como simples éco, como méro assunto de conversação, como matéria apenas para commentarios. A mulher brasileira foi sempre e sobretudo a *dona de casa*, a *hausfrau* dos Alemães, sabendo receber e cativar os hospedes, acolhendo os galanteios de uns, contradizendo as opiniões de outros, intervindo mesmo, por vezes, numa discussão politica; mas nunca a mulher que atija homens contra homens, que traz e leva intrigas politicas, que aproxima e afasta grupos parlamentares, cabala votos, lança candidatos, sugére atitudes, inspira atos.

III

Por isto se explica, não diremos a má vontade, mas a incompreensão com que os nossos homens de Estado viam a possibilidade de o Brasil ser governado por uma

Soberana. Era-lhes de fato difficil imaginar que pudessem vir a ser obrigados a submeter-se á politica de uma mulher, á sua intromissão na balança dos partidos, na formação das Camaras e dos Gabinetes, na economia das eleições. Não era a pessoa da Princeza Isabel dona de tantos dotes, que elles viam com uma mal disfarçada apreensão, mas sim a mulher chefe de Estado, a mulher poder Executivo e poder Moderador, a mulher estadista — numa palavra, a Imperatriz.

Esse sentimento de repulsa pela mulher dirigindo os negocios públicos estava de tal modo enraísado na mentalidade dos estadistas e do público em geral, que vinha á tona mais ou menos periodicamente, tôda a vez que, na ausencia do Imperador, a regencia do Imperio passava ás mãos da Princeza Imperial. Tudo era então pretexto para intrighadas e confusões. Ora acusavam-na de clericalismo, chegando-se a inventar o boato de que levára o exagero a ponto de varrer o chão de uma igreja de Petropolis; ora de fraqueza, deixando-se dominar exclusivamente pela vontade pirracenta do marido — o Francês; ora de querer impôr arbitrariamente a vontade, mesmo contra a opinião politica das Camaras e dos Gabinetes.

Schreiner, ministro da Austria no Rio, insuspeito de nutrir má vontade pela familia imperial, de quem se mostrára sempre amigo, e por quem fôra recebido repetidamente com a maior cordialidade, traduzia bem esse sentimento de hostilidade á Princeza Imperial, quando mandava dizer ao conde Andrassy: “A ausen-

cia do Imperador é um mal incontestavel para o país. O governo da Princeza reinante, que não parece munido de poderes suficientes, sô serve para impopularisar sua pessôa. É de temer-se que á sua elevação futura ao trôno do Imperio seja erigada de difficuldades. Tôdo o mundo está de acôrdo em dizer que a ausencia prolongada e reiterada do Imperador (43), é um grande êrro politico, e que pode trazer consequencias funestas para a Monarquia" (44).

Chegou-se até, durante a moléstia de Dom Pedro II, em 1887, quando pareceu possível o seu falecimento, a cogitar-se do afastamento da Princeza Imperial da successão ao trôno, para substituí-la pelo principe Dom Pedro-Augusto, filho de sua irmã Dona Leopoldina, duqueza de Saxe, falecida em 1871. O ministro de França, conde de Chaillou, deu noticia ao seu govêrno dessa especie de conspiração: "Forma-se já um partido, que quer substituir o duque de Saxe, neto do Imperador, á sua tia a condessa d'Eu, casada com um estrangeiro, e cuja popularidade é ainda duvidosa" (45).

(43) Dom Pedro II estava então pela segunda vez no estrangeiro.

(44) Oficio de 20 de fevereiro de 1877, no Staatsarchiv.

(45) Oficio de 5 de abril de 1887, no arquivo do Quai d'Orsay — A pouca vontade dessa gente pela princeza Isabel reflétia-se até sôbre os seus tres filhos, o mais velho dos quaes, Dom Pedro, principe do Grão-Pará, então com a idade de 12 anos, era o herdeiro presuntivo da corôa. Deixava-os, como se vê, simplesmente de lado, para ir buscar o futuro Monarca na familia de seus primos, os Saxe.

IV

O pouco entusiasmo dos estadistas pelo futuro reinado de Dona Isabel provinha tambem da fraca simpatia com que tódos olhavam para a presença, ao lado dela, do marido, o conde d'Eu.

O conde d'Eu sofria no Brasil o inconveniente de tódos os principes consortes, que é o de não serem estimados no país a que ligam seu destino pela sorte do casamento. Tenham êles embora tódas as virtudes, e serão sempre tidos por estrangeiros, que pelos laços do matrimonio querem intrometer-se na vida intima do país adótivo. Uns intrusos. Na maioria das vezes esse julgamento é injusto.

Muito especialmente no caso particular do conde d'Eu. Nas três vezes em que sua mulher assumiu a regencia do Imperio, êle soube manter a attitude a mais corrêta (46). Nunca nenhum politico que foi Ministro nesses períodos disse o contrario. E durante tódo o tempo em que residiu no Brasil, seu comportamento esteve sempre acima de qualquer censura. "O que era

(46) O que não quer dizer que se desinteressasse completamente dos assuntos da politica e da administração pública, entregues ao govêrno da Princeza. Durante as regencias desta, o conde d'Eu costumava mesmo corresponder-se dirétamente, por escrito, com os Ministros, embora o fizesse declarando sempre que a sua opinião era a da mulher; e os Ministros, por sua vez, tambem a êle se dirigiam (quando não o faziam dirétamente á Princeza regente), discutindo ou assentando medidas de ordem pública.

possível fazer para conquistar o título de Brasileiro êle o fez — dirá um constituinte republicano; regulamentos, projéto de lei para melhor organização do Exército e aperfeiçoamento do seu material de guerra; escolas, bibliotéas, colonias orfanológicas para a infancia desamparada; tudo enfim quanto podia falar á gratidão das massas mais desprotegidas da sorte ou ás diversas classes da sociedade, êle planeou ou executou na maior parte” (47). Durante a campanha do Paraguai, se as circunstancias militares e politicas não lhe permitiram, máo grado êle, aliás, combater o inimigo do Brasil desde o inicio das hostilidades, sua ação de comandante em chefe, na ultima fase, quando escasseavam já, por doentes ou cançados, os nossos melhores generais, foi cheio de heroismo e de dignidade, e nunca se soube que tivesse se exercido em desabono das tradições do Exército brasileiro.

Mas nada disso bastava. Êle era o marido da Princesa Imperial, da futura Imperatriz, e só este fato o indispunha com a grande maioria da nação, que não o aceitava e nunca o aceitou como um Brasileiro, nem mesmo como um homem que tivesse sincera afeição ao país. Continuava a ser o *intruso*, a ser o estrangeiro indesejavel — o *Francês*. *Capitão marroquino!* foi como o chamou Silveira Martins, num tom pejorativo, querendo com isso referir-se ao tempo em que o Principe combatera em Marrocos, como official do Exército espanhol.

(47) José Avelino, *Cartas do Rio*.

Seus atos, suas frases, o sutaque francês de suas palavras, seu modo de viver, suas atitudes, tudo era motivo para recriminações, para censuras, para críticas acerbas e desrespeitosas. Acusavam-no de um excessivo amor ao dinheiro, que o levava a praticar atos de quasi avareza, em opposição á tradicional liberalidade do Brasileiro. As economias de sua casa, a parcimonia de suas gorjetas, sobretudo os célebres *cortiços*, casas de habitação coletiva, que se dizia o Príncipe explorava em beneficio de sua bolsa particular, mas com prejuizo para a população pobre da cidade, tudo isso, mas ou menos fantasiado ou exagerado pela imaginação popular mal disposta, criava-lhe um ambiente quasi irrespiravel, cavava ainda mais o fôssô que o separava do público.

E como não podia deixar de ser, refletia sobre a popularidade, já de si precaria, da Princeza imperial. É esse um dos muitos inconvenientes das mulheres no trôno. Por menos que queiram seus maridos, estes lhes prejudicam sempre o prestigio. Se a rainha Vitória não tivesse enviuvado ainda môça, e se guardado, intelligentemente, de contraír novas nupcias, não teria, com certeza, grangeado o prestigio verdadeiramente nacional que teve mais tarde.

V

Se a Constituição imperial, entre nós, tivesse adô-tado a lei sálica, Dona Isabel seria apenas a mãe do herdeiro presuntivo do trôno, do futuro Imperador, o prin-

cipe do Grão-Pará. Tanto lhe bastaria para que desfrutasse, na massa da população e no mundo político do Imperio, a simpatia e o prestígio a que tinha direito.

Longe disso, o que se viam eram os seus atos, como os do marido, os mais simples, os mais inocentes, servirem de pretexto para tôda sorte de críticas; deturpados ou envenenados, ecoavam imediatamente no seio da opinião pública, davam assunto para ataques da imprensa, sobretudo da imprensa republicana, nos ultimos anos do Reinado, quando não chegavam até mesmo á tribuna do Parlamento. Saldanha Marinho, sob o pseudonimo de Ganganelli, ao tempo da questão dos Bispos, em artigos publicados no *Jornal do Comercio*, do Rio, acusando a Princeza de clericalismo, levantava tôda uma celeuma, castigando-a impiedosamente, pelo fato de ela ter feito sentar a seu lado, na carruagem, o nuncio do Papa, *um padre estrangeiro*, quando recusava sistematicamente essa honra a tôdo Brasileiro, por mais notaveis que fôsem seus serviços ao país, os quais ocupavam sempre o assento da frente, em face dela, como acontecia com os camaristas.

De outra vez se explorava o fato de ter o Principe chamado da Europa, para assistir ao parto da mulher, a um especialista francês, provocando com isso um grande ressentimento na classe médica do país. *Coroneis de bobagem*, foi a frase que atribuiram á Princeza, proferida, dizem, em pleno conselho de Ministros, á face de Cotegeipe, então chefe do Gabinete, o qual se vira coagido a defender os brios da Guarda Nacional. A frase,

em si, continha uma verdade, pois que eram, de fato, de bobagem esses coroneis da antiga Guarda Nacional, mas talvez não tivesse sido jamais proferida, ou se o fôra, quando muito a titulo de pilheria. Não importava: era sufficiente inventá-la ou fantasiá-la; attribui-la depois á Princeza, dar-lhe inspiração ao marido *estrangeiro*, e tanto bastava para indispôr o casal com outra numerosa classe do país.

Até os menores incidentes, que se passavam em sua vida privada, eram motivos de exploração cá fóra. Foi o caso do professor de música mulato originario das Antilhas, pelo qual se mostravam atenciosos e cheios de cuidado os donos do palacio Isabel. Um dia vinha se dizer que a Princeza fôra solicitar, pessoalmente, a mão da neta de uma das altas patentes do Exército, um titular do Imperio, para mulher de seu professor; outro dia comentava-se a consideração exagerada que ela lhe tributava nas recepções do palacio, a ponto de fechar pessoalmente as janelas da sala de música, para que o ar da noite não molestasse o *seu* maestro.

Tudo isso era comentado e mal interpretado na cidade. Os inimigos do regime ou os desafetos dos Principes não se furtavam de logo envenenar as coisas, com o intuito preconcebido de indispô-los cada vez mais com a opinião pública brasileira. Preparavam, com isso, conscientemente ou não, a impossibilidade, quasi, de um terceiro reinado no Brasil, do *reinado francês*, como diziam. Ao Principe, naturalmente, de tudo culpavam, até mesmo de ter provocado, com maneiras pouco habeis, a de-

sunião na propria familia imperial, sendo certo que suas relações com o sobrinho, Dom Pedro-Augusto, não eram nada boas. “Plantaram a discordia na familia”, lamentava a Imperatriz, referindo-se a esses fatos.

VI

Teria o Imperador exáta consciencia da pouca solidez que apresentavam os alicerces da Monarquia, nesses ultimos anos de Reinado, sobretudo para o futuro govêrno de sua filha ? Não é facil responder. A Vicente Quesada, que tão bem focalisou certos sentimentos de Dom Pedro II, pareceu que este estava convencido de que a duração do Imperio dependia tão sómente de sua propria vida.

Pode ser. Não é impossivel que a intuição filosófica o tivesse desde algum tempo advertido da impraticabilidade do principio monarchico no Brasil. “A Monarquia não tinha raízes profundas — adverte Quesada — era uma instituição propriamente sem historia, porque a independencia do Brasil estava recente. Não criára partido militar, cujos heroes houvessem podido ser chefes e fundadores de uma aristocracia titular; esta era, portanto, pela forma transitoria, movediça, sem vinculos que a unissem ao trôno, e sem riquezas, pela divisão da herança que tornava impossivel acumular grandes fortunas” (48).

(48) *Mis memorias diplomaticas.*

Ajunte-se a isso o trabalho de solapamento das instituições a que se davam os proprios monarchistas, com as suas abjurgatorias contra o regime, preparando, assim, consciente ou inconscientemente, o ambiente que o virá destruir quasi da noite para o dia. Pode-se, a este proposito, applicar á Monarquia brasileira o que D'Elbée dirá mais tarde da Monarquia espanhola, isto é, que a idéia monarchica não repousava mais sôbre nada; seus ultimos defensores seriam esses liberaes (entre nós o ministerio Ouro-Preto), que haviam começado a miná-la, tinham sido os seus primeiros termitas, depois do que os republicanos não precisariam sinão soprar sôbre o edificio, a bem dizer uma simples fachada, para reduzi-lo praticamente a poeira.

O Imperador, com aquella dóse apreciavel de bom senso que nunca lhe faltou, devia ter compreendido que apesar do sentimento de fidelidade que acaso se tinha ainda á Monarquia em geral e á sua familia em particular, o futuro govêrno de sua filha iria lutar com difficuldades que não tivera o seu, quem sabe mesmo se insuperaveis; e, sobretudo, que o Terceiro Reinado não poderia, infelizmente, contar, ao menos em seus primeiros anos, com uma pleiade de homens públicos da envergadura moral e da capacidade profissional daqueles que lhe fôra daído possuir durante tôdo o seu longo govêrno. E isto era um fator da maior importancia.

De fato. Nesses ultimos anos a morte inexoravel já havia ceifado grande parte daqueles varões eminentes, notaveis estadistas, que apesar de não poucos defei-

tos, formavam ainda a mais brilhante coórte de homens públicos que já se vira no continente americano. Bernardo de Vasconcelos, Aureliano, Paula Sousa, Monte-Alegre, Paraná, Abrantes, Uruguai, Eusebio, Olinda, Furtado, Itaboraí, Torres-Homem, Zacarias, Nabuco, São Vicente, para não citar outros, não contavam mais. já agora, entre o numero dos vivos. Caxias e Rio-Branco morriam ambos em 1880; Abaeté seguia-os três anos depois. O Imperador os vira partir, uns após outros, deixando, cada qual, no cenario político do Imperio, um vazio que difficilmente podia ser preenchido. *Nous mourons tous et nous allons sans cesse au tombeau ainsi que des eaux qui se perdent sans retour (Bossuet).*

E' certo que outros ainda lhe restavam, secundando-o na obra construtora da nacionalidade. Não teriam, possivelmente, salvo três ou quatro, as grandes qualidades da maioria daqueles que haviam partido, embora apresentassem ainda a mesma solidez de caráter e a forte estrutura moral dos antigos. Sem falar em Cotegipe e Sinimbú, já septuagenarios, alí estavam ainda, atuando com a mesma eficiencia, Paulino de Sousa, Muritiba, Andrade Figueira, Paranaguá, João Alfredo, Ouro-Preto, Lafayette, Dantas, Martinho Campos, Silveira Martins, Saraiva. Excepção, porém, de Ouro-Preto, em pleno viço, não se podia contar com os demais ainda por muitos anos.

O Terceiro Reinado teria, portanto, de fornecer-se na geração que vinha, naquella que aparecia agora no cenario político do paiz, e que estava longe de prometer

homens da mesma massa dos que já haviam partido, ou partiam agora uns após outros. Eram certamente rapazes de intelligencia viva, de facil falar, de atitudes decididas e generosas, mas que não revelavam a igual solidez dos antigos. O aço que os fundira estava longe de ter a mesma tempera dos moços da Regencia e dos primeiros anos do govêrno do Imperador; suas virtudes, embora peregrinas, se amoldavam em bem diferentes formas, e êles não tinham, pela causa publica, a mesma paixão desinteressada, o mesmo desprendimento, o mesmo espirito de sacrificio.

Onde descobrir, de fato, dentre os jovens de agora que teciam suas primeiras armas no Parlamento e no Governo, futuros estadistas, precocemente revelados como o fôram Aureliano, Paraná, Uruguai, Rio-Branco, João Alfredo, Ouro-Preto, tôdos ministros de Estado antes dos 35 anos de idade? Sendo que Ouro-Preto fôra ministro da Marinha, em plena guerra do Paraguai, aos 29 anos apenas; Paraná ministro da Justiça aos 31; e Aureliano ministro do Imperio aos 32. E não citamos Euzebio, Zacarias, Abaeté, Cotegipe, Paranaguá, que antes dos 40 anos já haviam tomado assento ao lado do Imperador, nos altos conselhos da Corôa.

VII

Por tudo isso, esperava-se com as mais fundadas apreensões a vinda proximo do Terceiro Reinado. Essa inquietação aumentava quando se considerava o es-

tado da saúde do Imperador. Muita gente fazia até depender a sorte da Monarquia da vida de Dom Pedro II. “Praza a Deus — exclamava na Camara o deputado baiano Cesar Zama — praza a Deus que o orador seja um falso proféta: no dia em que o venerando Monarca que nos rége fechar os olhos, talvez não se possa firmar o Terceiro Reinado”.

Embora tôdos o vissem desenvolvendo ainda uma grande atividade, interessado nos assuntos da administração publica, era certo que o seu organismo não apresentava mais a solidez de poucos anos atraz. Podia-se mesmo dizer que êle era um homem precocemente envelhecido: com cêrca de 60 anos apenas, em 1885, tôda a sua apparencia, nessa época, era a de um velho septuagenario.

Exageravam-se, contudo, as condições reais de sua saúde. Atribuiam-lhe uma decadencia que nada fazia supôr fôsse exata. Acusavam o Imperador de ter perdido quasi por completo o poder da vontade, e não raros o julgavam até afetado das faculdades mentais, sofrendo de uma senilidade precoce. Diziam que se deixava, por isso, dominar exclusivamente por certos comensais do Paço, sobretudo por seu medico de confiança, o conde de Motta-Maia, que a muitos se afigurava até o inspirador da politica imperial.

Nada menos exato. Os documentos dessa época e dos anos subsequentes, hoje conhecidos, que passaram pelas mãos do Imperador, atestam o nenhum fundamento de tais acusações. Nem em suas cartas, nem nas con-

siderações escritas, nem em muitas emendas que fazia, de seu proprio punho, á margem dos papeis do Estado, se pode notar qualquer decaída de espirito. Apenas a letra é ás vezes irregular, as linhas de sua escrita vacilantes, o que significa tão somente uma firmeza menor no pulso e nos dedos da mão.

No inverno de 1887, é certo, durante os menses de crise de febre palustre que o assaltou, sua memoria, habilmente tão sólida e tão lúcida, ficou sensivelmente abalada. A filha Dona Isabel logo o notou quando chegou da Eurcpa, a chamado de Cotegipe, para assumir a regencia do Imperio. Mas não passou isso de um dsequilíbrio passageiro, que cessou com o fim da crise da molestia. E nos ultimos menses do Reinado, como até o fim de seus dias de vida, tanto a intelligencia como a memoria do Imperador nada deixaram a desejar.

Mêses antes de sua morte, em junho de 1891, o professor Charcot teria ocasião de o examinar em Vichy. Notando uma certa incontinencia de urina, que lhe apparecera pouco antes, logo affirmaria “não estar ela ligada a nenhuma desordem cerebral”. E acrescentaria: “Não se nota, de fato, nenhum desarranjo quanto ás funções cerebrais; tudo por aí está perfeito” (49).

Esses boatos sôbre a incapacidade mental do Imperador, espalhados no fim do Reinado, não passavam, no fundo, de simples arma politica, forjados pelos proprios monarchistas e secundados, naturalmente, pelo elemen-

(49) Carta de Charcot a Motta-Maia, de Vichy, 17 de junho de 1891, no arquivo da familia imperial.

to republicano; pensavam assim incompatibilisar com a Corôa os adversários que detinham momentaneamente o poder, e desalojá-los mais facilmente das posições de mando. Não percebiam esses liberais e esses conservadores que no fundo, o que êles faziam era cavar para ambos o fôssô em que tôdos sossobririam com a Monarquia e a familia imperial.

VIII

Rui Barbosa era um desses. Liberal do grupo de Dantas, confessadamente monarquista na véspera, ainda, da quêda do Imperio, (50) não duvidava, para des-

(50) Enganam-se os que dizem que Rui Barbosa foi um *republicano historico*. Nem uma coisa, nem outra; ade-riou, como tantos outros, na tarde de 15 de novembro de 1889. Oito mêses antes da proclamação da Republica, êle ainda escrevia: "Nunca advogaremos a desordem, nem nos alistamos ainda na bandeira republicana" (Rui Barbosa, *Quêda do Imperio*). — Não estaria, talvez, longe da verdade, quem procurasse explicar a má vontade, nessa época, de Rui Barbosa contra o Imperador, na sua exclusão do gabinete Dantas, em 1884, provocada por Dom Pedro II. Tem havido muito debate sôbre este assunto. Rui Barbosa contestou sempre que seu nome tivesse sido vetado naquela época pelo Monarca. Muito pelo contrario, disse êle, Dantas lhe participára que o seu nome, *primeiro lembrado*, fôra acolhido *com aplauso* pelo Imperador. A narração de Rui Barbosa é esta: "Fôra eu o primeiro lembrado. O Imperador acolhera com aplauso a indicação do meu nome. Estavam-me duas pastas á escolha: a da Agricultura e a do Imperio. O organisador convidado queria-me antes na da Agricultura, que era a pasta da emancipação. Mas Sua Majestade me preferia na do Imperio, afim de executar os

moralisar o Gabinete conservador do barão de Cote-gipe, então no poder, de fantasiar uma suposta *apatia*

meus projéto de reforma do ensino, já submetidos á Cama-ra. Só de uma condição dependia tudo. E, baixando a voz, indagou o meu eminente interlocutor (*Dantas*): — “Mas, Rui, tens segura a reeleição?” Ao que prontamente eu: — “Ninguém pode responder a esta pergunta como V. Ex. mesmo, chefe do partido liberal, que me tem elegido.” Não me replicou; porque mal me calava, quando já um dos pre-sentes, interpondo-se com vivacidade, o atalhava nomeando certo politico baiano, a quem attribuía eleição segura. Silen-cio geral de um momento, que o dono da casa logo se deu pressa em cortar, acudindo: — “Vamos refletir”. Mas nunca mais, nem alí nem noutra qualquer ensejo, até ao ter-mo das nossas relações em 1890, nunca mais se me tocou naquilo”. — E’ difficil conciliar esta narrativa de Rui Bar-bosa com o testemunho trazido pelo proprio filho do sena-dor Dantas, J. P. de Sousa Dantas, e estampado no *Jornal do Comercio*, do Rio. Diz êle ter ouvido do pai, no dia mesmo em que fôra este chamado a São Cristóvão para conversar com o Imperador sôbre a organização do futuro Ministerio, a declaração de que *entrára em divergencia com o Impera-dor sôbre a admissão de Rui Barbosa*. Dantas apresentára ao Monarca o nome do deputado liberal baiano, cuja presen-ça no futuro Ministerio, dizia êle, *valia uma Camara inteira*. O Imperador objétára-lhe: — *Mas o seu Rui não tem a reeleição certa: o Sr. vai expôr-se a uma derrota, ou a uma acusação de intervir no pleito com os meios de govêrno*. Dantas, desviando a difficuldade, replicára: — “Mas Vossa Majestade não se dignou ainda de me dar a incumbencia de organizar o Gabinete; e essas questões só oportunamente podem ser resolvidas”. J. P. de Sousa Dantas acrescenta que esse fáto causou grande consternação no seio da fami-lia Dantas, onde Rui Barbosa era muito estimado, sobretudo por Rodolfo Dantas, que logo profligou a *ingerencia do Monarca* na organização do Ministerio, o *capricho* do Impe-rador, terminando por declarar que “não teria a coragem de lhe (*a Rui Barbosa*) anunciar o Gabinete sem o seu nome”. Dantas rematou então a discussão com estas palavras: — “Bem: tôdos vocês, mesmo Rodolfo, não podem querer ao

mental do Imperador, a quem acusava de estar sendo sequestrado pela “herdeira presuntiva, pelo príncipe

Rui mais do que eu; serei eu que irei falar-lhe, e não ha necessidade de o pôr a fôgo acêso com o Imperador. Estou certo de que êle aceitará sem queixa o que eu lhe disser, como partindo de mim mesmo, e que terei tôda a sua dedicação, esteja êle ou não no Govêrno”. — Parece que esta deve ser a versão exáta. Não é impossivel que Dantas, para poupar a sabida susceptibilidade de Rui Barbosa, e não o pôr a fôgo acêso com o Imperador, lhe tivesse dito que o seu nome fôra bem acolhido pelo Monarca, deixando-lhe todavia perceber, no indagar sôbre as probabilidades de reeleição do seu correligionario e amigo, o receio que tinha de efetivar a escolha do seu nome como ministro do gabinete em formação. Dois fátos, em tôdo o caso, são positivos nesta questão: que o nome de Rui Barbosa, depois de lembrado por Dantas para ministro, foi por este pôsto definitivamente de lado; que Rui Barbosa, como previra ou não o Imperador, não foi reeleito deputado nas eleições daquele ano. Que concluir, portanto? Isto: que Dantas desejou realmente incluir Rui Barbosa no Gabinete, mas desistiu assim percebeu ou lhe fizeram perceber a pouca probabilidade que tinha o seu candidato de ser reeleito deputado. Que foi o Imperador que lhe chamou a atenção nesse ponto, é o mais que provavel, não só pela narrativa do filho de Dantas, como sobretudo pelo silencio que este sempre guardou perante Rui Barbosa sôbre os motivos da sua exclusão do Ministerio. O fátos de *largar* Rui Barbosa, embora seu correligionario e amigo, assim percebeu que êle não era, naquela ocasião, *persona grata* ao Monarca, estava bem, aliás, nos moldes de Dantas. — Não é fóra de proposito recordar aqui os ataques que Rui Barbosa lançava contra o Imperador, em março de 1889, da tribuna da Camara, quando, dizendo-se embora *ainda monarquista*, gritava, nadando em contradições, contra “as revoluções sucessivas dos partidos atirados á opposição pelo arbitrio imperial, a absorção progressiva da autoridade ministerial no elemento pessoal do poder Moderador, a ingerencia Inconstitucional da Corôa em tôdas as esfêras da vida governativa, a corrupção exercida pelo Trôno sôbre o caráter dos estadistas...” — Ainda sôbre os sentimentos mo-

consorte e pelo aulicismo". *Achamo-nos sob o govêrno do Paço e não sob o govêrno do Rei!* exclamava (51).

João Penido era outro. Deputado liberal mineiro, fazendo opposição ao Gabinete conservador do conselheiro João Alfredo, declarava á Camara: "Hoje Sua Magestade reina mas não governa, nem administra como fazia antes: administram por êle, governam por êle. Isto é o que está na consciencia de tódos e é a voz pública. Pela enfermidade que o persêgue, a ação de Sua Magestade limita-se a perguntar aos Ministros: *Que papeis temos para assinar?* E assina-os sem discutir, sem dar mesmo a sua opinião. Diz-se e eu tenho a coragem de repetir sob a minha responsabilidade, que o Imperador de fâto é o Sr. conde de Motta-Maia! Sua

narquicos de Rui Barbosa, mesmo nas vésperas de 15 de novembro, não deixa de ser uma prova o fâto de êle se ter recusado a entrar no ministerio Ouro-Preto, cinco mêses antes da proclamação da Republica, apenas por não ter o novo presidente do Conselho querido aceitar o programa federativo, votado pela maioria do partido liberal, á qual pertencia Rui Barbosa. Ora, se o unico motivo foi este — e não se alegou outro — é claro que não havia nenhuma incompatibilidade de crenças políticas. De resto, não seria cabível que Ouro-Preto, de sentimentos tão sabidamente monarquicos, fôsse lembrar-se de um republicano para o seu Ministerio. Ouro-Preto acentúa (*Advento da ditadura militar no Brasil*), com tódta a oportunidade, que Rui Barbosa "protestava até á ultima hora", isto é, até as vésperas de 15 de novembro, pertencer ao partido liberal, apesar do mesmo partido não o ter apresentado na lista de seus candidatos á Camara temporaria, nas eleições de 1889. Rui Barbosa teve de pleitear eleição no Rio de Janeiro, sempre sob o rótulo de *liberal*, onde aliás não foi eleito.

(51) Rui Barbosa, *op. cit.*

Majestade move-se ao aceno do Sr. Motta-Maia, a quem obedece como uma criança docil e bem educada. Se o Sr. conde de Motta-Maia diz que Sua Majestade sáia, Sua Majestade sái; se diz que fique, Sua Majestade fica”.

IX

Joaquim Nabuco dirá que a moléstia que minava o organismo do Imperador, nesses ultimos anos do Reinado, o tornava ainda mais tímido, “quasi vexado de reinar na América á moda da Europa, querendo parecer uma especie de archonte-rei, como José Bonifacio sonhara para Dom Pedro I, um Benjamim Franklin coroadado” (52).

De fáto o seu *paisanismo* cada vez mais se acentuava. O homem se retraía consigo mesmo, se concentrava, se recolhia timidamente nas dobras de seus sentimentos intimos. Sua vontade, que nunca fôra agressiva, tornava-se cada vez mais branda, mais ténue, mais inconsistente. Ampliando uma observação de Eunapio Deiró, diremos que o espirito que o animava, preparado que fôra para nutrir-se de sua propria seiva, desprendia-se agora, progressivamente, da comunhão de sentimentos.

Sentia-se que êle cada vez mais se afastava do trôno. se libertava da realza. Procurava igualar ao cidadão comum do seu Imperio. O *seu* Imperio: na verdade

(52) *Um estadista do Imperio.*

êle nunca dizia o *meu* Imperio, ou o *meu* povo, ou o *meu* govêrno. Certa vez, em conversa com Vitor Hugo, alegara vagamente aos *seus* direitos, querendo, com isso referir-se aos poderes que lhe dera a Constituição; mas logo corrigira, meio vexado: "Perdão, eu não tenho direitos".

No fundo, nada mais opôsto a um *Imperador*, no sentido historico da palavra, do que aquele ancião de gestos brandos e lento caminhar, de aspecto pesado, sempre vestido de preto, com a sua indefectivel casaca, que era visto passeiando a pé pelas ruas quiétas de Petropolis, sempre polido, sempre cortez para com todos, muito simples e natural, mesmo um pouco acanhado, parecendo até vexado com a cerimoniosa attitude que lhe dispensavam os passantes. *Le Roi est desolé qu'on ne puisse pas le tutoyer*, dissera Vitor Cousin uma vez, referindo ao rei Luiz-Filipe, *Le Roi citoyen*.

Vicente Quesada o chama de *descontente resignado*, cujo ideal teria sido governar sem maiores aborrecimentos ou mesmo não governar; sem preocupar-se de nada que pudesse perturbar a suave placidez de sua existencia de filósofo prático. "Na vida privada houvera sido um excelente cavalheiro, culto, ilustrado, algo ironico, mui tolerante, quiçá indifferente, não pouco egoista não incomodando a ninguem para não ser por ninguem incomodado: um ideal a Renan. Mas na vida pública não podia abandonar-se a essa dôce felicidade. Tinha que ocupar-se do govêrno, e isto o contrariava, o tirava de seus lazeres, perturbava-o não poucas vezes.

Foi Monarca á força. Se tivera podido traçar êle proprio o seu destino, possivelmente não houvera jamais sonhado em gastar essa curta vida no govêrno de um povo, que poucas vezes compreende o sacrificio que isso implica, e que quasi nunca sabe agradecer-lo, na persuasão de que o poder é um canonicato por todos ambicionado” (53).

Esse seu divorcio do mundo objetivo, esse seu retraimento, concorria não pouco para fortalecer no espirito público a crença, que se formara, de ser o Imperador um homem de sentimentos inexpressiveis, insensivel ás vibrações do mundo exterior.

Em verdade, êle não mostrára ser jamais o que se chama um *sentimental*. Por natureza, sobretudo por educação, devido ao meio de suspeições e intrigas em que desabrochára sua infancia, o Imperador se revelára desde cêdo um homem de sentimentos retraídos, de fei-tio extremamente reservado. E desde então nunca mais mudára.

(53) *Op. cit.* — Sua pouca propensão pelo poder deu lugar a que se dissêsse que era intenção do Imperador abdicar a Corôa em favor da filha, a Princesa Imperial. Alguns jornais da Europa chegaram a dar curso a tais boatos — porque semelhante noticia não passou, evidentemente, de um boato. “Não tem nenhum fundamento, mandou dizer para Viena o Encarregado de Negocios da Austria no Rio. Dada a inclinação do Imperador pela literatura e pela ciencia, não é impossivel que a idéia da abdicção lhe tenha ocorrido alguma vez. Mas uma decisão dessa natureza será muito difficil, dada a inexistencia quasi completa de qualquer patrimonio privado do Imperador” (Officio de 22 de março de 1875, no Staatsarchiv, de Viena).

Fôra dos assuntos puramente administrativos, não usava confiar aos que o rodeavam, mesmo áqueles que lhe eram mais chegados, como Bom-Retiro, sinão as suas idéias gerais. Rarissimamente fazia-lhes uma confidencia ou manifestava-lhes um sentimento de natureza mais pessoal. Sua correspondencia com esses poucos amigos o prova. Não ha nela nenhum traço, não diremos de intimidade, mas simplesmente de franca e espontanea amizade. Apesar da simpatia que seguramente lhes tributava, que acreditamos fôsse profunda, raramente os tratava no tom familiar de *você*, sempre ou quasi sempre o cerimonioso *Sr.*, mesmo para com Bom-Retiro, que fôra entretanto seu amigo e companheiro de infancia. A este proposito, é de salientar-se que Dom Pedro II rompeu com a velha tradição dos reis portuguezes, mantida ainda por seu pai, que se dirigiam aos seus súbditos, quaisquer que êles fôsem, na segunda pessoa do singular — *tu*. Foi uma prerogativa real de que êle jamais quiz usar.

“Cumpre ao Monarca ser franco para com os Ministros — escreveu certa vez em suas notas — mas fôra das ocasiões em que se resolvam os negocios deve ser o mais reservado possivel, ouvindo a tôdos e procurando esclarecer por tôdos os meios convenientes o seu juízo. A respeito do conceito que forma o Monarca dos individuos, tôdo o escrupulo é pouco, e deve lembrar-se sempre de que os Ministros desculpam-se as mais vezes com a opinião dêle, ou que lhe imputam, quando se acham

empenhados interesses individuais (54). Esta nota fotografa o homem. De outra vez, escrevendo ao genro, resumia nestas palavras o mesmo sentimento suspeito: "Nunca me arrependi de evitar escrever o que se possa prestar a manejos politicos, e na nossa posição convem que nenhum partido se diga nosso com apparencia de razão 55).

Essa exagerada reserva era motivo para lhe attribuirem quadrinhas como a seguinte:

Muito vence quem se vence.

Muito diz quem não diz tudo:

A um discreto pertence

A tempo fazer-se mudo (56).

(54) Arquivo da familia imperial.

(55) Idem. — Uma das rarissimas vezes em que Dom Pedro II se abriu um pouco com referencia aos fatos e homens do seu tempo, dizem que foi na correspondencia que entreteve, nos ultimos anos de vida, com o seu camarista o conde de Nioac. Talvez por isso determinou a este ultimo, que as suas cartas não fôsem jamais reveladas, nem no tôdo nem em parte. O conde de Nioac observou escrupulosamente a vontade do Imperador, e no mesmo proposito se mantem o seu filho, Sr. barão de Nioac, em posse do qual está hoje aquella preciosa correspondencia, muito embora a reserva exigida pelo Imperador tenha atualmente perdido a oportunidade. O autor desta *Historia*, apesar de seus esforços, não conseguiu, infelizmente, convencer o Sr. barão de Nioac do caráter historico e, portanto, publico que tem hoje aquella correspondencia.

(56) A attribuição dessa quadra ao Imperador vai contra a verdade. Provou-o o Sr. Lindolfo Gomes, no seu interessante trabalho *Nihil novi...* fazendo vêr que ella pertence de direito ao poeta quinhentista Dom Francisco de Portugal.

X

Essa desconfiança do Imperador, a quasi impene-travel reserva que guardava para com todos, sempre que se tratava de seus sentimentos pessoais, ou saía do circulo limitado dos assuntos administrativos, devia ter concorrido para esfriar-lhe não pouco o coração. O visconde de Taunay, que o conhecera mais de perto, dirá com razão que êle chegou ao fim da vida só, "isolado, sem um amigo pessoal, um coração grato e dedicado, vendo tão sómente em torno de si a aridez afétiva de que propositalmente se rodeara" (57).

Aliás, mais do que frieza de coração, o que havia nêle era sobretudo indiferentismo, uma espécie de preguiça sentimental, que o tornáva arredio a tôda expansão mais forte, mesmo com relação áquilo que mais de perto o interessava.

Êle não tinha, por exemplo, a insensibilidade do primo austriaco, o imperador Francisco-José, o qual, encontrando, depois de largos anos, o seu ex-ministro Rechberg, a quem o haviam ligado outróra relações da maior cordialidade, não teve outra frase sinão esta, para dizer ao homem de Estado então quasi octogenario: *Ha muito tempo que não nos vemos.* E foi passando adiante. O principe de Bulow, que conheceu Francisco-José

(57) *Reminiscencias* — "Partiram-lhe as fibras da sensibilidade, e viveu no nosso paiz tropical sem paixões, sem afétos, frio e glacial como um homem do norte" (Alberto de Carvalho, *Imperio e Republica ditatorial*).

de perto, dizia dêle: "Seria ir muito longe pretender que não tivesse sensibilidade. Mas bem raros foram aqueles a quem o revelou. Nunca lhe aconteceu, talvez, numa entrevista pessoal, frente a frente, fazer de um adversario um amigo, seduzir um homem politico; êle nada tinha de um conquistador de homens nem de almas".

De Dom Pedro II não se podia dizer precisamente o mesmo, embora não fôsse tido jamais por um *charmeur*. É sabido, porém, que não poucos de nossos politicos, aos quais êle não era simpatico, ou que lhe eram francamente contrarios, deixaram-se vencer logo que tiveram um contáto mais diréto com o Monarca, e puderam, assim, conhecer-lhe as não poucas virtudes. Mas as armas do Imperador, nessas ocasiões, eram mais a sua bondade, a simplicidade de seu feitio e a profunda honestidade de seu caráter, do que uma natureza expansiva ou conquistadora. Vencia pela doçura, pela dignidade de maneiras, pela elevação de espirito, muitas vezes pela persuasão, mas nunca por arrôbos de expansão.

Não faltava quem o culpasse dessas conversões, de praticar uma espécie de corrupção, trazendo á sua órbita homens que se fartaram de o acusar e o difamar. Citam-se, a este proposito, os nomes de Sales Torres-Homem, de Ferreira Viana, de Silveira Martins, entre outros.

Que esses três acabaram, sinão por renegar por completo tôdas as injustiças que haviam feito antes ao Monarca e á sua familia, ao menos por se reconciliar pes-

soalmente com Dom Pedro II, é fáto hoje incontestado. Deixaram-se possivelmente levar um pouco pelo desejo de mando politico, de posições no Govêrno, de póstos na administração pública, e nisto está, talvez, a espécie de suborno que acaso os tenha abalado; mas se deixaram, tambem e sobretudo impressionar pelo feitio moral do Imperador, pela dignidade de sua pessoa, a doçura de suas maneiras, a grande, a enorme, a inexcedivel liberalidade de seu temperamento.

“O traço principal do seu caráter, dirá Joaquim Nabuco, é uma tolerancia inquebrantavel, á prova de tôdas as tentações e de tôdos os gravames pessoais, e que por todos os titulos merece o nome de magnanimidade” (58). José Verissimo dizia, com acêrto, que o Imperador não era capaz de grandes odios nem de grandes amôres. *Il aimait les gens sans paraître estimer personne tout à fait*, é uma frase que se lhe podia muito bem aplicar. “Sou sensível ás injustiças e me doem os apodos — confessou êle proprio, numa quasi indisfarçavel alusão a Torres-Homem — mas o meu dever não permite que, por injurias, prive o paíz dos serviços dos Brasileiros distintos” (59).

Longe de procurar, de qualquer modo, subornar os que o atacavam ou lhe eram sabidamente desafêtos, êle os queria independentes e altivos. Sabia bem distinguir onde estava a paixão politica e onde estava a falta de caráter. Respeitava os que o combatiam de viseira

(58) *Agradecimento aos Pernambucanos.*

(59) Cit. por Max Fleiuss, *Paginas brasileiras.*

erguida, sem nenhuma baixa preocupação, levados unicamente pela independencia de seus temperamentos ou pelos ditames de suas consciencias. Os demais desprezava, quando podia. Não era de fáto, um comprador de consciencias quem tanto se esforçava por tornar os Brasileiros dignos — dignos de si mesmos e dignos do seus paíz, moral e civicamente invulneraveis. Bunsen dizia que Bismarck tornára a Alemanha grande e pequenos os Alemães. De Dom Pedro II não se poderá dizer o mesmo, porque os esforços de tôda a sua vida, desde os dias da mocidade, fôram sempre para tornar o Brasil grande e grandes os Brasileiros.

XI

A cidade de Petropolis continuava a ser, nesse fim de Reinado, o seu refugio predilêto. Afastava-o da atmosphera fermentada da Côrte, dos *miasmas da politica*, como êle dizia. *Je suis heureux de savoir l'Empereur à Petropolis*, escrevia-lhe Gobineau. *Certainement les ennuis montent jusque là; mais je crois pourtant qu'il en reste quelques-uns en route et que beaucoup de ceux qui arrivent sont adoucis*" (60).

O Imperador sentia-se bem naquele ambiente são e tranqullo da serra. E era com ansiedade de um collegial em vésperas de férias, qua aguardava o momento

(60) Carta de 9 de fevereiro de 1878, no arquivo da familia imperial.

de poder deixar o Rio, depois de encerrada a sessão legislativa, para ir retemperar o corpo e o espirito na montanha. “O tempo de Petropolis se aproxima — escrevia a Gobineau, em outubro de 80 — e lá eu me pertengo mais”.

Seu costume era subir no começo do verão, e só descer definitivamente pouco antes da Semana Santa. Às vezes voltava ainda a Petropolis depois dessa época; mas em meados de maio, o mais tardar, estava definitivamente na capital do Imperio. Preocupado, sempre, em não incomodar ninguem, respeitoso, como poucos, do confôrto alheio, preferia descer ao Rio uma vez por semana, para despachar com os Ministros em São Cristovão, a obrigá-los a fazer as cinco horas de viagem a Petropolis.

Alí recebia, porém, tôdos quantos o procuravam. Reservava, para isso, habitualmente, duas horas por dia. *Vá a Palacio quando desejar*, dizia êle a Vicente Quesada, *o reciberei das 11 até 1 hora*. Foi numa dessas ocasiões que o diplomata argentino o focalizou:

“Alto, um tanto grôsso, de barba longa e basta, já branca, passo lento, finas maneiras, sem parecer pretencioso, embora no fundo do seu caráter fôsse autoritario e cioso de que observassem os fóros impostos pela etiqueta. Trajava habitualmente, desde as primeiras horas da manhã, casaca preta, e sempre á lapéla o habito do Tosão de Ouro. Para visitá-lo em seu palacio de verão, era preciso vestir casaca e gravata branca, embora fôsse o palacio mobiliado modestamente, com as salas caiádas e os moveis de assento de pa-

lhinha, sem duvida por causa do calor. Recebia de pé, e a visita se fazia de pé... Encerrava-se a audiencia com um sinal de cabeça e ao estender a mão com ar de benévola cortezia (61).

Levara em Petropolis uma vida de verdadeiro *gêntilhomme campagnard*, colhendo ou cultivando as flôres do parque de seu Palacio, passeiando pelas ruas ou pelos arredores da cidade e á noite, no meio da familia, lendo os jornais ou comentando um livro de sua predileção. Não dava festas, observava Quesada, a quem seu Palacio em Petropolis parecia mais a residencia de um abastado fazendeiro do que o retiro de um Soberano. Frequentava, contudo, os festivais que a filha promovia no Palacio de Cristal, com fins de caridade, onde geralmente se dançava, se fazia musica e se improvisavam leilões de prendas. Ou então os bailes semanais do Hotel Braganca, onde comparecia com a familia. Nessa época o Imperador já não dançava mais. Limitava-se a conversar animadamente com tôdos, sem distincção de pessôa, com aquela singeleza que o caracterisava. “Chamava aí a minha atençaõ a modestia do ambiente, aquele Monarca misturado a tôdos os assistentes, sem nenhuma cerimonia, nem luxo, nem brilhantismo. Era uma simples reunião para dançar-se, em verdade agradável, mas sem fausto, dominando nela a igualdade social” (62). Trajava nessas ocasiões o fraque. Assim procedia por sollicitação, para que as se-

(61) *Mis memorias diplomáticas.*

(62) V. Quesada, *op. cit.*

nhoras e os cavalheiros presentes pudessem imitar-lhe o exemplo, e não se vexarem com os trajos de côrte. Fôra a explicação que êle mesmo dera a Vicente Quesada.

“A Imperatriz estava geralmente presente, já idosa, baixa, côxa, nada devendo á formosura, mas seu aspéto traduzia a estirpe real, o sêlo aristocratico, que não gosta de franqueza, embora fôsse friamente amavel. O Imperador extendia cortezmente a mão; a Imperatriz só me recorda de a haver dado uma unica vez” (63).

O passeio predilêto do Imperador era pela manhã, naquelas manhãs de verão, quando a serra toda se despia da neblina da noite e o sol varria, com seus raios dourados e cheios de uma alegria moça e cantante, os vales verdejantês do Piabanha. Era quando o Imperador saía para as duchas. Caminhava a pé, seguido discretamente á distancia pelo seu carro. Acompanhavam-no geralmente o médico, o conde de Motta-Maia e o camarista de serviço. Quando este era o conde de Aljezur, o contraste aparecia interessante: um, alto, corpulento e grôssô; o outro pequeno, mirrado, quasi sumido.

Cruzando com os transeuntes, o Imperador os cumprimentava com um largo gesto, cheio de cortezia. Outras vezes fazia parar a um conhecido, politico ou diplomata estrangeiro, com os quais trocava algumas palavras. Não raro as crianças o rodeavam, fazendo algazarra; e era pitoresca, então, a cena daquelle ancião

(63) Idem.

respeitavel, simples e desprevenido, cercado por uma menina buliçosa, á qual distribuía pratinhas, *com o seu retrato*. Em certas manhãs acompanhavam-no a Imperatriz, com os condes d'Eu e os pequenos príncipes. "Caminhavam então em grupo, pelo meio da rua, imperantes, príncipes, camaristas e damas de companhia" (64).

Á tarde o Imperador realisava novo passeio. Dirigia-se, de preferencia, á pequena estação da estrada de ferro, para esperar o trem que vinha do Rio — *o trem dos maridos*, como era chamado, porque trazia de volta todos quantos haviam deixado suas familias em Petropolis e descido, pela manhã, para a labuta diaria na Côrte. Esse costume de ir esperar o trem da tarde tornou-se desde então um dos hábitos da população elegante da serra. Na plataforma da estação o Imperador misturava-se ás demais pessoas presentes; ouvia a uma, cumprimentava á outra, dirigia-se ou interpellava a uma terceira, com a simplicidade e o desembaraço que o caracterisavam. Foi num desses momentos que o destacou Ramalho Ortigão, que viajava então pelo Brasil: "Viu-se no meio das côres alegres dos vestuarios de campo, surgir e mover-se, entre os chapéus de palha, as umbrelas brancas, as flôres e os leques, uma grande mancha negra e austéra. Era Sua Majestade, que vinha familiarmente conversar com as pessoas das suas relações, vestido de casaca, chapéo alto, trazendo

debaixo do braço um guarda-sol e ao peito a insígnia do Tosão de Ouro" (65).

Aos domingos costumava ir com a Imperatriz jantar em casa da filha, que residia com a familia num palacete da então rua Dom Afonso, hoje Avenida Koeler, esquina de 13 de Maio. Após o jantar saíam tódos a passeio pelas ruas da cidade, num *landau* puxado por uma bela parelha de cavalos negros, de propriedade dos condes d'Eu.

(65) *Quadro social da Revolução Brasileira.* — Censurava-se, quando não se ridicularisava o costume, que adótara o Imperador, de vestir-se habitualmente de preto — casaca preta, o que lhe dava um aspéto ainda mais austéro, e emprestava um certo ar de tristeza ao ambiente que o cercava. E' possível que houvesse nisso apenas o desinteresse do Monarca por questões ou detalhes de indumentaria. Mas a razão da casaca preta não estaria antes na obrigação, que tinha o Imperador, de andar quasi constantemente de luto, pela morte de seus muitos parentes europeus? De fato, a familia imperial andava, pode dizer-se, habitualmente de luto. O Imperador era aliado pelo sangue a quasi tódas as familias reinantes da Europa. Só as suas ligações com os Bourbons e Habsburgos, ou com os Coburgos, por exemplo, que se tornaram, num dado momento, *fornecedores* de reis e rainhas aos países do Velho Continente, lhe davam um nunca acabar de parentes. Ora, tôda vez que um desses primos graduados morria, eram tantos dias de luto para a familia imperial. Esse luto variava, conforme o gráo de parentesco, ou o caráter official do falecido, de uma semana a tres, quatro ou mais mêses. Havia ano em que a familia imperial passava, pode-se dizer, quasi tôdo êle de luto official. Veja-se, por exemplo, o de 1877, tomado ao acaso: em janeiro, luto pela morte da duqueza do Pôrto; em março, luto pela morte da princeza Maria da Russia; em junho, pela morte do príncipe Guilherme de Hesse; em agosto, era a rainha dos Países Baixos que falecia; em novembro, a rai-

XII

Apesar do estado precario de sua saúde, a attividade era a mesma, e nos meses que passava no Rio era visto empenhado nos deveres de seu cargo com a mesma assiduidade e o mesmo zelo de sempre. A leitura dos jornais, os despachos com os Ministros, as audiencias na varanda de São Cristóvão, as visitas ás escolas, aos hospitais, aos estabelecimentos públicos. tudo era ainda motivo de seus cuidados, de sua attenção, de sua curiosidade insuperavel. Seu carro era visto por toda a parte, ora parado á porta de um hospital ou de uma escola, ora desfilando pelas ruas estreitas da Corte, precedido sempre por dois cadetes, um dos quais geralmente o seu neto Saxe, ladeado por um capitão e seguido de uma escolta de cavalaria.

nha viuva da Saxonia, todos seus parentes. O ano seguinte não foi mais alegre. Pelo contrario. Em fevereiro morriam Pio IX, Vitor-Manuel da Italia e o principe Maximiliano da Russia — são, ao todo, 21 dias de luto para a familia imperial; em abril falecia o arquiduque Francisco-Carlos, dois meses de luto; em junho a rainha Dona Maria da Espanha — um mês; em julho, o rei Jorge V do Hanover — vinte dias; em agosto, a rainha Dona Maria-Cristina da Espanha — 4 meses de luto; em dezembro, o duque Carlos da Dinamarca e a princeza Alice da Grã Bretanha — 7 dias pelo primeiro e 14 pela segunda. Só nesse ano de 1878, como se vê, dos seus 365 dias, a familia imperial tomou luto num total de, nada menos, 272 dias. (Vide as respectivas participações officiaes ao Corpo diplomatico estrangeiro, no arquivo do Itamarati.)

Nas horas de folga, ou á noite, após a labuta diaria, refugiava-se no silencio de sua bibliotéca. E nada se comparava para êle ao dôce encanto de se deixar ficar horas e horas entregue á leitura dos livros, das revistas scientificas ou literarias, dos comunicados das academias; ou então á redação de sua volumosa correspondencia (porque não tinha nem queria ter secretarios) com os Ministros ou com os *sabios* estrangeiros.

O caro Gobineau morrera tristemente em 1882, num quarto de hotel em Turim. Agora era Pasteur o seu principal correspondente na Europa. Desde quando o conhecera, no laboratorio da Escola Normal de Paris, por ocasião da primeira viagem ao estrangeiro, o Imperador não o perdera mais de vista, e sua atenção estivera sempre voltada para os trabalhos e as descobertas scientificas do grande sabio e bemfeitor da humanidade. Dom Pedro II fôra um dos primeiros grandes admiradores de Pasteur, dos que lhe acreditaram no valor dos trabalhos e deram apoio ás suas famosas experiencias. O Professor Roux, seu discipulo predileto, dirá muitos anos mais tarde: *Alors que mon maitre Pasteur n'avait pas encore réussi à vaincre toutes les hésitations et tous les doutes, c'est votre Empereur, son ami, qui apporta les cent premiers mille francs nécessaires à la fondation de cet Institut* (66).

(66) Carta de Roux, diretor do Instituto Pasteur de Paris, ao Professor Afranio Peixoto, na *Revista da Academia de Letras*. O Rio de Janeiro, por iniciativa do Imperador, foi das primeiras cidades do mundo a possuirem um Instituto Pasteur.

Pasteur entregava-se naquela época aos estudos sobre a moléstia da raiva. Estava predestinado a realizar a profecia que lhe fizera Renan, ao recebê-lo na Academia Francêsa: *L'humanité vous devra la suppression d'un mal horrible, et aussi d'une triste anomalie, je veux parler de la défiance qui se mêle toujours un peu pour nous aux caresses de l'animal dans lequel la nature nous montre le mieux son sourire bienveillant.*

Mas, para chegar a tais resultados, quanto esforço não lhe seria necessario despender! Quanta etapa não teria que vencer! Ignorava-se então quasi tudo sobre a terrivel moléstia, a confusão era geral, a observação clinica existente praticamente inaproveitavel, pois não se sabia nem mesmo em que parte do côrpo do animal se elaborava o virus antes de êle chegar á saliva.

Como acontece com tôdos os precursores de uma ciencia nova, a grande luta de Pasteur era conquistar os incrédulos, os ignorantes, os apaixonados, os invejosos, convencê-los definitivamente do valor de suas descobertas. Essa tarefa era imensamente mais difficil do que a de estudar, atacar e dominar a propria moléstia.

“Ha mais de um ano — escrevia êle ao Imperador, em julho de 82 — abstenho-me de comparecer ás sessões da Academia de Medicina de Paris, onde cada semana devia defender a verdade contra as mais frivolas contradições. Minha saúde já se resentia. Um dia mesmo, um cirurgião daquela Academia propoz-me um duelo em plena sessão pública. Creio que se tomasse a resolução de assistir nova-

mente ás sessões da douda companhia, seria alí recebido com deferencia, mesmo pelos meus teimosos contraditores, tanto a verdade caminhou nestes ultimos anos”.

E acrescentava, com um desses conceitos que calavam sempre no sentimento humanitario do Monarca:

“Não terminarei esta carta sem observar a Vossa Magestade que esse Imperador de um paiz tão distante, que manifesta interesse não sómente pelas pesquisas dos sábios do seu Imperio, mas tambem dos sábios de todo o mundo, oferece um justo motivo de meditação a um cidadão de uma jovem Republica (*a Republica havia sido proclamada na França havia pouco mais de dez anos*), que tem muito trabalho neste momento para demonstrar a fecundidade de suas concepções” (67).

Em carta de 22 de setembro de 84, com uma ingenuidade de verdadeiro grande homem, êle confiava seus projétos ao Imperador:

“Vacinarei contra a raiva tôda espécie de cães, cães de luxo e cães comuns. Trarão todos na frente ou no flanco uma marca indelevel atestando o seu estado refratário. Cederei esses cães, ao preço do custo, a quem os quizer comprar. Não me parece duvidoso que cada amator de cães queira que o seu animal seja refractario. Mas como não ha nada obrigatorio, essa moda se espalhará pouco a pouco, sem que daí resulte demasiado acumulo nos canis que o Estado, acredito, porá á minha disposição”.

(67) A correspondencia entre o Imperador e Pasteur acha-se publicada na *Revista da Academia de Letras*.

Na mesma carta êle fazia esta clara insinuação a Dom Pedro II:

“Se eu fôsse rei ou imperador, ou mesmo presidente de Republica, eis como exerceria o direito de graça sôbre os condenados á morte. Ofereceria ao advogado do condenado, na véspera de sua execução, escolher entre a morte iminente e uma experiencia que consistiria em inoculações preventivas da raiva, para tornar a constituição do individuo refractária á raiva. Mediante essas provas, a vida do condenado seria salva”.

A mesma sugestão Pasteur fazia com referencia ao cólera:

“Dever-se-ia poder tentar a experiencia, comunicando o cólera a condenados á morte, fazendo-os ingerir cultura de bacilos. Logo que o mal se declarasse, experimentar-se-iam os remedios aconselhados como sendo aparentemente os mais eficazes”.

XIII

Pasteur queria que o criminoso, julgado e condenado pela sociedade, fôsse pôsto a serviço da humanidade, pagando, assim, com os riscos da experiencia. o mal que praticara. A incerteza dolorosa sobre o successo da experiencia sería, afinal, o seu castigo.

A idéia, no fundo, não era nova. Já fôra praticada na Inglaterra, no século XVIII, ao tempo das experiencias de Jenner, das quais resultaria, como se sabe, a descoberta da vacina contra a variola. Naquela oca-

sião o rei da Inglaterra, dispondo-se a inocular os membros de sua propria familia, tentou antes a experiência em seis condenados á morte. O successo foi completo. Os condenados foram salvos e a familia real inoculada.

No Brasil não havia oportunidade para semelhantes experiencias, por isso que a pena de morte, apesar de legal, era desde muito tempo comutada pelo Imperador. O espirito eminentemente cristão de Dom Pedro II não se conformava com a supressão da vida do homem pelo proprio homem. Em tésé, êle ainda a aceitava; mas na prática jamais. “Não sou partidario da pena de morte —lançava em suas notas em 1861 — mas o estado da nossa sociedade ainda não a dispensa, e ela existe na lei. Comtudo, usando de uma das attribuições do poder Moderador, comuto-a sempre que ha circumstancias que o permitam, e, para melhor realisação deste pensamento, é sempre ouvida a seção de Justiça do Conselho de Estado sobre os recursos de graça, consultando-se ela nesse sentido. A idéia da consulta da Seção, para esse fim, foi minha” (68).

Pinto de Campos dá o testemunho de um ministro de Estado, que tóda vez que por fôrça de suas funções tinha que submeter á assinatura imperial uma sentença de morte, colhia sempre como resultado um adiamento da questão. “Se eu insistia — conta esse Ministro — passava Sua Majestade a um minucioso exame do assunto; depois vinham observações, dúvidas e pretextos

(68) Arquivo da familia impérial. — Desde 1856 a pena de morte deixou de ser aplicada no Brasil.

morais; finalmente ponderava que não via mais formosa prerrogativa do poder Moderador e até do majestático, do que o de perdão. Quando não havia mais discussão possível, recusava a assinatura em tais casos, quem geralmente em tôdos os outros tão ampla liberdade de pensamento e ação deixa aos Ministros responsaveis” (69).

A Pasteur êle respondia:

“Deveis saber que desde alguns anos, no meu país, a pena de morte é comutada pelo Soberano, ou sua execução suspenso indefinidamente. Se a vacina da raiva não é de um efeito incontestavel, quem preferirá uma morte duvidosa a que seria quasi irrealisavel? Mesmo no caso contrario, quem consentiria num suicidio possivel, sinão provavel? Estando provado que o efeito é indubitavel, achar-se-á facilmente quem se preste a confirmar êste resultado no homem”.

O entusiasmo de Pasteur pelas experiencias de inoculação preventiva da raiva e do cólera nos condenados á morte era tal, que êle se propunha até, “apesar da minha idade avançada e do meu estado de saúde”, a emprender a longa viagem ao Rio de Janeiro, para entregar-se alí a tais estudos.

Recusando entrar em compromisso nesse terreho, Dom Pedro II não deixou entretanto escapar tão boas disposições do grande sábio: logo o induziu a vir proseguir seus estudos no Brasil, não precisamente sôbre a raiva ou o cólera, mas sobre um mal que dizimava então entre nós milhares de criaturas por ano — a febre amarela.

(69) Pinto de Campos, *O Senhor Dom Pedro II*.

O Imperador estava persuadido, apesar da completa ignorancia que se tinha então sobre a origem dessa moléstia, de que Pasteur podia bem isolar-lhe o bacilo, descobrindo depois uma vacina eficaz.

“Encontrareis aqui — escrevia êle em outubro de 84 — culturas feitas com o maior cuidado para o exame dessa questão, e ainda que não pudessemos vos ser reconhecidos pela descoberta da vacina dessa moléstia, vossa visita ao meu paiz será um acontecimento que terá a maior influencia sobre o progresso científico do Brasil. Meus sentimentos por vós e meu amor á ciência vos são bem conhecidos, e desde já me alegro de vos acolher aqui como mereceis, não fazendo com isso sinão acompanhar o sentimento de todo o meu paiz”.

Para melhor tentar o sábio, que se excusava, êle insistia noutra carta, procurando desfazer-lhe as apreensões:

“O Rio, nos meses de inverno que se aproximam, apresenta excellentes condições de salubridade, e a temperatura é muito agradável. A travessia é curta. Podeis fazê-la com tôdas as comodidades desejaveis. Aliás, vossos estudos tão importantes sobre a raiva não seriam abandonados sinão por pouco tempo, e o serviço prestado á humanidade preservando-a da febre amarela, seria pelo menos de idêntico alcance”.

Mas tôdas essas tentações foram vãs. Pasteur não poudo atender aos desejos do Imperador:

“Depois de muitas reflexões e hesitações, devo render-me aos conselhos de meus medicos: tenho a profunda tristeza de não poder aceitar o oferecimento de Vossa Majestade”.

CAPÍTULO IV

PELA TERCEIRA VEZ NA EUROPA

Enfermidade do Imperador — Seu transporte para fóra de Petropolis — Decisão de levá-lo á Europa — Precauções de Cotegipe — Opinião dos medicos — Chamada ao Brasil da Princeza Isabel — Partida do Imperador — Sua chegada a Paris — Os “sábios” — Em Baden-Baden — A vida em Cannes — Partida para a Itália — Em Milão — Agravamento do estado do Imperador — Chamada de Charcot — Os telegramas da Imperatriz — Receio de um desenlace — Os ultimos sacramentos — O organismo reage — Noticia da abolição da escravatura — Satisfação do Imperador — Entrada em convalescenca Aix-les-Bains — Volta para o Brasil e chegada ao Rio de Janeiro

I

Era certo que a saúde do Imperador declinava. Em 1887 apparecêra-lhe o primeiro sintoma de uma infecção palustre. Mas nada occorrêra então de anormal: alguns dias de fêbre, que logo cessara, e êle fôra dado por com-

pletamente curado. *Graças a Deus* — escrevia a Imperatriz á baroneza de Loreto, em janeiro daquele ano — *graças a Deus éle está restabelecido. Pode bem avaliar a minha inquietação vendo o Imperador com febre, três dias depois de sua vinda da cidade* (70).

Três ans depois, em fevereiro de 87, quando assistia em Petropolis a um concerto no Hotel Bragança, o Imperador sofria um segundo ataque de febre palustre dessa vez de certa gravidade, que sobre o fundo diabético já debilitado do organismo, produziu logo as mais sérias consequencias.

Não lhe tenho escrito estes dias — dizia a Imperatriz pouco depois á baroneza de Loreto; *tenho estado muito atormentada e aflita por vêr o Imperador gravemente doente, como seu pai* (71) *lhe terá escrito. Espero que em breve o Imperador se restabelecerá. Pode bem fazer idéia da falta que minha filha Isabel me faz, particularmente nesta ocasião. Ela mandou-me hontem um telegrama de Nice, pedindo-me noticias do pai, o que logo mandei.*

Uma semana depois êle ía melhor. *Graças a Deus*, escrevia a Imperatriz a 10 de março — *esta noite dormiu mais tranquilamente, alimentou-se bem e espero que em breve esteja restabelecido.*

As melhoras, de fato, se acentuaram. No dia 18 teve ainda um novo acêssos de febre; mas dois dias de-

(70) As cartas da Imperatriz á baroneza de Loreto, citadas neste Capitulo, foram publicadas por Max Fleiuss. em *Paginas de Historia*.

(71) O 2.º marquez de Paranaguá.

pois o estado geral era relativamente bom, tanto assim que desceu pela primeira vez depois da doença á sala de bilhar do velho solar de Petropolis.

Mas essa melhora não prosseguiram. O mal de pressa readquiriu a sua primitiva gravidade. Motta-Maia, que era c medico assistente, decidiu então experimentar uma mudança de clima, e o Imperador foi transportado de Petropolis para a fazenda das Aguas-Claras, distante 60 kilometros.

De lá escrevia a Imperatriz a 18 de abril: *Antes que receba esta minha carta, ha de ter noticias do Imperador, as quais não têm sido como desejaría. No dia 16 ás 11 horas da manhã, teve novo acésso de febre, que durou algumas horas. Ainda se sente muito fraco e tem um pouco de amarelidão na pele, tudo devido ao figado. Pode bem fazer idéia de como estou sempre em agitação. Não cesso de pedir a Deus e á Santissima Virgem que restituam a saúde ao Imperador, tão preciosa ao Brasil inteiro.*

Uma semana depois as noticias não eram mais lisongeiras: *Infelizmente, contra o que eu esperava, as melhora do Imperador não continuaram. Esta manhã, de madrugada, teve um novo acésso de febre; mas agora, 3 horas, vai indo sem novidade e conversando com o seu veador de semana. Não posso exprimir o quanto me aflige vêr o Imperador sempre no mesmo estado. Deus permita que breve o possamos vêr de todo forte e de saúde.*

Apezar da fazenda das Aguas-Claras distar cerca de duas horas e meia de Petropolis, em caminho de ferro, e do estado pouco lisongeiro da saúde do Imperador, não deixava este de receber visitas. Apenas, para não cançá-lo, essas visitas eram feitas geralmente em grupos. O barão von Seiller, ministro da Austria no Rio, foi vê-lo numa dessas ocasiões, em companhia de seus colegas da Belgica e da Alemanha. Depois escrevia para Viena:

“Fiquei muito mal impressionado com o aspecto do Imperador, o qual mudou muito nas ultimas três semanas que não tive ocasião de o vêr. Envelheceu muito, está magro, o rôsto abatido (*eingefallene Gesichtszüge*), e não tem a mesma alegria de antes. Dá a impressão, ás vezes, de que tem dificuldade em falar. Em suma, é um homem doente.

“Esta é a impressão geral de todos quantos o visitam, que perguntam involuntariamente como permitem os médicos que o Imperador doente fique exposto diariamente á curiosidade de tanta gente desinteressada. A unica explicação para isso é que essas visitas distraem o Imperador, e dão ao publico a impressão de que suas condições de saúde são geralmente satisfatorias, pois que êle está em condições de receber tôdas as pessoas cujos nomes são publicados diariamente nos jornais” (72).

Afinal, como nada se conseguisse do clima de Aguas-Claras, voltou o Imperador para São Cristóvão, e três dias depois foi transportado para a Tijuca, nos arredores do Rio, onde o instalaram a 1.º de maio de 87. Es-

(72) Officio de 24 de abril de 1887, no Staatsarchiv, de Viena.

perava-se que o ar vivificante da montanha e da mata que o cercava lhe trouxesse os maiores benefícios. De fato voltaram-lhe as melhoras, que chegaram a dar as mais positivas esperanças (73). Recomeçou a sair, em curtos passeios na floresta, quasi sempre de carro.

• Von Seiller escrevia para Viena :

“A estada na Tijuca tem produzido resultados muito favoraveis na saúde de Sua Majestade. Suas condições gerais têm melhorado. Ha oito dias que não se repetem os ataques de febre; e o apetite voltou a ponto de Sua Majestade poder novamente alimentar-se. O Imperador faz passeios diarios de carro com os seus médicos, e alem disso está geralmente ao ar livre. Mas as forças, que caíram muito em consequencia da molestia, ainda não lhe voltaram. Por isso Sua Majestade deve observar um repouso absoluto. As visitas diarias foram suspensas por serem muito fatigantes para o Imperador, e as suas relações com os Ministros estão reduzidas ao estrito necessario” (74).

Apezar dessas melhoras, seu estado não era tranquilizador. Os boletins médicos repetiam diariamente que esse estado era *satisfatorio*, com uma monotonia que acabou provocando o debique e a impaciencia do público. Mas era evidente que o restabelecimento da saúde do Imperador estava longe de ser completo. Havia, por isso, um desassocêgo geral.

“A molestia do Imperador se prolonga mais do que se esperava, escrevia o ministro da Austria, e é mais séria do que

(73) M. V. da Motta-Maia, *O conde de Motta-Maia*.

(74) Officio de 16 de maio de 1887, no arquivo citado.

fazem crer os comunicados officiaes. Se se fôsse dar crédito a esses comunicados, as condições de saúde de Sua Majestade seriam bastante satisfatorias, a convalescença seguiria o curso normal e os ataques de febre seriam apenas a consequencia da febre intermitente ou malaria que atacou o Imperador. Se, ao contrario, se der ouvidos a outros médicos independentes, que têm opinião formada sôbre a molestia do Imperador, os ataques de febre de que êle sofre são uma consequencia da diabetes e de sua molestia de figado. Se esse diagnóstico está certo, as condições do Imperador não deixam de ser sérias. Diz-se que uma autoridade médica que o visitara ha pouco tempo affirmara o seguinte: *Se Sua Majestade não deixar o Brasil até o mês de junho, será um homem morto*" (75).

Por seu lado, o ministro de França escrevia para Paris:

"O estado do Imperador não melhorou muito depois do ultimo correio, e a inquietação do Govêrno e do paiz aumenta diariamente. A opinião pública, não sabendo a quem acusar, volta-se contra os médicos, que não parecem realmente á altura de suas responsabilidades. As consultas se succedem com os diversos tratamentos e idênticos resultados. A molestia persiste. Cada crise enfraquece o doente, que não recupera, depois do ataque, a soma de forças igual á que perdeu. Diante dessa situação torna-se necessario encarar os acontecimentos, e entre-vêr mesmo um fim que pode ser fatal. O Sr. barão de Cotegipe, presidente do Conselho, entendeu dever chamar por duas vezes, pelo telégrafo, a Sra. Princesa Imperial, que estava ultimamente em Nice e está agora em Aix..." (76).

(75) Officio de 24 de abril de 1887, idem.

(76) Officio de maio de 87, no arquivo do Quai d'Orsay.

Não foi bem assim. Cotegipe, preocupado, embora, com o estado da saúde do Imperador, não quiz, entretanto, tomar sobre si a responsabilidade de fazer a Princesa voltar á pressa da Europa. Receiava alarmar não somente a opinião publica já desassocegada com o laceramento dos comunicados médicos, como também o proprio espirito da Princesa, que fundara suas esperanças nas ultimas noticias recebidas sobre as melhoras da saúde do pai. No telegrama que passou ao conde d'Eu, Cotegipe disse apenas que o Governo julgava conveniente que elle e a mulher apressassem o regresso, acrescentando, para não alarmá-los, que o Imperador, em *franca melhora*, continuava convalescendo.

Havia nesse despacho uma evidente contradição: se o Imperador continuava convalescendo, e a saúde em franca melhora, não havia necessidade do pronto regresso dos Principes. Foi o que deu a entender o conde d'Eu, que não quiz tomar a resolução de voltar sem receber antes declarações mais positivas de Cotegipe.

Este bem que temia a possibilidade do Imperador falecer de um momento para o outro, e a dificuldade em que logo se veria, com a Princesa distante na Europa, as Camaras ainda fechadas e todo o govêrno do Império concentrado em suas mãos. Mas não ousava tomar a responsabilidade de o dizer claramente á Princesa.

Recorreu por isso aos medicos assistentes do Imperador. Escreveu a Motta-Maia:

“Não posso responder á Sua Alteza sem que Vossa Excelencia e o Sr. Conselheiro Alvarenga (77) me declarem, por escrito, se devo insistir pelo regresso de Suas Altezas, e que razão me cumpre dar, que sem maiores cuidados a Suas Altezas, baste para que elas não prolonguem por mais tempo a sua estada na Europa” (78).

Responderam-lhe Motta-Maia e Alvarenga:

“1.º — S. M. o Imperador sofre ha quatro anos de glicosuria, e foi acometido no dia 28 de fevereiro ultimo de uma infecção palustre, denunciando-se por acessos bem caracteristicos, necessitando de prolongado repouso, terminada a convalescença que deve ser longa;

“2.º — Seu repouso, do qual não pode absolutamente prescindir, não trará efeitos salutaes ao restabelecimento, se o Governo Imperial não colocar o mesmo augusto senhor fóra de todos os trabalhos da direção dos negócios públicos, e isso por um praso razoavel;

“3.º — Os abaixo assinados não podem deixar de insistir pela vinda da Princeza Imperial, já como elemento necessario ao repouso que julgam urgente a Sua Majestade Imperial, já como um recurso precioso de terapeutica moral, indispensavel ao restabelecimento do augusto doente” (79).

Essa resposta cobria inteiramente a responsabilidade de Cotegipe, que logo obteve o pronto regresso dos

(77) Conselheiro Albino de Alvarenga, depois visconde de Alvarenga, medico do Paço desde 1880.

(78) Carta de 19 de abril de 1887, no arquivo do Itamarati (*Papeis da Casa Imperial*).

(79) Carta de 20 de abril de 1887, *idem*.

Principes. De fáto, estes chegaram ao Rio em começos de junho de 87.

Já então se tinha assentado, entre o Governo e os médicos assistentes, a partida do Imperador para a Europa. Era o recurso que a todos pareceu o melhor para tentar-se o restabelecimento completo de sua saúde. “Os medicos pensam que uma viagem á Europa e o ar do mar poderão fazer cessar o progresso da anemia, que êles tratam como simples vertigens, provocadas pelo abuso do sulfato de quinino” (80).

Von Seiller, ministro da Austria, escrevia para Vienna a 29 de junho de 1887;

“S. M. o Imperador embarcará, acompanhado de S. M. a Imperatriz e do néto Dom Pedro, duque de Saxe-Coburgo-Gotha e de um pequeno séquito, na manhã de 30 do corrente, no vapor da Messagerie Francesa *La Gironde*, com destino a Lisbôa, onde pretende demorar-se três dias. Prosseguirá viagem por Madrid, onde deverá descançar três dias, e depois para Paris. Aí haverá uma consulta com as sumidas médicas, para decidir-se o tratamento que deverá ser dado ao Imperador. Parece que se pensa ainda em Carlsbad... Para o proximo inverno prevê-se uma estada no Egito, isto é, no Cáiro, ou na Algeria.

“Hontem estive na Tijuca, para despedir-me de Suas Majestades, que me receberam muito amavelmente. Faz agora justamente dois meses que não tinha a honra de vêr o Imperador, e é com grande prazer que posso constatar a mudança para melhor no aspecto de Sua Majestade. Está mais forte fisicamente e sua côr tornou-se melhor. Em su-

(80) Officio do conde de Chaillou, ministro de França, de 29 de maio de 1887, no arquivo do Quai d'Orsay.

ma, dá a impressão de um convalescente, e não de um homem cujos dias estiveram contados.

“Fiquei tanto mais satisfeito de poder constatar pessoalmente as condições de saúde de Sua Majestade, quanto circulam aqui as noticias mais alarmantes, e se fala do Imperador como de um homem cujas faculdades intellectuais estão de tal modo enfraquecidas que não poderá mais tomar por si uma decisão, e cujo govêrno pode considerar-se terminado. Felizmente todos esses rumores não passam de invenções maliciosas, e Sua Majestade nada perdeu de sua frescura intellectual (*geistigem Frische*). E' de esperar portanto que o Imperador recupere na Europa a sua primitiva saúde, e volte restabelecido ao seu Imperio” (81).

Partiram todos a 30 de junho de 87. Além do Imperador, da Imperatriz e do neto Dom Pedro-Augusto de Saxe, seguiram na comitiva Motta-Maia com a familia, o visconde e a viscondessa de Carapebús, o visconde de Nioac e o filho, e o professor de linguas orientais, Dr. Seybold.

III

Feitas as escalas em Lisbôa e em Madrid, chegaram todos a Paris. O Imperador hospedou-se no Grande Hotel, como da ultima vez. Embora fisicamente atquebrado, o rosto emagrecido, o caminhar difficil, dava a tôdos a impressão de que o seu forte organismo vencia aos poucos a moléstia.

(81) Staatsarchiv, de Viena.

Logo ensaiou desenvolver a costumada atividade, frequentando associações científicas e literárias, bibliotecas, teatros, recebendo e retribuindo visitas. Ao Grande Hotel afluíram os sábios: Pasteur, Ambroise Thomas, Levasseur, Sully Prudhomme, François Coppée, Maspero, Quatrefages, Liais, Sardou, Dumas Filho, Leconte de Lisle, Maxime du Camp, Arsène Houssaye.

Diziam que o Imperador se parecia muito com Houssaye. Calmette, diretor do Figaro, espalhára essa coincidência em seu jornal. Houssaye e Dom Pedro II eram dois velhos conhecidos. Quando este o reviu no salão do Grande Hotel, dessa vez, disse-lhe em tom de exortanea camaradagem, conduzindo-o para diante de um espelho:

— *Voyons si nous nous ressemblons!*

— *Oui*, observou-lhe Houssaye, *à cela près que je voudrais être de temps en temps Dom Pedro, et que vous ne voudriez jamais être Arsène Houssaye.*

— *Eh! qui sait, mon Dieu? Tout homme porte sa couronne d'épines. Voilà pourquoi nous aurions beau changer, nous ne porterions pas la couronne de l'homme heureux.*

— *Est-ce que Votre Majesté l'a rencontré l'homme heureux?*

— *Oui*, respondeu-lhe o Imperador, *c'est moi, quand mon peuple est content...* (82).

(82) Cit. por Mossé, *Dom Pedro II.*

Uma tarde apareceram-lhe os dois netos de Vitor Hugo, que o Imperador afagára onze anos atrás, no salão da rua de Clichy; o grande poeta falecera havia dois anos. Noutra tarde era a vez de Guerra Junqueiro, o poeta de perfil semitico, que lhe entregara um poema, havia dez anos, em Lisbôa, á porta do Hotel Bragança. Certo dia o Imperador foi visitar Flammarion, no célebre observatorio de Juvisy. Noutro dia foi procurar Chevreul, seu velho amigo das viagens anteriores, e confrade na Academia das Ciencias, que carregava o pêso de 102 anos de idade. Chamavam a Chevreul o decano dos "estudantes francêses". *C'est ma vieillesse*, diz-lhe o Imperador ao abraçá-lo, *qui vient saluer votre jeunesse en cheveux blancs!*

Motta-Maia, que tinha sôbre si a grande responsabilidade da conservação da saúde do Imperador, procurou ouvir em Paris seus colegas francêses, Bouchard, Brown-Séquard, Peter e Charcot. A opinião dêles foi que o estado de saúde do Imperador era satisfatorio. O organismo, de fundo diabético, atacado que fôra mêses antes por acêssos de febre palustre, achava-se apenas ressentido. Foi aconselhado que o Imperador fizesse uma cura em Baden-Baden, com applicações de duchas, massagens e ginástica (83).

O Imperador ficou em Baden-Baden cerca de dois mêses. Foi uma temporada de descanso. Saía pela manhã, para as duchas e os exercíciôs de ginástica; dava em seguida um curto passeio pela principal alameda da

(83) Motta-Maia, *op. cit.*

cidade. E á tarde ou á noite, se o tempo consentia, saía novamente para a *Conversationshaus*, ouvir os célebres concertos das bandas militares. No dia 7 de setembro foi executado, a seu pedido, o hino brasileiro da Independencia, composição de seu pai.

Em Baden-Baden Dom Pedro II ávistou-se com o velho imperador Guilherme I da Alemanha; tinha este então cerca de noventa anos de idade, e deveria morrer dentro de poucos menses. Leopoldo II da Belgica era outro de seus *colegas* que fazia alí a cura das aguas.

Antes de deixar Baden-Baden foi até Coburgo, que lhe ficava perto, visitar o túmulo da filha Leopoldina, duquêsã de Saxe, falecida em Viena havia dezeseis anos. E em outubro estava de volta a Paris. Trazia de sua estada na Alemanha os melhores resultados. Silva Paranhos, o futuro barão do Rio-Branco, que fazia nessa época correspondencia da Europa para o *Jornal do Comercio*, escrevia para o Rio:

“Sua Majestade lucrou muito com a sua cura em Baden-Baden. Os dois menses alí passados tranquilamente, foram-lhe patentemente proveitosos. Está mais forte do que ao deixar Paris, e com ótima apparencia. Repetirei com Bouchard e Peter, que o Imperador não é um homem doente, mas apenas um homem fatigado. Elle carece, sobretudo agora, de repouso, e mais tarde, ao voltar ao Brasil, dêsse regime higiênico e moderado trabalho que a sua idade impõe. O Imperador, chegado aos 62 anos, deve convencer-se de não ser mais o moço de 1840 a 1860, nem o homem excepcionalmente vigoroso que continuou a ser”.

IV

Uma curta visita a Bruxelas, cêrca de um mês em Paris, e o Imperador seguia para o sul da França, afim de completar a sua convalescença em Cannes. Alí chegava em principios de novembro dêsse ano de 87. A Imperatriz escrevia á sua amiga baronêsa de Loreto:

“Aqui estamos mais tranquilos do que em Paris, o que é bom para o Imperador não se cançar á noite. De dia saí, de manhã, para as duchas, e a uma hora, de carro, comigo; vamos vêr alguns jardins, que ha muitos e mui bem tratados, com muitas flores e plantas do Brasil. Tudo isso me faz lembrar com intensas saudades o Brasil, onde espero o mais breve possivel achar-me”.

Quando ainda em Paris, o Imperador projetára uma excursão ao Egito. A terra dos Faraós, com os seus tesouros, seus monumentos, seus costumes milenarios, não lhe saía da imaginação. Chegára a assentar a partida para o mês de novembro. Seria a sua terceira viagem ao Egito. Charcot, porém, de combinação com Motta-Maia, conseguiu, não sem custo, dissuadí-lo disso. Seria, na realidade, uma imprudencia. Mais do que uma imprudencia: um verdadeiro suicidio. Nem a idade, nem, sobretudo, o seu estado de saúde, aconselhavam a realização de uma tal viagem. Assentou-se, então, que passaria o inverno em Cannes.

Sua vida na Côte d'Azur limitou-se a longas horas de descanso, com os seus *caros livros*, e a passeios a pé

ou de carro, pela cidade e seus arredores. De lá escrevia o seu neto Saxe ao visconde de Taunay:

“O Imperador tem levado uma vida tranquila. Recolhe-se cedo, antes do pôr do sol, e não frequenta teatros. Apenas vai comigo e a Imperatriz a Monte Carlo, tôdas as quintas feiras, ouvir musica classica, excelentemente executada. Espero que os resultados dêsse regime de repouso sejam grandes” (84).

Contudo, era sempre difícil convencer o Imperador de que êle devia atenuar um pouco a sua tradicional atividade.

“Atualmente — escrevia de lá o visconde de Carapebús — a grande dificuldade está em se conseguir que o Imperador não se exceda na atividade em que quer viver, considerando-se completamente restabelecido, no entanto que os médicos são de opinião que êle nunca mais deve deixar de ter uma certa regularidade no seu modo de viver, por causa da diabetes, cujos efeitos se fazem sentir tôdas as vezes que Sua Majestade deixa de ser razoavel” (85).

Um dos seus habituais passatempos era assistir a reuniões literarias, onde o recebiam com a simpatia que se tem pelos velhos amigos. Desde sua estada em Cannes, em 1872, que a Provença, tôda a Côte d’Azur o tinha

(84) Cit. por Afonso de E. Taunay, *Cartas de Dom Pedro Augusto*.

(85) Carta ao conde d’Eu, de Cannes, 16 de março de 1888, no arquivo da familia imperial.

como um dos seus. Já pouco antes, em Marselha, o saudára Michel Savon :

*Ainsi, dans ce siècle où la foule
En grondant sur tous les chemins
Fait que plus d'un trône s'écroule
Au bruit des battements des mains;
Vous, l'hôte illustre de Marseille,
Vous, qu'un esprit large conseille,
Vous êtes maître sans terreur
Et vous promenez, souveraine,
Populaire, auguste et sereine
Votre Majesté d'Empereur! (86).*

Uma manhã em Cannes, foi despertado por uma alba (*aubade*), que lhe ofereciam os Felibristas da cidade, com cantos e recitativos provençais. O Imperador, visivelmente satisfeito com uma tão espontanea manifestação, acompanhou os cantores com gestos de mão e cabeça.

*Ti saludi, brave Empereire,
Tu que songes ei Provençau,
Qu'an esta, quest'estieu, pecaire!
Arrouina per tant de mau! (87).*

(86) Arquivo citado.

(87) Idem. — Tradução: “Saúdo-te, bravo Imperador — Tu que pensas nos Provençais — Que ficaram este verão, coitados! — Arruinados por tantos males!” — O Imperador havia mandado um óbulo para os Provençais atacados de colera.

No Natal de 1887 a Imperatriz escrevia á baronêsa de Loreto: “Este ano não pudemos, o Imperador e eu, assistir á missa da meia noite, porque tería sido grande imprudencia expôr o Imperador ao frio que fazia, mas fômos á missa das oito horas, e comungamos em uma pequena igreja bem perto do nosso hotel”.

V

Quando veio a primavera, no ano seguinte, resolveram os Soberanos fazer um passeio á Italia. O Imperador estava impaciente para viajar, e era difficil contrariá-lo. Já os medicos lhe haviam prohibido a excursão ao Oriente. Consentiam agora, como uma transação, nesse passeio á Italia. A Imperatriz, por outro lado, não resistia ao desejo de revêr sua bela terra de Napoles.

Na tarde de 2 de abril, deivaxam tôdas a cidade de Cannes em direção á Italia. Viajaram por caminho de ferro. No dia seguinte estavam em Genova. Dois dias depois em Napoles. O Imperador fez empenho em visitar o Vesuvio, “viajando na emocionante estrada funicular, dispensando, no alto da moutanha, as *cadeirinhas* e até os guias, nos quais entretanto os excursionistas, cada um com o seu, costumam ter apoio para galgar o forte declive que conduz á cratera” (88). Visita a Pompeia. Visita a Capri. Na Universidade é recebido pelos professores e pelos alunos. Assiste a algumas das aulas. A’ saída, é ovacionado.

(88) Olímpio da Fonseca, *Moléstia do Imperador*.

Florença. E' recebido para almoçar no Palacio Pitti pelos reis da Italia. A rainha Vitória da Inglaterra, que fazia uma temporada de inverno na vila Palmieri, e a rainha da Servia, alí a passeio, são convidadas para o almoço.

Em Florença trabalhava Pedro Américo, cujo *atelier* o Imperador visitára dezeseis anos antes, por ocasião da ultima viagem á Italia, quando o artista terminava a *Batalha de Avaí*. Desta vez Pedro Americo lhe apresentava a *Independencia do Brasil* (89), onde a verdade historica era sacrificada á beleza artistica e á harmonia dos personagens. Deu-se á visita do Imperador o caráter de inauguração da famosa tela, tornada mais solene com a presença das rainhas da Inglaterra e da Servia, do rei e da rainha do Wurtemberg (90).

A 23 de abril chegavam tódos a Bolonha. Como em Napoles, o corpo docente e numerosos estudantes da Universidade, acolhiam Dom Pedro II com grandes provas de atenção. Á saída ovacionavam o *Imperador sábio* (91).

Veneza. Programa costumeiro: museus, academias, igrejas. Recepções aos *sábios*. E' recebido na Sala do Senado pelo Instituto Veneto. E á noite vai ao teatro aplaudir Eleonora Duse. Na manhã de 29 de abril parte para Milão.

(89) *Independencia ou Morte!* atualmente exposta no museu do Ipiranga, em São Paulo, e largamente reproduzida no Brasil.

(90) Motta-Maia, *op. cit.*

(91) Idem.

VI

Na tarde desse mesmo dia chegava á grande cidade do norte. Na estação, ao descer do trem, uma bôa e inesperada surpresa para o Imperador: a presença de Cesar Cantú. O grande historiador era já um ancião quasi nonagenario.

Recolheram-se tódos ao Hotel Milan. O dia seguinte foi reservado para descanso. A 1.º de maio o Imperador foi assistir á primeira representação da opera *Car-mosina*, do maestro João Gomes de Araujo, de S. Paulo. Carlos Gomes, que morava em Milão, foi visitá-lo na noite desse dia. Combinou-se então para a noite seguinte um grande concerto de musica brasileira no salão nobre do Hotel, com o concurso de diversos outros artistas brasileiros, que estudavam musica em Milão.

Esse concerto cançou um pouco o Imperador, que nessa tarde havia já feito uma longa excursão ao lago de Como. Contudo, recolheu-se aos seus aposentos sem nada denunciar. A saúde, aliás, continuava satisfatória, e dada a debilidade do organismo, não se podia exigir mais lisongeira.

Subitamente, na manhã seguinte, 3 de maio, tudo mudava e se agravava. Notando que o Imperador não descia para as duchas, como era seu habito, Motta-Maia vai procurá-lo no quarto. Já a Imperatriz, aflita, o mandava chamar. Motta-Maia encontra o Imperador prostrado. E logo constata a gravidade do mal, uma pleurite sêca. Chama imediatamente os professores

Charcot, de Paris; Semmola, de Napoles; e De Giovanni, de Padua (92).

Durante cerca de duas semanas, o estado do Imperador deu as maiores preocupações, com momentos de esperança e momentos de desanimo. Os telegramas diarios, expedidos de Milão para a Princeza Imperial, no Rio, davam bem a idéia desses instantes de aflicção para tôdos, sobretudo para os Brasileiros, que viam a tódo o momento a possibilidade do falecimento do Imperador, com as mais sérias consequencias para a estabilidade política do país.

A 10 de maio a Imperatriz telegrafava á filha: *Pleurite suit sa marche régulière mais preoccupation influence nerveuse générale* (93). Dois dias depois ela tranquilisava o espirito cristão da Princeza, preocupado com a possibilidade de o Imperador vir a falecer sem haver recebido antes os Sacramentos da Igreja: *Soyez pleinement tranquille. Je connais bien vos sentiments qui sont aussi les miens, mais grâce à Dieu il n'est pas necessaire pour le moment de faire Saint Sacrement. Aujourd'hui mieux.*

No dia seguinte, 13 de maio, justamente quando o Brasil todo se regosijava com a libertação final de seus escravos, as noticias transmitidas de Milão eram as mais

(92) Como Charcot não tivesse podido vir imediatamente, por se achar á cabeceira de um doente, Semmola aconselhou a Motta-Maia que chamasse De Giovanni, o qual deixou-se ficar em Milão, ao lado do Imperador. (*Op. cit.*)

(93) Os originaes desses telegramas acham-se guardados no arquivo da familia imperial, e são aqui transcritos nos idiomas em que foram transmitidos.

animadoras: *Fièvre presque cessée. Etat nerveux calme.* Este telegrama estava assinado pelos quatro médicos que assistiam o Imperador: Charcot, Semmola, Giovanni e Motta-Maia. No dia seguinte era a Imperatriz quem de novo telegrafava: *Vai bem sem febre. Melhoras continuam. Saudades. Teresa.* A presença de Charcot á cabeceira do enfermo era já considerada dispensavel. O sábio francês deixava-o entregue aos cuidados de seus colegas, os quais telegrafavam a 17: *Très bonne nuit. Amélioration progressive rassurante.* E a 20: *Forces relevent. Amélioration de plus en plus rassurante.*

Na manhã de 22, porém, o estado do enfermo se agravava subitamente. Aparecem novos fenómenos de paralisia bulbar. Suas forças físicas cáem assustadoramente. A custo êle pode inhalar o oxigenio que lhe administram. Charcot é novamente chamado a toda prêssa. Motta-Maia, Semmola e Giovanni telegrafam pela manhã desse dia: *Nouvel accès paralisie bulbaire. Grand danger.* Horas depois, é a Imperatriz quem manda dizer á filha: *Pris tous les Sacrements midi demi. Quelques améliorations.*

Ela contaria, pouco mais tarde, esse terrivel dia 22, com suas horas de grande desalento, na carta que escreveria á baroneza de Loreto: “De manhã deixei o Imperador sem novidade, e fui me vestir para ir á missa pelo aniversario da morte de meu mano o rei Fernando, quando me vieram bater á porta, chamando-me que fôsse ver o Imperador. Acabei a tôda á prêssa o penteado e

fui. O que devia achar? Meu marido rodeado dos quatro medicos (94) e êle sem sentidos e quasi morto. Quando voltou a si, fui obrigada a pedir-lhe que se confessasse e tomasse o Sacramento, ao que logo disse que sim. O padre estava já em casa; se confessou enquanto foram á igreja, que está perto do hotel, para o vigario vir com o Sacramento. Tudo se passou tranquilamente, mas pode bém fazer idéia como eu podia estar, vendo a tôdo o momento o instante de perdê-lo. Um padre dormiu em casa para administrar a Extrema-unção no caso que fôsse preciso. Graças a Deus o Imperador passou tranquilamente a noite”.

De fato, com a aplicação de injecções de cafeina, substancia que se começava então a usar na terapeutica, foi possível conjurar o mal. As melhoras logo se acentuaram, dessa vez positivas e duradouras.

Quando a Imperatriz recebera o telegrama participando a promulgação da lei que libertara definitivamente todos os escravos do Brasil, temera mostrá-lo ao Imperador, cujo espirito, já abatido com a moléstia, podia ser fortemente emocionado. Diante, porém, do estado critico em que êle logo se encontrou, com risco de falecer na ignorancia de um acontecimento que era, afinal, a realisação de um de seus ideais de homem cristão e de chefe de Estado, ela aproveitou as melhoras que se acentuavam na tarde daquele dia; e, enchendo-se de co-

(94) Na realidade três medicos, pois que Charcot não havia ainda voltado.

ragem, debruçada sobre a cabeceira do marido, deu-lhe, com brandura, cheia de cuidados, a grande nova.

O Imperador abriu lentamente os olhos embaciados; depois perguntou, como que resuscitado:

— Não ha mais escravos no Brasil?

— Não, respondeu a Imperatriz, a lei foi votada no dia 13; a escravidão está abolida.

— Demos graças a Deus! disse êle. Telegrafe immediatamente á Isabel enviando minha benção, com todos os meus agradecimentos para o paíz.

Houve um curto silencio. A emoção dos presentes era grande. Virando-se depois, ligeiramente, o Imperador acrescentou, numa voz quasi sumida:

— Oh! grande pôvo! Grande pôvo!

E desatou a chorar de mansinho (95).

(95) Para tranquilidade do paíz, havia sido passado á Princeza regente, a 15 de maio, com a assinatura do Imperador, o seguinte telegrama de Milão: *Parabens pelo triunfo da grande causa sob seus auspicios.* Mas, em verdade, êle só veio a ter conhecimento da abolição no dia 22, quando, estando ás portas da morte, a Imperatriz julgou não dever ocultar-lhe por mais tempo a grande noticia. Foi quando se expediu de Milão este telegrama: *Princesse imperiale. Grande satisfaction pour mon coeur et grâce à Dieu pour l'abolition de l'esclavage au Brésil. Félicitations pour vous et pour tous les Brésiliens. — Pedro et Thereza.* Os originaes desses telegramas são conservados no arquivo da familia imperial. Vide reprodução do segundo á pagina seguinte.

VII

A profunda satisfação que lhe deu a noticia da abolição da escravatura facilitou a benéfica reacção do organismo. Suas melhoras se acentuaram ainda mais. Charcot fez vir de Paris a mulher e a filha, e tódos acompanharam o Imperador e a Imperatriz a Aix-les-Bains, onde proseguiu a convalescença.

A estada alí foi de cêrca de dois mêses. Valeu por uma forte ducha no organismo combalido do Monarca. Tendo vindo de Milão carregado, deitado numa maca que Motta-Maia lhe fizera arranjar, depressa recuperou seus proprios movimentos. “Já anda por si, escrevia o neto ao visconde de Taunay, e na apparencia, até, parece estar melhor do que em Cannes. Sua intelligencia está perfeita, e isto é um verdadeiro milagre” (96). “Tão doente ha um mês, noticiava o jornal local, desceu a pé do Hotel Splendid para ir ao Casino da Villa des Fleurs, na companhia do Sr. visconde de Motta-Maia, seu medico particular, e do Sr. visconde de Nioac, seu camarista” (97).

Sua vida, em Aix-les-Bains, limitou-se a alguns passeios pela cidade e arredores, aos concertos no Casino; a leituras leves e curtas e ao convívio com as pessôas que o cercavam no Hotel — a comitiva, os es-

⁴ (96) *Cartas de Dom Pedro-Augusto* cit.

(97) *Avenir*, de 1.º de julho de 1888, cit. por Motta-Maia, *op. cit.*

trangeiros, ou alguns Brasileiros que ali o procuravam para visitá-lo, como a condessa de Barral e o conde de Villeneuve. Uma tarde appareceu-lhe Sadi Carnot, presidente da Republica Francesa, que tambem fazia a sua cura de aguas. *La France m'aura sauvé*, disse-lhe o Imperador.

Firmadas definitivamente as melhoras, tratou Motta-Maia de cuidar da volta ao Brasil. Convocou, para isso, seus colegas Charcot, De Giovanni e Semmola. Tôdos concordaram em que o regresso podia efetuar-se, devendo, porém, o Imperador limitar-se, no Brasil, ao menos nos primeiros mêses, a vida mais simples e higienica possivel.

“Quando Sua Majestade voltar para o Brasil, não deverá assumir immediatamente as rédeas do Governô. Durante dois mêses, pelo menos, deverá ter uma vida igual á que teve em Aix-les-Bains. Não se entregará ativamente a leituras scientificas, que exigem emprêgo de grande atençaõ, e se contentará quasi sempre com leituras ligeiras, ou conversas que, podendo distrair-lhe o espirito, não lhe tragam fadiga. Terá que evitar a todo custo qualquer emoçaõ mais forte, e não deverá nunca restringir as horas de sono” (98).

A 3 de agosto de 88 partia o Imperador para Bordéos, na companhia de Charcot, Motta-Maia e Nioac. A Imperatriz os precedera dois dias antes. E a 5, embarcavam os Monarcas para o Brasil, a bordo do vapor francês *Congo*.

(98) Relatorio dos médicos assistentes, Motta-Maia, *idem*.

— Adeus, Charcot, você é um grande coração! disse o Imperador ao grande sábio, no momento de abraçá-lo a bordo.

No dia 9 chegavam a Lisboa. O Imperador não desceu á terra. Recebeu a bordo tôdos que o procuraram. Dom Carlos, o futuro Rei, foi cumprimentá-lo em companhia da princeza Dona Amelia. Apareceu-lhe tambem Ramalho Ortigão. O Imperador recordou-lhe a primeira vez que o havia encontrado em Lisboa, na Academia das Ciencias.

— Lembro-me bem, disse-lhe Ortigão; por sinal que eu estava em mangas de camisa, e tive de vestir-me á prêssa para receber Vossa Majestade.

Uma curta escala em Dakar, e o *Congo* chegava ao Rio de Janeiro a 22 de agosto de 1888. O paíz tôdo o recebeu no meio de um entusiasmo jamais visto. Da Côrte, das Provincias, de tôda a parte, chegavam-lhe provas de carinho e de veneração. A emoção dos que o viram desembarcar, alquebrado, magro, o corpo curvado, as pernas fracas, foi a mais profunda. A impressão geral era que o Imperador recolhia á patria para nela exalar o ultimo suspiro.

CAPITULO V

DESAVENÇA COM OS MILITARES

Aparente estabilidade do Imperio — Rebeldia do Brasileiro — Espirito de indisciplina no Exército — Um gesto feio de Caxias — Pobreza de chefes no Exército — O elemento civil e o elemento militar — Perigo de um Exército fraco — O Imperador e os militares — Conflitos com o Governo — O Exército e os politicos — Generais facciosos — Pelotas — Deodoro da Fonseca — Periodo agudo da desavença com o Governo — O barão de Cotegipe — Seu espirito conciliador — O Gabinete “arranhado” — Partida do Imperador para a Europa — A Princeza Imperial Regente — Demissão de Cotegipe — Gabinetes João Alfredo e Ouro-Preto — Deodoro e os conspiradores — O republicanismo de Deodoro — Benjamim Constant, bacharel de farda — Plano dos conspiradores.

I

A julgar pelas manifestações gerais de simpatia, que acolheram o Imperador e a Imperatriz por ocasião

de sua volta da Europa, no inverno de 1888, nenhuma instituição politica podia pretender estar tão forte quanto a Monarquia no Brasil. Desde a Maioridade, ha quasi cincoenta anos, não se vira ainda na capital do paíz, em tôrno do Soberano, um movimento tão intenso de entusiasmo popular. Esse sentimento de fidelidade da nação voltaria a manifestar-se um ano depois, quando o Imperador escaparia á aggressão de um rapaz portuguez: um tiro de revolver contra o seu carro, numa noite de julho de 1889, ao sair, com a Imperatriz, do teatro Santana (99).

Cumpria, porém, não se deixar levar por essas apparencias. Já Erasmo dizia que a fraqueza se esconde sempre sob o exterior da força. O que importava indagar, era o que realmente sentia o paíz, através dessa cortina illusoria que são todos os movimentos populares. O proprio Imperador, apezar do optimismo filosofico que o tornava, politicamente, um eterno ingenuo, e da

(99) Não é sem proposito reproduzir aqui a carta *confidencial* que Floriano Peixoto, ajudante geral do Exército, escreveu nessa ocasião ao chefe de Policia da Côrte, e que prova como êle não era ainda, quatro mezes antes de 15 de novembro, um convertido á Republica: "Exmo. Amigo Dr. Chefe. O nosso Imperador, bem que estimado e venerado, deve ser vigiado de perto por certo numero de amigos de toda a confiança, que façam frustrar todo e qualquer desacato. — Sei que V. Ex. tomará as medidas precisas, mas eu quizera secundá-lo com um pequeno mas forte contingente, que entender-se-á com as autoridades de serviço. — Se aceita esse concurso, peço que a começar de hoje remeta-me um bilhete de cadeira e duas entradas gerais todas as vezes que S. M. tenha de assistir representações teatrais" (Afonso Celso, *O Imperador no exílio*).

molestia que lhe minava o organismo, sem afetar-lhe, embora, o espirito de discernimento, podia constatar que atrás do regosijo popular que o acolhia — falsas colunas do templo monarchico — havia, em todo o país, uma pesada atmosphera de inquietação. Era um mal-estar geral, que se refletia sobretudo no espirito de desordem que minava a ordem civil e, sobretudo, a ordem militar.

II

O Brasileiro, em geral, quer se o examine coletivamente quer individualmente, nunca foi um grande afeiçoado á disciplina. Nunca soube obedecer. Ha sempre nêle, mais ou menos mascarada, a natureza de um rebelde.

Esse defeito pode ser atribuido a muitas causas. Mas parece que uma delas, talvez a principal, seja uma educação errada, pela qual a criança, desde cêdo, aprende a ser rebelde e a encarar a disciplina como um instrumento usado intencionalmente para ferir-lhe o amôr proprio. Com um tal principio de educação, atuando sobre individuos em cujas veias correm, na generalidade, o sangue latino e o sangue indio, isto é, de duas raças de insubordinados, não é de extranhar naturezas como as nossas, que vivem por assim dizer num estado latente de rebeldia, prontas a explodir á primeira pressão de elementos contrarios á sua vontade.

Ô espirito de indisciplina que invadiu o Exército nos ultimos anos do Imperio provinha em parte daqueles defeitos. Mas êles não bastavam para justificá-lo, porque tais defeitos já prevaleciam igualmente nos militares da primeira fase da Monarquia; e não se pode dizer que o Exército que fizera as campanhas da Cisplatina, de Rosas e de Oribe fôsse um Exército de insubordinados. A indisciplina só veio mais tarde. O Exército do primeiro Reinado e da primeira metade do governo de Dom Pedro II, apesar dos pronunciamentos constitucionais de 31 e 40, a que êle deu apoio, das revoluções tramadas e realizadas pelos politicos e mesmo de alguns poucos motins de natureza puramente militar, se não foi um modelo de disciplina, esteve tambem longe de ser tido como um Exército de insubordinados. Considerados, mesmo, aqueles nossos defeitos, e o ambiente que apresentava então o Brasil, refratário a todo espirito de ordem, onde os politicos eram os primeiros a dar o mau exemplo, parece um milagre que as nossas forças armadas tivessem podido subexistir até quasi o fim do Imperio indenes do microbio da indisciplina.

Dizer, como se disse e repete ainda hoje, que o virus rebelde, que acabou por contaminar a tropa, proveio das guerras no Prata não parece ser uma justificação aceitavel. O fato dos nossos militares terem estado, ao tempo das lutas no sul, nos países platinos, onde o estado de anarquia era quasi constante e o elemento civil estava normalmente dominado pelo caudilhismo militar, não parece ter influído grandemente na disciplina de

nossas tropas. Se tal se dêsse, era o caso do mal se ter manifestado desde os primeiros anos do Imperio, isto é, desde quando por lá andaram nossas tropas. Perigo maior de contaminação não havia do que a Cisplatina do tempo de Artigas, do que a Argentina do tempo de Rosas e do Uruguay do tempo de Aguirre; no entanto, foi depois dessas lutas que fômos ao Paraguai e lá estivemos pelejando durante cinco longos anos, sem que nossas tropas dessem jamais exemplos graves de indisciplina. Longe de serem prejudiciais, essas guerras, sobretudo a campanha de 1865 contra Lopez, serviram, pelo contrario, para fortalecer a disciplina do Exército, unindo estreitamente a tropa e a officialidade na luta contra o estrangeiro, em tôrno de uma aspiração nacional altamente patriótica, que era a vitória de toda a nação.

III

O espirito de indisciplina no Exército só começou propriamente a aparecer cerca de quinze anos depois de terminada a luta com o Paraguai. Não podia ser, portanto, uma consequencia da guerra. E' certo que pouco antes de ela terminar vira-se o general comandante em chefe, que outro não era sinão o glorioso Caxias, insubordinar-se contra o presidente do Conselho, obrigando o Imperador, pela necessidade de proseguir na luta, a dar-lhe o apoio, com sacrificio da autoridade do governo civil. E pouco depois, quando

nossas tropas ocupavam Assunção, o mesmo Caxias tomar a iniciativa de dar por finda a guerra, quando sabia que era proposito do Imperador e do Governo levá-la, como levaram, com o concurso do conde d'Eu, até a derrota final de Solano Lopez. Recusando proseguir na campanha, sob o pretexto de que não se prestava a *capitão do mato*, que tanto lhe parecia ser o papel de perseguidor de Lopez, Caxias abandonou o Exército e retirou-se para o Rio. Foi um gesto feio. *Général Bonaparte, cela n'est pas correct*, dizia Montrou ao jovem Napoleão, quando este rasgava a Constituição do ano III e se apoderava, pela força, do governo do Diretório.

Mas aquelles dois exemplos, isolados, não contam para justificar o mal de indisciplina que atacaria mais tarde o Exército. Caxias reunia em si tão sólidas e brilhantes qualidades de militar, que esses dois fatos, dois senões, passam quasi desaperecebidos na sua grande vida de soldado. Quando muito, a desavença com o presidente do Conselho, em 1868, ficaria talvez na memoria de seus camaradas que depois se insubordinaram contra o poder civil.

Seja, porém, como fôr, o fato é que quando o Imperador voltou da Europa, nesse ano de 1888, o Exército não era mais aquella mesma tropa aguerrida, que entrara em Buenos Aires em 1852, após a vitória de Caseros, nem a que desfilara, anos depois, pelas ruas de Montevideo; e muito menos a que ocupara Assunção após cinco anos de brilhantes e repetidas vitórias nos

charcos do Paraguai. Tudo mudara. O relaxamento tornara-se geral, tanto na tropa como no corpo de oficiais. O marechal visconde de Pelotas (general Camara), que daria, êle mesmo, maus exemplos de indisciplina, citou, para prova do espirito de insubordinação que lavrava no Exército, o ano de 1884, em que houvera, nas fileiras, 7.526 prisões, das quais 54 de oficiais, quando o efetivo da tropa não passava então de uns 13.500 homens (100).

IV

Notava-se, depois, uma grande pobreza de chefes. Pela sua má composição como pelo desvirtuamento que se estava dando aos deveres e obrigações militares, o corpo de oficiais generais não tinha mais nem a qualidade nem o prestigio de antes. Os generais da velha guarda, que pela forte estrutura de seus sentimentos civicos, pela justa compreensão que tinham dos deveres de classe e acentuado amôr ás coisas militares, já não existiam mais: a morte os ceifara todos — Polidoro, Osorio, Caldwell, Mena Barreto, Porto-Alegre, Andrade Neves, Caxias.

O que se via agora, predominando no Exército, era um grupo de oficiais jovens, espiritos irrequietos e ambiciosos, “formando uma especie hibrida de bachareis de farda, militares pelo officio, paisanos pela ambição

(100) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

de classe, que se entregavam muito mais aos debates academicos do que ás matematicas, á estratégia e á balística. Essa officialidade andava transviada da sua educação profissional pela cultura de doutrinas filosoficas. A Escola Militar tornara-se um viveiro de agitadores. Tenentes e Capitães mostravam saber de côr Augusto Comte e Lafitte, em vez de Jomini e Von der Goltz. Frequentavam seus clubs, discutiam politica e literatura, em vez de correrem aos campos de exercicio" (101).

Desvirtuados por esse péssimo sistema de educação militar, o official foi perdendo depréssa suas melhores qualidades tecnicas, e passou a ser invadido e sufocado pela erva daninha da politica partidaria. Logo se *abacharela*, como dirá Eduardo Prado, e o seu furor guerreiro muda-se num "furor politicante, discursante e manifestante".

Com semelhante mentalidade, não era de admirar que essa officialidade entrasse mais cêdo ou mais tarde em conflito com o elemento civil no poder. Concorreu para isso, se não foi, até certo ponto, a causa inicial de todo o desentendido, o fato de o Governo, receioso de uma tropa demasiado forte e, o que é mais, prestigiada pelas vitórias no Paraguai, reduzir e fragmentar o Exército, para melhor enfraquecê-lo, distribuindo-o, depois, em pequenos contingentes, pelo vasto territorio do Imperio. O Exército ficou, assim, reduzido a uma tropa "mal organizada, mal instruida e mal paga; onde

(101) Oliveira Lima, *O Imperio Brasileiro*.

havia um oficial para treze soldados; onde o pobre soldado vivia fóra da vida do regimento, destacado em pequenas guarnições de 20, 10, 5 e até 2 homens, pelas vilas do interior, numa situação dissolvente de toda disciplina e destruidora de todo o respeito" (102).

O erro dos nossos estadistas era pensar que quanto mais se tira a um Exército a sua eficiencia militar, mais inofensivo se torna êle para a ordem civil interna. Ora, o contrario é que se dá. Um Exército poderoso e bem disciplinado; voltado diariamente para as occupações da caserua ou do acampamento; bem armado, bem nutrido e bem equipado; um Exército em tais condições torna-se mui difficilmente um instrumento de guerra civil, e muito menos uma arma de exploração nas mãos malandras dos politicos profissionais. Um Exército desses não tem tempo de distrair sua atenção para as coisas da rua.

O Exército que conspira, que murmura, que vive descontente e insatisfeito, metendo-se nos assuntos da politica e da administração civil, é justamente o Exército que está divorciado dos misteres militares, que se sente fraco e desarmado, desocupado, desamparado pelas autoridades responsaveis do Governo, e cujos soldados passam os dias de braços cruzados nos patios dos quartéis ou nas portas dos botequins, enquanto os officiais, por falta de melhor, vão discutir e azedar-se nas mesas dos cafés e nas salas dos casinos. Um Exército, é

(102) Eduardo Prado, *Fastos da ditadura militar*.

preciso que êle seja forte. E êle será tanto menos perigoso para ordem civil interna, quanto mais se sentir capaz de guerrear lá fóra.

V

Foi isso que os políticos do fim do Imperio não compreenderam. Dom Pedro II, que estimava o militar na guerra, mas que não lhe tinha amôr na paz, deixou que se praticasse essa politica de desprestigio para as classes armadas. Se êle não fôsse um homem de pouca imaginação, teria logo compreendido a necessidade de uma transação entre o interesse da politica dos partidos e as aspirações das classes militares. Em vez disso, cedeu.

O Imperador compreendia raramente a possibilidade de uma solução intermédia: ou êle teimava e acabava vencendo, ou cedia. Governar é transigir, dizia Burke. A transigencia é da propria essencia da politica. E' a arte de adaptar certas condições primordiais, inadiaveis ou intransponiveis, aos interesses em jogo.

Essa arte, não a tinha o Imperador. Êle era muito cioso de suas opiniões, e entendia que transigir com elas valia na aceitação das que lhes fôssem contrarias. Preferia então abandoná-las pura e simplesmente. Daí os dois extremos: ou teimava e levava de vencida a sua vontade, ou cedia, quer dizer, retirava-se com a opinião intáta. Em sua profunda honestidade pessoal e politi-

ca, não compreendia que transigir não implica sempre mudança de opinião, sinão apenas de partido, o que é coisa muito diversa. Bismarck dizia que a politica não era uma ciencia exata. E o marquês de Olinda gostava de repetir, embora nem sempre seguisse esse conceito, que a transação era a unica lei em moral politica.

VI

Nesse ano da volta do Imperador da Europa, o desentendido entre a classe militar, ou o grupo saliente dessa classe, e o poder civil, agora nas mãos do conselheiro João Alfredo, era já quasi inconcertavel.

Os priméiros sintomas do mal se haviam verificado cinco anos antes, quando um projéto de lei sobre reforma de militares foi recebido com hostilidade por um numeroso grupo de officiais, que entenderam manifestar contra, na imprensa e na Escola Militar. O Gabinete, presidido então pelo conselheiro Lafayette, pode dizer-se que praticamente capitulou diante dessa opposição facciosa dos militares, pois que o referido projéto foi intencionalmente encalhado no Senado. O Governo limitou-se a reiterar os avisos ministeriais que proibiam aos militares qualquer discussão pela imprensa sem a prévia licença de seus superiores. Ainda nesse ano de 1883 foi assassinado em plena rua, no Rio de Janeiro, quasi ao lado da repartição da Policia, um jornalista desabussado, que diariamente se comprazia em insultar a todos

no seu pasquim. Não foi segredo para ninguém que o crime fôra cometido por oficiais do Exército, agindo como vingadores da classe.

Três anos mais tarde a incompatibilidade entre os militares e o poder civil voltava a acentuar-se a proposito da debatida questão sobre se era lícito ou não aos oficiais discutirem pela imprensa, sem prévia licença de seus superiores. O debate, favorecido pelo ambiente já predisposto, facilmente se inflamou, e um grupo mais exaltado de oficiais saiu á frente para negar publicamente qualquer fundamento aos avisos do ministro da Guerra — um civil — que lhes impediam discutir pela imprensa.

Não foi difficil a esses militares, sob o pretexto sempre elástico de solidariedade de classe, conseguir o apoio de uns poucos oficiais generais, notadamente de dois dêles de maior prestigio: Deodoro da Fonseca, que depois da morte de Caxias os politicos conservadores incensavam com o intuito de o fazerem o *seu general*, e Pelotas (general Camara), cuja fama provinha, sobretudo, do fato de ter comandado o pelotão que liquidara com a vida de Solano Lopez.

O fato de se pôrem á frente da facção indisciplinada do Exército um general conservador e um general liberal, fazia grande efeito cá fóra, e dava á opinião publica do paíz a impressão de que a causa que os mesmos defendiam era, realmente, nacional. Por outro lado, isso concorria para que politicos de ambos os partidos lhes déssem abertamente a sua simpatia, com mêdo

de desagradarem, cada qual, o *seu general*. O que era peor, porém, era que esses politicos faziam, com isso, embora impensadamente, o jogo contra êles proprios: concorriam, com uma ingenuidade notavel, para atijar ainda mais a fogueira dos republicanos, que consistia sobretudo, em indispor o maximo possivel as classes armadas com o Governo Imperial.

VII

Pelotas era um militar *doublé* de legislador, produto bem conhecido nas Republicas espano-americanas, e do qual o Imperio, apesar da mentalidade profundamente civil de seus homens publicos, não poude jamais fugir. Os politicos, que não se cançam nunca, no Brasil, de deformar, para melhor explorarem, os sentimentos dos militares, o haviam elegido para uma cadeira do Senado. Assim como os conservadores tinham o intuito de fazer de Deodoro o general do partido, tinham os liberais, depois da morte de Osorio, o mesmo proposito com relação a Pelotas. Este teve, sem nenhuma duvida, uma grande parte de culpa no relaxamento da disciplina militar nesses ultimos anos de Monarquia. Colocando, como dizia, acima de tudo, *até mesmo das leis do Imperio*, o que no criterio dêle chamava a honra militar, Pelotas dava a mais triste prova do que assegurava num discurso no Senado, isto é, que a disciplina era nula naquilo que se chamava o Exército no Brasil.

Tão desvirtuados andavam nessa época os deveres militares, que não surpreendeu a ninguem o fato desse general faccioso subir á tribuna do Senado, para dizer em *alto e bom som*, que as classes armadas não depositavam a menor confiança no Governo do paíz. De outra feita, ameaçara, sempre em nome do Exército (esse recurso, de falar em nome da classe, apesar de sedição, impressionava sempre os politicos civis, os *casacas*, como êles diziam), o Imperador com a expulsão pura e simples do territorio nacional, caso não atendesse ás exigencias dos militares; e para maior teatralidade da ameaça, acenara para o inofensivo Monarca, que arrastava á sua velhice nas salas vãs e silenciosas de São Cristóvão, com o espantallo de um novo 7 de abril.

Deodoro, este, era outra especie de homem. Não era, por natureza, um indisciplinado, se bem que o seu passado militar não resistisse a um exame severo e imparcial. Mas tinha uma cabeça quente — *ein turbulenten Kopf*, como dizia o ministro da Austria. Foi por aí que os officiaes que encabeçavam o grupo indisciplinado do Exército procuraram desvirtuá-lo. A tarefa tornou-se tanto menos difficil quanto Deodoro era uma natureza fraca, indecisa, que se deixava levar com relativa facilidade pelos que melhor lhe falavam ao ouvido. Homens desse feitio são homens de todos os partidos; e desde que se deixam manobrar, tornam-se armas excellentes para os que dispõem de habilidade e espirito de decisão. São, por isso mesmo, as mais das vezes, criaturas que acabam vítimas de suas proprias fraquezas.

VIII

A divergencia sobre a validade ou não dos avisos ministeriais, que proibiam aos militares a discussão pela imprensa, como tantos outros pòmos de discordia entre o Governo e o grupo exaltado do Exército, não era sinão um dos aspètos da incompatibilidade que já reinava entre ambos. A causa do mal estava sobretudo no relaxamento da disciplina militar, agravada pelo desprestigio dos politicos e dos partidos do fim do Imperio. A autoridade civil do Governo, pela *firmeza* com que ainda ha pouco procurava desarticular a eficiencia do Exército, e a *fraqueza* com que cedia hoje ás imposições da officialidade transviada, só podia concorrer, como de fato concorria, para desprestigiá-la ainda mais perante a nação. .

O período agudo da desavença foi certamente durante os três anos do ministerio presidido pelo barão de Cotegipe, de 1885 a 1888.

Cotegipe — João Mauricio Wanderley — era, então, pode dizer-se, o mais conceituado dos estadistas do Imperio. Nenhum outro, nessa época, dentro ou fóra do partido conservador, podia disputar-lhe a preeminencia. Descendia de uma velha familia de capitães-mores, originaria da provincia da Baía. Desde cêdo se revelara na vida publica, pode dizer-se que desde quando subira, pela primeira vez, á tribuna da Camara dos Deputados e pronunciara o seu *maiden speech*, terçando

armas nada menos do que com Paraná, chefe todo poderoso do Gabinete da Conciliação.

Durante mais de quarenta anos teria assento no Parlamento do Imperio. Considerava-se, por isso, no fim da carreira, um verdadeiro veterano. E, de fato, com excepção de Abaeté e de Muritiba, nenhum outro o ganhava em antiguidade. Gostava por isso de dizer, com a preocupação sempre voltada, que tinham os nossos homens publicos, para a Inglaterra, e prevendo talvez a possibilidade de viver mais dez anos, o que afinal não se daria, que unicamente Lord Russell, Palmerston e Gladstone se haviam mantido por mais de meio seculo no Parlamento de Westminster.

Como Burke, Cotegipe gostava e por vezes abusava dos ditos espirituosos. Sabia dar aos discursos esses tons chistózos, esse *humour* todo especial, que os tornava amenos e cheios de interesse, mesmo quando ventilavam os mais áridos assuntos. Com isso prendia sempre a atenção de seus pares.

Como ninguem, êle tinha a arte de saber intercalar as orações de anedótas, de floreá-las com uma frase ou palavra espirituosa, ás vezes mesmo picante. Nada tinha daquela ironia ferina e mordaz de Zacarias, mas uma zombaria inocente, quasi infantil, sadia com o seu temperamento, de eterno jovem. Dizia-se que êle possuía a mocidade na alma. E era exáto. "O que a Rainha estimaria dizer francamente a Lord Rosebery — escrevia certa vez a rainha Vitória ao seu presidente do Conselho tão querido — é que êle devia dar um tom

mais sério a seus discursos, e abandonar essa maneira irreverente que não convem a um Primeiro Ministro” Esse bilhete dir-se-ia dirigido a Cotegipe.

IX

Cotegipe não era homem de principios; e em politica não tinha escrúpulos. Ao contrario de Zacarias, seu terrivel rival, tinha horror aos puritanos. Sabia acomodar-se a todas as situações. Haja vista o que se passaria nessa época, quando, fazendo ouvidos de mercador ás insinuações da Princeza Imperial Regente para que abandonasse o Ministério, só deixaria o Governo quando ela, a bem dizer, o poria na rua. Em politica êle era sobretudo utilitario — como Dantas, por exemplo; mas com muito mais astucia do que este, com muito mais tática e espirito de aventura. Com muito mais intelligencia, tambem.

Tinha dessas intelligencias vivas e saltitantes, sobretudo uma grande lucidez de espirito, que lhe permitia não se dar ao labor de estudar profundamente o que então se chamavam os *negocios*. A facilidade de comprehensão e a prontidão de raciocinio poupavam-lhe o trabalho de esmiuçar demoradamente os assuntos, de aprofundar-lhes os argumentos. Bastava-lhe, para ficar senhor da materia, a rapidez de suas intuições. Seus discursos, por isso, não tinham a solidez de outros, como por exemplo, os de São Vicente ou de Lafayette. Mas

não impressionavam menos a atenção, sempre superficial e movediça, das assembléas politicas.

Sua dialética era terrível. Elle era capaz de sustentar, com uma habilidade inegualavel, com os argumentos mais convincentes, com uma força de persuasão irresistivel, não importava que tésse ou doutrina. Era, por isso, um adversario que todos respeitavam, ou pelo menos temiam. Na tribuna comportava-se como verdadeiro esgrimista: a palavra era a sua arma. Servia-se dela com a agilidade de um mestre de florete. Sabia tocar o adversario no ponto sensível, na parte mais vulneravel; e sem penetrar aí profundamente, de leve, apenas, quasi imperceptivelmente, num golpe ao mesmo tempo rápido e certo, desarmava-o para toda uma sessão.

Seus grandes successos na tribuna, como de resto em todos os átos da vida, eram devidos tambem ao grande poder de simpatia que irradiava de toda a sua pessoa. Cotegipe não era o que se chama um homem belo. Mas pelo apurado do vestir, pela delicadeza de maneiras e o encanto do espirito, conquistava até mesmo os que se lhe mostravam mais intrataveis.

Além disso, valia-se da fama (possivelmente bem adquirida) de sêr cortejado e bem acolhido pelas mulheres, condição sempre de successo na carreira de um homem publico. Não era certamente um torturador de corações, como Maciel Monteiro, visconde de Itamaracá. Mas sabia como deixar-se amar por elas, como inspirar-

lhes desejos, sobretudo como acender-lhes a curiosidade, que é a grande perdição do sexo fragil. Sexagenario já, aposentado, portanto, para a vida amorosa, não perdera contudo a predilécção pelas mulheres. E disso fazia praça. Zacarias, que não deixava escapar nenhuma oportunidade para confundir os adversarios, e cujas justas oratorias com Cotegipe ficaram famosas, aludiu certa vez, em discurso depois muito citado, resumindo nuns significativos etc. etc., ás atividades galantes de Cotegipe, terminadas as labutas diarias. Longe de amofinar-se com as indirétas comprometedoras do colega, Cotegipe sentiu-se profundamente envaidecido, como velho galanteador de damas que era; e ás disposições conciliadoras que depois demonstrou Zacarias, dizendo-se disposto a retirar do discurso aqueles *etc. etc.*, Cotegipe respondeu que em tal não consentia, pois era o que de mais se ufanava.

Na ultima década da Monarquia, justamente nessa época do desentendimento com os militares, êle era geralmente reconhecido como o chefe do partido conservador do Imperio. Ao contrario do partido liberal, cuja direção era disputada e de fato se dividia por meia duzia de chefes, o partido conservador tinha em Cotegipe o seu guia unico e incontestado. Aliás, depois que desapareceram Rio-Branco, São Vicente e Caxias, nenhum outro dentro do partido podia disputar-lhe a primazia. Nem mesmo João Alfredo, destinado sem du-

vida a um grande futuro político se a Monarquia não sossobrasse em 1889 (103).

Até certo ponto, e guardadas as proporções, Paulino de Sousa era o unico que estaria em condições de fazer qualquer concorrência ao velho Cotegipe, menos por suas qualidades pessoais, do que pelas sólidas e tradicionais amizades de família que o ligavam á Provincia do Rio, transmitidas por Uruguai e Itaboraá, e que lhe davam o prestígio de um dos mais importantes setores políticos do Imperio. Em todo o caso, o que se pode dizer com justeza, nesse particular, é que Cotegipe iria desaparecer em 1889 em pleno prestígio de grande chefe, como desaparecera Paraná em 1856 e Rio-Branco em 1880. A fada da fortuna, que o acolhera no berço, ser-lhe-ia, assim, fiel até a morte.

(103) Na realidade, e sobretudo nos ultimos anos do Imperio, os dois partidos constitucionais não tinham, a bem dizer, um chefe seu, que fôsse reconhecido por todos como tal, salvo em circunstancias especiais, como essa, em que Cotegipe dirigiu de fato o partido conservador. O que se dava, a este respeito, era o seguinte. Quando o partido estava na opposição, tinha a dirigir-lhe varios chefes e chefetes, que no fundo se disputavam uns aos outros. Quando estava no poder, o chefe geralmente reconhecido era o que estava á frente do Gabinete. Como os Ministerios se sucediam com grande frequencia, mesmo numa unica situação politica, quasi um por ano, o partido no poder mudava frequentemente de chefe.

X

O feitio condescendente e contemporizador de Cotegipe foi pôsto á prova durante esse difficil período de seu governo. Bem que procurou agir com as mais brandas maneiras, não levando nada ao tragico, como era seu costume, poupando melindres, insinuando-se por vias indirétas, que são sempre as mais suaves, tentando em tudo transigir. Em vão." O dissidio entre o poder civil e o grupo insubordinado do Exército já estava sólidamente assentado, criára já um largo e intransponivel fôssô entre ambos, e a solução não dependia mais de meios de ação.

‘A tal ponto culminou a indisciplina militar, que Deodoro se atreveu a convocar uma reunião publica no Rio, com a presença de numerosos militares — cerca de 200 — e onde, sob a sua presidencia, se declarou aberto o conflito entre as classes armadas e o Governo. Resolveram apelar dirétamente para o Imperador, passando assim por cima da autoridade do Gabinete. Mas o apelo ficou sem resposta, ou melhor, a resposta deu-a o Ministerio, com a demissão de Deodoro do cargo de Quartel-mestre general. Parece que o ministro da Guerra quiz ir mais longe, e propoz que se reformasse tambem o General. Mas a tanto não acedera Cotegipe.

Chegado o conflito ao ponto que chegou, era quasi impossivel encontrar-se já agora uma solução intermédia. Transigir para qualquer das duas partes queria

dizer abdição, portanto um recuo. Não teve outro significado a postura em que se viu o Gabinete, consentindo em cancelar *exptaneamente*, como se assentou dizer, para salvar as apparencias, os tais avisos ministeriaes sobre militares na imprensa. O pretexto que motivou a moção apresentada na Camara por liberaes e conservadores, portanto sem côr partidaria, *convidando* o Gabinete a cancelar os avisos, foi o facto de ter o Conselho Supremo Militar considerado tais papeis como inconstitucionaes. Mas, na verdade, o que houve foi simplesmente uma retratação do Ministerio, sob a pressão dos militares. Cotegipe, aliás, com o seu bom humor de sempre, foi o primeiro a reconhecer que o Gabinete saíra *arranhado* em sua dignidade.

XI

Por desgraça, coincidiu que justamente nesse período mais agudo, a saúde do Imperador se agravasse, a ponto de afastá-lo inteiramente dos negocios do Estado, acabando por obrigá-lo a viajar para fóra do paiz, em busca de melhoras na Europa. Pela ponderação de seu espirito, sempre equilibrado, pelo bom senso de suas atitudes, sobretudo pelo grande prestigio pessoal que ainda desfrutava junto aos officiaes, sobretudo junto a Deodoro, não seria impossivel que êle pudesse, sinão concertar de todo o desarranjo, ao menos aplainá-lo em seus pontos de maior atrito. Poderia, talvez, conter um

pouco todas essas ambições pessoais, que existem sempre dentro das classes e dos partidos que se agitam.

Infelizmente, porém, com a saúde abalada, sentia-se que lhe faltava aquele vigor moral dos bons tempos da questão Christie e da guerra do Paraguai. Seu dominio sobre os homens e os partidos não tinha mais a eficiencia de antes. Para muitos, êle não passava agora do *velho*, como se dizia, quasi uma sombra de si mesmo; era o *Pedro banana*, na expressão irreverente do povo, sempre impiedoso na apreciação daqueles que a fortuna abandona, mesmo transitoriamente (104).

Com a sua partida para a Europa, em junho de 87, a desavença com os militares só fez se agravar. Não que a Princesa Imperial, agora Regente pela terceira vez, fôsse suspeita aos homens de farda. E' certo que a officialidade jovem, sobretudo a mocidade da Escola Militar, imbuída de sectarismo filosofico, discipulos entusiastas de Augusto Comte, não a viam com simpatia, em parte pelos seus sentimentos sabidamente catholicos,

(104) *O rei Cajú* — era como o apelidavam (devido á forma de sua cabeça, que se assemelhava, diziam, a uma castanha de cajú) numa revista celebre do tempo, *A Princesa dos Cajueiros*, de Artur Azevedo. Nessa revista havia o medico do Paço, o Dr. Escorrega, que podia ser Motta-Maia, o qual cantava para os cortezões que em bulhosa reunião aguardavam, impacientes, na ante camara da Rainha, o nascimento da Princesa:

*Senhores, não façam tamanho barulho,
Que nada de novo por ora não ha...
Senhores, estamos a quinze de julho;
Ha já nove mezes que... trá, lá, lá, lá!*

em parte pela attitude do marido, o conde d'Eu, pondo-se francamente á frente de um movimento de reação ao sentimento republicano da mocidade militar. No fundo, porém, todos guardavam ainda um sentimento de respeito pelas excellentes virtudes pessoais da Princeza. Não a tinham, de fato, por inimiga, e em verdade não o era; a prova é que no primeiro novo desentendido entre o Governo e os militares, como se verá, ella preferiu tomar decididamente o partido destes ultimos.

A desinteligencia com os officiaes *arranhara*, pouco antes, como se disse, a dignidade do ministerio Cotegipe. Agora seria peor: iria custar-lhe a propria vida. No fundo, foi uma simples questão de policia, isto é, a prisão de um official reformado, encontrado a praticar desatinos na rua, em estado de embriaguez. Mas uma questão de policia que logo se tornou uma nova *questão militar*, porque um grande numero de officiaes de terra e mar, solidarios com o colega preso, passou a exigir que o chefe de Policia fôsse punido com a pena de demissão. Cotegipe, como lhe competia, opoz-se: o chefe de Policia, dizia êle, cumprira o seu dever; o mais em que poderia consentir seria na demissão do comandante da Policia militar.

Mas a Princeza, preferindo solidarisar-se com os militares, se manteve intransigente. "Ninguem mais do que eu deplora os tristes acontecimentos — escrevia ella a Mac Dowell, ministro da Justiça — mas não posso deixar de continuar a pensar que a Policia, e mesmo o chefe de Policia tem culpa em tudo isso, não no mo-

mento em que as coisas se dão, estou convencida de que fazem o que podem, mas acaroçoando-os, mesmo sem o quererem, pela falta de atenção dada a acontecimentos anteriores, procurando evasivas para inocentar os acusados, antes que seu crime ou inocencia sejam provados, e quando a opinião publica e pessoas de conceito os acusam... Concordo em que possa haver no mundo confiança ilimitada, mas como esta é rara em produzir-se, e todos nós podemos ser enganados, é necessario não só ouvir os acusados, que necessariamente e mesmo por não serem muitas vezes pessoas de consciencia veridica, negarão o mal que fizeram, mas tambem os adversarios" (105).

A gravidade desse novo incidente estava em que a Regente preferia solidarisar-se com o elemento indisciplinado das classes armadas, a dar razão ao velho e traquejado politico que era o chefe do Governo. "Deu mais crédito a outras informações que não ás dadas sob a responsabilidade de seus conselheiros constitucionais", dizia-lhe o proprio Cotegipe, na carta em que pedia a demissão colétiva do Gabinete (106).

(105) Carta de 4 de março de 1888 (minuta no arquivo da familia imperial).

(106) Eis a carta de demissão de Cotegipe. datada de 7 de março de 1888, cujo original se encontra no arquivo da familia imperial: "O meu colega ministro da Justiça comunicou-me, e eu apresentei ao conselho dos Ministros, a carta que V. A. I. lhe dirigiu em data de 4 do corrente, sobre os disturbios ocorridos nestes ultimos dias. — Resultando do seu contexto, que a V. A. I. podem merecer mais crédito outras informações que não as dadas sob a responsabilidade dos seus conselheiros constitucionais, não resta ao Gabinete

XII

Com a constituição do Gabinete seguinte, formado pelo conselheiro João Alfredo, em março de 88, a questão militar arrefeceu um pouco. Concorreu para isso o recrudescimento da campanha pela abolição da escravatura, que empolgou a atenção de todas as classes, militares inclusive, para terminar, ainda naquele ano, com a promulgação da lei de 13 de maio.

outro alvitre, sinão o de pedir, como pede respeitosamente a V. A. I., a sua demissão coletiva; sentindo contudo ter de tomar esta solução quando temos a consciencia de que nem nos falta o apoio da verdadeira opinião publica, nem os recursos necessarios para manter a ordem. — Julgo não dever entrar em justificações e explicações, por desnecessarias, visto que pareciam ter por fim permanecermos numa posição que aceitei unicamente por dedicação á causa publica e obediencia a S. M. o Imperador". — O motivo real da má vontade da Princeza contra Cotegipe, nesse momento, foi antes a questão da abolição da escravatura do que o incidente com os militares. Já vimos em capitulo anterior quanto ella estava impaciente por despedir Cotegipe, cujo Ministerio, a seu vêr, não satisfazia mais as aspirações abolicionistas, dela e da nação; vimos igualmente como se fazia de desentendido o velho estadista baiano, para ir, assim, se equilibrando no poder. Afinal, sobreveio esse incidente com os militares: foi o momento propicio para despedir Cotegipe. Eis como ella relata a cena, nas notas que deixou escritas (arquivo cit.): "No dia em que desci de Petropolis, o Sr. barão de Cotegipe quiz falar-me em particular antes do despacho, como muitas vezes o fazia. Começou por relatar-me os fatos e propoz-me a demissão do comandante da Policia, coronel Lago e do alferes Batista. A isto respondi que sim, mas que exigia tambem a do chefe de Policia. O Sr. barão ainda tentou salvá-lo mas não o conseguindo, puchou do bolso a carta de demissão do Ministerio, que já trazia pron-

Tambem concorreu para socêgo dos espiritos o ato inteligente de João Alfredo, afastando o general Deodoro da capital do Imperio, o que valia tirar á facção indisciplinada do Exército um de seus mais doces instrumentos. A habilidade desse ato estava em mascará-lo com a necessidade de uma expedição militar de observação a Mato Grosso, em virtude da questão de limites entre o Paraguai e a Bolivia, que ameaçava levar os dois países á guerra. Foi o comando dessa expedição que se deu a Deodoro.

Por um motivo que até hoje não se esclareceu bem, logo que o visconde de Ouro-Preto substituiu João Alfredo no poder, em junho de 89, tratou de chamar para o Rio o general Deodoro. Era deitar novamente kerozene na fogueira (107).

ta, mas que creio bem não teria apresentado se eu tivesse deixado ficar o Sr. Coelho Bastos" (chefe de Policia). — Mais adiante ela indaga de si para consigo: "Teria sido melhor deixar continuar as coisas até a época da abertura das Camaras, em que, visto o emperramento do Ministerio, eu o teria obrigado a pedir sua demissão? Não o creio. Não sei como o paiz teria suportado os dois mezes que faltavam, e além disso tinha tanta consciencia do geito tradicional do Sr. barão de Cotegipe, que não temo confessá-lo, receei que ainda dessa vez me enrodilhasse, e não achasse eu meio de dar o golpe que julgava necessario".

(107) Ouro-Preto deu como motivo da chamada de Deodoro ao Rio (cuja sugestão, disse, partiu do então ministro da Guerra, visconde de Maracajú) o fato de não ser mais precisa a presença, em Mato Grosso, da expedição militar que êle comandava naquela Provincia, diante do acôrdo a que haviam chegado o Paraguai e a Bolivia, na questão de limites que os dividia. Deu ainda uma razão de ordem

Ouro-Preto era, aliás, o homem menos indicado para governo naquela ocasião. Certo, ninguém lhe negava certas qualidades de homem de Estado. Jovem, ainda, relativamente, êle era sem favor um dos mais respeitados estadistas da Monarquia; e o partido liberal, tão rico, aliás, em homens de valor, nesse ultimo quartel do seculõ, não tinha outro que lhe valesse em energia, em cultura geral, em visão objetiva e vontade de acertar.

Mas, ao lado disso, faltavam-lhe certas qualidades, imprescindiveis, sobretudo, numa ocasião como aquella. Faltava-lhe essa dose de *souplesse*, que sobrava, por exemplo, em Dantas ou em Cotegipe, essa elasticidade e brandura de maneiras, que resolve, muita vez, mais facilmente uma situação melindrosa do que a mais decidida e acertada das energias. Não sendo o que se chama um desastrado, Ouro-Preto tinha, contudo, con-

financeira, sem duvida mais ponderavel do que a primeira para o programa de governo que se traçara o Gabinete: "A permanencia das forças em paragens tão remotas ocasionava grandes despesas, e reclamações havia por falta de recursos no acampamento" (*Advento da ditadura militar no Brasil*). — Fôsse como fôsse, a chamada de Deodoro ao Rio, naquela ocasião, foi um erro imperdoavel de Ouro-Preto. O conselheiro Diana, ministro de Estrangeiros, fez-lhe vêr o perigo dessa decisão, ponderando que Deodoro se deixaria certamente influenciar pelos elementos republicanos que se agitavam na Côrte. Respondeu-lhe Ouro-Preto que o Governo não devia ser levado por tais considerações, porque seria confessar a sua *covardia* (J. J. Silveira Martins, *Silveira Martins*). Esse raciocinio de Ouro-Preto, tão de acôrdo com a intrepidez de seu feitio, dá-nos toda a explicação da chamada de Deodoro.

tra si, a impetuosidade de seu temperamento, uma vivacidade quasi aggressiva, e uma susceptibilidade que não era certamente a mais desejada para um chefe de Governo num momento como aquele. O de que se precisava então era de um habil negociador, um homem de grandes recursos de imaginação, uma natureza serena e ponderada, insensível e ao mesmo tempo decidida — enfim, com uma soma de qualidades que não existia em Ouro-Preto.

XIII

Ele não era, entretanto, um novato no cenário politico do Imperio. Se lhe faltavam outros predicados, para impôr-se a uma situação de confusões como aquela, tinha ao menos um passado de longa e laboriosa aprendizagem politica. Aparecera pela primeira vez na Camara havia bem um quarto de seculo, trazendo já uma justa nonfeada da Faculdade de Direito de São Paulo, onde fôra estudante laureado, numa época em que a Academia contava talentos da ordem de Silveira Martins, Ferreira Viana, Lafayette, Paulino de Sousa, Andrade Figueira e outros.

Ao surgir nessa Camara de 1864, Ouro-Preto logo se impoz á atenção dos veteranos da Regencia e do Primeiro Reinado pela impavidez com que se levantou, na questão do prolongamento da Estrada de Ferro de Pedro II, contra a eloquencia aggressiva de Cristiano

Otoni. Desde então Zacarias, que era o presidente do Conselho e já se revelára um formador de estadistas, não o perdeu mais de vista. Aquele rapaz sobranceiro e bem afeiçoado, de feitio um pouco agressivo mas habil, no fundo, que lutava de lança em punho, com a bravura de um veterano, impressionára fortemente a atenção do mais temido dos nossos estadistas.

Ter-se-ia a prova disso dois anos mais tarde. Estava-se em plena guerra do Paraguai. Zacarias é chamado a formar o seu terceiro Gabinete, em substituição ao quarto ministerio Olinda, praticamente decomposto. A Esquadra, que combatia no Paraguai, considerada elemento decisivo para o exito das operações de guerra, ao longo e nas margens do rio, reveláva-se incapaz de qualquer esforço de monta. Os navios eram poucos e ruins; suas tripulações desfalcadas e imprestaveis; a officialidade mal aproveitada e desarticulada. Tudo nela era precario. Tornava-se evidente a necessidade de um chefe. Precisava-se de alguém á altura de reerguer de pronto todo o aparelho maritimo da guerra, que criasse ou reformasse os navios, que os equipasse, os armasse, os puzesse, enfim, em estado de eficiencia, alguém que reunisse ao mesmo tempo o espirito de decisão do chefe á ponderação do estadista. Zacarias não hesitou um momento. *Seu homem* não podia ser outro: foi buscar o jovem deputado de 64, o futuro visconde de Ouro-Preto. Entregou-lhe, com uma confiança pode dizer-se que céga, toda a aparelhagem maritima da guerra. Fê-lo seu ministro da Marinha, a pasta, talvez, naquele

momento, de maiores responsabilidades para o destino da nação. Afonso Celso tinha então apenas 30 anos. Mas que importava? O essencial era que êle se comportasse, numa situação como aquela, como um grande ministro. E assim foi.

De então para diante sua carreira politica ficou praticamente aberta; e não tardou que êle deprêssa emparelhasse com os mais autorizados chefes do partido. Passaram a respeitá-lo por suas atitudes decididas, pela confiança que sabia inspirar aos seus pares, pelo ardor de suas convicções monarchicas. Na Camara temporaria, primeiro, depois no Senado, êle se revelára desde logo um dos oradores mais tipicamente parlamentares de seu tempo. Lafayette dizia que o talento oratorio de Ouro-Preto era a expressão de seu temperamento, e isso era exato. Sua palavra não chegava a ser aggressiva, como a de Zacarias ou a de Silveira Martins. Mas tinha uma impertinencia quasi que abusiva, que desarmava de pronto o adversario, sobretudo pela fina ironia com que sabia apresentá-la. Ao lado disso, uma agilidade que desnorteava os mais seguros opositores, e que se manterá viva até o fim de seus dias (108).

Com o gabinete Sinimbú, formado em 1876, Ouro-Preto voltou aos conselhos da Corôa. Ocupou a pasta

(108) O autor desta *Historia*, que foi aluno do visconde de Ouro-Preto, no primeiro ano juridico, dá testemunho disso, e aproveita a oportunidade para render aqui um preito de profundo respeito ás inegualaveis qualidades morais e civicas de tão grande cidadão.

da Fazenda, que era umia especie de ante-camara a uma futura presidencia do Conselho. Foi quando se revelou o financista de grandes recursos, emparelhando com Itaboraá, Sousa-Franco, Sales Torres-Homem, Dias de Carvalho e outras autoridades na matéria.

XIV

Em junho de 89 êle subia, pela terceira vez, aos conselhos da Corôa. Mas agora com a responsabilidade da presidencia do Conselho de Ministros. O destino punha-lhe, assim, nas mãos, não sómente o futuro do partido liberal, como o da propria Monarquia. Pedia-se ao espirito moço e sadio de Ouro-Preto, á sua grande experiencia, que salvasse o Imperio de uma possivel ruina, que o reerguesse, e lhe fortalecesse as molas enferrujadas ou desarticuladas. Era, como se vê, uma tarefa imensa.

Tarefa que estava sem dúvida na medida da capacidade de Ouro-Preto, se outras fôsem as circunstancias e outras as probabilidades de successo. Compenetrado de suas responsabilidades, êle assumiu o governo com um vasto programa de realisações, um plano radical de reformas, dispôsto a reajustar todas as peças desarticuladas do regime.

Ninguem, certamente, punha em dúvida a necessidade de tais reformas; o que, porém, logo pareceu inoportuno foi o momento escolhido por Ouro-Preto para

tomar uma iniciativa de tal vulto. Temia-se, de fato, que as circunstancias não lhe fôsem favoráveis e que a ocasião fôsse a menos indicada para uma renovação completa de toda a aparelhagem da Monarquia. Não seria mais prudente fixar-lhe primeiro os alicerces solapados pela facção indisciplinada do Exército, para cuidar depois das paredes mestras do edificio? Um erro de observação, a falta de senso da oportunidade, defeito capital em Ouro-Preto, foi a causa de toda a ruina de seus planos.

Sua situação em 1889 é em tudo semelhante á de Emile Ollivier trinta anos antes, tentando salvar o segundo Imperio Francês. Ambos são jovens e decididos, confiantes em si mesmos; ambos se julgam predestinados a salvar um regime precocemente gasto, dentro do mais largo espirito do liberalismo moderno; ambos lutam por construir, sobre alicerces impereciveis, um monumento que será a síntese de uma grande aspiração politica. São de fato, dois predestinados: mas a serem os coveiros de seus sonhos.

XV

Restituído aos meios inflamados da Côrte, Deodoro, como era de esperar, não socegou. O que era grave, porém, é que êle não se limitava agora a gestos e atos de indisciplinã militar: entrava tambem a conspirar contra o Governo.

Alguns civis republicanos e uns poucos officiaes — a maioria gente moça — que rezava por esse credo politico, procuraram, de fato, aproximar-se do velho soldado. Com habilidade, explorando-lhe a proverbial ingenuidade, mais facilmente manejavel dada a sua irritação contra o Governo, meteram geitosamente Deodoro nos conciliabulos onde se tramava contra as instituições monárquicas. O Imperio, diziam êles, era o inimigo do Exército; procurava o seu aniquilamento, cujo plano já estava sendo executado desde algum tempo, culminando agora com as repetidas retiradas de corpos da Capital e a reorganisação da Guarda Nacional, que iria substituir o Exército na defesa do trôno e da dinastia.

As conclusões a que chegavam os republicanos eram certamente exageradas. Não visavam sinão indispor a Monarquia com a nação, ou mais precisamente, com as classes armadas. Era um simples jogo de partido, uma exploração politica como muitas outras. Mas não resta dúvida em que Ouro-Preto temia o Exército, e procurava transformar a Guarda Nacional numa especie de guarda pretoriana, sobre a qual o trôno pudesse se apoiar com toda a confiança. Êle proprio o confessará, dizendo que a reorganisação, que projetava, da Guarda Nacional do Rio, tendo embora por fim immediato satisfazer necessidades por todos reclamadas, visava tambem — são as suas expressões, “não deixar o Governo á mercê da força de linha” (isto é, do Exército), “absolutamente sem outra qualquer em que se apoiasse para, se mister fôsse, prevenir ou conter-lhe os desman-

dos". Referindo-se, em seguida, ao Gabinete conservador que o antecederia no Governo, dirá que o mesmo lutara "com as maiores dificuldades e curtiu as mais pungentes humilhações, por falta de uma força organizada que não pertencesse ao Exército" (109).

XVI

Deodoro não era republicano (110). Como a maioria da nação, êle não tinha certamente amôr á Monarquia; mas tambem não lhe tinha rancôr. Para a elite brasileira — e nessa elite estava, naturalmente, a officialidade de terra e mar — tanto fazia uma Republica como uma Monarquia. Ela encarava essa questão de formas de governo com um quasi completo indifferentismo. A não ser um pequeno grupo de officiais e civis declaradamente republicanos, e estes, mesmo, mais por sectarismo filosofico do que por principios politicos, as outras classes dirigentes da nação não tinham fé nem

(109) *Op. cit.*

(110) "Republica no Brasil é coisa impossivel, escrevia êle a seu scbrinho Clodoaldo da Fonseca, cêrca de um ano antes de proclamar a Republica, porque será uma verdadeira desgraça. Os Brasileiros estão e estarão muito mal educados para republicanos". E pouco depois recomendava: "Não te metas em questões republicanas, porquanto Republica no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa: os Brasileiros nunca se prepararão para isso, porque sempre lhes faltarão educação e respeito para isso" (Viriato Corrêa, *A Questão Militar*).

numa coisa nem noutra. Formas de governo, como dizia, aliás, o proprio Imperador, eram méras questões de estética. O que elas queriam era a liberdade, com trôno ou sem trôno e, com essa liberdade, um governo de fato, que não deixasse o paíz entregue á anarquia e á decomposição. Agora, que esse governo tivesse a corôa ou o barrete frigio, era o que pouco lhes interessava. A Republica aparecia-lhes como uma dessas coisas que a gente aceita conformado, mesmo com bom grado, porque é novidade, sobretudo por comodismo, mas para a obtenção da qual não se está nada disposto a despende esforço.

Era, portanto, uma élite meramente contemplativa, politicamente falando. E quanto ao resto do paíz, isto é, á nação propriamente dita, o grosso da população, este não contava, ou quasi não contava, como ainda hoje, na solução dos problemas politicos. Era uma massa inorganica, esparsa pela vastidão despovoada do territorio do Imperio, sem cultura, quasi sem instrução, desarticulada, indolente, politicamente falando, em absoluto inacessivel á menor compreensão do problema de formas de governo.

Deodoro não sómente não alimentava nenhum rancôr, mesmo nenhuma queixa contra a Monarquia, como nunca deixara, até então, de lhe fazer justiça. E sempre puzera timbre em manifestar o seu respeito, mais do que isso, a sua devoção ao Imperador, *o velho*, seu *amigo*, como dizia, cujo caixão estimaria acompanhar até a beira do tumulo.

Metido, quasi arrastado, por sua fraqueza, para os conciliabulos onde o pequeno grupo de militares e civis conspirava contra o regime, êle manteve ali, apesar de tudo, a attitude a mais discreta, algo indecisa, deixando os conspiradores na dúvida sobre se de fato podiam ou não contar com o seu concurso. Pode-se mesmo dizer que até a hora do golpe de Estado, na manhã de 15 de novembro, êles não tinham certeza sobre se Deodoro estaria ou não dispôsto a fazer qualquer coisa pela qu da da Monarquia e implanta o da Republica.

A grande luta interior de Deodoro era conciliar seus sentimentos pessoais para com o Imperador, que realmente estimava, com o desejo pressante dos conspiradores, que a todo transe insistiam junto do velho soldado por que o movimento que se proj tava não se limitasse a derrubar apenas o ministerio Ouro-Preto, mas tambem o Imperio.

XVII

Benjamin Constant era um dos *bachareis de farda*, militar *doubl * de filósofo positivista, um daqueles que Oliveira Lima dizia que conheciam melhor as doutrinas de Comte do que a técnica de von der Goltz. Era um militar que não cuidava e possivelmente pouco entendia das coisas de sua profissão. Chegara ao pôsto de Tenente-coronel comandando uma Escola de C gos, isto é, o que ha de menos militar neste mundo. F ra daí não

desenvolvia outra atividade que não fôsse ensinar mathematicas na Escola Militar e propagar doutrinas positivistas pelos cafés da rua do Ouvidor. Republicano por sectarismo filosófico, êle era a alma do pequeno grupo de conspiradores que fazia pressão sobre a vontade amolecida de Deodoro.

O estado de exaltação em que Benjamin Constant andava nesses dias de inquietações teve a sua nota de grande escandalo em outubro, por ocasião da visita de alguns officiaes da Armada chilena á Escola Militar da Praia Vermelha, quando êle pronunciou um violento discurso contra o Governo, em defesa, dizia, da classe militar. Não se deixou conter nem mesmo pela presença alí do ministro da Guerra, que se viu na contingencia de abandonar immediatamente o local. Os officiaes brasileiros, dizia Benjamin Constant, não eram insubordinados e desordeiros: "seriam sempre cidadãos fardados, mas nunca janizaros". Ora, um tenente-coronel, professor da Escola Militar, que se permitia dizer isto aos seus alumnos militares, diante de officiaes estrangeiros e do proprio ministro da Guerra, e no tom em que o dizia, não podia exigir que o acreditassem, por melhor que fôsem os seus argumentos. Mas longe de sofrêr qualquer castigo, Benjamin foi, no dia seguinte, coberto de flôres e ovacionado pelos alumnos. Era a prova de que o Governo, hontem truculento, deitando energia a tôrto e a direito, caíra agora no exagero opôsto; deixava-se, assim, aos poucos, decompôr.

Os conspiradores não tinham assentado nenhum plano de levante contra o Governo. Aliás, com excepção dos republicanos de São Paulo, e de alguns elementos esparsos de Minas Gerais, o resto do país ignorava absolutamente o que se conspirava na capital do Imperio. Mais ainda: fóra de um punhado de officiaes da guarnição do Rio Grande do Sul, e de uns elementos isolados, espalhados numa Provincia ou noutra, ninguém mais cogitavã de depôr o velho Imperador.

No Rio continuava-se na indecisão. Não se tinha nem mesmo fixado uma data para o movimento que se projétava. Procurava-se ainda um pretexto, que podia bem ser uma nova ordem do Governo para transferencia de algum outro corpo da guarnição. O que a todos preocupava, era a attitude de Deodoro, mais problematica nesses ultimos dias, quando sua saúde, muito precária, deixava duvidar sobre se êle poderia ou não montar a cavallo e colocar-se á frente das tropas. Em todo o caso, a opinião geral entre os conspiradores era de que até o fim do mez se teria assentada definitivamente a data da *grande jornada*.

Estava-se nos primeiros dias de novembro.

CAPITULO VI

15 DE NOVEMBRO DE 1889

Denuncias de conspiração — Incredulidade de Ouro-Preto — Uma advertencia de Floriano Peixoto — A noite de 14 de novembro — Ouro-Preto no Arsenal de Marinha — Atitude suspeita de Floriano — Ouro-Preto no Quartel General — Hesitações de Deodoro — A tropa se subléva — Deodoro á frente dos revoltosos — Situação crítica do Ministerio — Ouro-Preto e Floriano Peixoto — Triunfo dos revoltosos — A cidade extranha aos acontecimentos — O Imperador em Petropolis — Os telegramas de Ouro-Preto — Idéia de uma resistencia no interior — O Imperador decide descer para a Côrte — Chegada ao Paço da Cidade — Altercação com o conde d'Eu — Ultima reunião do Conselho de Estado — Apêlo a Saraiva — Deodoro declara que "já é tarde" — Proclamação da Republica.

I

Já desde algum tempo o visconde de Ouro-Preto recebia denúncias de que andavam oficiais do Exército conspirando contra o Governo. O presidente do Conselho não quiz, a principio, dar crédito a tais boatos; não aceitou a possibilidade de uma conspiração militar. Atribuia os avisos anônimos que recebia a intrigas de adversarios politicos seus, ou a inimizades com as pessoas que elles apontavam como conspiradores. Além disso, Ouro-Preto sabia que não lhe seria facil perseguir ou punir os officiaes apontados como metidos na conjuração de que se falava, sem que houvesse, contra os mesmos, provas indiscutiveis: a tanto se oporia sem dúvida o Imperador, cuja propensão era sempre para as medidas conciliatorias. “Para entrar em um caminho de rigor, dirá Ouro-Preto, praticando violencias contra as pessoas que os boatos apontavam como envolvidas nos conciliabulos, eu teria que contar com a opposição do Imperador” (111).

No dia 14, porém, o ministro da Justiça dava-lhe conhecimento do bilhete recebido na vespera do marechal Floriano Peixoto, ajudante-general do Exército, e pessoa de toda a confiança do Governo; depois do ministro da Guerra, Floriano era a maior autoridade militar do Imperio. Dizia elle nesse bilhete: “A esta hora

(111) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

deve V. Ex. ter conhecimento de que tramam algo por aí além: não dê importancia, tanto quanto seria preciso, confie na lealdade dos chefes, que já estão alerta" (112).

Pouco depois de ter conhecimento desse bilhete, recebia Ouro-Preto denuncias mais precisas. Resolveu, então, tomar precauções, pondo de prontidão o corpo de policia e a guarda civica da Côrte. E apesar das declarações tranquilisadoras do ministro da Guerra, visconde de Maracajú, reiterou ao chefe de Policia as ordens dadas anteriormente, no sentido de "descobrir a verdade do que por ventura se tramasse" (113). No fundo, Ouro-Preto não acreditava ainda na possibilidade de qualquer movimento armado contra o Governo; e apesar das declarações positivas de Floriano Peixoto, continuava persuadido de que tudo não passava de *balelas da opposição*.

A' noite desse dia 14, porém, as coisas começaram a peiorar. Veio-lhe ao conhecimento o boato, espalhado na cidade e nos quartéis, e facilmente acreditado, tal era o estado de espirito de todos, de que o Governo decretara a prisão do marechal Deodoro, bem como o embarque de varios batalhões da guarnição da Côrte. Como se verificou depois, tais boatos foram intencionalmente forjados por alguns conspiradores republicanos,

(112) Citado por Ouro-Preto, *Advento da ditadura militar no Brasil*.

(113) Ouro-Preto, *op. cit.*

com o intuito de precipitar os acontecimentos. De fato o plano surtiu efeito: cerca de 11 horas dessa noite, sublevava-se um regimento do Exército.

II

Ouro-Preto decidiu partir incontinentemente para o centro da cidade. Depois de passar pelo quartel da Policia, foi ter ao Arsenal de Marinha, onde logo inteirou-se da gravidade da situação. Floriano Peixoto, ali presente, a seu chamado, informou-o do levante não somente do 9.º regimento de cavalaria, como tambem do 2.º batalhão de artilharia. Soubera desses fatos por um aviso que lhe trouxera pessoalmente o ajudante de ordens do comandante da força sublevada.

— E porque não o prendeu? perguntou-lhe Ouro-Preto, fazendo vêr que o fato da força armar-se, sem ordem superior, constituia já de si grave crime militar.

— Para ganhar tempo e se poder acautelar — respondeu-lhe Floriano, que acrescentou: “Porque se aquele oficial não regressasse ao quartel, muito provavelmente os corpos, desconfiando de que o Governo estava prevenido, pôr-se-iam imediatamente em movimento, antes de reunidos e dispostos os meios de contê-los”. E rematou que já tomara, para esse fim, as “providencias precisas” (114).

(114) Idem.

Apezar das declarações tranquilisadoras de Floriano, que continuava assegurando confiar na guarnição, Ouro-Preto achou avisado expedir dali um telegrama para o Imperador, que estava veraneando em Petropolis, participando-lhe a revolta dos batalhões. Nesse despacho acrescentava: "O Governo toma as providencias necessarias para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei".

Assentado isso, e por sugestão do ministro da Guerra, tambem presente no Arsenal, resolveu transportar-se, com os Ministros que o cercavam, para o quartel-general do Exército, no campo de Sant'Ana. "A presença ali de V. Ex., observara-lhe Maracajú, é necessaria para animar a resistencia" (115).

Quando Ouro-Preto e os Ministros deixaram o Arsenal de Marinha, estava-se já na madrugada de 15 de novembro.

(115) Idem. — Maracajú contestou que houvesse feito essa declaração a Ouro-Preto, posto não negasse o tivesse convidado a transportar-se, com os demais Ministros, para o quartel-general do campo de Sant'Ana, onde estava instalada a sua repartição, que era o ministerio da Guerra. Mas além do testemunho de Ouro-Preto, ha o de Candido de Oliveira, ministro da Justiça, que em carta ao presidente do Conselho (transcrita no *Advento da ditadura militar*), confirmou a frase de Maracajú. — Concorreu tambem, para a resolução tomada por Ouro-Preto, de transportar-se para o quartel-general, o seu proprio feitio, destemido e impulsivo. "Se ficarmos aqui hão de dizer que temos medo", declarara êle no Arsenal de Marinha, antes de ir para o quartel-general, segundo refere o Sr. Tobias Monteiro (*op. cit.*). Candido de Oliveira, na carta acima referida, confirma igualmente essa declaração.

III

No quartel-general é que o presidente do Conselho teria a compreensão exata da situação, que era de verdadeira paralisia para o Governo. Sabia-se já ali que as tropas sublevadas marchavam de São Cristóvão em direção ao campo de Sant'Ana, sem que no entanto nada se tivesse ainda feito para defender o Governo: nenhuma força partira ou se preparava para partir, afim de enfrentar os revoltosos. As ruas adjacentes ao quartel continuavam quasi desguarnecidas. A tropa fiel ou suposta fiel ao Governo estava, é verdade, extendida no pateo interior ou na praça fronteira ao quartel, mas em attitude de completa displicencia, de braços cruzados e armas em descanço. "Quem contemplasse aquela força (palavras de Ouro-Preto), suporia que ali se achava para uma simples parada ou acompanhamento de procissão" (116). Uma testemunha de vista, criança, então, de seus onze anos, que ali passando a caminho do collegio se detivera alguns momentos, intrigada com o ajuntamento de tropas e curiosos no local, nos transmitirá mais tarde a impressão que lhe deixaram essa "displicencia dos batalhões desalinhad^os" e a "esquiva curiosidade dos homens surpresos", agrupados nas esquinas das ruas que davam para o quartel: "Nem a gente ávida nem a soldadesca

(116) *Op. cit.*

inerte, acrescentará o Sr. Fernando Magalhães, talvez explicassem bem a razão daquele aparato aguerrido mas silencioso” (117).

Assim que chegou ao quartel-general, Ouro-Preto entrou a dar ordens e a reclamar providencias, com a energia que lhe era propria. Mas debalde. Todos lhe faziam corpo mole. Sentia-se que os militares, ali espalhados pelas varias salas, não estavam nada dispostos a enfrentar seus camaradas revoltados, em defeza do Ministerio. Maracajú justificava-se de não ter feito ainda seguir tropa ao encontro dos sublevados, com a desculpa de “não confiar em toda a que se reunira no quartel”, o que era o mais alarmante sintoma da fraqueza do Governo; e quanto a preparativos de defeza, dizia, fugindo á responsabilidade, estava a cargo do marechal Floriano Peixoto, que certamente a organisaria “do melhor modo” (118).

Floriano, como já notara, aliás, desconfiado, Ouro-Preto, não perdia a sua habitual serenidade, apesar de toda a gravidade do momento. “Cingindo a espada, pronto para montar a cavallo, dava frequentes ordens em voz baixa aos officiais que encontrava ou mandava chamar. Não lhe pude ouvir uma só” (119). O ge-

(117) * *Discursos.*

(118) Ouro-Preto, *op. cit.*

(119) *Idem.* — Hoje está provado que desde a antevespera, pelo menos, isto é, desde o dia 13, justamente quando escrevia aquele bilhete ao ministro da Justiça, Floriano já andava em entrevistas com os conspiradores. Naquele dia tivera um encontro reservado com Deodoro, a pedido

neral Almeida Barreto, que comandava a tropa tida como fiel ao Governo, e destacada para sair e enfrentar os revoltosos, em vez de estar lá em baixo á frente de seus soldados, "passeiava e conversava na extensa varanda", como se estivesse no mais calmo dos dias (120).

deste. Posto ao par do que se tramava, ainda quiz convencer Deodoro da possibilidade de uma transação, oferecendo-se mesmo para servir de intermediario. Deodoro recusou: já não queria mais saber de palavras, disse, o momento era de ação; e ainda que só pudesse contar com *quatro gatos pingados*, pôr-se-ia á frente da revolta. Foi então que Floriano decidiu-se: "Enfim, disse êle, se a coisa é contra os casacas, lá tenho ainda a minha espingarda velha" (Tobias Monteiro, *op. cit.*). — A impressão que se tira dos depoimentos das testemunhas, é que Floriano, na realidade, não *conspirou* contra o Governo. Desempenhando então um cargo de grande autoridade no Exército, seu concurso era desejado e mesmo esperado pelas duas partes em jogo, o Governo e os revoltosos. A indecisão de Floriano, resultado de seu proposito de não se comprometer nem com uns nem com outros, foi que iludiu Ouro-Preto. No sentido rigoroso, êle traiu certamente a este ultimo. Mas, no fundo, agiu apenas como um oportunista que era: ficou com os pés nos dois lados, até o fim, a vêr em que davam as coisas, pronto a saltar para o que saísse vitorioso. Venceram os republicanos: Floriano pulou definitivamente para estes, e largou Ouro-Preto e a Monarquia. Se fôsse o contrario que se dêsse, êle deprêssa saltaria para o lado do Gabinete; e os revoltosos, vencidos, é que passariam então a acusá-lo de traição.

(120) O general Almeida Barreto, conforme êle proprio confessaria depois ao *Jornal do Comercio*, do Rio, já desde a noite da vespera hipotecara a Deodoro o apoio da tropa sob seu comando, e que era, na opinião de Ouro-Preto, "a melhor força de que dispunha o Governo" (*op. cit.*) Bem se vê a que ponto o Ministério ficou abandonado.

Não tardou muito que Ouro-Preto visse, afinal, toda a realidade: em breve chegariam em frente ao quartel-general as primeiras vedetas das tropas revoltadas.

IV

Deodoro, ainda a 11 de novembro, persistia na opinião de que o conflito era simplesmente militar, e que bastava ao Exército forçar a retirada do Ministerio. “Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito”, objetava ás exortações que lhe faziam para que o movimento se extendesse tambem contra a Monarquia.

Afinal, tantas foram as supplicas de seus camaradas e dos civis conspiradores, que êle acabou cedendo. E ao ultimo apelo de Benjamim Constant declarou, já vencido: “Ele assim o quer, façamos a Republica. Benjamim e eu cuidaremos da ação militar; o Sr. Quintino e os seus amigos organisem o resto” (121).

Faltava agora marcar o dia da sedição. A urgencia era grande, sobretudo devido á saúde de Deodoro, cada vez peor. Perdido o seu concurso, a conspiração podia considerar-se de antemão fracassada. Na tarde de 14, Aristides Lobo encontrara Benjamim Constant na cidade, e este lhe dissera, muito comovido: “Venho

(121) Tobias Monteiro, *op. cit.*

da casa de Deodoro; creio que êle não amanhece, e se morrer, a revolução está gorada" (122).

Afinal, assentaram o movimento para a noite de 15 a 16, quando o Ministerio estaria reunido em conferencia semanal, e seriam presos facilmente todos os Ministros. Mas na manhã de 15, como se viu, começou a circular a noticia, intencionalmente espalhada, da ordem de prisão contra Deodoro, bem como do embarque de alguns corpos do Exército mais sabidamente comprometidos na conspiração.

Inteirado desses boatos, na mesma manhã, Deodoro não lhes quiz, a principio, dar crédito; mas logo mudou de opinião, e resolveu sair em direção aos quartéis, precipitando assim os acontecimentos. Parecia impossivel que depois da noite de horriveis sofrimentos por que acabara de passar, ainda tivesse animo e forças físicas para tomar a responsabilidade de tamanha empreitada!

Quando Deodoro saiu de casa, já uma brigada, sabedora dos boatos de prisões e retiradas de tropas, havia deixado os quartéis e marchava para o centro da cidade. Encontrando-a no caminho, êle poz-se logo á sua frente, e todos seguiram em direção ao Quartel-general, onde se sabia estava reunido o Ministerio. Ali encontraram, dentro e fóra do quartel, as forças tidas como fieis ao Governo. Mas diante da attitude decidida de Deodoro, que desembocava no campo de Sant'Ana,

á frente da brigada revoltada, elas preferiram guardar uma postura de simples expectativa. Deodoro resolveu então despachar um official, com o pedido de uma conferencia com o marechal Floriano Peixoto.

V

Os Ministros, lá em cima, permaneciam numa atmosphera de grande consternação. Sentiam-se numa completa impotencia. Já ninguem mais os obedecia. Ouro-Preto continuava a dar ordens de ataque ás forças sublevadas: não tinham éco. Praticamente, eram todos já prisioneiros. Vindos para o quartel-general, tinham caído numa verdadeira *ratoeira*. Foi a propria expressão de Ouro-Preto, que exclamava para Lorenço de Albuquerque, ministro da Agricultura: “Fômos miseravelmente traidos. Chamaram-nos para esta ratoeira afim de que não pudessemos organizar lá fóra a resistencia. Antes me houvessem matado!” (123).

Quando Floriano Peixoto adiantou-se dizendo que fóra solicitado a uma conferencia com Deodoro, o presidente do Conselho não se conteve:

— Conferencia! Pois o marechal Deodoro, não tendo recebido do Governo nenhum comando militar, aqui se apresenta á frente de força armada, em attitude hostil, e pretende conferenciar com o ajudante-general

(123) Tobias Monteiro, *op. cit.*

do Exército!... Em tais circunstancias não ha conferencia possivel! Mande V. Ex. intimá-lo a que se retire, e empregue a força para fazer cumprir essa orden. Esta é a decisão unica do Governo! (124).

Floriano, meio resabiado, atrapalhado com semelhança ordem, fez parecer que ia agir: dirigiu-se para a varanda visinha da sala onde estavam os Ministros, voltou, tornou a ir, desceu depois as escadas, montou a cavallo e percorreu a frente da força estacionada no pateo interior do quartel, tudo isso sob a maior calma, com a maior frieza, sem dar palavra, com aquela reserva que o caracterisava. Era claro que êle queria ganhar tempo, para vêr em que dava tudo aquilo.

No salão dos Ministros, Ouro-Preto continuava a dar ordens para o ar. No desespero de se vêr desatendido, êle se arrogava, já agora, estrategista:

— Mas essa artilharia, exclamava, referindo-se ás peças dos sublevados, e respondendo ás objeções dos officiais que o cercavam; mas essa artilharia pode ser tomada á baioneta! Na pequena distancia em que se acha postada, entre o primeiro e o segundo tiro de uma peça, ha tempo para cair sobre a guarnição!

— E' impossivel, respondiam-lhe. As peças estão assentadas de modo que qualquer sortida será varrida á metralha.

— Porque deixaram então que tomassem tais posições? Ignoravam isso? Mas não creio na impossibi-

lidade sinão diante do fato. No Paraguai, os nossos soldados apoderavam-se de artilharia em bem peiores condições! (125).

VI

Nesse momento reaparecia Floriano. Vinha lá de baixo. Guardava sempre a mesma calma. Mas ao ouvir as ultimas palavras do presidente do Conselho resolveu, afinal, descobrir-se. Repliquou:

— Sim, mas lá tinhamos em frente inimigos, e aqui somos todos Brasileiros (126).

Ouro-Preto compreendeu, então, que tinha perdido a partida. Qualquer resistencia seria já agora inutil. Diante da declaração de Floriano, de que Deodoro exigia a retirada do Ministerio, e provada, que estava, a impossibilidade de qualquer reacção por parte do Governo, redigiu e expediu para Petropolis o seguinte telegrama ao Imperador:

Senhor. — O Ministerio, sitiado no quartel-general da Guerra, a excepção do Sr. ministro da Marinha, que consta achar-se ferido em uma casa proxima (127).

(125) *Idem.*

(126) *Idem.*

(127) E' sabido que o barão de Ladario, quando atravessava o campo de Sant'Ana em direcção ao quartel, fôra intimado a render-se por um official revoltoso; negando-se, e tentando atirar contra o official, fôra alvejado por tiros de fuzis.

tendo por mais de uma vez ordenado, pelo órgão do presidente do Conselho e do ministro da Guerra, que se empregasse a resistencia á intimação armada do marechal Deodoro para pedir sua exoneração, diante da declaração feita pelos generais visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do Rio-Apa de que, por não contarem com a força reunida, não ha possibilidade de resistir com eficacia, depõe nas augustas mãos de Vossa Majestade o seu pedido de demissão. A tropa acaba de confraternisar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas do quartel (128).

De fato, naquele momento ouviam-se aclamações no interior do quartel, ao mesmo tempo que soavam clarins e salvas de artilharia: era o marechal Deodoro que transpunha o portão principal, seguido de muita gente, e logo subia ao salão onde estavam reunidos os Ministros.

VII

Quando o seu grande vulto assomou á porta de entrada, e êle deu alguns passos em direção a Ouro-Preto, fez-se na sala o mais profundo silencio. Todos

(128) Esse telegrama historico tem sido reproduzido com varias incorreções, inclusive no livro de Ouro-Preto, *Advento da ditadura militar*, muito embora se declare aí ser o texto exato. Damo-lo agora, copiado do original entregue ao Imperador na manhã de 15 de novembro, e conservado no arquivo da familia imperial. Vide fotografia á pagina seguinte.

presentiram o grande significado historico da cena que se ia passar.

Deodoro falou longamente. Puzera-se á frente do Exército, disse, para vingá-lo das gravissimas injustiças e ofensas recebidas do Governo. Só o Exército sabia sacrificar-se pela patria e, no entanto, êle era maltratado pelos homens politicos, que até então haviam dirigido o paiz cuidando exclusivamente de seus interesses pessoais. Estava enfermo, mas nem por isso se excusara a dirigir seus camaradas, por não ser homem que recusasse diante de coisa alguma. Temia somente a Deus. Aludiu depois a seus serviços em campos de batalha: durante três dias e três noites combatera no meio de um lodaçal — “sacrificio que V. Ex. não pode avaliar”, Terminou por declarar que o Ministerio estava deposto, e que se organisaria outro de acordo com as indicações que iria levar ao Imperador (129). Os Ministros podiam retirar-se para suas casas, excêto o presidente do Conselho, “homem teimosissimo, mas não tanto quanto eu”, e Candido de Oliveira, ministro da Justiça, os quais ficariam presos até serem deportados para a Eu-

(129) Foram as palavras que Ouro-Preto disse ter ouvido. Parece certo que Deodoro voltou atraz, nesse momento, de sua anterior resolução de derrubar a Monarquia, chegando mesmo a organizar uma lista de novos ministros, encabeçada pelo nome do conselheiro Paulino de Souza, um dos chefes conservadores da provincia do Rio. Convem não esquecer que Deodoro militava nas fileiras desse partido. Que êle, só á noite, se decidiu definitivamente pela Republica, é coisa fóra de duvida. Ver-se-á isso mais adiante.

ropa. “Quanto ao Imperador — rematou — tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos” (130).

Ouro-Preto ouviu com grande serenidade a fala do marechal Deodoro. Não esboçou sequer um gesto. Foi só quando Deodoro terminou que êle declarou, com a mesma dignidade com que se vinha portando desde o começo dos acontecimentos:

— Não é só no campo de batalha que se serve á patria e por ela se fazem sacrificios. Estar aqui ouvindo o marechal, neste momento, não é somenos a passar alguns dias e noites num pantanal. Fico ciente do que resolveu a meu respeito. E’ o vencedor. Pode fazer o que lhe aprouver. Submeto-me á força.

A prisão de Ouro-Preto e Candido de Oliveira foi logo relaxada por intervenção de varias pessôas, inclusive Floriano. Pouco mais tarde, Ouro-Preto seria novamente preso e deportado para o estrangeiro. Naquele momento êle ainda foi conservado por algum tempo no quartel-general, e cerca de duas horas da tarde consentiram em que se retirasse.

Deodoro abandonou logo o quartel. Deixôu que ali ficassem Benjamim Constant e seus companheiros civis, deliberando sobre os acontecimentos; e depois de levar as forças ás respectivas casernas, onde as fez recolher, voltou para a sua residencia. Eram visiveis, aliás, os sofrimentos fisicos por que passava.

VIII

A cidade não havia dado ainda pela gravidade dos acontecimentos. As ruas começavam apenas a encher-se, com a noticia, celere espalhada, de haverem tropas sublevadas no campo de Sant'Ana. Até então tudo se passara, por assim dizer, nos limites restritos do Quartel-General e de suas imediações, com a ignorancia e, depois, com a surpresa de quasi toda a gente. O paiz assistia *bestialisado* á implantação da Republica — foi a expressão usada por um dos chefes civis do movimento e ministro do Interior do Governo Provisorio, Aristides Lobo, numa correspondencia dessa época para o *Diario Popular*, de São Paulo. E o visconde de Pelotas (general Camara), que foi, como se sabe, um dos principais animadores do Exército contra o Governo Imperial, diria, menos de um ano depois da proclamação da Republica: “A nação foi extranha a esse acontecimento, que aceitou como fato consumado. A sua indiferença foi injustificavel” (131).

O conde de Weisersheimb, ministro da Austria no Rio, mandava dizer para Viena, cinco dias depois dos acontecimentos: “A grande massa da população, tudo quanto não pertencia ao partido republicano, relativa-

(131) O Sr. Tobias Monteiro (op. cit.) diz que a expressão *fato consumado* foi muito empregada na época, principalmente pelos adesistas á Republica, por considerarem que já não era possivel fazer-se alguma coisa pela Monarquia.

mente fraco, ou á gente ávida de novidades, ficou completamente indiferente a essa comedia, encenada (*inscenirten*) por uma minoria decidida" (132). E o seu colega de França, por sua vez, escrevia para o Quai d'Orsay: "Dois mil homens, comandados por um soldado revoltado, bastaram para fazer uma revolução que não estava preparada, ao menos para já; informações particulares permitem afirmar que os proprios vencedores não previam, no começo do movimento, as condições radicais que êle devia ter" (133).

De fato, só no correr do dia é que, confirmando-se em publico a destituição do Ministerio, se soube do caracter republicano que iam tomando os acontecimentos. Foi quando o jornalista José do Patrocínio, á frente de muita gente, penetrou na Camara Municipal, e aí fez lavrar uma ata, levada logo depois ao Quartel-General, onde se declarava haver o povo proclamado o governo republicano, e se pedia para esse ato a sanção dos militares revoltados. Benjamin Constant, ao receber o documento, declarou que esse voto *seria tomado* na devida consideração (134).

(132) Oficio de 20 de novembro de 1889, no Staatsarchiv, de Viena.

(133) Oficio de 18 de novembro de 1889, no arquivo do Quai d'Orsay.

(134) R. Gallanti, *Historia do Brasil*.

IX

O Imperador, como se disse, estava veraneando tranquilamente em Petropolis, longe de pressentir o drama que se desenrolaria no Rio dentro de poucas horas. Na véspera, isto é, no dia 14, êle estivera na Côrte por algum tempo, mas apenas para assistir ao concurso da cadeira de inglez do Colegio de Pedro II. Tanto assim que não se avistara com nenhum dos Ministros.

Parece certo que em Petropolis, nas primeiras horas da manhã de 15 de novembro, êle não tinha ainda conhecimento exáto da situação. Disse-se mesmo que o primeiro telegrama que Ouro-Preto lhe expedira do Arsenal de Marinha, naquela madrugada, não lhe fôra entregue; que o seu medico, Motta-Maia, julgando a situação na Côrte pouco grave, achara não dever perturbar-lhe o espirito com a noticia da simples sublevação de um regimento, que se esperava, aliás, fôsse logo dominada. “Grande parte das noticias que foram para Petropolis pelo telégrafo — dirá mais tarde o Imperador — eu só vim a lêr quando estava no Paço; se eu soubesse que as coisas tinham tamanha gravidade, ter-me-ia retirado para Minas” (135). O mesmo êle dirá á filha: “Se soubesse exatamente como as coisas se achavam,

(135) Declaração feita ao comandante Pessôa, do *Alagôas*; Tobias Monteiro, *op. cit.*

teria ficado em Petropolis, de onde depois ter-me-ia internado mais e mais, se fôsse necessario" (136).

Motta-Maia contestou sempre que tivesse interceptado o primeiro telegrama de Ouro-Preto. E o Imperador, por seu lado, o defenderia, dois años depois, em carta a Ouro-Preto, confessando, "para inteiro esclarecimento da verdade", ter recebido "em mão propria" os dois telegramas do presidente do Conselho, entregues "por meu zeloso criado particular Candido José Freire" (137).

O que parece certo é que o Imperador fôra, de fato, cientificado dos dois despachos de Ouro-Preto. O primeiro, recebido em Petropolis alta madrugada, só lhe fôra entregue pela manhã de 15 de novembro, quando êle se levantou. Ao receber esse despacho, o Imperador não dera maior importancia aos acontecimentos que se desenrolavam no Rio, mesmo porque o presidente do Conselho o tranquilisara, dizendo que estava tomando as providencias necessarias "para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei". O Imperador estivera na véspera no Rio, encontrara ali tudo tranquilo, tão tranquilo que não achará necessario avistar-se com nenhum membro do Governo. Não acreditara, assim, que a indisciplina de alguns batalhões devêsse obrigá-lo a descer precipitadamente para a Côrte.

(136) Papeis da Princeza Imperial, no arquivo da familia imperial.

(137) Motta-Maia, *O conde de Motta-Maia*.

Foi só depois de receber o segundo telegrama de Ouro-Preto, cerca de 11 horas do dia, em que este lhe participava a destituição do Ministerio pela tropa sublevada, que êle se inteirou da gravidade da situação. Foi quando decidiu partir, e mandou preparar um trem especial. “A urgencia do movimento — dirá o Imperador — não me consentiu, sem mais informações, sinão responder que descia ao Rio immediatamente. Não o fiz como insensato, que só quer dar provas, não o sendo preciso, de que não tem mêdo, do contrario sendo testemunhos meus quasi cincoenta anos de reinado efetivo; mas queria obter cabal informação que, se mesmo não pudessem dá-la, só obtê-lo-ia completa no meio dos acontecimentos. Vim ao Rio para que se resolvesse o que fôsse aconselhado” (138).

(138) Notas autógrafas do Imperador, escritas a bordo do *Alagôas*, no arquivo citado. — De uma nota da Princeza Imperial, existente no mesmo arquivo: “Papai diz, naturalmente para não aumentar a culpa, que Ouro-Preto não o chamou ao Rio, mas que pensou com a sua presença tudo serenar, e portanto não duvidou em descer para o fóco, onde estaria mais perto dos acontecimentos e mais depressa poderia providenciar”. A Princeza não tem aí razão. Se a descida para o Rio não foi uma resolução do Imperador, o que parece difficil de ser contestado, tambem não o foi de Ouro-Preto, que nem mesmo a insinúa em nenhum de seus dois telegramas para Petropolis. Por tudo que se sabe hoje, parece não haver duvida em que o Imperador *decidiu* descer para o Rio, assim recebeu o segundo despacho do presidente do Conselho, e é fato provado que foi êle proprio á estação do caminho de ferro encomendar o trem especial que o levaria á Côrte. Não sendo um homem de bravatas, o Imperador timbrou certamente em mostrar que não receiava a insurreição. Numa das notas da Princeza Imperial ha es-

A idéia de se deixar ficar em Petropolis, ou retirar-se para o interior, que o Imperador diz lhe teria ocorrido, se tivesse tido, desde logo, conhecimento exato da gravidade da situação, foi justamente a que primeiro acudiu ao conde d'Eu, quando soube dos acontecimentos que se desenrolavam no Quartel-General. Elle e a Princesa estavam nessa ocasião no Rio, em seu palacio das Larangeiras. Ali apareceram, na manhã de 15, Taunay e Rebouças, ambos com o plano idêntico, de o Imperador ficar em Petropolis, onde seriam convocados os principais estadistas, e formado um governo para enfrentar a insurreição. O conde d'Eu ainda tentou comunicar-se sobre isso com Petropolis. Mas em pura perda. Não obteve ligação. Foi então que teria exclamado, medindo bem o alcance dos acontecimentos: "Neste caso, a Monarquia está perdida!" (139). Ainda se preparou para seguir com a mulher para Petropolis, afim de juntar-se ao Imperador e á Imperatriz. Foi quando lhe chegou ás mãos um telegrama de Motta-Maia, dizendo que os Monarcas desciam para a Côrte.

te trecho: "Gaston foi de opinião de conservarmo-nos em Petropolis, mas não houve meio de comunicar com Papai; e quanto a mim, que sempre vejo tudo pelo melhor, estava longe de pensar que sucederia o que sucedeu, e portanto atuou muito no meu espirito a idéia de não fazermos um papel que mais tarde tornasse menos facil nossa posição, podendo-se-nos acusar de pusilanimidade" (Arquivo da familia imperial).

(139) Notas do conde d'Eu, no arquivo cit.

X

Chegaram êles ao Rio cerca das duas horas da tarde. Nessa ocasião já se tinha consumado todo o drama que se desenrolara pela manhã no Quartel-General do campo de Sant'Ana: o Ministerio estava dissolvido, e os Ministros recolhidos ás suas residencias ou ás de suas familias. Praticamente, o paiz estava sem governo, pois que as Camaras, em férias, não haviam ainda se instalado, e a Republica não saira, até então, dos conciliabulos dos *leaders* revolucionarios. De fato ela ainda não existia. Tanto assim que nenhuma força fôra mandada para prender o Monarca, ou obstar, siquer, sua vinda para o Rio. Êle poude descer livremente de Petropolis, pela estrada de ferro, desembarcar na estação da Praia Formosa, e tomar, sem maiores difficuldades, a direção do Paço da Cidade; evitou, apenas, por caminhos menos frequentados, as ruas movimentadas do centro.

Quando chegou ao Paço, mandou chamar immediatamente Ouro-Preto. Ao conde d'Eu, ali presente, com a Princeza, foi logo dizendo:

— Minha opinião é que se deve dissolver os batalhões.

— Dizer é facil, replicou-lhe o conde d'Eu, que tinha, naquele momento, ao menos, a noção exata das coisas; como quer o Sr. dissolver tropas que estão em

armas contra nós? E' preciso primeiro que o Sr. constitua um governo, pois que o anterior demitiu-se.

— Mas eu não aceito essa demissão!

— Mas os Ministros estão prisioneiros dos revoltosos! (140). Como quer o Sr. que êles continuem a governar?

— Não, senhor! Ouro-Preto virá falar-me (141).

De fato, Ouro-Preto não tardou em chegar.

Depois de dar ao Imperador os pormenores de tudo quanto se havia passado, renovou-lhe o pedido de demissão. Dom Pedro II quiz ainda dissuadi-lo disso, mas diante de sua relutancia, perguntou-lhe, como era de praxe fazer aos presidentes do Conselho demissionarios, quem indicava para substituí-lo.

— O senador Silveira Martins, respondeu Ouro-Preto; é o homem para a situação (142).

— Lembra bem, disse-lhe o Imperador; avise-o para vir falar-me.

140) Na verdade êles já haviam sido soltos. Ouro-Preto, como se disse, voltaria a ser preso, e mais tarde exilado.

(141) Narração do conde d'Eu, em cartas escritas de bordo do *Alagôas*, e dirigidas á condessa de Barral, hoje depositadas no arquivo da família imperial.

(142) Silveira Martins era inimigo figadal de Deodoro. Parece ter sido a noticia de sua indicação para governo, levada nessa tarde a Deodoro, e facilmente explorada pelos republicanos, que decidiu definitivamente o ultimo a destituir o Imperador e aceitar a Republica. Ouro-Preto confessaria mais tarde que ao indicar o nome de Silveira Martins, ignorava completamente o estado de suas relações com Deodoro.

— O Sr. Silveira Martins está em viagem; deverá chegar amanhã ou depois.

— Logo que chegar, rematou o Imperador, diga-lhe que venha entender-se comigo. Advirta-lhe, porém, que só lhe concedo demissão porque o Sr. entende não poder absolutamente continuar (143).

XI

Quando o conde d'Eu soube que Ouro-Preto indicara, para formar o novo Gabinete, o nome de Silveira Martins, correu ao Imperador e exclamou:

— Como pensar em ficar três dias sem governo nas atuais circunstancias?

— Vamos esperar, respondeu-lhe serenamente o Imperador.

— Mas dizem que o Governo Provisorio já está formado, composto de Deodoro, Bocaiuva e Benjamim Constant! Amanhã pela manhã, sinão mesmo esta noite, Vossa Majestade verá as proclamações afixadas!

E apoiado pela Princeza, a seu lado:

— Convoque ao menos o Conselho de Estado para esclarecê-lo sobre as providencias a tomar.

— Mais tarde, respondia calmamente o Imperador.

Não havia meio de demovê-lo dessa tranquillidade. Os conselheiros Silva Costa e Olegario, tambem presen-

(143) Ouro-Preto, *op. cit.*

tes, não eram mais felizes do que o conde d'Eu e a mulher (144).

Às cinco horas é anunciado o jantar. O conde d'Eu ainda insistia:

— Permita-me ao menos que eu diga ao Olegario para convocar o Conselho de Estado!

E o Imperador, com a sua impassibilidade:

— Veremos isso depois.

Afinal, cansados de insistir inutilmente, o conde d'Eu e a Princeza tomaram a iniciativa, quando se levantaram da mesa, de expedir uma circular aos Conselheiros de Estado presentes no Rio, convocando-os para uma reunião urgente no Paço da Cidade. Os exemplares dessa circular foram levados em mãos pelos empregados das cocheiras do Palácio.

À noitinha começaram a chegar os Conselheiros. Com excepção de uns poucos, entre os quais Sinimbú e Ouro-Preto, este já então novamente preso, a maioria dos que se achavam no Rio acudiu ao apelo da circular. Apareceram também alguns outros políticos, entre os quais Saraiva, o qual, guardando sua calma costumeira,

(144) Cartas do conde d'Eu á condessa de Barral. — É positivo que o Imperador não deu, a principio, a menor importancia ao gesto de rebeldia de Deodoro. Weisersheimb, ministro da Austria, diz que uma pessoa de sua confiança e amizade, que se encontrava no Paço, ouviu o Imperador declarar, referindo-se aos acontecimentos da manhã daquele dia: "Coisas como esta já se deram no passado mais de uma vez. Conheço os Brasileiros. Tudo isso passará tão depressa quanto veio" (Officio de 20 de novembro de 1889, no Staatsarchiv, de Viena).

procurava tranquilisar ainda mais o Imperador, dizendo que tudo socegaria e se arranjaría (145).

Dantas era outro optimista. Já pela manhã desse dia 15, no palacio Isabel, quando o Imperador se achava ainda em Petropolis, e diante da aflicção da Princeza, êle dissera, acalmando-a:

— Vossa Alteza não receie nada! Peço que tenha toda a confiança em mim, eu não quero Republica, não admito Republica! (146).

O visconde de Taunay estava tambem presente no Paço. Para êle, dever-se-ia procurar entrar desde logo em entendimento com Deodoro, que era, afinal, o senhor da situação. O conde d'Eu apoiava essa idéia; mas a Princeza a ela se opunha terminantemente.

Depois de muita discussão — que se fazia agora numa das salas do Palacio, á revelia do Imperador — o conde d'Eu chegou, afinal, a este resultado: os senadores Dantas e Correia, como representantes dos dois grandes partidos constitucionais, iriam entender-se com Deodoro. Partiram ambós. Mas não tardaram em voltar, dizendo não lhes ter sido possível avistar-se com o chefe revoltoso. Encontraram sua porta fechada, e os criados, interpelados, responderam não saberem onde êle se encontrava (147).

(145) Cartas citadas.

(146) Papeis da Princeza Imperial, no arquivo citado.

(147) Deodoro, doente, e recolhido já ao leito, recusou recebê-los.

Afinal, cerca de 11 e meia da noite, a Princesa Imperial, á força de supplicas, conseguia cõnvencer o pai da necessidade de reunir imediatamente os Conselheiros de Estado, já então ali presentes.

Essa reunião durou cerca de duas horas. O parecer unanime foi que o Imperador devia constituir o mais depressa possivel um novo governo. Muitos foram de opinião que se devia antes entender-se a respeito com o marechal Deodoro (148).

(148) Eis o resumo das opiniões dos Conselheiros presentes á reunião, segundo as notas autografas, a lapis, tomadas pelo Imperador no correr dos debates, e hoje guardadas no arquivo da familia imperial:

Conde d'Eu — Organisar novo governo para não irritar Deodoro. Apele-se para os bons sentimentos deste.

Paulino — Haja governo. A primeira necessidade é constitui-lo. O chamado não chegou e não pode deixar de haver governo.

Cruzeiro — Sedição. Cumpre ter ministros responsaveis, e não ha ministros. E convem que o novo ministerio se entenda com Deodoro.

Dantas — Chamar alguém, que de acõrdo com Deodoro trate de organizar o ministerio. Desde amanhã deve estar tudo feito.

João Alfredo — Pensa como os anteriores.

Paranaguá — Mînisterio de coalisão, que inspire confiança a todos.

Leão Velloso — Pensa como os outros.

Cavalcanti — De acõrdo.

Duarte de Azevedo — Idem.

Beaurepaire — Idem.

Andrade Figueira — Idem. Entenda-se com os sediciosos, que consta que se expediu ordem de prisão contra elle (*sic.*), que é inimigo de Deodoro. Não acha conveniente ministerio de coalisão.

Silva Costa — Pensa do mesmo modo. Incumba-se o organisador de vêr os melhores meios.

O Imperador decidiu-se pela escolha do nome de Saraiva. Este já se havia recolhido á sua residencia, na ladeira de Santa Tereza. Foi procurá-lo Paranaguá, e cerca de uma hora da madrugada de 16, estavam ambos de volta ao Paço.

— O Conselho de Estado, disse o Imperador a Saraiva, acaba de aconselhar-me a organização de um novo Ministerio, e mandei chamá-lo para encarregá-lo dessa tarefa. Conhece a confiança que me merece, e pois dou-lhe carta branca, e farei tudo o que o seu patriotismo me aconselhar.

A que respondeu Saraiva:

— Nas circumstancias dificeis que atravessamos, não faltará á Vossa Majestade a minha coadjuvação. Deus queira que eu tenha a felicidade de ser util ainda ao paiz e a Vossa Majestade (149).

XII

Por seu feitio moderado, pela generosidade de sua politica, como pelas relações de bôa intelligencia que mantinha com Deodoro, pareceu a todos que Saraiva era, de fato, a pessoa indicada para recompor ainda a situação difficil em que se encontrava o Governo. Contudo, êle fez depender a aceitação de formar Gabinete

(149) Narrativa de Saraiva, no *Jornal do Comercio*, do Rio.

de um entendimento prévio com Deodoro. Ainda aí Saraiva mostrava ser o homem prudente e precavido de sempre. Redigiu então uma carta, pela qual participava a Deodoro ter sido encarregado pelo Imperador de constituir o novo Gabinete, mas que nada queria resolver de definitivo sem concertar-se antes com o mariscal. O major Trompowski, genro de Andrade Figueira, encarregou-se de levar a missiva a Deodoro, e trazer ao mesmo tempo a resposta. Isto assentado, o Imperador recolheu-se para dormir.

Cerca de três horas da madrugada, Trompowski estava de volta. Vinha visivelmente contrafeito. E logo comunicou o insucesso de sua missão: Deodoro, que o recebera no leito, declarara-lhe não ter nenhuma resposta a dar; que *já agora era tarde*, visto como a Republica era um fato absolutamente decidido. E depois de repetir suas mágoas e queixas por tudo quanto se fazia “contra o Exército”, atribuindo grande culpa disso ao conde d’Eu e a Ouro-Preto, despachara o emissario de Saraiva (150).

XIII

A Republica, de fato, já fôra instituida desde a noite da véspera, isto é, de 15. À tarde desse dia, é

(150) Cartas á condessa de Barral. Narrativa da Princeza Imperial. — Tobias Monteiro, *op. cit.* — Narrativa do major Trompowski, no *Jornal do Comercio*, do Rio.

certo, a confusão reinante entre os elementos republicanos ainda era grande. Deodoro depuzera certamente o Ministerio, mas depois disso não houvera ato publico e definitivo instituindo a Republica. Ao contrario, sabia-se que os monarchistas ainda se concentravam no Paço, em volta do Imperador, para a organização de um novo Gabinete. E como era conhecida a pouca propensão de Deodoro pela destruição da Monarquia, ou melhor, pela deposição do Imperador, os elementos republicanos não podiam deixar de estar, com justa razão, desasocegados e apreensivos.

“Á tardinha — conta o Sr. Tobias Monteiro — ainda muitos republicanos andavam inquietos, na ausencia de um ato positivo que proclamasse a Republica. De boca em boca passavam confidencias, receios de uma desilusão. Dizia-se que depois do fato consumado, os chefes do movimento militar tinham encarado a gravidade da situação e hesitavam em arcar com as responsabilidades de uma subversão do regime. A manifestação da Camara Municipal nada valera se fôsse essa a realidade. Nessas condições o Senhor Glicerio, que continuava na rua do Ouvidor, foi reunindo os que apareciam e todos daí partindo á frente de muita gente dirigiram-se á casa de Deodoro. Lembra-se o Sr. Glicerio que entre os seus amigos iam os Srs. Alberto Torres e J. A. Magalhães Castro. Foi este quem falou em nome dos presentes, diante de Benjamim Constant, que apparecera á janela. Era intuito dos republicanos provocar declarações, e a resposta de Benjamim Constant vinha jus-

tificar as apreensões que êles nutriam. Este não fez nenhuma afirmação categorica e chegou a declarar que o novo Governo consultaria em tempo a nação, para que esta decidisse de seus destinos” (151).

Só á noite foi que a situação se esclareceu, com o assentimento definitivo de Deodoro na implantação da Republica. Foi quando Benjamim Constant levou seus companheiros para o Instituto dos Cégos, de que era diretor, afim de lavrarem ali os novos decretos.

No dia seguinte o Governo Provisorio iria incorporado á Camara Municipal, prestar o juramento solene.

(151) *Op. cit.*

CAPITULO VII

A DEPOSIÇÃO

O ambiente no Paço da Cidade — A familia imperial prisioneira — Projéto de fuga — Intimação do Govêrno Provisorio — Resposta do Imperador — O dia 16 de novembro — Serenidade do Imperador — Deliberações para a sua partida — Medidas de precaução — A madrugada de 17 de novembro — Chegada do coronel Malet ao Paço — A aflição da Princeza Imperial — Protesto do Imperador — A familia imperial deixa o Paço — Embarque no cais PharoUX — Chegada a bordo do “Parnaíba” — O ambiente a bordo — Partida para a ilha Grande — Transbordo para o “Alagoas” — A caminho da Europa.

I

Quando o major Trompowski, já na madrugada de 16, trouxe a resposta verbal de Deodoro ao bilhete de Saraiva, dizendo que *era tarde* para pensar-se na orga-

nisação de um novo Ministerio, visto como a Republica era um fato consumado, a consternação no Paço foi a mais penosa. Todos compreenderam afinal que o Imperio estava definitivamente liquidado. Aliás, os jornais que saíam dentro de algumas horas dariam aos presentes a certeza disso, com a confirmação da proclamação da Republica e subsequente constituição do Governo Provisorio.

Com excepção dos pequenos principes filhos do conde d'Eu, que estavam ainda em Petropolis, toda a familia imperial achava-se já agora reunida no Paço da Cidade. Na realidade estavam ali prisioneiros. Nas primeiras horas da manhã o official da guarda deixava ainda entrar os visitantes, mediante a constatação de sua identidade; mas pelas 10 horas veio ordem formal de não deixar entrar nem sair quem quer que fôsse.

Contudo, o conde e a condessa de Carapébús sempre conseguiram, não se sabe como, penetrar até junto á familia imperial (152). Esta passava agora seus momentos mais terriveis; a consternação de todos aumentava de hora para hora. Através das janelas do Paço, êles viam lá fóra as pessôas de suas relações detidas á distancia pelas sentinelas, e a aflição de não poderem abraçar tais amigos, num momento como aquele, só fazia aumentar o infortunio dos prisioneiros.

Foi nessa ocasião que correu a noticia — levada não se sabe bem por quem, talvez pelos Carapébús — de que

(152) Cartas do conde d'Eu á condessa de Barral, no arquivo da familia imperial.

se cogitava de conduzir a familia imperial para bordo do couraçado *Solimões*, “monitor de dimensões absolutamente exiguas — diz o conde d’Eu — que não podia navegar a bem dizer sinão *debaixo dagua*, todas as escotilhas fechadas” (153).

Nessa perspectiva, que a alguns pareceu monstruosa, foi discutida a idéia de Carapebús, de se entender este com o ministro do Chile para que obtivesse do Governo Provisorio autorisação para a familia imperial recolher-se a bordo do couraçado chileno surto no porto do Rio, o mesmo a cuja officialidade o Governo Imperial oferecera, dias antes, o famoso baile da ilha Fiscal; ou então que, independentemente dessa autorisação, fôsse o ministro do Chile esperar a todos numa das portas secretas do Palacio. “O Palacio ficando ao lado do mar — considerava o conde d’Eu, que muito se empenhava por essa solução — uma vez atravessada secretamente a linha de sentinelas, não haveria grande dificuldade de alcançar-se uma embarcação” (154). Era, como se vê, o projéto de uma fuga.

O conde d’Eu encarregou-se de submete-lo á aquiescencia do Imperador. Seria iludir-se redondamente quanto ao carater de Dom Pedro II, supôr que este pudesse concordar com semelhante projéto. De fato, como era de esperar, o Monarca o repeliu incontinentemente. “Foi repellido com indignação, diz o proprio conde d’Eu; êle

(153) Cartas citadas.

(154) Idem.

não queria naquela emergencia recorrer absolutamente a estrangeiros” (155). Apesar, porém, dessa formal recusa o conde d'Eu e a Princeza concordaram em que Carapebús falasse sempre com o ministro chileno, *como coisa inteiramente sua*. Esta tentativa, entretanto, não pôde ser levada a efeito, visto como os acontecimentos logo se precipitaram.

De fato, aí pelas três horas da tarde, ouviu-se o estrepito de patas de cavalo. Era um esquadrão de cavalaria, que se apresentava diante do palacio. Imediatamente o major Solon, seu comandante, subia as escadas e pedia para entregar uma mensagem ao Imperador. Foi logo introduzido no salão onde se achava a familia imperial. “Por sua attitude respeitosa — observou a Princeza — parecia vir cumprir uma mensagem ordinaria. Mostrava-se tão preocupado, que ao entregar o papel a Papai, deu-lhe o tratamento de Vossa Exceellen- cia, de Vossa Alteza e, finalmente, de Vossa Majestade”.

(155) Idem. — Na esperanza de que o Imperador acabasse concordando com essa fuga, chegou-se a redigir uma proclamação ao paiz, que devia ser assinada pelo Monarca, na qual êste dizia que buscava “abrigo sob o pavilhão de uma nação amiga, enquanto não me é dado tomar outra de-liberação”. Fez-se tambem o projéto de uma segunda pro-clamação, na qual não havia nenhuma referencia a abrigo sob pavilhão estrangeiro, mas dizia-se apenas *ao paiz*, que o Imperador estava *pronto a prestar ainda quaisquer servi-ços que êle por ventura reclamasse*. As minutas dessas proclamações acham-se depositadas no arquivo da familia imperial.

— Venho da parte do Governo Provisorio, disse êle, entregar respeitosaente a Vossa Majestade esta mensagem. Não tem Vossa Majestade uma resposta a dar ?

— Por ora não, respondeu-lhe o Imperador recebendo o documento.

— Então posso retirar-me ?

— Sim. (156).

II

Depois que Solon se retirou, o Imperador e o barão de Loreto se afastaram para um canto, e ambos tomaram ali conhecimento do documento. Voltando-se em seguida o Monarca para os presentes, que o observavam com visível emoção, declarou, em voz alta e firme, tratar-se de uma mensagem em que o Governo Provisorio participava sua destituição e consequente proclamação da Republica, e lhe dava o prazo de 24 horas para deixar o paiz (157).

(156) Narrativa da Princeza Imperial, escrita a bordo do *Alagoas*, a 22 de novembro de 1889, no arquivo da familia imperial.

(157) Eis o texto dessa mensagem, datada de 16 de novembro de 1889, e assinada pelo marechal Deodoro da Fonseca :

“Senhor — Os sentimentos democraticos da nação, ha muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reação do carater nacional contra o sistema de violação, de corrupção de todas as leis, exercido em um gráo incomparavel pelo ministerio de 7 de julho; a politica sistema-

Com imperturbavel serenidade, o Imperador acrescentou em seguida não ter duvida em acatar a decisão do novo Governo, estando pronto a partir naquela mesma noite. Depois afastou-se novamente com o barão de Loreto, e puzeram-se os dois a combinar a redação da resposta que se havia de dar ao Governo Provisorio.

As emoções provocadas por esses fatos eram demasiado fortes, e a Imperatriz, habitualmente tão serena, não lhes poude resistir: deixou-se cair prostada numa poltrona; a Princeza Imperial e as demais senhoras presentes puzeram-se todas num pranto convulso. “A idéia de deixar amigos, o paiz, tanta coisa que amo — dirá ella dias depois — que me lembra mil felicidades de que gozei, fez-me romper em soluços ! Nem por um mo-

tica de atentados do Governo Imperial, nestes ultimos anos, contra o Exercito e a Armada, politica odiosa á nação e profundamente repelida por ella; o esbulho dos direitos dessas duas classes que, em todas as épocas, têm sido, entre nós, a defeza da ordem, da Constituição, da liberdade e da honra da patria; a intenção manifestada nos atos dos vossos Ministros e confessada na sua imprensa, de dissolvê-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compressão official, que foram sempre entre nós objéto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de hontem, cujas circunstancias conheceis e cujo carater decisivo certamente podeis avaliar.

“Em face desta situação, peza-nos dizer-vo-lo, e não o fazemos sinão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da familia imperial no paiz, ante a nova situação que lhe criou a resolução irrevogavel do dia 15, seria absurda, impossivel e provocadora de desgostos que a salvação publica nos impõe a necessidade de evitar.

“Obedecendo, pois, ás exigencias do voto nacional, com todo o respeito devido á dignidade das funções publicas que

mento, porém, desejei uma menor felicidade para a minha patria, mas o golpe foi duro !" (158).

Depois de longo tempo, assentou-se finalmente a redação da resposta a dar ao Governo Provisorio. O Imperador sentou-se para copiá-la. Apesar da serenidade que guardava, sentia-se, na incerteza da mão, que uma grande emoção o invadia. Sua letra desenhava-se hesitante, sobre a larga folha de papel, timbrado com as armas imperiais. Começou a copiar: *A vista da representação escrita, que me foi escrita...* A repetição involuntaria desta ultima palavra, era o reflexo da profunda emoção que o dominava. Foi forçoso pôr de lado essa primeira copia inacabada. Tenta êle então uma segunda vez: *A vista da representação escrita que me foi*

acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos, que o Governo Provisorio espera do vosso patriotismo o sacrificio de deixardes o territorio brasileiro, com a vossa familia, no mais breve termo possivel. Para esse fim se vos estabelece o prazo maximo de vinte e quatro horas, que contamos não tentareis exceder.

"O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o Governo Provisorio um navio com a guarnição militar precisa, efetuando-se o embarque com a mais absoluta segurança, de vossa pessoa e de toda vossa familia, cuja comodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo na travessia, continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre este ponto se pronuncie a proxima Assembléa constituinte.

"Estão dadas todas as ordens afim de que se cumpra esta deliberação. O paiz conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro Imperador em 7 de abril de 1831". (Tobias Monteiro, *op. cit.*).

(158) Narrativa citada.

entregue hoje ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao... Um borrão de tinta, nessa altura, veio inutilisar a segunda copia. Loreto passou-lhe a terceira folha de papel. Dessa vez êle copia integralmente a declaração (159) :

“Á vista da representação escrita, que me foi entregue hoje ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao imperio das circumstancias, partir com toda a minha familia amanhã, deixando esta patria, de nós estremecida, á qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amôr e dedicação durante quasi meio seculo em que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessôas da minha familia, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

“Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. — *D Pedro d'Alcantara*” (160).

(159) Domiciano Cardoso, *As cenas tristes da nossa historia.*

(160) A forma pela qual o Imperador assinou esta declaração, prova que êle não se considerava mais chefe de Estado, nem revestido de qualquer character majestatico. Êle usava em geral três formas diferentes de assinatura. Nos atos rigorosamente officiaes, tais como decretos, mensagens, etc., assinava simplesmente a palavra — *Imperador*. Seguia aí a tradição iberica. É sabido que os reis de Portugal não assinavam os atos officiaes com os seus nomes de batismo, como acontecia e acontece nas outras Monarquias; assinavam simplesmente — *O Rei*; como os reis de Espanha, que assinavam — *Yo el Rey*. Dom João VI, quando Principe regente entre nós, assinava-se — *O Principe*, e Dom Pedro I — *O Imperador*. — Na correspondencia com os Ministros, de natureza official, isto é, quando versava sobre materia de

III

Durante todo esse dia 16 a familia imperial ficou detida no Paço. A aflicção de todos era grande, sobretudo das duas senhoras, a Imperatriz e a Princezá Imperial. O Imperador guardou sempre uma serenidade impressionante. No meio do desconôlo geral, era expressiva a tranquilidade com que lia, sentado a um canto do salão, as suas habituais revistas scientificas. Dir-se-ia que os acontecimentos daquelas horas tragicas não o afetavam como aos demais. A calma absoluta de seu rosto, a compostura de suas atitudes e a firmeza da voz emprestavam-lhe, naquele momento dramatico, um

interesse publico, em suma, quando era o chefe de Estado que escrevia, o Imperador usava assinar — *D. Pedro II* ou *D. Pedro 2.º*. Enfim, quando se tratava de correspondencia particular ou de outro qualquer documento sem carater official, sua assinatura era a mesma agora usada na resposta ao Governo Provisorio — *D. Pedro d'Alcantara*. Este era tambem o nome usado nas viagens ao estrangeiro, viagens todas de carater privado. — Na sua primeira mocidade, isto é, até cerca dos trinta anos, êle assinava-se simplesmente — *D. Pedro*, ou *Pedro*. É o que se vê na correspondencia dessa época, dirigida seja a parentes, como ao pai, ás irmãs e á madrasta, seja a particulares, como a Manzoni. Algumas de suas cartas a Gobineau, de época posterior, as primeiras da serie, datadas de 72 e 73, trazem ainda essa mesma assinatura. Mas de 73 em diante é sempre — *D. Pedro d'Alcantara*. — Houve quem dissesse que o Imperador se apresentara em 1877 ao papa Pio IX com o nome de conde de Alcantara. É pura lenda. “Meu pai nunca tomou o titulo de conde de Alcantara, disse a Princeza Imperial; êle se assinava Pedro de Alcantara porque era o seu nome de batismo”.

respeito ainda maior do que nos dias mais prestigiosos do Reinado. Ao visconde de Taunay, que lhe fazia sentir, talvez um pouco excitado, o desastre total da Monarquia, com a vitoria dos republicanos, êle declarou, com a mais tranquila serenidade:

— Pois se tudo está perdido, haja calma. Eu não tenho medo do infortunio (161).

Resolvida, que estava, a partida para o estrangeiro, era mister cuidar-se agora dos preparativos a que ella obrigaria. A Imperatriz, já refeita, em parte, da commoção dos primeiros momentos, ditava instruções á Dona Rosinha Calmon, irmã da condessa de Carapêbús, ao mesmo tempo que assinava, com o Imperador, as procurações que o mordomo visconde Nogueira da Gama lhe apresentava para futura defeza de seus interesses privados.

O conde d'Eu se occupava de medidas analogas. Ditava instruções a José Calmon, marido de Dona Rosinha, o qual ficaria, na qualidade de assessor do velho mordomo seu pai, como encarregado principal da administração dos bens da familia imperial.

A Princeza, sempre aflita, queria por força ir á sua casa das Laranjeiras, trazer seus objectos preferidos. Depois de longo debate, foi-lhe dito que nenhum membro da familia imperial podia ausentar-se do Paço, mas que as demais pessoas que a cercavam estavam autorizadas a sair e a entrar. A baroneza de Muritiba encar-

(161) Visconde de Taunay, *Pedro II.*

regou-se então de ir ao Palacio Isabel colher os objéto de que a Princeza necessitava (162).

Como em todos os grandes momentos historicos, não faltou tambem aí a nota tragico-comica: foi o visconde Nogueira da Gama, mordomo, submetendo á assinatura do Imperador, numa occasião como aquella, quando não havia mais de pé nem mesmo o Imperador, umas nomeações de moços fidalgos da Casa Imperial !

IV

Enquanto isso, o Governo Provisorio deliberava rapidamente sobre as providencias necessarias para a retirada da familia imperial. Ansiava por vê-la afastada do país o mais depréssa possível. A ordem na capital e no resto do Brasil era completa; a mudança da Monarquia para a Republica fazia-se sem nenhum embaraço. E embora não se temêsse, com bom fundamento, uma modificação nesse estado de coisas, era da maior conveniencia para a segurança de todos, inclusive da propria

(162) Cartas do conde d'Eu á condessa de Barral, no arquivo citado. — Além dos membros da familia imperial (excepção dos pequenos principes filhos do conde d'Eu, que não tinham ainda voltado de Petropolis), estavam naquele momento no Paço as seguintes pessôas: Motta-Maia, Nogueira da Gama, José Calmon, Penha e as filhas, Calogeras, Miranda Reis, Tamandaré, Aljezur, Invinheima, Loreto, Muritiba, Dona Josefina da Fonseca Costa e Carapebús. Como este, alguns estavam acompanhados de suas senhoras.

familia imperial, que esta deixasse com presteza o territorio nacional.

O Imperador havia certamente declarado, em sua resposta á intimação do Governo Provisorio para retirar-se do paiz, que cumpriria essa ordem com toda a sua familia. Mas se essas boas disposições mudassem? “Havia o proposito de não maltratar o Imperador, e a hipotese de uma resistencia desesperada á ultima hora, desasocegava o Governo. Havia ainda outros perigos no ar. O marechal Hermes, comandante das armas na Baía, até aquelle instante era infenso á proclamação da Republica, e queria apenas a deposição do ministerio Ouro-Preto; entretanto, o marechal Deodoro não se animava a demiti-lo, não achava forças para faltar ao respeito que se habituara tributar ao mais velho de seus irmãos” (163).

Para maior garantia da partida do Imperador e sua familia, pensou-se até em reter no Rio, como refem, o proprio genro do Monarca, o conde d’Eu (164). Mas á vista de novas declarações, vindas precisamente deste ultimo, de que nada aconteceria, os membros do Governo Provisorio determinaram que se preparasse tudo para o embarque antes do amanhecer do dia 17. Dessa tare-

(163) Tobias Monteiro, *op. cit.*

(164) Diz o Sr. Tobias Monteiro (*op. cit.*), sempre bem documentado. Entretanto, em nota á margem de um exemplar desse livro, de sua propriedade, o conde d’Eu assegura nunca ter sabido do proposito do Governo Provisorio de guardá-lo como refem.

fa foi encarregado o coronel Mallet. — “Leve todos para bordo do cruzador *Parnaíba*”, disse-lhe Wandenkolk, o novo ministro da Marinha. Mallet devia fazê-los embarcar no cais Pharoux, defronte do Paço da Cidade.

V

Quando Mallet chegou ao Paço, cerca de uma e meia da madrugada de 17, a familia imperial e as pessoas que lhe faziam companhia, estavam desde muito recolhidas aos seus respectivos aposentos. Todos dormiam. Dóminados pela emoção e o cansaço da véspera, tinham se deitado por volta das 11 horas da noite, depois que o Imperador fixara a partida para o dia seguinte ás 2 horas da tarde, um domingo, tendo mesmo obtido permissão (diz o conde d’Eu) para ir pela manhã ouvir missa na capela do Carmo, visinha ao Palacio (165).

Não foi, portanto, sem grande surpresa que todos despertaram naquela madrugada com a inesperada chegada do coronel Mallet. Narra o conde d’Eu: “Com efeito, a uma e meia do domingo, 17, bñtem á nossa porta. É Lassance (166). Vou atendê-lo. Diz-me que com êle veio o tenente-coronel Mallet, enviado pelo Governo Provisorio, para dizer-me que se receiavam demonstrações da população em favor do Imperador no

(165) Cartas á condessa de Barral, citadas.

(166) General Guilherme Lassance, mordomo do conde d’Eu.

momento do embarque; que os estudantes se armavam com fuzis e metralhadoras para se oporem a tais manifestações (e Lassance ajunta á meia voz ter ouvido falar no assassinato do Imperador). Em resumo, o Governo Provisorio pede ao Imperador e sua familia para embarcarem pela madrugada, afim de evitar ás efusões de sangue. Subi para prevenir Isabel, ainda deitada, e descii depois a bater na porta de cada um: Motta-Maia, Pedro-Augusto, e os chambelães que quizeram dormir no Palacio, isto é, José Calmon, Penha com as filhas, Calogeras, Miranda Reis, Tamandaré, Aljezur. (Esqueceram o infortunado do Invinheima do qual ninguem me indicou o quarto!). Pareceu a todos que naquelas condições não era conveniente se exporem a ser metralhados. Motta-Maia foi despertar o Imperador e a Imperatriz” (167).

Enquanto esperavam por Dom Pedro II, os prisioneiros, mal despertados, foram-se reunindo no salão principal do Palacio, onde os guardava Mallet. A Princeza Imperial, muito nervosa, interpelava-o, quasi em prantos:

— Sr. Mallet, como é isto, os senhores estão doidos? Que lhes fizemos nós? Sr. Mallet, é aqui que tenho minhas afeições! Os senhores estão doidos? Hão de se arrepender!

A aflição da Princeza era tanto maior quanto seus três filhos ainda não haviam descido de Petropolis. Mal-

let tranquilisava-a, dizendo que o Governo estava empenhado em que elles se reunissem o mais breve possível á familia imperial. Mas Dona Isabel, inconsolavel deixava-se cair sobre uma poltrona, soluçando baixinho.

Passados alguns momentos, houve um rumor na direção de uma das portas interiores. E logo appareceu á frente do reposteiro o vulto imponente do Imperador. Vinha vestido de casaca, como era seu costume, e trazia na mão a inseparavel cartola. Sua fisionomia estava serena, embora se revestisse de severidade. Mal entrou, deu alguns passos á frente; e, parando no meio da sala, a cabeça erguida, com o olhar fixo no coronel Mallet, interpelou-o:

— Que é isto ? Então vou embarcar a esta hora da noite ?

Mallet respondeu-lhe num tom respeitoso:

— O Governo pede a Vossa Majestade que embarque antes da madrugada; assim convem.

— Que Governo ? indagou Dom Pedro II.

— O Governo da Republica.

— Deodoro tambem está metido nisso ?

— Está, sim, Senhor: elle é o chefe do Governo.

— Então estão todos malucos ! rematou o imperador (168).

Depois de protestar contra o adiamento da hora da partida, dizendo que não era nenhum *fugido* para

(168) Tobias Monteiro, *op. cit.*

embarcar áquela hora da madrugada, quasi clandestinamente, consentiu, afinal, em submeter-se á imposição do Governo Provisorio, sobretudo para evitar possiveis conflitos inúteis (169). Á ponderação do almirante Jacaguay, que ali fôra ter para despedir-se da familia imperial, e lhe fazia sentir o receio de manifestações desagradaveis, sobretudo da parte dos estudantes, ainda objectou :

— E quem faz caso de estudantes ?

VI

A esse tempo a Imperatriz já havia apparecido, acompanhada de suas damas. Todas se dirigiram então para a escada, cujos degrãos o Imperador foi o primeiro a descer, lentamente, ajudado pelo conde d'Eu. Abandonava êle, para sempre, e em condições bem tristes, aquella casa que, se não o vira nascer, testemunhara, em todo o caso, a sua longa vida de Rei, desde os tempos já distantes, de sua coroação, até os anos mais proximos, de esplendor do Reinado.

Chegado ao patamar da escada, êle estacou um momento; e aos soldados que, em baixo, lhe apresentavam armas, correspondeu, cheio de dignidade, tirando o chapéo.

“Á porta do Paço, aberta sobre a praça, havia apenas o carro que trouxera o official incumbido de embar-

(169) Narrativa da princeza Isabel já citada.

car o Imperador. A sofreguidão com que tudo tinha sido feito, não deu tempo de pensar-se em condução para toda a comitiva. O trajéto era, porém, tão curto, até o cais fronteiro, que o conde d'Eu quiz seguir a pé. Só por instancias do Imperador, cedeu em tomar logar junta a este, a Imperatriz, a Princeza e Dom Pedro-Augusto, que já haviam entrado na carruagem. Esta começou a mover-se a passo, e todos a acompanharam a pé — *Os senhores hão de arrepender-se, Sr. Mallet !* vaticinava a Princeza.

“No Pharoux estava atracada a lancha do Arsenal de Guerra, cuja unica guarnição consistia em quatro alunos da Escola Militar. Das pessoas presentes, só o Marquez de Tamandaré declarou que acompanharia a familia imperial até a bordo. Além dele e dos exilados, embarcaram o cômandante Serrano e um official da Fazenda.

“A noite era chuvosa, tornava-se impossivel, na escuridão, distinguir os navios. Ninguem da lancha conhecia a posição certa de cada um deles. Tateava-se nas trevas, lobrigando aqui e ali os faróis de bordo. Aproximavam-se de um e logo reconheciam que não era o *Parnaíba*. Porfim, a lancha chegou perto deste. — *Arreie a escada !* gritou Mallet. — *Quem vem lá ? Quem manda arreiar a escada ?* perguntaram do portaló. — *Arreie a escada !* repetiu com força Mallet, annunciando a sua autoridade.

“A lancha poude enfim atracar. Serrano pulou primeiro, galgando a base da escada para dar a mão ao

Imperador. A escuridão era quasi completa. Apenas uma pequena lampada espalhava na escada tenue claridade. Ajudado de um e outro lado por Mallet e Motta-Maia, em vão o Imperador diligenciava passar da lancha á escada. Com um pé sobre a borda da pequena embarcação, dobrava-se para a frente, procurando livrar a cabeça de um golpe contra a tolda. O grande vulto, a fraqueza das pernas, a incerteza dos movimentos, tudo embaraçava o Imperador. Entre a lancha e a escada poderia êle cair e seria quasi impossivel salvá-lo.

“Mallet via com horror a perspectiva desse desastre e compreendia que estaria moralmente perdido se ocorresse tal desgraça. Não faltaria quem lhe attribuisse a ignominia de ter afogado o Imperador. Na aflição desse momento angustioso, resolveu que se êle caísse ao mar cairia tambem, para salvá-lo ou morrer. Ligou-se ainda mais a êle e com o impulso que lhe emprestou um marinheiro, conseguiu porfim pô-lo livre sobre a escada.

“Daí o comandante Serrano levou o Imperador até a tolda do navio. Foi então a vez da Princeza, que subiu sem auxilio, guiada pelo conde d’Eu e seguida por Mallet. O embarque da Imperatriz foi igualmente penoso, pois, como se sabe, ela claudicava de uma perna. O marquez de Tamandaré ajudou-a até em cima” (170).

Depois de vêr reunidas a bordo a familia imperial e as poucas pessôas autorisadas a acompanhá-la naquele momento, o coronel Mallet deu por terminada a sua mis-

são e retirou-se do *Parnaíba*. Ficaram os prisioneiros entregues á vigilancia da guarnição de bordo.

VII

O Imperador foi convidado a descer á camara. Recusou; disse que preferia ficar ao ar livre. Foi então extendido um toldo sobre o tombadilho, para abrigá-lo da humidade da madrugada, mais forte ainda devido á leve garôa que caía. Dava guarda aos prisioneiros um destacamento de fuzileiros navais.

Cerca das 10 horas da manhã chegaram, finalmente, os pequenos principes que estavam em Petropolis, “conduzidos pelo Dr. Ramiz Galvão e M. Stoll (*professores dos principes*) — conta o conde d’Eu — e acompanhados de Rebouças, que bizarramente declara associar sua sorte á da familia imperial, visto como os republicanos atuais não têm nada de comum, parece, com a Republica com que êle mesmo tinha sonhado ha alguns anos...” (171).

Desceram todos para o almoço, no qual tomou parte tambem a officialidade de bordo. “Os jovens officiais faziam empenho em nos servir á mesa — conta o conde d’Eu — e via-se nos seus bonets o lugar da corôa, que êles haviam arrancado na véspera. Quando passava um prato, um deles me disse: — *Faça o favor de não*

(171) Cartas á condessa de Barral, já citadas.

acanhar-se quando se está entre amigos. Eles eram sinceros, concordo, mas era realmente singular — amigos ! (172).

A compostura serena do Imperador, nesse momento tragico de sua prisão a bordo do *Parnaíba*, não deixou de impressionar o conde Weisersheimb, ministro da Austria no Rio, que aproveitando o transporte dos pequenos principes, demorara-se ali alguns quartos de hora, na companhia da familia imperial. “Nobre dignidade e perfeita segurança de si mesmo caracterisaram a compostura de Sua Majestade, durante a minha permanencia no navio. Nem ao menos uma palavra de queixa ou de reprovação saiu de sua boca. Absteve-se, diante de mim, de qualquer observação relativa ao cruel destino que o atingia”.

A Imperatriz difficilmente continha sua dôr. *Mais qu'avons nous donc fait* — dizia ella para Weisersheimb, com a voz entrecortada pelas lagrimas — *pour qu'on nous traite comme des criminels ?* “A Princeza herdiera não estava menos comovida, mas lastimava antes a cegueira e a ingratição do seu paiz, do que seu proprio destino. Profundamente emocionada, e com os olhos cheios de lagrimas, tomou de minha mão e, com uma voz tremula, repetiu, por duas vezes, esta frase, como se fôsse para ella de uma especial importancia que eu me lembrasse bem do que me dizia: *Ne pensez pas trop mal*

de mon pays, ce n'est que dans un accès de folie qu'ils agissent ! (173).

VIII

Cerca do meio dia o *Parnaíba* começou a mover-se em direção á saída da barra; e logo ganhou o alto mar. A viagem até a Ilha Grande não foi longa. Lá chegaram ao cair do sol. Antes de pensar-se no transporte para bordo do *Alagôas*, ali ancorado a poucos metros da distancia, foi servido o jantar. Essa refeição, a ultima, por assim dizer, que a familia imperial faria á vista da terra brasileira, correu num ambiente de grande tristeza. Uma forte comoção se estampava no rosto de todos, inclusive dos officiais de bordo. O Imperador ainda era o que sabia guardar uma attitude de maior serenidade. Como em todos os momentos de sua vida, mesmo nos mais angustiosos, como este, não mudava a sua natural compostura. Para quem não conhecesse o perfeito equilibrio de seus nervos, êle daria a impressão de não estar afetado por tudo quanto se passava desde dois dias, quando sua vida, sua familia e o seu futuro sofriam a mais radical das transformações.

Já caíra completamente a tarde, quando se começou a preparar o transporte para bordo do *Alagôas*. E no momento em que os escaleres vieram acostar ás escadas

(173) Officio para Viena, de 20 de novembro de 1889, no Staatsarchiv, de Viena.

do *Parnaíba*, para receberem a família imperial, era noite fechada. No escaler do comandante embarcaram o Imperador e a Imperatriz; as demais pessoas seguiram nas embarcações dos oficiais. Partiram. A noite estava escura. No céu corriam nuvens baixas. De vez em quando brilhava uma estrela. No fundo do horizonte, para o lado da terra, desenhava-se o contorno negro das montanhas da costa. Soprava um vento fresco, que agitava um pouco a superfície das águas. Adiante, á pequena distancia, via-se o bruxoleio, na escuridão da enseada, das luzes fracas do *Alagôas*. . . Nos escaleres, todos guardavam um profundo silencio, quebrado apenas pelo bater cadenciado dos remos cavando as águas. A Imperatriz soluçava baixinho.

Poucos minutos depois as embarcações encostavam na escada do *Alagôas*, iluminada por uma fileira de pequenas lampadas. Saltaram todos, não sem difficuldade, dado o remoer das ondas. No alto, de pé no portaló, o comandante Pessoa recebia os exilados.

Antes de descer ao interior do navio, o Imperador voltou-se para despedir-se, com um demorado aperto de mão, do comandante do *Parnaíba*, que, terminada a sua missão se preparava para retirar-se. Ainda aí seu rosto não traiu a menor emoção. Guardou uma austera serenidade. Concitando o comandante e os officiaes que o haviam trazido até ali a continuarem a bem servir o Brasil, rematou: — “O meu maior desejo é ter noticia na Europa de que tudo se passou sem derrame de sangue”.

Pouco mais tarde todos se achavam, afinal, acomodados a bordo do *Alagôas*. Estavam ali também, vindos do Rio para acompanharem a família imperial no exílio, o barão e a baroneza de Loreto e o barão e a baroneza de Muritiba (174). O comandante Pessôa ofereceu seu camarote, em cima, ao Imperador. Mas este recebeu o frio que certamente iria encontrar nas águas européas, e preferiu ficar em baixo, onde se conseguiu transformar para êle de dois camarotes, um.

Finalmente, cerca de uma hora da madrugada, quando todos já se achavam desde muito recolhidos aos respectivos camarotes, fatigados das emoções da jornada, o *Alagôas* levantou ferros e começou lentamente a mover-se. Depressa ganhou o largo, em direção á ilha Rasa, onde o couraçado *Riachuelo* o aguardava para comboiá-lo até que deixasse definitivamente as águas territoriais brasileiras.

Meia hora depois estava tudo tranquilo em volta da Ilha Grande. O silencio voltara a pairar nas águas daquela enseada, que á luz fraca das lanternas de bordo

(174) Compunha-se a comitiva dos exilados, além da família imperial, das seguintes pessoas: barões de Muritiba e de Loreto com as respectivas senhoras; conde de Motta-Maia, medico do Imperador, acompanhado do filho mais velho; viscondessa de Fonseca Costa (Dona Josephina), que apesar de seu 81 anos de idade, fez empenho em acompanhar a Imperatriz, de quem era, desde muitos anos, camareira e velha amiga; conde de Aljezur, camarista do Imperador; André Rebouças e M. Stoll, professor dos pequenos principes filhos do conde d'Eu.

havam presencado uma das cenas mais angustiosas do drama historico. Tudo retornara á normalidade. Tudo era quiéto. Do *Alagôas*, que já ia longe, nem mais um sinal. O manto escuro da noite tudo encobria. No céu pardacento continuavam a galopar nuvens baixas. De vez em quando, através um rasgão mais largo, reluziam estrelas, essas eternas e silenciosas testemunham de todas as tragedias humanas...

CAPITULO VIII

OS DEMOLIDORES DO IMPERIO

Um Imperio sem defensores — Adesão em massa á Republica — Os três fatores que nos levaram á Republica — A propaganda republicana — Sua origem e evolução — O manifesto de 1870 — A representação republicana na Camara — Espirito demolidor dos monarchistas — Facciosismo dos estadistas — A obra destruidora de conservadores e de liberaes — O grito de Nabuco de Araujo — Protesto de Francisco Otaviano — Os discursos de Silveira Martins e de Ferreira Viana — A concepção de aulicismo de Ouro-Preto — Displicencia do Imperador — O Imperador e Sales Torres-Homem — Explicação de sua attitude — Seu espirito de renuncia — O caso de Benjamim Constant — Defensor de todas as liberdades — O republicanismo do Imperador — Carta a Alexandre Herculano — Sua concepção de formas de govêrno — O Imperador e a Federaçào.

I

Proclamada a Republica no Rio de Janeiro, não houve a menor sombra de reação em todo o territorio nacional. A nação aderiu em massa, desde a população ainda ha dois anos escrava e agora livre, graças sobretudo aos sentimentos humanitarios do Monarca e de sua filha, até os politicos mais sabidamente afeioados ao regime imperial, e que ainda na véspera se acotovelavam nas antesalas do trôno. “Quando ocorreu o pronunciamento que o derrubou — dirá Oliveira Lima — Dom Pedro II viu-se só e abandonado. Os seus partidarios retrairam-se e ninguem appareceu para defender o trôno de semelhante Monarca. Camara e Senado eclipsaram-se: o Senado, que era o cenáculo das sumidades politicas, não ousou formular um protesto. Atingira-o a passividade do Senado romano na Roma dos Cesares” (175).

Esse *empressement* em aderir, sobretudo daqueles que mais fieis deviam se ter mostrado ao trôno, já o previra quatro anos antes Joaquim Nabuco; sómente, o que êste attribuiria, naquela ocasião, por espirito meramente de opposição, aos conservadores, devia estender-se agora tambem aos liberais: “Se a Republica viesse amanhã — dissera Nabuco á Camara — os primeiros republicanos seriam os conservadores, porque a Republica constituiria o fato consumado, que êles adoram, a fôrça, que êles veneram, os empregos e as posições”.

Um dos estadistas mais intimamente ligados á sorte do Imperio, dos que melhores provas de confiança receberam do Monarca, o *Nestor dos liberaes*, como o chamava Rui Barbosa — Saraiva, enfim, o predilêto do Imperador, aquele para o qual este se voltára á ultima hora, quando se vira na iminencia de ser depôsto, confiando em que ainda o pudesse salvar, a êle e á Monarquia, da investida militar de Deodoro, seria um dos membros da Assembléa constituinte republicana... *Les vertus se perdent dans l'interêt, comme les fleuves se perdent dans la mer*, dizia La Rochefoucauld.

Alberto de Carvalho, num livro apaixonado e, portanto, injusto para com Dom Pedro II, dizia, porém, toda a verdade, quando observava que esse Soberano, que reinara durante cincoenta anos, que criára gerações de ministros, de senadores, de conselheiros de Estado, de funcionarios de todas as especies e graduações, de magistrados de todas as instancias, de officiais de todas as patentes no Exército e na Armada, não vira em nenhuma dessas consciencias formar-se o projéto de defendê-lo, *como todos o haviam jurado*, e não tivera a seu favor nenhum regimento, nenhum official, nem mesmo quem sugerisse a idéia de salvar-lhe a corôa em favor dos netos ! “Não teve um sargento que desembainhasse a espada para defendê-lo” (176).

Como se explica que um Imperio de quasi setenta anos de existencia, e um Monarca cujo reinado, se não fôra uma época de grande brilhantismo, de lances he-

roicos, de fausto e de largas farturas, fôra, com todo meio seculo de esforços em prol do progresso material e moral da nação, do bem estar e socêgo de todos, tivessem desaparecido da noite para o dia, diante da simples ameaça de alguns batalhões (177), reunidos numa praça publica, em attitude quasi de parada ? Uma pedrada, dizia Voltaire, um pouco mais forte do que aquela que recebeu Mahomet no seu primeiro combate, daria um outro destino ao mundo. Os grandes acontecimentos historicos são na maioria das vezes produtos de pequenos incidentes, e a mola que os faz deflagrar não é sinão um detalhe. O ambiente que os forma é que é tudo. A psicologia das revoluções está em que elas contam menos pelo que fazem os seus promotores, do que pelo que deixam de fazer os seus adversarios. Deixem amadurecer os acontecimentos, dizia Montesquieu, e eis as revoluções !

Sem referir os fatores já sobejamente conhecidos, diremos que nada concorreu tanto para preparar os acontecimentos que nos levaram á Republica do que o

(177) *A Republica foi feita por um pronunciamento militar representado pela quinta parte do Exército — declarou o insuspeito general Camara. — Ouro-Preto vai mais longe, e diz (Advento da ditadura militar no Brasil) que “a coluna que partiu de São Cristovão, pôsto constasse de dois regimentos de cavalaria e um batalhão de artilharia, compunha-se apenas de 450 praças e 50 officiais da Escola Superior de Guerra, que faziam o serviço de artilheiros. Contavam, porém, com os alunos da Escola Militar, que de fato se insurgiram e saíram armados para fazer junção com aquelas fôrças”.*

espírito *frondeur*, mais que isso, demolidor das instituições, que ostentaram sempre os proprios estadistas da Monarquia. Isto por um lado. Por outro lado, não concorreu menos a displicencia do Imperador, o seu indifferentismo quasi budista pela sorte do regime. E, finalmente, se bem que em menor escola, a propaganda republicana.

Observemos separadamente esses três fatores.

II

A propaganda republicana, como elemento politico organizado, datava, como se sabe, de 1870. Dois anos antes déra-se a cisão do partido liberal, com a formação de uma ala esquerda liberal-radical. Fôra essa facção que se transformára, em 1870, no partido republicano.

Data de então a primeira manifestação séria em favor da Republica. “Pela primeira vez a idéia republicana figura na luta dos partidos politicos. As tentativas em nome dessa idéia, feitas no Imperio desde a Constituinte, não tinham consequencia; eram, quando muito, apenas um perigo de conflito, de perturbação parcial da ordem, não afetavam os espiritos. Agora, porém, a aspiração republicana manifestava-se sob a forma de uma desagregação do partido liberal, prometendo estender-se um dia ao conservador” (178).

(178) Joaquim Nabuco, *Um estadista do Imperio*.

Durante alguns anos, porém, a atividade política dos republicanos não iria além da formação, por assim dizer inofensiva e quasi platonica daquele partido, do manifesto por êles lançado e da agitação jornalística de uns poucos jovens sem prestigio para poderem influir na massa da população. Aliás, a confissão política de crenças republicananas, ostentada pelo grupo dos liberais dissidentes, seria tomada, ainda por algum tempo, como um gesto puramente de forma, de simples doutrina política, sem nenhum efeito pratico cá fóra. Não passaria de uma manifestação um pouco mais radical daqueles mesmos principios democraticos, que no fundo existiam latentes na consciencia da maioria dos politicos do Imperio, liberais como conservadores. E a prova é que fóra o rotulo de *Republica* — porque, em rigor, não passava de um rotulo — o programa politico dos liberais-republicanos de 70 não se afastava muito do programa dos liberais-monarquistas de 1831.

“Apesar do manifesto e da separação, o partido republicano foi por algum tempo como que um *pronunciamento* do partido liberal, não se julgando impedimento para militar nesse partido a confissão de crenças republicananas, como sempre tantos liberais tiveram, sobretudo na mocidade. É essa promiscuidade e velha camaradagem politica que explica fatos como a entrada de Lafayette para o gabinete Sinimbú, a eleição de Saldanha Marinho para a Camara e a de Cristiano Ottoni

para o Senado, pelo impulso da vitória liberal (179). Entre um republicano e um liberal adiantado, só mais tarde haverá antagonismo; por muito tempo, liberalismo e republicanismo foram termos conversíveis" (180).

Aliás, os verdadeiros republicanos, isto é, os republicanos por convicção, os idealistas, os puros, sabidamente ligados aos ideais da Revolução Franceza, que aspiravam sincera e profundamente por uma mudança radical de regime político, na persuasão de que nela estava, realmente, o unico meio de resolver-se o problema brasileiro, os que tinham fé na *Republica*, não passavam, afinal, de um simples pugilo de homens — o *pelo-tão republicano*, como o chama o Sr. Fernando Maga-

(179) As convicções politicas de Lafayette sofreram uma grande evolução. Signatario do manifesto republicano de 70, êle escrevia nessa época a Silveira Martins, a proposito da proclamação da Republica em França, presumendo os "magnificos efeitos" que o fâto provocaria no Brasil; e referindo-se depois ao Imperador dizia: "o homem de São Cristovão deve andar com as calças na mão" (Silveira Martins, *op. cit.*). Sete anos depois Lafayette estava sentado na mesa dos despachos, ao lado do Imperador, como ministro da Corôa. E em 1885 escrevia uma carta a Paranaguá, ministro de Estrangeiros e pessôa chegada ao Monarca, certamente para que fôsse lida por este. De fato, a carta foi parar em seu arquivo, onde ainda hoje se encontra. Nela dava conta Lafayette de uma visita que fizera ao presidente do Chile, paiz onde então se achava, e da defeza que fizera da ordem e do Imperio do Brasil, "ambos definitivamente fundados sobre uma base perfeitamente solida, sendo esta base a convicção profunda dos Brasileiros, de que sem o Imperio e a sua integridade, o Brasil se dissolveria em pequenas nacionalidades, que viveriam uma vida de misérias e de anarquia" (Arquivo da familia imperial).

(180) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

lhães. Era um grupo extremamente reduzido, concentrados alguns no Rio, outros em São Paulo, outros no Rio Grande do Sul, uns poucos em Minas, e espalhado o restante, sem nenhuma coesão, sem a menor sombra de ligação partidaria, pela vastidão quasi despovoada do territorio do Imperio. (180^a)

III

Só mais tarde, por sucessivas etapas, é que as fileiras republicanas começaram realmente a contar no ambiente politico e social do Brasil. Concorreram para isso diversos fatores, agindo com repercussões diferentes, como o golpe politico da Corôa, em 1868, contra o partido liberal, a cisão conservadora em 1871, por causa da lei do Ventre-livre, a questão dos Bispos, a abolição immediata e sem indenisação e, finalmente, a agitação militar dos ultimos anos do Imperio. "

Mas esses fatores, mesmo, com excepção do ultimo, que foi o decisivo, eram antes de ordem puramente moral. Criavam, é certo, um *ambiente* de descrença no regime, uma atmoféra sinão de hostilidade a êle, ao menos de indiferença; mas não chegavam a formar uma mentalidade republicana bastante forte para se

(180 a) O autor desta *História* é insuspeito, e fala com conhecimento de causa: seu Pai foi um desses republicanos, considerados depois *historicos*, isto é, professou ideias republicanas nos ultimos anos do Imperio e foi eleito sob esse rotulo politico, embora ajudado pelos elementos liberais da Provincia (estava-se sob uma situação conservadora...) para a assembléa provincial em Recife.

transformar, pelo mênos tão cêdo, num perigo sério para a Monarquia. Criaria, no maximo, uma ameaça, que só com o tempo e á força de uma longa e eficaz propaganda poderia tornar-se uma realidade.

Mesmo mais tarde, logo depois da Abolição; portanto no periodo mais agudo da agitação republicana, seus partidarios não passavam, como elemento politico que conta, de discursadores e escrevinhadores de jornais. Estavam longe de desenvolver uma propaganda inteligente e decidida como, por exemplo, a que haviam feito os libertadores de escravos. Não tinham nem organização, nem coesão, nem imaginação para uma campanha de larga envergadura, que fôsse realmente eficaz e decisiva para a solução dos ideais que tinham em vista. Faltavam-lhe para isso, além do mais, os meios materiais, que contam sempre nessas empreitadas, sinão tambem o elemento humano de pêso, de real prestigio, sabido que o *grosso* da tropa republicana se contava entre a rapaziada das escolas, de valor politico praticamente nulo. E se não fôra o desentendido entre a classe militar e o Governo, de origem e evolução muito diversas, de que os chefes republicanos se aproveitaram *pro domo suo*, a Monarquia teria certamente durado ainda alguns anos de vida, pelo menos até o falecimento do Imperador.

Politicamente falando, portanto, isto é, como expressão eleitoral ou eficiencia partidaria, os republicanos foram sempre de valor quasi inapreciavel — *agrupamento de sonhadores*, é como os chama Vicente Que-

sada (181). Basta dizer que a primeira vez que conseguiram eleger deputados foi sómente por ocasião do segundo pleito processado pela lei Saraiva. Nesse ano, 1884, tendo apresentado candidatos próprios, com doutrinas radicalmente contrarias ao regime monarchico, chegaram a eleger *três deputados*. Depois disso, porém, só conseguiriam voltar á Camara em 1889, no pleito presidido pelo ministerio Ouro-Preto, nas vésperas, portanto, de 15 de novembro, e ainda assim graças ao apoio que lhes dariam os conservadores em opposição ao Gabinete; elegeriam então *dois deputados*, num total de 125.

Não fôsem, em summa, as fraquezas do proprio regime monarchico, agravadas por seus erros, o peor dos quais foi a péssima politica para com os militares, e a propaganda tal qual faziam os republicanos — sem vigor e sem intelligencia, sem um plano preconcebido, com muita parolagem e nenhuma ação pratica — não teria bastado para impressionar a massa da população. Desesperados de abalar, com suas doutrinas, a consciencia entorpecida da nação, êles recorreram ao expediente tradicional na America espanhola, de explorar a proverbial ingenuidade politica dos militares. E atraz do

(181) O conde de Chaillou, ministro de França, mandava dizer para Paris cinco dias depois da proclamação da Republica: "Segundo confessaram os atuais chefes do Governo, a idéia republicana não estava ainda madura no Brasil. Se a moridade das escolas e alguns officiais recentemente promovidos se diziam seus representantes, o partido não tinha homens para colocar á sua frente, não dispunha de imprensa séria alem do jornal *O Paiz*, nem de fundos necessarios para fazer uma campanha" (Arquivo do Quai d'Orsay).

velho Deodoro, lá foram os *casacas* para o campo de Sant'Ana proclamar a Republica.

IV

“Os republicanos declarados — dirá Joaquim Nabuco — seriam impotentes, qualquer que fôsse o seu numero, para produzir a quêda da Monarquia, se a attitude dos monarchistas tivesse sido previdente e precavida contra semelhante perigo. O instinto, o sentimento da nação, em sua quasi totalidade, era de adesão e lealdade ás instituições que por excepção na America latina tinham tocado ao Brasil no ato de se tornar independente; a crença, porém, que essas instituições não corriam verdadeiro perigo, a certeza de cada partido, de cada politico, de poder êle salvar a Monarquia, em qualquer momento ou transe que esta recorresse a êles, fazia os nossos partidos constitucionais em opposição olharem com simpatia as difficuldades que os republicanos criavam ao Governo, e o concurso que indirétamente lhes prestavam (182). A idéia republicana, apenas defendida e advogada por homens que renunciavam a tudo para servi-la, era quasi um soliloquio; o que a engrossava, lhe dava um som profundo, como a mascara grega,

(182) “Bater o Governo a todo o custo, ainda que em beneficio dos candidatos republicanos, tal foi a senha de combate dada pelos chefes mais proeminentes do partido conservador”, diz o visconde de Ouro-Preto (*Advento da ditadura militar*), referindo-se ás eleições de 1889. Faltou acrescentar que os chefes liberais não lhes ficavam atraz, sempre que se tratava de eleições numa situação conservadora.

eram os ataques dos que, monarquistas, hostilizavam a Monarquia, por impaciência de subir, susceptibilidade ofendida, e incapacidade de tolerar que os outros tivessem a sua vez” (183).

Pode, de fato, dizer-se, que, com raríssimas excepções, quasi todos os estadistas do Imperio deram, cada qual por sua vez, a sua pancada nas instituições monarchicas. Procurando passar por desencantados dos processos politicos em uso no Brasil, cuja deturpação era, aliás, obra exclusiva dêles mesmos, o que esses estadistas faziam, com tais abjurgatorias, era enfraquecer e destruir o proprio regime que tinham fundado ou ajudado a fundar, e do qual, afinal de contas, viviam. No fundo, praticavam um verdadeiro suicidio. “Maldito sistema! desabafava Cotegipe e Penedo; tudo entre nós ha de se fazer tarde ou a más horas!” (184). *Uma podriqueira* — era como o classificava Uruguai; “desculpe o termo, acrescentava, o unico que pinta a coisa” (185).

“De 1822 a 1889 — escreve Oliveira Lima — a Monarquia foi a *cabeça de Turco* dos publicistas. Quasi todos sobre ela experimentaram a força do pulso, com mais ou menos sinceridade, com mais ou menos talento. A propaganda anti-dinastica era feita pelos proprios monarchistas, quer dizer, pelos homens politicos que se

(183) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(184) Carta de 10 de março de 1873, no arquivo do Itamarati.

(185) Carta a Penedo, de 12 de setembro de 1857, *idem.*

diziam partidarios do regime, posto que adversarios occasionais do Soberano. Os conservadores foram até os mais desapiedados”.

V

De fato. Liberais e conservadores não se fartaram, sempre que se tratava de defender interesses de suas politicas, de maldizer do Soberano e da Monarquia, muita vez até com uma rudeza e, mesmo, com uma injustiça de que só usaram os inimigos mais declarados do regime. Nessa obra de dissolução das instituições colaboraram indistintamente quasi todos os estadistas.

Oliveira Lima chama a isso a *campanha demolidora do Imperio*, e data a ultima delas da substituição do gabinete liberal de Zacarias, em 1868, pelo gabinete conservador de Itaboraí, sendo certo que os liberais, vendo-se póstos fóra do poder, exploraram o mais largamente possivel esse fato. Foi quando o conselheiro Nabuco de Araujo levantou o grito de *Reforma ou Revolução !*, e da tribuna do Senado acusou o Imperador de despachar Ministros como se despacham delegados de Policia, declarando que o regime não passava de uma farça. Semelhante opinião derrotista partia de um dos mais autorisados chefes do partido liberal. Outro chefe, mas conservador, este, o visconde de Camaragibe, no mesmo ano de 68, deixava que o seu jornal acusasse o Imperador de fazer “politica de proscricção, de corrup-

ção, de venalidade e de cinismo” (186). Como se vê, gregos e troianos eram estreitamente solidários nessa obra de destruição.

Um outro jornal conservador, inspirado por um dos cardiais da politica, Cotegipe, apresentava o governo do paiz como uma ditadura disfarçada, na qual o que se via era o desprezo das leis, era a desgraça privada, era o rebaixamento da dignidade nacional. De outro lado, via-se Francisco Otaviano, que pouco antes negociara em Buenos Aires, em nome do Imperador, o tratado da Triplíce Aliança, protestar contra o que êle chamava as “formulas aparentes de um governo livre, ultima homenagem que a hipocrisia rende ainda á opinião do seculo: as grandes instituições politicas anuladas, e a sua ação constitucional substituida por um arbitrio disfarçado” (187). Em São Paulo, era o proprio órgão official do partido conservador, então na opposição, é claro, que lançava um artigo intitulado *O Baixo Imperio*, no qual se dizia: “Haverá ainda quem espeře alguma coisa do Sr. Dom Pedro II ? Para o Monarca brasileiro só ha uma virtude — o servilismo ! Para os homens independentes e sinceros — o ostracismo ! Para os lacaios e instrumentos da sua grande politica — os titulos e as condecorações !”

Em discurso pronunciado num dos teatros do Rio, Silveira Martins, então deputado liberal pelo Rio Grande do Sul, e mais tarde ministro de Estado, Conselheiro,

(186) Cit. por Rocha Pombo, *Historia do Brasil*.

(187) Idem.

Senador e chefe de um dos partidos monarchicos, se excedia a tal ponto nos ataques á obra verdadeiramente civilisadora e saneadora do Monarca, que seu filho se verá mais tarde obrigado a confessar que linguagem *tão energica* contra o regime imperial não a usaram nunca os mais extremados propagandistas da Republica. “A ignorancia, a desmoralisação, a bancarota, o odio dos estrangeiros e o descrédito de tudo e de todos, são os funestos resultados dos 25 anos do governo do Sr. Dom Pedro II”, exclamava esse politico gaúcho, ao qual não repugnaria, entretanto, sentar-se, anos depois, á mesa do Imperador, como seu ministro de Estado.

VI

Os inimigos de uma instituição, dizia Joaquim Nabuco, são, no sentido vulgar, os que a combatem, mas, no sentido preciso, os que a destroem. Esses monarchistas, ou tidos como tais (188)⁷, que não se cançavam de mal-

(188) No que se refere a Silveira Martins, é certo que declarou mais de uma vez preferir *em principio* a Republica á Monarquia, mas acrescentando que era um crime tentar destruir a instituição monarchica no Brasil — *tão livre instituição*, dizia — por uma questão apenas de forma. No fundo, os seus ataques ao Imperador e á Monarquia, como de tantos outros estadistas do Imperio, não eram de recursos de opposição. Em consciéncia, éles eram os primeiros a reconhecer quanto havia de injusto nesses ataques, e a proclamar os beneficios que davam ao Brasil as instituições monarchicas. “Tive occasião de manifestar e celebrar a liberdade de que goza o povo brasileiro”, dirá Sil-

dizer do regime, de lançar contra o Imperador as mais injustas acusações, toda vez que se sentiam feridos em seus interesses partidarios ou em seu amôr proprio, si-não tambem em seus interesses pessoais, como foi o caso de José de Alencar, — eram certamente os peiores e mais eficazes inimigos da Monarquia. Porque os ataques lançados pelos republicanos, embora impiedosos e quasi sempre infundados, não impressionavam tanto a grande maioria da nação, acostumada a ver nêles apenas um recurso como qualquer outro de opposição. Ao passo que ás aggressões dos monarchistas, isto é, daqueles que lhe frequentavam os Paços e dividiam com o Imperador os encargos do Governo, não havia porque deixar de lhes dar fé.

Como não acreditar, por exemplo, nestas palavras, quando elas partiam de um politico como Ferreira Viana, sabidamente afeiçoado ao regime, ou tido como tal, que daí a quatro anos seria ministro da Corôa de um Gabinete conservador, presidido por João Alfredo, quer dizer, um dos estadistas mais insuspeitamente identificados com a Monarquia: “Liberais e conservadores, republicanos, homens de todas as seitas, congregados em redor do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacundir o jugo de uma onipotencia usurpadora e

veira Martins no Senado, referindo-se a um discurso seu pronunciado em Montevidéu, onde confessara que sob o ponto de vista “dos direitos individuais, de propriedade, de segurança e garantias do cidadão brasileiro, é a maior das injustiças dizer-se que este paiz não é livre. Entre nós não ha oprimidos, porque não ha opressores”.

ilegal, que arruinou todas as forças vivas da nação ! Estou farto de representar um papel nesta comedia politica ! Se fôsse moço, saberia por ventura lavar o meu protesto com o meu proprio sangue, porque a liberdade vale bem tal preço !”

Não lavrou. Pura retorica. Preferiu aceitar os fatos consumados e sentar-se tambem, como tantos outros, á mesa do despacho com o Imperador. “Quarenta anos de opressões — continuava êle da tribuna da Camara — de arbitrio e de vitórias incruentas do poder armado contra a opinião desorganizada do paíz; quarenta anos de desfalecimentos, de submissões, de murmúrios, de tímidos protestos; quarenta anos de usurpações bem sucedidas, de liberdade constitucional quasi oprimida, terão talvez animado o poder a fazê-lo arrostar a opinião do país e desferir sobre a Camara o golpe mortal da dissolução”.

Ferreira Viana terminava esse discurso invétivando o Imperador com a expressão que ficou célebre, de *Cesar caricato*, e que muito bem se casava, em sinceridade, com essa outra, igualmente célebre, de Sales Torres-Homem, referindo-se á familia imperial — *estirpe sinistra*... Sales Torres-Homem não seria apenas ministro do Imperador, como Ferreira Viana, que a quêda do Imperio não consentiu recebesse outros empregos da Corôa, mais ainda conselheiro de Estado, Senador e visconde de Inhomirim.

VII

“Alguns chefes jatavam-se de nunca irem apresentar cumprimentos ao Imperador, evitando, no seu dizer, a atmosfera pestilencial do Paço”, conta-nos Oliveira Lima. Ouro-Preto, por exemplo, ministro de Estado aos 29 anos de idade, e presidente do Conselho aos 52, o que quer dizer que militára na vanguarda da politica e da administração do Imperio pelo espaço de cerca de um quarto de seculo, dirá, depois de 15 de novembro, com um orgulho incompreensivel até mesmo num trabalhista inglês de 1925, que rarissimamente fôra ao Paço, e sempre por dever; durante 10 anos, de 1868 a 1878, só lá apparecêra duas vezes, a primeira para dar pezames á familia imperial, pela morte da princeza Leopoldina, e a segunda para solicitar providencias contra a compressão eleitoral que se exercia na sua Provincia. “Nunca vaguei pelas imediações dos Paços da Cidade — acrescentará; nunca me fiz contradicho na estação de Petropolis, para exhibir-me em palestra augusta” (189).

A isso chamava Ouro-Preto não ser *aulico do imperialismo*. Era certamente uma estranha concepção de suas relações sociais e politicas com o chefe de Estado. E note-se que Ouro-Preto era um monarquista sobre cuja sinceridade não pairava a menor duvida, e da qual deu provas indiscutíveis no ostracismo em que proposi-

talmente se manteve, depois de 15 de novembro, até os ultimos dias de vida.

Essa desconcertante tarefa de desmerecer um regime e um homem aos quais serviam, a cujos favores ou pelo menos bôa vontade era forçoso recorrerem, e de fato recorriam, pois dêles dependia o sucesso de suas politicas, não se cançaram de desempenhá-la com maior ou menor brilho, com mais ou menos elegancia moral, os mais modestos como os mais graduados politicos do Imperio. É dêles, sobretudo, a obra de solapamento das instituições monarchicas no Brasil.

“O Imperador foi mais hostilizado pelos homens que o serviam e que sentaram-se nas suas Camaras e nos seus conselhos — dir-se-á mais tarde — do que pelos adversarios do regime que êle representava. Foi no *Libelo do Povo* que se fez a mais cruenta análise da dinastia e do Imperador, e o livro era de um deputado que foi senador, conselheiro de Estado e titular. Foi na *Conferencia dos Divinos* que se sintetizou a politica do novo Augusto. Nos *Anais* do Parlamento, cada página é a crucificação não só do Imperador como do homem, e feita por personagens que deviam conhecê-lo de perto” (190).

VIII

Quando o partido republicano, constituído com os elementos da facção dissidente dos liberaes, lançou o seu

(190) Artigo de Maximo Job, no *Tempo*, do Rio.

manifesto em 1870, o marquês de São Vicente, então presidente do Conselho, observou ao Imperador :

— Senhor, os republicanos publicaram o seu manifesto, e uma das medidas que o Governo Imperial devia adotar, por norma invariavel, é de não prover nos empregos publicos quem tiver opiniões republicanas. Nem o governo da Inglaterra, com todas as suas garantias de liberdade, admite que sirva empregados publicos com opiniões republicanas, nem os Estados Unidos, tambem com as suas liberdades, admitiriam que occupasse empregos publicos quem tivesse opiniões monárquicas.

Respondeu-lhe Dom Pedro II :

— Sr. São Vicente, o paiz que se governe como entender e dê razão a quem tiver.

O presidente do Conselho insistiu :

— Vossa Majestade não tem direito de pensar por este modo. A Monarquia é um dogma da Constituição, que Vossa Majestade jurou manter: ela não está incarnada na pessoa de Vossa Majestade.

— Ora, disse-lhe rindo Dom Pedro II, se os Brasileiros não me quizerem para seu Imperador, irei ser professor ! (191).

Esse indiferentismo do Imperador pela sorte do regime foi tambem um dos fatores que mais contribuíram para o desprestigio e, portanto, para a queda da Monarquia. Sua tolerancia, nesse ponto, desnorteava até

(191) Notas de Oliveira Borges, *apud*. J. Nabuco, *op. cit.*

mesmo aquelles que mais se mostravam desafeiçoados ao regime. Não fôsse êle, afinal, o chefe da Monarquia brasileira, e dir-se-ia até que estivesse solidario com os propagandistas da Republica !

O Imperador nunca tolerou que se criasse o menor embaraço e muito menos se impedisse a propaganda aberta, na imprensa e nos comicios, da substituição da Monarquia pela Republica. Ouro-Preto conta que seu irmão Carlos Afonso, então presidente da Provincia do Rio, proibira se fizesse, numa praça de Campos, uma annunciada conferencia republicana. E disto déra parte ao Monarca.

— Pois fez muito mal ! observou-lhe o Imperador ; devia deixar que falassem.

Ouro-Preto conta ainda que em uma de suas visitas semanais, Basson, chefe de Policia da Côrte, comunicou ao Imperador que a Policia estava resolvida a impedir as manifestações com que os estudantes projétavam comemorar a data republicana e revolucionaria de 14 de julho. Objetou-lhe o Imperador :

— Não faça isso, Sr. Basson, deixe os rapazes ! (192).

IX

Já vimos atraz por que forma os mais conceituados estadistas do Imperio se referiam á Monarquia e ao Monarca, sempre que por iniciativa ou não do Imperador

(192) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

os interesses partidarios dêles não corriam inteiramente satisfatorios. No entanto nunca se soube que Dom Pedro II tivesse tido uma palavra sequer de censura ou de queixa de tais excessos, e muito menos que tivesse procurado afastar dos conselhos da Corôa os que mais dirétamente o atingiam em seus ataques.

Pelo contrario. O caso de Sales Torres-Homem ficou célebre, e vale por um exemplo da magnanimidade e da condescendencia imperial. Torres-Homem fôra o "Timandro", autor do célebre *Libelo do Povo*, publicado após a quêda dos liberaes, em 1848, onde êle nada poupara ao Imperador e á sua familia, desde o Avô, o *bastardo João VI, pusilanime e incapaz*, até o irmão da Imperatriz, o rei Fernando II das Duas Sicilias, *déspota atrozmente beato e beatamente verdugo, delapidador do povo e rei parricida*. A Imperatriz e suas filhas, com essa sensibilidade feminina sempre viva, não esconderam jamais sua repugnancia a Sales Torres-Homem. — *Essas senhoras não gostam de mim...* dizia êle, meio contrafeito, quando, mais tarde, já penitenciado, sentia, no Paço, a frieza de seus cumprimentos.

O Imperador porém, foi de uma generosidade sem par. Quando Abaeté organisava o Ministerio de 1858, êle logo sugeriu a inclusão do nome de Sales Torres-Homem, então diretor geral do Tesouro, para ocupar a pasta da Fazenda. Abaeté confiou este fato a Uruguai, dizendo que o Imperador lhe acrescentara não guardar memoria das ofensas recebidas de Sales Torres-Homem;

e que tinha por principio aceitar o concurso de todos quantos lhe parecessem necessarios ao paíz.

Sua generosidade para com o antigo autor do *Li- oelo* não ficou nisso. Mais tarde iria fazê-lo Senador, mesmo contra a vontade de Zacarias, presidente do Conselho, provocando, com isso, uma das mais sérias crises politicas do regime, e sacrificando a vida do Gabinete e da situação liberal então dominantes.

X

A explicação de uma tal condescendencia estava em que o Imperador entendia não lhe caber o direito, por causa de opposição, mesmo violenta, á sua pessoa, ao regime ou á sua familia, de sacrificar o Estado com o afastamento dos homens de reconhecido valor. E se alguma vez manifestou certa repugnancia em sentar-se á mesa dos despachos com determinados politicos, como Ferreira Viana, foi sobretudo, como disse, “pelo receio de ser penosa a convivencia com êles” (193), que não podiam deixar de sentir-se contrafeitos ao seu lado. No que aliás se enganava.

A superioridade moral de Dom Pedro II, nesses casos por assim dizer pessoais, estava em que êle não era uma dessas criaturas visceralmente insensíveis. So- fria, tambem, como a generalidade dos homens, as fra-

(193) Tobias Monteiro, *A tolerancia do Imperador*.

quezas e as injustiças dos outros. Mas tinha a grande virtude de saber perdoar. Preferia, como Warwick, o orgulho de perdoar ao orgulho de punir. “Doem-me as injustiças que se me fazem — disse êle certa vez — e sou, como todos, sensível ás ofensas que me são dirigidas. Mas ainda assim sei relevar as fraquezas, bem como os excessos das paixões humanas”. Um homem honesto, dizia Molière, está acima de todas as injurias que se lhe podem fazer, e a resposta que deve dar a esses ultrages é a moderação e a paciencia.

Ouro-Preto conta que uma vez ousou externar ao Imperador a opinião de que a impunidade com que eram combatidas e caluniadas as instituições e seus representantes não pouco havia contribuido para desenvolver a propaganda republicana. Respondeu-lhe Dom Pedro II:

— Sou sensível ás injustiças e me doem os apodos; mas o meu dever não permite que, por injurias pessoais, prive o paiz dos serviços de Brasileiros distintos. As coisas unicas de que posso dispor livremente, conferindo-as aos que sei não me serem infensos, são os cargos da minha casa, que não dão proventos nem privilegios (194).

Resentindo-se sem se vingar, o Imperador praticava, como dizia Oliveira Lima, as virtudes verdadeiramente cristãs do perdão e da misericordia. Porque,

(194) Declarações de Ouro-Preto no Instituto Historico, referidas na respectiva *Revista*.

apesar de tudo, êle nunca fôra um descrente dos homens. Sabia bem vêr, nos ataques que lhe dirigiam, onde estava a paixão politica e onde estava o sentimento máo: e a ambos perdoava. Perdoava porque confiava em que nem tudo estava ainda perdido na natureza humana; sabia que se atirasse uma sonda nas profundêsas dessas almas tão turvadas na superficie, era raro não colher algum sentimento puro — para servirmo-nos de um belo conceito de Maurois.

XI

Politicamente, porém, essa tolerancia do Imperador valia por uma renuncia tacita. Êle renunciava não sómente ao titulo de Imperador, que, afinal, significava, na nossa organização politica, muito mais do que um simples rotulo, a mais alta autoridade da nação, o chefe incontestado do Estado, como renunciava por igual ao dever primordial que lhe impunha o exercicio desse cargo, e que era o de prestigiar e dar fôrça ao principio monarchico que representava. Ora, essa tolerancia do Imperador não era a politica de um Soberano como dirá Joaquim Nabuco, convencido da falta que a Monarquia fazia ao paíz.

Vicente Quesada, que foi, dos diplomatas que o conheceram de perto, o que talvez melhor lhe penetrou os verdadeiros sentimentos, tarefa bem difficil numa natureza fechada como a do Imperador, sobretudo aos es-

trangeiros, era de parecer que este não tinha absolutamente fé nas instituições monárquicas brasileiras, e se as mantinha, fazia-o como um filósofo budista, sem preocupar-se maiormente com o dia de amanhã.

Contudo, deve-se acentuar que o Imperador sempre se manifestou no sentido de achar que a Monarquia era ainda necessaria entre nós. “Sempre defendendo de convicção — dizia êle — e nunca por interesse proprio ou de familia, a nécessidade da Monarquia para o Brasil nas circunstancias atuais” (195). Mas era tambem verdade que essa convicção de nada valia na prática, uma vez que êle proprio concorria, com os seus repetidos exemplos, para animar os que destruíam ou procuravam destruir o regime que nos governava. E a tal ponto que Ouro-Preto acabou por se capacitar de que era caminho seguro para chegar-se prontamente ás altas posições, a agressão aberta á Monarquia.

Não o era, certamente, e Ouro-Preto aí exagerava. Mas era fóra de duvida que nenhuma atitude politica, por mais intransigente ou mesmo agressiva fôsse ela, impedia a quem quer de ocupar posições no Governo, mesmo as de maior confiança. Os exemplos disso são numerosos.

Ha o caso, realmente edificante, do Imperador ir buscar para mestre de seus netos, filhos do duque de Saxe, um dos adversarios mais intransigentes do regime, e pouco depois o mais ativo propagandista da Republica

(195) Tobias Monteiro, *op. cit.*

— Benjamim Constant. Conta-se que este bem que tentou esquivar-se de tarefa tão delicada. Alegou não de-sejar ter discipulos aos quais não pudesse tratar como aos demais; alegou suas proprias crenças republicanas; alegou a obrigação moral, que lhe incumbia, de incutir tais idéias, embora incidentalmente, no espirito de seus futuros discipulos. Debalde. Dom Pedro II cedeu em tudo. “Êle punha o saber e a moralidade do professor acima de suas idéias politicas” — dirá o Sr. Tobias Monteiro (196).

XII

Quando esse mesmo Benjamim Constant pronunciou na Escola de Guerra aquele célebre discurso de censura ao Governo, Ouro-Preto, que era o presidente do Conselho de então, propoz ao Imperador que se afastasse da direcção da Escola o respectivo diretor, marechal Miranda Reis, que não soubera fazer calar imediatamente o official indisciplinado.

— Quer o Sr. desconsiderar o Miranda Reis, objectou-lhe logo o Imperador, que tem tantos serviços e foi tão bravo na guerra ? (197).

Que não, respondeu-lhe Ouro-Preto, mas apenas afastá-lo de um cargo militar que a sua idade e o servi-

(196) Idem.

(197) Vêr o que Ladario diz do procedimento de Miranda Reis, depois da queda da Monarquia, no capitulo *Exilio e morte*, deste volume.

ço da Casa Imperial, onde êle era dignitário, não lhe permitiam cuidar. — “Um novo diretor, acrescentou o presidente do Conselho, advertiria, nos termos do Regulamento, o tenente-coronel Benjamim Constant da sua falta. Se êle mostrasse não atender, fá-lo-ia diante da congregação. Se êle ainda não comprehendesse o êrro, nomear-se-ia um conselho de lentes e far-se-ia o julgamento.

Dom Pedro II o atalhou:

— Qual, Sr. Ouro-Preto, não vá por aí. O Sr. acredita no resultado desse Conselho? Lôbo não come lôbo! Olhe, o Benjamim é uma excelente criatura, incapaz de violencias, é homem de x mais b , e além disso muito meu amigo. Mande chamá-lo, fale com franquês, e verá que êle acabará voltando ao bom caminho (198).

Quando, alguns anos depois, já no exílio em França, Dom Pedro II teve conhecimento da noticia da morte de Benjamim Constant, longe de exprimir qualquer palavra de recriminação contra o inspirador do movimento militar que o derrubára, só teve conceitos brandos, para lamentar o seu prematuro desaparecimento. O barão de Penedo, que lhe estava ao lado, estranhou essa attitude, e lembrou a ação de Benjamim Constant contra a Monarquia e a familia imperial.

— Nada tem uma coisa com outra — foi a resposta do Imperador; esse era o homem politico, não o discuto. Deploro a morte do homem de ciência, que estimei, e que era muito bôa criatura.

(198) Tobias Monteiro, *op. cit.*

Outro republicano e positivista, Martins Junior, tendo prestado concurso para uma cadeira de lente na Faculdade de Direito do Recife, lograra obter o primeiro lugar, na lista dos classificados, acima do filho de um dos maiores da Provincia. O ministro da Justiça, que era Ferreira Viana, o mesmo que invetivara tão duramente contra as *injustiças* e os *arbitrios* da Corrôa, tentou afastar Martins Junior, para dar preferencia ao filho do politico pernambucano. Mas o Imperador não o consentiu; declarou que os pretextos alegados contra Martins, isto é, a sua fé republicana, não o impedia de ser um bom professor, e ainda menos o de crença positivista, que sendo sincera devia ser admitida (199).

Foi sempre essa a sua opinião. Não perturbar, não coagir, não punir nunca a liberdade de opinião, qualquer que fôsse ela ou a forma de sua exteriorisação. Para seu espirito profundamente imbevido do sentimento de humanidade, a liberdade era sagrada. Abafá-la ou sómente cerceá-la, como dizia Lacordaire, era violar a justiça e a razão. Uma nação nobilita-se pelo uso da liberdade, de todas as liberdades, a liberdade natural que é a do homem, a liberdade civil que é a do cidadão e a liberdade politica que é a do povo.

(199) Com relação a Ferreira Viana deu-se outro facto não menos significativo. Conta-o Rebouças em seu diário: "2 de fevereiro de 1889. O Imperador repreendeu ao ministro da Justiça, Ferreira Viana, o proceder da Policia no conflito provocado pelos republicanos numa conferencia de Silva Jardim".

XIII

Será acaso, o Imperador, por convicção, um republicano ? Em tése, quer dizer, na acepção larga que se costuma dar a esse termo, êle o era, sem duvida, e o confessaria mais de uma vez. Acusaram-no de se ter gabado disso a Vitor Hugo numa de suas visitas ao poéeta ; não ha, porém, uma testemunha autorisada que o confirme. Nem François Coppée nem Gustave Rivet, os dois homens de letras que privaram de perto com Vitor Hugo e nos deixaram referencias detalhadas das duas visitas do Imperador ao poéta, nem este, em suas notas diarias, publicadas mais tarde por Louis Barthou, se referem a tal fato.

De resto, o proprio Imperador o desmentiu implicitamente nestas palavras, referindo-se ao seu propalado sentimento republicano: “Nunca o disse, porque jamais gostei de bravatas. Desejaria, repito, que a civilização do Brasil já admitisse o sistema republicano, que para mim é o mais perfeito, como podem sê-lo as coisas humanas. Tenho acrescentado que para mim seria melhor que houvesse Republica no Brasil, e caso pudesse ser Presidente, mais facilmente fariam justiça á minha dedicação” (200).

Rebouças, que privou um pouco de perto com o Monarca, nos ultimos anos do Reinado, conta, em seu *Diário*, que certa vez, na estação de Petropolis, êle lhe de-

(200) Tobias Monteiro, *A tolerancia do Imperador*.

clarára ser republicano: “Sou republicano, todos o sabem. Se fôsse egoista, proclamava a Republica para ter as glorias de Washington... Sómente, sacrificava o Brasil á minha vontade”. Pode ser que no fundo êle tivesse dito mais ou menos o que aí está. Mas esta forma dogmatica e pretenciosa de exprimir-se nunca foi do Imperador. O estilo é o homem, e nada tão contrario ao seu feitio modesto e até mesmo humilde, sinão tambem á sua constante e quasi impenetravel reserva do que essa fanfarrice republicana.

Certa vez, em Montevidéo, um politico uruguaio chamou-o de “principe illustre e grande republicano”, cuidando, com isso, prestar uma homenagem aos sentimentos liberais do Monarca. Silveira Martins, alí presente, observou, porém, muito a proposito, que o Imperador era um homem de bem, e não podia, portanto, ser a um tempo repúblicano e Monarca. E citou o exemplo de Dom José II que felicitado por uma dama francêsa pelos triunfos que os republicanos Norte-americanos alcançavam contra os Inglêses, seus inimigos, respondera com uma grande presença de espirito: *Madame, mon métier à moi est d'être royaliste*. “O Imperador do Brasil não é sómente monarquista por officio, concluiu Silveira Martins, é, principalmente, pelas idéias, pela familia, pela tradição” (201).

Que êle fôsse, teoricamente, um republicano ou não, pouco importa; o que é certo é que sempre repetiu, com toda a razão, aliás, que a Monarquia constitucional era

(201) J. J. Silveira Martins, *Silveira Martins*.

o melhor sistema de governo para um paiz nas condições politicas em que estava então o Brasil. "Cumpre que se convençam, escrevia certa vez á Sinimbú, e hão de convencer-se, que o nosso sistema de governo é o mais conveniente ao estado do Brasil" (202).

A Alexandre Herculano, que declinára aceitar a Ordem da Rosa, por uma questão de principio politico, escrevia o Imperador: "Tambem eu não sou partidario em absoluto de nenhum sistema de governo; mas creio igualmente que o de nossas nações é o que mais convem ás néo-latinas, cujos sentimentos ardentes exigem que se infunda o respeito ao principio desse governo por átos de maior interesse, e mesmo de abnegação". E acrescentava que na sua opinião de homem e de Monarca, o melhor sistema de governo para o Brasil devia ser uma Republica de presidente hereditario (203). Aliás, o que vinha a ser, afinal, sinão isso o Imperio do Brasil, com Dom Pedro II á frente de seus destinos? *Foi-se a unica Republica da America!* exclamou Rojas Paul, presidente de Venezuela, ao ter noticia da quêda da Monarquia no Brasil. O Sr. Agripino Grieco observa, não sem fundo de verdade, que o Imperador foi talvez "o unico republicano que o Brasil já teve, pela sua liberalidade, pela sua aversão á pompa palaciana e pelo seu amôr ao pôvo" (204).

(202) Notas, no arquivo da familia imperial.

(203) Minuta s/d, possivelmente de agosto ou setembro de 72, no mesmo arquivo.

(204) *Evolução da prosa brasileira.*

XIV

A preferencia que êle, ás vezes, manifestava pelo cargo de presidente da Republica ao de Monarca, não era um sentimento de puro snobismo, como a muitos parecia. Refletia, sobretudo, a tendencia, que sempre existiu no Imperador, de se despregar, ao menos em imaginação, de uma posição que, pela tradição historica e significação politica, era a menos compativel com a sua natureza patriarcal e inteiramente desambiciosa. "Estou cançado de vida official!" lamentava êle a Vicente Quesada, que o chama, por isso, de *Monarca á fôrça*. "Como Monarca, acrescenta, carecia dos preconceitos da extirpe e do temperamento especialissimo que engendra o exercicio da realesa durante varias gerações" (205).

Em seu diario, á data de 31 de dezembro de 1861, com menos, portanto, de 40 anos de idade e apenas duas dezenas de governo, êle confessava preferir, *quanto á occupação politica, a de presidente de Republica ou Ministro á de Imperador*. Era já, portanto, um desencantado da corôa que o destino lhe puzera na cabeça. E como se ela de fato lhe pezasse desde muito, acrescentava, com um indisfarçavel sentimento de desconsôlo: "Se ao menos meu pai imperasse, ainda estaria eu ha

(205) Vicente Quesada, *Mis memorias diplomaticas*.

onze anos com assento no Senado, e teria viajado o mundo!" (206).

Não seria impossível, se êle tivesse a considerar sómente os interesses de familia, e se as condições sociais e politicas do Brasil o consentissem, segundo sua opinião, que acabasse por ter o gesto unico em toda a historia, de um Monarca que um dia resolve abrir mão, espontaneamente, de todos os direitos dinasticos, para convidar a nação a escolher, em toda a liberdade, num grande plebiscito, uma outra forma de governo. Aliás, uma tal possibilidade não deixava de ser prevista no seio mesmo de sua familia, o que deixa pensar que entrava tambem em suas proprias vistas. Referindo-se á implantação da Republica em 1889, dirá a Princeza Imperial no momento de partir para o exilio: "Pensei que essa transformação se daria, mas por outro modo: a nação iria elegendo cada vez maior numero de deputados republicanos, e estes tendo a maioria, nós nos retirariamos" (207).

(206) Arquivo da familia imperial. — O Imperador nunca escondeu a sua simpatia pelo Senado, que era, dos órgãos constitutivos do Estado, o que mais lhe feria a imaginação. Daí talvez o cuidado com que procurava preencher-lhe as vagas, escolhendo tanto quanto possível os mais dignos. "No Brasil, dizia êle, só ha duas posições invejaveis, Senador e professor do collegio de Pedro II" (Taunay, *Reminiscencias*).

(207) "Minhas conversas a bordo do Parnaiba" — manuscrito da princeza Dona Isabel, no arquivo citado.

Formas de governo, escreveu certa vez o Imperador, são méras questões de estética! E numa de suas notas deixou dito: “Se o procedimento errado dos partidos monarchicos dêr a vitória ao republicano — que provará isso? O Monarca não deixará de ser o homem honesto e desinteressado — não do bem de sua patria, que para êle não pode existir fóra da Constituição”. Joaquim Nabuco, que cita estas palavras, observa: “Esta sua dependencia voluntaria, intima, da bôa vontade do paíz é tal que, deposto do trôno, não afirmará uma só vez o seu direito de reinar em virtude de qualquer dos antigos pactos, da Independencia, da Constituição, do 7 de abril, da Maioridade, e muito menos pelo direito tradicional portuguez” (208).

Nos ultimos anos do Imperio, pela evolução natural de seu Governo, e tambem pelas condições sociais do Brasil, influindo, cada vez mais, na liberalidade de seu espirito, se êle não chegou a consentir numa mudança de regime politico, mesmo pela forma reclamada por algumas municipalidades, isto é, por uma Constituinte, é quasi certo, em todo o caso, que acabaria por aceitar a Federação, que, embora com as insignias imperiais, como dizia Rui Barbosa, seria um eufemismo de Republica (209). Reconheceria que o paíz a reclamava, e

(208) *Um estadista do Imperio.*

(209) Rui Barbosa declarou que o Imperador chegara a *subscrever* o programa federalista, votado pela minoria do congresso liberal e aceito por Saraiva; disse tambem que o proprio Saraiva assegurara isso, em discurso ou declaração ao Parlamento. Não se deu tal. O que Saraiva afirmou,

não lhe caberia estorvar uma aspiração dessa ordem. "O Sr. sabe melhor do que ninguém, que eu nunca serei embaraço á vontade da nação", dizia êle a Saraiva, quando este lhe dava conta do voto em separado do congresso liberal, no qual se continham as idéias da Federação. Ainda aí, a liberalidade de sua politica reflectia a concepção que tinha da soberania popular, que sempre declarou aceitar como um dogma, tão sagrado

conforme salienta Ouro-Preto (*Advento da ditadura militar*), foi que êle, Saraiva, conjecturava que o Imperador anuísse ao programa federalista. Nada mais vago, como se vê. Aliás, em discurso de 11 de junho de 89, Saraiva já declarara que "não falara a Sua Majestade em federação". — Sobre este assunto, existe no arquivo da familia imperial uma carta de Ouro-Preto ao Imperador, datada de Paris, 18 de fevereiro de 1891, na qual o ultimo presidente do Conselho do Imperio declara: "O Sr. Saraiva ainda ultimamente disse no Congresso que Vossa Majestade Imperial estava resolvido a realisar a federação no Imperio, o que aliás dera a entender anteriormente, quando explicou ao Senado a parte que teve na crise ministerial de junho de 89. Eu já contestei essa afirmativa, mas como apreciação ou crença minha, o que não tem a fôrça de negativa formal e autorizada. Aguardarei as dêterminações de Vossa Majestade Imperial a esse respeito". E logo adiante: "Além de que a solene manifestação não se deu (*uma manifestação publica, no Brasil, pelo seu corpo eleitoral, a favor da Federação*), o Senhor Saraiva, se compreendi e me recordeo do que ouvi, não falou a Vossa Majestade Imperial em Federação." Não tendo encontrado a resposta que o Imperador acaso tivesse dado a essa carta de Ouro-Preto, o autor deste livro consultou, a respeito, o filho do estadista, que fazia companhia naquela época ao pai, exilado em França. Respondeu-lhe Afonso Celso: "S. M. respondeu verbalmente ao visconde de Ouro-Preto que era perfeitamente exáto tudo quanto êle afirmava. Prometeu responder por escrito, quando tivesse conhecimento do discurso do Sr. Saraiva. Esse discurso, porém, nunca foi publicado na integra".

em politica como a infalibilidade do Papa em religião.

A Federação seria então das ultimas abdições do Imperador. Ha bem dez anos que êle não fazia sinão ceder progressivamente diante das exigencias que o tempo, com as suas mudanças, traz sempre consigo. Eram capitulações sobre capitulações! Como o proprio Imperio, que êle incarnava, e onde tudo se dissolvia — os partidos, as classes armadas, a propriedade territorial, os politicos, os orgãos constitutivos do Estado — tambem sua vontade entrára na derradeira fase da dissolução. Era bem o fim!

CAPITULO IX

VIAGEM PARA O EXILIO

Marcha vagarosa do "Alagôas" — Ao longo da costa brasileira — Ultima mensagem — No alto mar — Passatempo do Imperador — Preocupação pelos livros — Suas poesias de bordo — Possibilidade de uma resistencia a Deodoro — A Imperatriz e a Princeza Imperial — O conde d'Eu e os filhos — Chegada a São Vicente — O caso dos 5 mil contos — Recusa do Imperador — Mensagem a Ouro-Preto — Oferta de hospedagem pelo rei Dom Carlos — Aniversario natalicio do Imperador — Chegada a Lisboa — Despedida do pessoal de bordo.

I

O *Alagôas* ia cortando docilmente as aguas brasileiras. Os dias se sucediam com a regularidade e a monotonia de todas as vidas de bordo.

Nos primeiros dias a viagem tornara-se aborrecida pela marcha vagarosa do navio. Não que elle fôsse um

barco de lento caminhar, mas porque o seu comandante tinha severas instruções para não se adiantar demasiado ao couraçado *Riachuelo*, que o comboiava, e este, sim, tinha uma marcha por demais vagarosa.

O Imperador, sempre tão sereno, acabou por agastar-se com tanta morosidade. No desconforto moral e material daquela viagem, o interesse de todos, dêle sobretudo, era chegar o mais depressa possível ao pôrto de destino.

— Quantas milhas faz o *Riachuelo*? perguntou êle ao comandante.

— Sete, oito...

— Só? Mas êle andava dezeseis! Observou Dom Pedro II, cuja memoria se revelava ainda prodigiosa.

A coisa chegou a ponto do *Alagôas* receber, mais de uma vez, ordem para parar, afim de permitir que o *Riachuelo* concertasse um desarranjo nas maquinas ou nas caldeiras. Era demais!

Um dia o Imperador impatientou-se:

— Diga a esse môço que vem a bordo (210), que se o *Riachuelo* é honraria, eu dispenso? se quer dizer

(210) Havia a bordo do *Alagôas* um official, o tenente Amorim Rangel, comissionado pelo ministerio da Marinha. Era uma especie de representante do respectivo Ministro, encarregado de zelar pelo exáto cumprimento das instruções do Governo Provisorio. Quando o *Riachuelo* dispoz-se a abandonar a rasteira do *Alagôas*, veio de lá um outro official, o tenente Magalhães Castro. O Imperador sempre tratou muito bem a esses dois delegados da Republica, fazendo com que êles sentassem á sua mēsa, ás horas das refeições.

receio, eu não quero voltar. O Brasil não me quer, vou-me embora!

Afinal, os comandantes do *Alagôas* e do *Riachuelo* entenderam-se no sentido de ficar o primeiro desses navios livre de ser comboiado, podendo, portanto, seguir sózinho seu destino. E horas depois, já á noite, o *Riachuelo* foi ficando cada vez mais para traz, até desaparecer de todo.

“Corria agora enfim o *Alagôas*, livre dessa guarda formidável, que tantos dias o detivera á meia marcha. Sem dúvida a monotonia de bordo não ía mudar; mas a certeza de avançar, a esperança de chegar mais depressa, faziam certo bem aos animos abatidos” (211).

Nos primeiros dias, o *Alagôas* navegou ao longo da costa brasileira, que lhe aparecia ao longe, na linha do horizonte, como uma baixa e sombria nêsga de terra. O Imperador distraía-se procurando precisar a região a que pertencia — Caravelas, Pôrto-Seguro, São Salvador, barra de São Francisco...

Na altura de Pernambuco o *Alagôas* começou a afastar-se da costa. Pouco depois passava ao largo da ilha Fernando de Noronha, ultima terra brasileira á vista. Quando a ilha não era mais do que uma pequena mancha no horizonte, e o *Alagôas* rumava definitivamente para as aguas europeias, foi sugerido que se soltasse um pombo com uma ultima mensagem dos exilados. Escolheu-se um dos mais vigorosos da capoeira de bordo. O Imperador escreveu num pedaço de papel

(211) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

— *Saudades do Brasil*, e todos, com êle, assinaram o adeus á terra natal. Ligado o papel á asa do pombo, foi este solto, e logo largou o vôo, impellido por uma rajada de vento. Mas não tardou em cair pesadamente, e desaparecer nas aguas do mar, sob as vistas emocionadas do grupo que no tombadilho cercava o Imperador (212). Perdia-se assim a ultima possibilidade de comunicação com a terra brasileira. Era bem o exilio!

II

O *Alagôas* navegava já agora em pleno alto mar. Todos se preparavam para os dias monotonos da travessia. Grande madrugador, o Imperador era o primeiro a aparecer em cima, no tombadilho. Estava sempre atento a tudo quanto, no mar, pudesse distrair-lhê o espirito cheio de emoções. Se divisava qualquer navio na linha do horizonte, logo tentava identificá-lo, se um barco de carga ou de passageiros, se ía ou vinha do Brasil, em que latitude navegava, a que nacionalidade pertencia.

Fazia empenho em receber diariamente, numa fôlha de papel que lhe fornecia o Comandante, a posição exáta do *Alagôas*, com o numero de milhas percorridas nas ultimas 24 horas. Nestes papeis distraía-se fazendo êle

(212) Tobias Monteiro, *op. cit.* — Confirmado pelo Sr. Dom Pedro de Orléans Bragança a Mary W. Williams, *Dom Pedro The Magnanimous*.

proprio os calculos para apurar o numero de milhas já realizadas desde o inicio da viagem e o numero das que faltavam para alcançar-se o proximo pôrto.

A grande parte do dia, porém, o Imperador passava sentado ao lado de uma mesinha, colocada no tombadilho, perto do portaló, sôbre a qual havia sempre livros e papel. Horas e horas deixava-se ficar alí, lendo ou escrevendo. Nos primeiros dias entretêve-se com a leitura dos *Estudos brasileiros*, de José Verissimo (213). Seu amôr pelos livros em nada diminuía. Tomava sempre notas de obras, dos titulos e dos nomes dos autores que lhe ocorriam, para mandar adquirí-las assim que chegasse á Europa. Eis algumas dessas notas, lançadas em pedaços de papel hoje conservados no arquivo da familia: *Études litteraires sur le XX siècle*, par Faguet — *Étude sur D'Alembert*, par Bertrand — *Some eminent women of our times*, by Mr. Francey — *Polemiques d'hier*, par d'Aurevilly — *A life of John Davis*, by Northam (nota do Imperador: "E o que se fôr publicando da coleção") — *Christina, Queen of Sweden*, by Bain — *Recits de campagnes*, par le duc d'Orléans.

Anotava, como era seu costume, muitos dos livros que lia. Eram curtas observações ou reflexões que lançava á margem, a lapis, sugeridas por uma passagem ou uma citação mais sugestiva. As notas que deixou, á margem do livro de Chandordy, *La France en 1889*, foram lançadas no correr dessa viagem para o exilio.

(213) Cartas do conde d'Eu á condessa de Barral, no arquivo da familia imperial.

Em pedaços de papeis rascunhava poesias, sonetos em grande parte, com uma letra irregular, cheia de emendas e substituições de vocábulos, a tal ponto que muitos desses escritos se tornam hoje quasi ilegíveis. Os assuntos predilétos, quasi únicos, dessas poesias, são a honestidade do seu procedimento, como chefe de Estado e como homem, o cumprimento do dever, o respeito á liberdade e, sobretudo, o seu constante, desvelado e nunca desmentido amôr pelo Brasil.

Começo de uma poesia :

*A linha do dever, nosso equador,
Nunca passaste e agora bem o mostras
Quando com o teu caráter belo arrostras
Gêlos de indiferença...*

Outra, datada de 23 de novembro :

*Vamos deixar de vêr nosso Brasil
Levando-o aliás no coração...*

Do dia seguinte :

Breve não avisto mais a patria brasileira...

Jamais se lhe ouviam uma censura qualquer ou uma frase menos agradável contra os homens e os fatos relacionados com a sua deposição. Certa vez alguém aventou a hipotese de um fracasso do novo regime.

(214) No arquivo da familia imperial.

e subsequente restauração da Monarquia. Perguntaram se êle estaria dispôsto a subir novamente ao trôno: que sim, respondeu, se o chamassem, voltaria. De outra vez deixaram insinuar que se êle tivesse querido resistir ao golpe de Estado de Deodoro, talvez saísse vitorioso. Respondeu prontamente:

— Resistir, para quê? O Brasil ha de saber governar-se; não precisa de tutor. Olhe, a minha preocupação é ser sempre coerente.

Por sua serenidade, pela despreocupação de seu espirito e perfeita segurança de si proprio, dir-se-ia, vendo-o alí sentado, entretido com livros e papeis, que êle se achava numa das salas de sua bibliotéca de São Cristóvão, nos dias mais tranquilos do Reinado. Guardava sempre a calma impressionante do rôsto, onde raramente aparecia um traço de emoção. Apenas, de vez em quando, notava-se cobrindo-lhe a face, uma leve sombra de tristeza. Deixava então caír o livro sobre os joelhos, um dedo marcando a pagina interrompida, e fitava demoradamente, com um olhor profundo, a linha distante do horizonte, atrás da qual sabia estar a grande terra brasileira.

III

A Imperatriz fazia-lhe geralmente companhia numa cadeira ao lado. Parecia resignada, embora profundamente abatida. Um dia, conversando com o comandan-

te Pessôa, do *Alagôas*, referiu-se ao fuzilamento, pelos Mexicanos, do imperador Maximiliano, primo de Dom Pedro II, e á triste situação em que ficára a viúva, a pobre imperatriz Carlota, abandonada num velho castelo á margem do Adriático, com as faculdades mentais irremediavelmente abaladas.

E comparando, maquinalmente, a sua com a sorte da pobre Imperatriz, refletiu, como que conformada: — Podia ser peor...

Dona Isabel não se mostrava tão forte. Estava profundamente resentida. Sua amargura era grande, e difficilmente podia consolar-se com a sorte ingrata que lhe dava o destino. Lamentava as afeições que deixára no Brasil, e tinha palavras severas para as pessôas que ela beneficiára, pelas quais se vira abandonada no momento da aflição. Quando a desgraça que nos fere é aumentada pela ingratidão, dizia Sheridan, a ferida torna-se cada vez mais viva.

O conde d'Eu tinha a sua principal preocupação voltada para os filhos, por cuja educação zelava. Diante do acabrunhamento da mulher, êle mesmo cuidava de todos os detalhes da vida das crianças a bordo, e procurava instruí-las sempre que um incidente ou outro lhe favorecia a ocasião.

IV

Depois de quatorze dias de mar, chegou-se a São Vicente. O Imperador e todos da comitiva logo des-

ceram á terra, para ouvir missa e fazer uma excursão pela cidade. “Fizemos uma *tournee* conscienciosa pela Camara Municipal, Bibliothéca, Alfândega, Mercado, Palacio do Govêrno, como se estivessemos numa provincia do Brasil”, observava o conde d’Eu (215). Dom Pedro II deixou alí, para os pobres do lugar, 160\$000. Não era muito. Mas era enorme, se se considerasse o estado crítico de finanças em que se encontrava naquele momento a familia imperial.

O Govêrno Provisorio da Republica resolvera conceder-lhe uma ajuda de custo de 5 mil contos de réis, para que éle pudesse instalar-se condignamente na Europa. O Imperador só tivera conhecimento dessa dotação no momento de zarpar do Rio, quando ainda se encontrava a bordo do *Parnaíba*. Não lhe fôra possivel, então, tomar nenhuma decisão a respeito. Achando-se, porém, agora, no primeiro pôrto que tocava depois da partida precipitada do Rio, éle apressou-se em escrever ao seu procurador no Brasil, recusando categoricamente a generosidade do Govêrno Provisorio (216). Dizia éle:

(215) Cartas á condessa de Barral, cit. — Quando o *Alagôas* fundeu em São Vicente, o vice-consul brasileiro alí subiu a bordo para participar ao Imperador que, segundo ordens recebidas de Quintino Bocaiuva, ministro das Relações Exteriores, o *Alagôas* estava autorizado a arvorar a “antiga bandeira brasileira”, tanto alí como em Lisboa. Mas os dois officiais de Marinha que vinham a bordo não consentiram em tal, e por isso o *Alagôas* não arvorou nenhuma bandeira brasileira.

(216) Esse documento foi redigido pelo conde d’Eu, em colaboração com a mulher. Antes de assiná-lo, porém, o Imperador inteirou-se sôbre se éle resalvava os direitos da Imperatriz, consagrados no tratado de casamento. O conde

“Tendo tido conhecimento, no momento da partida para a Europa, do decreto pelo qual é concedida á familia imperial, de uma só vez, a quantia de cinco mil contos, mando que declare que não receberei, bem como minha familia, sinão as dotações e mais vantagens a que temos direito pelas leis, tratados e compromissos existentes; e, portanto, se tiver recebido aquella quantia, deverá restituí-la sem perda de tempo. Recomendo outrosim que, cingindo-se aos termos desta communicação, dirija officio, que fará immediatamente publicar, e do qual me remeterá copia. — D. Pedro d’Alcantara. Bordo do Alagôas, ao chegar a São Vicente das ilhas do Cabo Verde, novembro de 1889” (217).

d’Eu era de parecer que se devia aceitar os 5 mil contos, “a titulo de garantia pelas vantagens que as leis asseguravam á familia imperial”. Mas a Princeza se opôz, apoiada por Muritiba e Loreto. E como se sabia que o Imperador houvera dito antes a Motta-Maia não querer aceitar *nada daquilo*, foi a carta escrita nessa conformidade. É o que se conclue das notas do conde d’Eu, existentes no arquivo da familia imperial.

(217) Dom Pedro II foi acusado de ter aceito e agrado no Rio de Janeiro, por ocasião de sua quéda, essa dotação de 5 mil contos, recusando-a, porém, depois, quando já em viagem para a Europa; foi mesmo acusado de ter mandado solicitar esse auxilio aos membros do Govêrno Provisorio. — O caso foi muito debatido, mas pode ser hoje definitivamente esclarecido. De uma coisa não resta a menor dúvida: e é que o Imperador não sómente não solicitou nem mandou que solicitassem coisa alguma do Govêrno Provisorio, como tambem só teve conhecimento da referida dotação quando já se encontrava a bordo do navio de guerra que logo depois zarpava para a Ilha Grande, a encontrar-se com o *Alagôas*. Do testemunho das pessoas envolvidas no caso, notadamente o general Lassance e Rui Barbosa, a conclusão que se tira é a seguinte. O conde d’Eu queixara-se, no

Pouco depois do *Alagôas* fundear em São Vicente chegava ali o paquete alemão *Montevidéo*, no qual viajava, também exilado, o visconde de Ouro-Preto. Não

correr do dia 16 de novembro, entre pessoas do Paço, da crítica situação financeira em que ficaria a família imperial, inclusive êle proprio, se o Governo Provisorio confiscasse-lhes os bens que possuíam no Brasil, ou lhes negasse os direitos oriundos de contratos, leis, etc. Á vista disso, o general Lassance, seu mordomo, "convencido de que tudo se poderia arranjar", tomou a iniciativa de ir consultar a respeito alguns membros do Governo Provisorio, o que fez na noite daquele mesmo dia. Levou para isso algumas notas, com esclarecimentos sobre bens e direitos da família imperial, especialmente do conde d'Eu. Recebido e ouvido por Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva, foi-lhe dito que o novo Governo não deixaria a família imperial ao desamparo, sendo mesmo sua intenção conceder-lhe uma larga ajuda de custo para o seu primeiro estabelecimento na Europa. Satisfeito, Lassance retirou-se. Pouco mais tarde aquela declaração dos dois Ministros era confirmada, primeiro com a noticia que o general Simeão dava ao conde d'Eu, no momento de a família imperial deixar definitivamente o Paço, da oferta de 5 mil contos; e mais tarde com a assinatura do respectivo decreto, entregue ao Imperador a bordo do *Parnaíba*. Em nota á margem do livro do Sr. Tobias Monteiro, de sua propriedade (*Pesquisas e depoimentos*), conservado na biblioteca do castelo d'Eu, escreveu o conde d'Eu: "Descia as escadas do Paço, atrás do Imperador, com destino ao embarque resolvido, quando o general José Simeão alguma coisa me disse no sentido do decreto. Limitei-me a responder-lhe: — *Ora, não é ocasião de tratar-se disso!*" Quanto ao Imperador, êle só teve conhecimento do assunto a bordo do couraçado *Parnaíba*, quando o tenente Teixeira França, encarregado pelo Governo, lhe fez entrega ali do respectivo decreto de doação. O Sr. Tobias Monteiro (*op. cit.*) narra detalhadamente essa cena, baseado nas declarações que esse official lhe fez, dias depois do fato ocorrido. É a seguinte. — "Ao entrar a bordo do *Parnaíba*, encontrou êle sentados em semi-circulo o Sr. Dom Pedro de Alcantara e quasi todos os membros de sua família. Achavam-se todos pálidos. A

lhe sendo permitido comunicar-se pessoalmente com o Imperador, mandou-lhe o antigo presidente do Conselho algumas palavras escritas. Respondeu-lhe Dom Pedro

consternação, a angustia profunda, manifestavam-se visivelmente em todas as fisionomias. Dom Pedro de Alcantara, se bem que muito impressionado, conservava-se aparentemente tranquilo, e sua cabeça, parecendo não querer curvar-se ao pêsso da idade e da impressão angustiosa que o dominava, mantinha-se levantada, ostentando altivez e nobreza de caráter. Acercando-se do grupo que se achava no tombadilho, o tenente França curvou-se respeitosamente, mas sem exagero, e disse o seguinte a Dom Pedro de Alcantara:

— O Govêrno concedeu-me a honra de vir respeitosa-mente depôr nas vossas mãos o documento que aqui apresento.

— Que Govêrno? perguntou Dom Pedro.

— O Govêrno do Brasil, repetiu simplesmente o official.

— Mas esse documento o que é? perguntou Dom Pedro, hesitando receber a fôlha de papel em que fôra lavrado o primeiro decreto dos Estados Unidos do Brasil, e que lhe oferecia de braço estendido o encarregado dessa missão espinhosa.

— Este documento, contestou-lhe, é o decreto que regula o futuro de vossa familia.

— O decreto que regula?... replicou Dom Pedro em dúvida.

— O futuro de vossa familia, acrescentou o portâdor do Govêrno, completando a sua primeira frase.

Em seguida, vendo que o Sr. Dom Pedro de Alcantara hesitava ainda em aceitar o papel que lhe era estendido, acrescentou o tenente França, com entonação convicta:

— Podeis, Senhor, aceitar esse documento; êle é muito honroso para vossa pessoa.

Foi então que o Sr. Dom Pedro de Alcantara se decidiu aceitá-lo, proferindo a seguinte frase:

— Está bom, dê cá.

Em seguida o tenente França desejou boa viagem a toda a familia, fez uma cortezia e dirigiu-se ao portaló para tomar a lancha que estava atracada a boréste do Parnaíba".

II: "Console-se, como eu, servindo lealmente o Brasil em todas as partes do mundo" (218).

Ainda em São Vicente, recebeu o Imperador um telegrama do sobrinho, o rei Dom Carlos de Portugal, o qual punha á sua disposição, para futura residencia da familia imperial, um dos palacios reais de Lisboa. Confirmava a oferta de hospedagem que o ministro de Portugal no Rio houvera feito já em seu nome ao Imperador, no momento de este partir para o exilio. Dom

A esta narração podem-se acrescentar, para completá-la, as palavras do conde d'Eu: "O Imperador depois de ter lido esse papel, entregou-o a Motta-Maia, que m'õ yeio dar, e combinámos guardá-lo na mala do chambelan Aljezur". (Cartas á condessa de Barral) Foi certamente no momento de passar o papel a Motta-Maia que o Imperador teria dito, como se viu anteriormente, não querer aceitar *nada d'aquilo*. Numa de suas notas, conservadas no arquivo da familia imperial, ha esta declaração: "Regeitei os cinco mil contos por incompetencia de quem os concedera".

Em confirmação da versão dada pelo Sr. Tobias Monteiro, de que o Imperador, ao receber o decreto de doação, apenas proferiu as palavras *está bom, dê cá*, ha o testemunho de Weisersheimb, ministro da Austria no Rio, que descreva pouco antes de Petropolis em companhia dos Príncipes filhos dos condes d'Eu e se encontrava então a bordo do *Parnaíba*. Presenciara, portanto, a cena. Escrevendo ao seu Governo, nove dias depois (25 de novembro de 1889), êle desmentia a versão dada pelo Governo Provisorio, de que o Imperador aceitara e agradecera a doação: "Não corresponde á verdade. Sua Majestade, ao aceitar o referido decreto, pouco tempo antes de partir (*do Parnaíba partir para a ilha Grande*), e sem tomar conhecimento de seu conteúdo, disse simplesmente ao official encarregado de entregar-lhe o documento: *está bem*" (*es ist gut* — está dito na redação em alemão de Welsersheimb).

(218) Vêr o *fac simile* desse bilhete em Afonso Celso, *O visconde de Ouro-Preto*.

Pedro II, porém, preferiu, como de costume, guardar livres os seus movimentos. Sua preocupação, sobretudo numa ocasião como aquela, era não criar dificuldades a ninguém.

Recusou, pois, a hospedagem do sobrinho português, como já declinára antes a que lhe oferecêra o ministro da Austria no Rio, em nome do Imperador Francisco-José. E ás instancias da filha, que entendia não se dever abrir mão da residencia que lhe oferecia Dom Carlos, e apelava para a reconsideração do *papai*, êle respondia, em forma definitiva: *Não ha papai, nem meio papai, não aceito e não vou!*

V

Mais alguns dias de mar, e o *Alagôas* chegava finalmente a Lisbôa. Durante o trajéto, entre São Vicente e Portugal, comemorou-se a bordo, no dia 2 de dezembro, o aniversario do nascimento do Imperador. Fazia êle 64 anos. Combinou-se, para festejar a data, que cada um preparasse qualquer coisa escrita para entregar ao Imperador, uma saudação em prosa, um pensamento, uma poesia. A Princeza Imperial escreveu uma pequena saudação, que recitou em nome dela, e outra em nome dos filhos. O barão de Loreto fez um soneto, cujos primeiros versos diziam:

*A nação brasileira, que amparada
Por ti, seu previdente e sábio guia,
No fim de meio século atingia,
A raia do progresso disputada...*

O Imperador logo glosou-os:

*A nação brasileira, consultada,
Serviu-me nas ações sempre de guia,
E folgava vêr que ela atingia
A raia do progresso disputada... (219).*

Ao jantar dessa noite, a mêsã foi ornamentada com flôres, gentileza do comandante Pessôa, que ao champagne bebeu pela saúde do Imperador. Este respondeu bebendo *pela prosperidade do Brasil*. Do seu lugar, Dona Isabel levantava também a taça, brindando o *papai*. Êle respondeu: *Menina! Ouça o meu brinde: á prosperidade do Brasil!*

Em Lisbôa receberam-no com honras de chefe de Estado. Portugal não havia ainda reconhecido o novo regime do Brasil. O rei Dom Carlos veio buscá-lo a bordo.

Antes de descer, o Imperador quiz despedir-se pessoalmente de tôda a officialidade de bordo. Deixou uma lembrança pessoal aos três officiais mais graduados. Para a tripulação reservou uma determinada quantia,

(219) Arquivo da familia imperial.

tendo tido o cuidado de mandar organizar; para esse fim, uma lista com os nomes de todos os marinheiros e empregados de bordo. Como de costume, nenhum detalhe lhe escapou: *Falta o homem que trata dos bois*, disse êle, examinando a lista do pessoal; *não o esqueça* (220).

CAPITULO X

EXILIO E MORTE

Estada em Lisboa — Visita ao túmulo do pai — Suas declarações no Hotel Bragança — Seu manifesto — Possibilidade de volta ao Brasil — Repugnancia por uma conspiração — Chegada ao Porto — Falecimento da Imperatriz — Uma pagina dolorosa de seu diario — Visita de Ouro-Preto — Partida para a França — Com Silveira Martins e Ferreira Viana em Baden-Baden — Em Vichy e em Paris — Suas condições financeiras — A ajuda de um estrangeiro — Ingratidão dos monarchistas — Uma carta do barão de Ladario — Atitude de Homem de Mello e de Enéas Galvão (Rio-Apa) — Generosidade do Imperador — O Imperador e o novo regime — Ainda a possibilidade de sua volta — Seu passatempo em Paris — Convivio com os homens de letras — Declínio de sua saúde — Seu isolamento — A Fé de Oficio — Esperança que se desvanece — Uma tarde fria de outono — Seu ultimo passeio — Ultima pagina de seu diario — O mais triste dos anniversarios natalicios — Os ultimos momentos — Morte serena e justa.

I

Pouco depois de descer á terra, em Lisbôa, o primeiro cuidado do Imperador foi dirigir-se á igreja de São Vicente de Fôra, para rezar junto ao túmulo do pai, que alí descansava, em seu ultimo sôno, havia bem cincoenta anos.

O quadro daquele ancião de longas barbas brancas, alquebrado pela idade e pela molestia, sobretudo pelas emoções das ultimas semanas, ajoelhado junto ao côrpo do pai, não podia deixar de ter a sua expressiva grandeza. Quasi sessenta anos depois que Dom Pedro I fôra forçado a abandonar o Brasil e abdicar a corôa, alí estava agora o filho, que êle deixára no Brasil ainda na primeira infancia, e como êle exilado, como êle victima, tambem, da inconstancia e do capricho dos homens! Que profunda emoção não devia ter invadido a alma serena do velho Monarca, pondo-se em contacto espiritual, num momento de tantas amarguras, com o pai que êle tão pouco conhecera, que a sorte lhe roubára no verdor dos primeiros anos, mas cuja memoria jamais deixára de respeitar!

No Hotel Bragança, onde se hospedára com a familia e a comitiva, recebeu todos quantos o procuraram para levar-lhe o confôrto de uma frase amavel ou colhêr impressões de seus sofrimentos. Guardava sempre a sua natural dignidade. Não tratava nunca de politica.

Preferia estender-se sobre assuntos de arte, de literatura ou de ciência. Quando saía, suas visitas eram de preferencia para os estabelecimentos de ensino ou institutos de cultura. Na Academia das Ciências foi visto assistindo a uma das sessões ordinarias. Na Escola Politécnica os alunos o aclamaram. Foi aos Jeronimos depositar uma corôa no túmulo do seu amigo Alexandre Herculano.

Solicitado, com insistencia, pelos jornalistas, recusou sistematicamente referir-se ao acontecimentos do Brasil; sobretudo ás horas dramaticas da proclamação da Republica. Mesmo nas rodas dos que lhe eram mais chegados, jamais proferiu uma palavra ou uma frase mais severa contra os que o haviam pôsto para fóra. Foi em Lisbôa que recebeu noticias do neto, o principe Dom Augusto de Saxe, que realisava, como official de nossa marinha de guerra, uma viagem mundial de instrução. Surpreendido no Ceilão pela noticia da proclamação da Republica, de lá telegrafára ao Imperador: "Sei de tudo. Peço conselhos. Saudades a todos". Respondeu-lhe imediatamente Dom Pedro II: *Sirva o Brasil. Saudades. Seu avô Pedro* (221).

Perguntaram-lhe, certa vez, se tencionava publicar um manifesto; respondeu com estas palavras, que depois repetiria mais de uma vez:

— Para quê? O manifesto é a minha pessoa, enquanto viver.

(221) Arquivo da familia imperial.

II

Dias depois, quando teve conhecimento da resolução do Governo Provisorio, de o banir e á sua familia, definitivamente, do territorio nacional, voltaram a indagar-lhe se não pensava em lançar um manifesto. Elle repetiu a mesma verdade:

— O meu manifesto será a minha vida.

Perguntado se o Governo Provisorio prestara-lhe todas as homenagens a que devia aspirar, respondeu:

— Não nos tratou mal, não.

— E se os Brasileiros reconsiderassem o ato e o chamassem?

Elle acudiu com vivacidade:

— Se me chamassem, iria; porque não?

Aliás, durante esses dois anos de exilio e ultimos de sua vida, o Imperador se mostraria sempre disposto a retornar ao Brasil, *se de lá o chamassem*. Não manifestaria a menor sombra de despeito ou de rancor. A possibilidade de revêr a patria sería quasi uma idéia fixa nêle. Voltaria — mas se o chamassem, era a condição que impunha. Não tentaria jamais obrigar ninguém a aceitá-la. De conspirações para o restabelecimento da Monarquia e de sua familia no trôno, nem queria ouvir falar.

— Jamais conspirarei para voltar, disse uma vez em Lisbôa; nem desejo que conspirem em meu nome. Mas se me chamarem expontaneamente, não hesitarei

um segundo: regressarei sem detença e com satisfação.

Em Paris, pouco depois, repetiria:

— Conspirar, jamais. Não se coaduna com a minha índole, os meus precedentes e o meu character. Seria a negação da minha vida inteira. Nem autoriso a conspirar em meu nome ou no dos meus. Ao pòvo brasileiro assiste pleno direito de se governar como julgar mais acertado. Se desejar de novo a minha experiencia e a minha dedicação por êle, á testa da sua administração, que o diga claramente e sem constrangimento: obedecerei, á custa embora de árduos sacrificios. Do contrario, não e não. A Historia me fará justiça, eis a minha fé consoladora.

. Essa mesma esperança êle manifestaria mais tarde, naqueles versos:

*Sereno aguardarei no meu jazigo,
A Justiça de Deus na voz da Historia.*

III

Sua demora em Lisboa não foi longa, apenas de uns quinze dias. Aproximavam-se as festas da coroação do rei Dom Carlos, e êle entendia não dever estorvá-las com a sua presença de tio destronado. Preferiu seguir para a cidade do Porto, onde, longe de toda agitação, poderia esconder melhor o seu infortunio. Mas um novo golpe alí o aguardaria.

Dias após sua chegada á velha cidade do norte, uma manhã, morria-lhe repentinamente a Imperatriz. Vitima de uma lesão cardiaca, a bôa velhinha não pudera sobreviver a tão duras provas. Morreu como um passarinho. O Imperador não lhe assistiu á morte. Estava ausente, visitando a Academia de Belas Artes, quando foi avisado de que a Imperatriz se encontrava mal. Desorientado, mal escondendo a emoção que lhe ia na alma, correu a acudi-la. Mas era tarde. Quando lá chegou, já ela não vivia mais.

Não ha palavras que exprimam melhor a profundidade de seus sentimentos do que as que êle teve a coragem de escrever em seu diario, no momento mesmo em que era tão rudemente ferido, quando o corpo inerte da Imperatriz jazia ainda quente no aposento ao lado. O desordenado da letra dessa pagina de seu diario bem mostra o verdadeiro estado de aflição de sua alma:

Não sei como escrevo. Morreu haverá meia hora a Imperatriz, essa Santa! Tinha ido á Academia de Belas Artes. Ao sair foi chamar-me o Rebêlo (222), que a Imperatriz tinha tido uma síncope. Já achei o prior da freguesia, que lhe acudira com os officios extremos da Igreja. Ninguem imagina a minha aflição. Sómente choro a felicidade perdida de 46 anos. Nada mais posso dizer. Custa-me a escrever, mas preciso não succumbir. Não sei o que farei agora. Só o estudo me consolará de minha dôr.

Custa-me a crêr. Sempre desejei precedê-la na morte. Abriu-se na minha (vida) um vácuo que não sei como preen-

(222) Manoel José Rebêlo, Consul Geral do Brasil no Pôrto.

cher. Que me tarda abraçar minha filha (223)! Se pudesse desafogar minha dôr! Nada pode exprimir quanto perdi! Que noite vou passar! Dizem que o tempo tudo desfaz. Mas poderei viver tempo igual ao da minha felicidade?

Não; não posso crêr que meus patricios talvez concorressem para a morte de quem verdadeiramente mais amei. Foi uma crueldade, e eu a causa por me ter dado quasi 50 de venturas! Quanto deverei mitigar com lagrimas essa ultima dôr que ela quiz compartilhar! Ninguém sabe como era boa, e sofria mais pelos outros do que por si. Como sua madrinha, a rainha de Savoia, merece ser santificada. Se ainda exprimo (o que) sinto é porque a conheceram e quero que me façam justiça (sic). Estou certo de que, no Brasil sentirão como eu.

Quero ler; não posso... Que fez ela para sofrer por mim? Tomára que chegue minha filha (224).

IV

O visconde de Ouro-Preto, tambem exilado em Portugal, foi procurá-lo nesse momento de dura provação. Acompanhava-o o filho, Afonso Celso. Foram ambos recebidos no aposento do Imperador, um modesto quarto de Hotel.

Afonso Celso nos descreve a cêna pungente desse encontro. Diz êle:

(223) O conde e a condessa d'Eu tinham ido a Espanha, em visita aos primos Montpensier. De lá acudiram, buscar o Imperador, assim tiveram noticia da morte da Imperatriz.

(224) Arquivo da familia imperial.

“A um canto a cama desfeita, em frente um lavatorio comum, no centro larga mesa coberta de livros e papeis. Um sofá, algumas cadeiras completavam a mobilia. Tudo frio, desolado e nú.

“Os joelhos envoltos numa coberta ordinaria, trajando velho sobretudo, Dom Pedro II lia sentado á mêsua um grande livro, apoiando a cabeça na mão. Ao nos avistar, acenou para que nos aproximássemos. Meu pai curvou-se para beijar-lhe a dextra. O Imperador lançou-lhe os braços aos ombros e estreitou-o demoradamente contra o peito. Depois ordenou que nos sentássemos perto dêle. Notei-lhe a funda lividez. Calafrios arrepiavam-lhe a cutis por vezes. Houve alguns minutos de doloroso silêncio. Sua Majestade quebrou-o, apontando para o livro aberto:

— Eis o que me consola... disse com a voz cava.

— Vossa Majestade é um espirito superior, replicou meu pai, achará em si mesmo a necessaria fôrça.

Não respondeu. Depois de novo silêncio, mostrou-nos o titulo da obra que percorria — uma edição recente, formosamente impressa, da *Divina Comédia*. Então, com estranha vivacidade, poz-se a falar de literatura, revelando, a propósito do poeta florentino, rara e vasta erudição.

Após uma pausa, perguntou a meu pai:

— E não pensa regressar ao Brasil?

— Estou banido, senhor.

— É exáto... Estamos. Nem me lembrava, concluiu com tristissimo sorriso.

E, mudando de assunto, discorreu sôbre várias matérias, enumerando as curiosidades do Porto, indicando-me o que de preferencia deveríamos visitar. Não aludiu uma única vez á Imperatriz. Só quando, ao cabo de meia hora, nos retirávamos, observou baixinho:

— A camara mortuária é aqui ao lado. Amanhã, ás 8 horas, ha missa de corpo presente.

Sáimos. No corredor verifiquei que o meu chapéu havia caído á entrada do aposento imperial. Voltei para apanhá-lo, e pela porta entre-aberta deparou-se-me tocantíssima cêna. Ocultando o rôsto com as mãos magras e pálidas, o Imperador chorava. Por entre os dedos corriam-lhe as lágrimas, deslisavam-lhe ao longo da barba nívea e caíam sobre as estrofes de Dante" (225).

Êle choraria, nestes versos hoje famosos, a perda da velha Imperatriz:

*Corda que estala em harpa mal tangida,
Assim te vais, ó dóce companheira
Da fortuna e do exílio, verdadeira
Metade de minh'alma entristecida!*

*De augusto e velho tranco haste partida
E transplantada á terra brasileira,
Lá te fizeste á sombra hospitaleira,
Em que todo o infortunio achou guarida.*

*Feriu-te a ingratição no seu delirio;
Caíste, e eu fico a sós, neste abandono,
Do teu sepulcro vacilante cirio!*

*Como foste feliz! Dorme o teu sono...
Mãe do povo, acabou-se o teu martirio;
Filha de reis, ganháste um grande trôno!*

V

Depois de acompanhar o cõrpo de sua companheira de quasi cincoenta anos, para depositá-lo na igreja de São Vicente de Fóra, em Lisbõa, onde êle iria tambem, dois anos depois, fazer-lhe companhia, o Imperador seguiu com os condes d'Eu para Cannes, no sul da França. Alí viveria os ultimos mêses de vida, fazendo, de vez em quando, curtas ausencias.

No primeiro verão foi a Baden-Baden, fazer uso das aguas, que tão bons resultados lhe haviam dado em 1887. Acompanharam-no Motta-Maia e Carapebús. Lá foram ver-lhe Silveira Martins, Ferreira Viana e o genro, Pires Brandão. Silveira Martins estava exilado na Europa. Uma tarde ,a convite` do Imperador, foram todos a um concerto, que se realisava na principal praça da cidade. Conta Pires Brandão:

“Quando a figura imponente do Imperador appareceu no recinto, todos se levantaram como se uma mola os tivesse impellido ao mesmo tempo. O regente da orquestra veio ao encontro do Imperador, e fez-lhe entrega do programa do concerto. Sua Majestade, visivelmente comovido, voltando-se para o conselheiro Silveira Martins, que colocou á sua direita, disse-lhe: *Isto não é feito a mim, mas ao nosso Brasil* (226).

No verão seguinte êle foi a Vichy, sempre à procura de melhoras para a saúde, que continuava minada

(226) O Imperador em Baden-Baden, no *Correio da Manhã*, do Rio.

pela diabetes. Sentia-se que aquele grande corpo cedia aos poucos á inclemencia da molestia.

Suas condições financeiras não eram nada brilhantes, e nos primeiros mêses de exilio chegaram, mesmo, a ser precarias. (227) Apesar da vida modesta que se

(227) "Pour ce qui est de la situation financière escrevia o conde d'Eu ao duque de Nemours, elle est em ce moment réduite a zêro" (Alberto Rangel, *Gastão de Orléans* — O Governo Provisorio, que a principio oferecera 5 mil contos para a familia imperial instalar-se condignamente no estrangeiro, despeitado depois com a recusa de Dom Pedro II, entendeu dever cassar-lhe a dotação que lhe cabia na lista civil. Disse, nessa época, um escritor republicano, portanto insuspeito (Alberto de Carvalho, *Imperio e Republica ditatorial*), que o Governo Provisorio quizera a principio mostrar-se magnanimo para com o Imperador; "no entanto, desaproveitou a occasião de sê-lo, quando em um decreto irritado retirou-lhe a sua lista civil, reduzindo quasi á pobreza aquele mesmo Soberano descorôado, que havia apenas dias êle cobria com o ouro desses 5 mil contos de réis". — Era perfeitamente defensavel o áto do Governo Provisorio, retirando a lista civil do ex-chefe de Estado, que uma vez depôsto não tinha por que havê-la. Menos defensavel, porém, era a contradição entre tal áto e a liberalidade dos 5 mil contos, dias antes. É claro que houve despeito. Para guardar uma attitude de superioridade, e ao mesmo tempo equitativa, sem exageros de magnanimidade nem de mesquinhês, o que o Governo Provisorio devêra ter feito, era em vez de tentar comprar por 5 mil contos o trôno imperial, e, vendendo-se recusado, deixar á mingua no estrangeiro aquele que fôra durante 50 anos o poder supremo no Brasil, reduzir, desde logo, a lista civil do Imperador a uma quantia razoável, de forma que este pudesse viver na Europa na situação de um *apensentado*, que êle bem merecia, e que era, na verdade, a sua exáta posição depois de destronado. Aliás, em nota que deixou escrita, disse Dom Pedro II que não lhe cabia a dotação "pelos átos anteriores de justiça e generosidade do Brasil para comigo, reconhecendo o zêlo e isenção com que me esforcei por servi-lo" (Arquivo da familia imperial).

traçara, o Imperador fôra forçado a aceitar a generosidade alheia e, c que é mais, de um estrangeiro, o capitalista português visconde de Alves Machado, que fizera outróra fortuna no Brasil e lhe abrira na Europa um crédito de 20 contos fortes. Esgotados estes, e na impossibilidade de conseguir dinheiro emprestado aos Rothschild, que lhe exigiam, dizem, para isso, o empenho da responsabilidade de seus herdeiros, o Imperador viu-se novamente na contingencia de aceitar um outro adiantamento de 20 contos fortes do capitalista português.

Êle bem que tinha, em roda de si, nesse começo do exilio, um grupo de monarquistas ou tidos como tais, que lhe faziam a côrte, uns por verdadeiro sentimento de veneração á sua pessôa, outros por puro snobismo. Mas foi sómente graças á generosidade de um estrangeiro, que êle poudo viver sem aperturas os seus primeiros tempos de desterro. Bem dizia Mme. de Stael: o exilio é algumas vezes um suplicio muito mais cruel do que a morte!

VI

Não sería essa, aliás, a única decepção do Imperador nesses dois ultimos anos de vida.

A outra foi o esquecimento completo em que o deixaram quasi todos quantos o cortejaram nos bons tempos da Monarquia, e que agora se atropelavam no Rio, nas

ante-salas do Governo Provisorio (228). O barão de Ladario, ultimo ministro da Marinha do Imperio, escrevia-lhe a este respeito do Brasil, com a rude franquêsa de marinheiro, e sobretudo a autoridade de ter sido a unica pessoa que na manhã de 15 de novembro de 89 versára o sangue em defêsa das instituições monarchicas:

“O primeiro telegrama que da Europa recebe o Ditador, felicitando-o *por haver libertado a patria da opressão*, foi o do barão de Tefé, que só havia tido abundancias de provas de proteção de Vossa Majestade e de seus Governos, muitas vezes causando justos desgostos de melhores e mais honestos servidores do paiz (229). O barão da Passagem (230), que tanto e tão sem razão foi distinguido pelos governos de Vossa Majestade, de pronto prostra-se ante os dominadores, os endeosando *por terem libertado a patria de um dominio intoleravel...* O barão de Invinheima conchega-se o mais que o permitem aos homens da Ditadura, os adulando

(228) O Sr. Heitor da Silva Costa, em “carta aberta” ao autor desta *Historia*, publicada no *Jornal do Comercio*, do Rio, reivindica, a justo titulo, para seu pai, o conselheiro Silva Costa, uma fidelidade nunca desmentida ao Imperador e á familia imperial, de quem passou a ser, depois do 15 de novembro, advogado e procurador no Brasil. Sofreu, por isso, os maiores aborrecimentos. Acrescenta o Sr. H. da Silva Costa que tendo seu pai se transferido para Paris em julho de 1891, ali privou repetidamente com o Imperador. Mórto êste, manteve-se fiel á familia imperial.

(229) Os grifos estão no original: carta de 23 de julho de 1890, no arquivo da familia imperial. Relativamente ao barão de Tefé, é de salientar que este, ainda em 1888, nas vésperas, portanto, da quêda da Monarquia, pedia, em cartas dirigidas ao conde d’Eu e ao Imperador, guardadas hoje no referido arquivo, o cargo de ajudante de campo do Monarca.

(230) Delfim Carlos de Carvalho.

vilantemente, no intuito de continuar a ter sua familia acomodada e a contento (231).

“Pelo Exército Vossa Majestade terá feito juizo certo de Benjamin Constant, desde quando ficou á evidencia conhecido o seu traiçoeiro procedimento contra quem por anos successivos dera-lhe derramos de favores particulares e do governo do paiz, bem assim distincções bem especiais do Monarca!... O general Miranda Reis, barão, gentilhomen da Casa Imperial e ajudante de campo de Vossa Majestade; e apenas pelo que disse dos serviços daquele outro ingrato e desleal, *minando* a Monarquia “para estabelecer as liberdades de que o paiz necessitava ter”, — quando recebia, destinada á Escola Superior de Guerra, a bandeira bordada pelos filhos, bandeira da *Ordem e Progresso*...

“Na classe civil, Senhor, vimos tambem e desgraçadamente desserções feias. Conselheiros de Estado, Senadores, Deputados e altos funcionários silenciosos assistiram a essa revolta e mudança das instituições que se haviam comprometido manter”.

E não poucos se limitaram a *assistir silenciosos*: o barão Homem de Melo, por exemplo, ex-Ministro e por quatro vezes presidente de Provincia, não se conteve, e enfileirou com a tropa sublevada que depuzera o governo na manhã de 15 de novembro, através das ruas

(231) O neto de Invinheima, Sr. H. Pereira Pinto, teve occasião de desfazer as acusações de Ladario, em “carta aberta” ao autor desta *Historia*, publicada no *Jornal do Comercio*, do Rio. Transcrevendo a correspondencia trocada entre o avô e a familia imperial, após o 15 de novembro, deixou patente a fidelidade de Invinheima ao ex-Imperador. Por outro lado, sua carreira publica sob o regime republicano, relembrada pelo Sr. H. Pereira Pinto, prova a dignidade e a discreção com que se houve sempre perante os novos dirigentes do Brasil.

da cidade, ostentando um entusiasmo que, apesar de êle classificar de delirante, difficilmente podia inspirar crédito aos homens honestos. *Meu particular amigo o cidadão Quintino Bocaiuva*, é como chama a um dos chefes vitoriosos da sedição militar esse antigo ministro da Corôa, sete dias apenas depois de 15 de novembro (232).

Enéas Galvão, brigadeiro, barão do Rio-Apa, assegurava a Ouro-Preto, em carta de 11 de novembro, a fidelidade ao Governo Imperial das tropas sob seu comando, com as quais podia *sempre contar*. “A disciplina é uma religião para o soldado — acrescentava — e êles amam muito sua bandeira para darem-se em espectáculo triste, á vista da população, desobedecendo ao seu Governo”. Oito dias depois, derrubada a Monarquia e vitoriosa a Republica, o mesmo Rio-Apa lançava uma Ordem do dia, na qual declarava que a sedição militar

(232) Carta de 22 de novembro de 1889, ao barão do Rio-Branco. “Quanto a mim, acrescentava, republicano convicto desde muitos anos, tive a fortuna de incorporar-me á tropa, no glorioso dia 15 de novembro, acompanhando-a em sua marcha triunfal pelas ruas desta cidade, no meio das aclamações delirantes da população. Foi um espectáculo nunca visto, e esse o maior dia de minha vida publica. Estou verdadeiramente ufano de trazer a farda de official do Exército da Republica”. Essa carta retrata bem o homem. Ha outra, não menos significativa, tambem a Rio-Branco, de 7 de Dezembro do mesmo ano, que diz: Tornei-me republicano no exercicio de minhas funções de ministro da Corôa, por me ter convencido que era impossivel conciliar com a preocupação autocratica do ex-Imperador e com as suas persistentes tentativas de invasão ás attribuições dos Ministros; conciliar, digo, com tudo isso, o regime de que cogitou a Constituição, que é o governo da nação”. (Docs. no arquivo do Itamarati).

de 15 de novembro devia ficar gravada "com letras de ouro na historia da patria" (233).

Se esse foi o procedimento dos homens com relação ás instituições depostas, que ha de admirar que êles tivessem abandonado de vez o Monarca agora exilado, e definitivamente afastado da posição de mando que por tantos anos desfrutára? E, de fato, de todos aqueles que haviam sido seus ministros e conselheiros, ou lhe frequentado os Paços, de quantos lhe deviam favores ou situações, quasi nenhum se lembrou mais do *velho*, uma vez este pôsto fóra do paíz. Nem a generosidade de umas linhas escritas (234), ou o presente de um livro, coisa que êle tanto apreciava, nada que pudesse exprimir uma lembrança, por mais insignificante que fôsse, veio reconfortar as horas amargas daquele que durante cincoenta anos fôra o distribuidor de bens e de empregos, de mercês e de recompensas.

— É singular, observava o Imperador a Afonso Celso, não tive uma só carta ou uma unica folha do Brasil! E' singular que ninguem mais se lembre de mim para me dirigir duas linhas. Esqueceram-se mais depressa do que eu esperava.

Afonso Celso, num gesto de delicadeza, procurava atenuar a má impressão do Imperador assegurando-lhe

(233) Ouro-Preto, *Advento da ditadura militar no Brasil*.

(234) Dentre as raras cartas que o Imperador recebia do Brasil, nessês meses de exilio e ultimos de sua vida, e hoje conservadas no arquivo da familia imperial, contam-se as de Paranaguá, Tamandaré, Ladario, Ouro-Preto e Taunay.

que o amôr e o respeito publico do Brasil por sua pessôa eram ainda os mesmos.

Ele objetava, com um traço de ironia :

— Mas então isso se dá de modo assás platonico e demasiado abstráto. Porque não me escrevem? Ha pessôas cujas cartas me dariam tanto prazer!

— Receiam comprometer-se, incorrer em punição...

— Qual! Ha assuntos que não comprometem ninguém! Nem acredito que o Governo levasse a mal que meus amigos indagassem, por exemplo, da minha saúde, e me enviassem noticia da propria. Não: é singular, é muito singular que já não exista no Brasil quem se recorde de mim para enviar-me uma carta ou um jôrnal (235).

“As ingratidões do período agitado que atravessamos hão de passar — escrevia-lhe, consolando-o, o barão do Rio-Branco, e possivelmente sob a penosa impressão que lhe causara pouco antes as cartas do barão Homem de Melo — e Vossa Majestade pode encarar com animo sereno o futuro, e descansar no juizo da posteridade e no respeito e reconhecimento dos Brasileiros. Na nossa Historia, quando a pudermos ter livre e imparcial, não haverá nome que possa igualar em grandeza ao Soberano illustre, que durante quasi meio seculo presidiu aos destinos da nação brasileira, dando-lhe, com os maiores exemplos de patriotismo, de desinteresse á religião do dever, um governo liberal e honesto, e tantos dias de

gloria que contêm e contarão sempre entre os primeiros do Brasil” (236).

VII

A generosidade do seu coração não o deixava, apesar de tudo, proferir uma palavra mais severa de acusação aos que tão depréssa lhe haviam voltado as costas. E' que êle sabia praticar a filosofia de Renan, para quem toda criatura humana devia ser tida por bôa e tratada com benevolencia. Não estava em seu feitio ser áspero para com quem quer que fôsse, se não houvesse um motivo realmente severo para tanto. Partia do presuposto de que todo homem em regra geral era um homem de bem.

Só uma vez manifestaria, e assim mesmo ao seu proprio intimo, a profunda decepção que lhe ía na alma; seria nestes versos cheios de um verdadeiro sentimento de dôr:

*Não maldigo o rigor da minha sorte,
Por mais atrás que fôsse e sem piedade,
Arrancando-me o trôno e a majestade
Quando a dois passos só estou da morte.*

*A roda da fortuna não tem norte;
Conheço-lhe inconstante variedade,*

(236) Carta de Paris, 22 de julho de 1890, no arquivo da familia imperial.

*Que hoje nos dá contínua f'licidade
'E amanhã nem um bem que nos conforte.*

*Mas a dôr que excrucia e que maltrata,
A dôr cruel que o animo deplora,
Que fêre o coração e quasi mata,*

*É vêr na mão cuspir á extrema hora
A mesma bôca, aduladora e ingrata,
Que tantos beijos nela deu outróra.*

Na sua bondade — essa bondade de que nos fala Tolstoi, que consiste em dar aos outros mais do que se costuma receber — longe de maldizer os infieis, êle procurava ainda atenuar-lhes as faltas. Assim, quando alguem, certo dia, se referiu ás numerosas adesões que o Governo republicano recebia de antigos e zelosos monarchistas, e repetiu, a proposito, a frase de Carlos de Laet — *estendeu-se sobre o paiz um enorme emplastro adesivo*, — o Imperador observou, com uma voz branda :

— Isso que ora se dá em nossa patria, sempre se deu e se ha de dar em todos os seculos e em todas as regiões. Que sol nascente deixou jamais de produzir calor e movimento? Deve-se julgar os homens pelo que êles são realmente, e não pelo que desejamos ou sonhamos que sejam. Não se pode exigir de ninguem heroicidades. Não é pouco o cumprir deveres comesinhos, seguir sem hesitações a linha reta da probidade vulgar.

E depois de uma pausa, acrescentou este belo conceito :

— Feliz a consciencia, onde a recordação de todos os átos, não já de uma vida, mas de um simples dia, calmo e normal, não projétar alguma sombra de duvida!

Para o Imperador, as adesões dos monarchistas á Republica provinham de condições naturais . E explicava :

— O novo regime surgiu revestido de aparato, apoiado na fôrça publica, rico de recursos que lhe deixámos, fertil em esperanças e valiosas promessas. O modo inopinado como a mudança se efetuou feriu as imaginações, attribuindo-lhe fóros de maravilhoso. Daí o magnétismo que êle exerce, perfeitamente explicavel.

E concluía como o mais sabio dos filósofos :

— Não condenemos a quem quer que seja : lamentemos apenas a ilusão em que se acham, e meditemos sobre a contingencia das situações humanas. Virá em seguida o arrependimento. Se a Monarquia voltar, de adesões não ha de sentir falta, e igualmente espontaneas, com identico entusiasmo e verdade.

VIII

*Na minha fronte enrugada
Trago a vigilia estampada,
Pela febre devorada,
Num sofrimento sem calma;
Como o cipreste, pendente
Sóbre uma lousa silente,
Sou a scmbra, unicamente,
Do cadaver de minh'alma.*

Pouco a pouco iam-se-lhe apertando as amarguras do exílio. Mas sua resignação era a mesma. Conservava a atitude serena de sempre. Não se lhe mudára o caráter; guardava ainda aquela altiva nobreza que o caracterisava, e que não era sinão o reflexo da probidade de seu espirito. Jamais se lhe ouvia uma queixa; jamais uma critica severa.

Destronado, julgava-se apenas um homem *desimpedido*: “Se eu houvesse ficado desimpedido mais môço...” observava certa vez. Com um estoicismo digno de um Antigo, ainda achava que passara a ganhar com a perda da corôa:

— Sob o ponto de vista individual, lucrei imensamente. Vivo como entendo, satisfazendo as minhas vontades á lei das minhas inclinações, sem despertar criticas, nem incorrer em pesadas responsabilidades. Leio, estudo, passeio e movo-me desembaraçadamente. Não me vejo forçado a sacrificar a devoção á obrigação. Góso, demais, de repouso, de que já ía precisando. Creio que não me negam o titulo de empregado publico consciencioso. Desempenhava escrupulosamente as funções de que me incumbiam. E aquilo era trabalho bastante! (237). Aqui queixo-me de nada fazer.

E com uma ponta de ironia, o que não estava, aliás, em seu feitio demasiado severo, aludia, embóra de leve, ás acusações de absolutismo que se lhe faziam outróra:

(237) “Como é difficil governar! dizia êle nessa época ao Sr. Gofredo Taunay. Vocês pensam que é facil, e não calculam quanta difficuldade existe no Governo!”

— Vivo numa absoluta ociosidade, exercendo genuíno poder pessoal, pois realiso tudo quanto me apraz.

Mas a possibilidade de voltar ao Brasil estava sempre presente em seu espirito. Ainda alimentava a ilusão de novamente reinar . Repetia :

— Se me chamarem, estou pronto. Seguirei no mesmo instante e contentissimo, visto poder ser util ainda á minha terra. Mas se me chamarem expontaneamente, notem. Puzeram-me para fóra... Tornarei se se convencerem de que me cumpre tornar (238).

Quando se teve em Paris a noticia, dada pelo telégrafo, do golpe de Estado do marechal Deodoro dissolvendo violentamente o Congresso, Silveira Martins foi procurá-lo, na companhia dos barões de Penedo e de Estrela. Fizeram-lhe vêr a necessidade de o Imperador partir immediatamente para o Brasil, afim de salvar o paíz da desordem e do militarismo”.

— *Não me chamaram*, foi a sua resposta.

No dia seguinte foi vê-lo o Sr. Gofredo de Escragnolle-Taunay, irmão do Visconde, que abundou nas mesmas considerações, isto é, na necessidade de o Imperador “tomar passagem para o Brasil imediatamente, e de lá apresentar-se cercado de monarquistas fieis e dedicados”. O sr. Escragnolle-Taunay falou-lhe longamente, expondo com franqueza e desembaraço as suas razões. Ouviu-o calado e pensativo o Imperador. Depois fitou-o demoradamente, como que a coordenar os pensamentos. E poz-se, afinal, a falar, um pouco abstráto, visando cir-

(238) Afonso Celso, *op. cit.*

cunstanças absolutamente impossíveis de se realizarem, o que mostrava até quanto êle estava longe da triste realidade, que eram, no caso, sua idade avançada e o estado mais que precario de sua saúde:

— Sim, acho tambem que poderei apresentar-me lá. Mas não sou só, nem inteiramente livre. Preciso ouvir os meus a respeito, em particular a Isabel, tão preocupada com a educação do primogenito. Se o Pedro não puder ir, por causa de seus estudos aqui, vai ser difficil ela ir. O Luiz (239) tambem deve ir. Precisa preparar-se para a sucessão, no caso em que fique assentado que o Pedro não herdará a corôa (240). Sim, iremos todos. Mas não occuparei o trôno. Ficarei ao lado de meu neto para guiá-lo e amestrá-lo... Visitarei as três Provincias do Brasil que ainda não conheço... E disporei as coisas de modo a tornar á França de tempos a tempos... (241).

(239) Seu outro neto, segundo filho dos condes d'Eu.

(240) Por causa de um defeito fisico no braço direito, o que, aliás, não o impossibilitaria de reinar, como se viu com o Imperador Guilherme II da Alemanha, pensou-se, em dado momento, afastá-lo da sucessão do trôno. Dom Pedro, como se sabe, abriu mão mais tarde, espontaneamente, de seus direitos ao trôno, em favor do irmão Dom Luiz.

(241) Narrativa do Sr. Godofredo de Escragnolle-Tau-nay ao autor desta *Historia*.

IX

*Sessenta e cinco anos e exilado,
Só a patria posso vêr no meu amôr,*

cantava tristemente a sua lira; na dia 2 de dezembro de 90, comemorando, no exilio, pela segunda vez, o aniversario de seu nascimento.

Nas vezes que ía a Paris, seu passatempo predilêto era o mesmo de sempre — as academias, as reuniões científicas e literárias, as conferencias, museus, bibliotécas. Se se deixava ficar em casa — no hotel ou na casa dos condes de Nioac — entretinha-se na leitura dos autores de sua predilêção, ou então rabiscava poesias e conceitos de moral em todo pedaço de papel que encontrava. Era uma especie de mania de velho. De outras vezes entregava-se a traduções poéticas. As poesias de Lucrecio ocuparam-no durante algum tempo. Sully Prudhomme a quem êle anticipara a noticia dessas traduções, escrevia-lhe em abril de 1890:

Je verrais avec le plus grand plaisir Votre Majesté mettre à exécution son projet de traduire à son tour ce poème superbe, dont elle est bien préparée à interpréter le sens et rendre la beauté, avec la précision et le goût d'un esprit scientifique et littéraire à la fois. Si elle entreprend cette tâche difficile, elle rendra aux Brésiliens de haute culture un service digne de tous les autres qu'ils lui doivent déjà (242).

(242) Carta de Paris, 28 de abril de 1890, no arquivo da familia imperial.

Em julho seguinte o Imperador escrevia ao poeta, pedindo-lhe um exemplar de uma de suas obras (*Le Bonheur*); e como confessasse, uma vez mais, seu amôr á poesia, respondia-lhe Sully Prodhomme: *Puisse ce culte, auquel Votre Majesté voue, désormais, sans partager, ses studieux loisirs, adoucir pour elle le double veuvage de la compagne auguste et de la patrie sacrée!* (243).

Nada estimava mais do que receber a visita de seus patricios, fôsem de que crédito politico fossem, mesmo os republicanos. Um destes, Francisco Cunha, jornalista ao tempo da Monarquia, fôra dos que mais rudemente haviam investido contra o Imperador e a sua dinastia; todo meio de ataque lhe parecera bom, desde que alcançasse o alvo visado, que era o regime. Não obstante, tendo o Imperador sabido de sua presença em Paris (o antigo jornalista fôra feito diplomata pelo Governo Provisorio), manifestou logo desejo de o vêr. O barão de Penedo encarregou-se de o procurar.

“Designados dia e hora, veio o barão de Penedo procurar-me, e juntos nos dirigimos á residencia do Imperador, que tinha marcado as cinco horas da tarde para receber-me. Esperámos alguns minutos na sala, enquanto terminava a operação da massagem a que se estava submetendo.

“Entrando em seu aposento, acompanhado do barão, vi que alí se achava o conde de Nioac. O Imperador já se tinha acomodado em seu leito, sob as cobertas. Apertou-me a mão, e indicou-me uma cadeira proxima á cabeceira para sentar-me.

“Depois de ter eu indagado da sua saúde, Sua Majestade começou a falar-me em termos gerais sôbre a nossa pa-

tria, com referencias aos ultimos acontecimentos politicos, sendo o seu manifesto intento demonstrar-me que nunca tinha contrariado as liberdades consignadas na Constituição, e que o seu constante empenho tinha sido pugnar pela sinceridade das eleições, afim de abrir margem ás orientações da opinião publica. Acrescentou mais, que dados os fatos já consumados, o seu desejo era (cito as suas proprias palavras) *que os senhores não quebrem a cabeças.*

“Ouví ò Imperador com todo o acatamento, proferindo algumas palavras que lhe fôssem agradaveis e que tambem exprimiam a minha convicção, tais como a justiça que a nação unanime fazia do seu acendrado patriotismo, ás suas boas intenções, á sua invulneravel probidade, aos seus salutaes exemplos de honestidade e de recato na vida publica, ao mesmo tempo que nas relações da sua vida privada” (244).

Uma só vez o Imperador referiu-se á sua expulsão do Brasil. Mas apenas para precisar um ponto. Disse êle:

— Atribuiram-me frases que não proferi, átos que não pratiquei. Aceitei os acontecimentos sereno e resignado. Uma coisa unica me incomodou deveras: o aparato da fôrça desenrolado em tórno ao Paço da Cidade. Soldados a pé e a cavallo, guardando todas as portas, apontando para mim e para a minha familia armas ameaçadoras, como se fôssemos réus e capazes de nos evadir. Pois não bastava para segurança dêles a minha palavra? Havia um official de cavalaria, que da praça observáva todos os meus movimentos, acompanhando-me como uma sombra se eu passava de uma

(244) Francisco Cunha, *Reminiscencias*.

sala para outra. Senti ímpetos de sair á rua para lhe dizer: — O Sr. não me conhece, certamente. Não sou homem que fuja ou me oculte. Escusa de molestar-se por minha causa. Fique tranquilo que me encontrará sempre no lugar que me compete! (245).

A leitura e os estudos eram ainda os seus melhores divertimentos. Em Cannes tomava lições de linguas semiticas, ocupando-se ao mesmo tempo da impressão de umas traduções hebraico-próvençais, publicadas pouco depois. Mas queixava-se sempre da falta de livros, habituado, que fôra, com a magnifica bibliotéca de São Cristóvão. Era raro não ser visto com um livro ou uma revista na mão, mesmo quando de carro, em seus passeios pelos arredores de Paris ou pelas belas estradas da Côte d'Azur.

X

Corriam, assim, os dias, e pouco a pouco o seu organismo, já afetado desde a crise de 1887, ía cedendo á diabetes que o minava. Seu passo era agora mais trôpego. Seus pés quasi se arrastavam. Elle sentia que não estava muito longe desse pôrto de todas as dôres, que é para nós a morte.

Tambem o pequeno grupo dos fieis que o cercavam no exilio ía aos poucos se restringindo, e cada dia lhe aparecia menos numeroso. Um a um êles voltavam para

(245) Afonso Celso, *op. cit.*

a patria distante. Cada nova despedida era, para o grande exilado, um novo motivo de tristeza e de nostalgia do Brasil. Cada nova partida, era o círculo estreito dos companheiros que se apertava, era um coração que deixava de palpitar, era um rôsto amigo que desertava. Todos partiam, e só êle ficava.

No seu isolamento, sempre mais largo, sempre mais profundo, mitigado apenas pelo grupo limitado da familia — a filha, o genro e os netinhos — ou os raros fieis, êle se sentia, cada vez mais, um abandonado, um desconhecido naquele meio de desconhecidos, rodeado de estrangeiros, numa terra que não era a sua terra, sob um céu que não era o seu belo céu azul do Brasil, á sombra de arvores bem diferentes das velhas mangueiras do parque da Bôa-Vista, que o abrigára desde os anos de sua meninice. *J'ai passé à travers les peuples, et ils m'ont regardé, et je les ai regardés, et nous ne nous sommes point reconnus.* (Lamennais)

Como sentisse aproximar-se-lhe o fim, redigiu uma *Fé de Officio*, documento da mais alta elevação moral, pelo qual se confessava á sua propria consciencia de homem e de chefe de Estado. Ela podia resumir-se numa unica frase: sempre cumprira com o que lhe parecêra ser o seu dever. Fez vir depois um punhado de terra do Brasil, do seu querido Brasil, que guardou discretamente no armario do quarto, num pequeno embrulho, ao lado do qual foi encontrado, depois de sua morte, um papel com estas palavras: *E' terra do meu paíz; desejo que seja posta no meu caixão.* E pela

ultima vez tangiu as cordas — bem frageis eram agora essas cordas! — da sua lira:

*Perdida é para mim toda a esperança
De voltar ao Brasil; de lá me veio
Um pugilo de terra; e nesta, creio,
Brando será meu sôno e sem tardança!*

XI

No outôno de 1891 ainda se encontrava em Paris. O frio tardára em chegar, e êle adiára por isso a volta para Cannes. Paris com as suas conferencias, suas academias, suas bibliotécas e o circulo, embora bem restrito, dos Brasileiros, tentava-o sempre. Corria já o mês de novembro, e êle ainda lá se achava.

No dia 23 de novembro, uma segunda-feira, havia sessão na Academia das Ciencias. Tratava-se de eleger um novo membro. O Imperador não quiz furtar-se ao dever de associado: foi votar. Ao sair do palacio Mazarino, a mudança brusca de temperatura provocou-lhe um ligeiro resfriamento. Não lhe deu, porém, maior importancia. Tanto assim que, sentindo-se *muito bem*, quiz realisar, no dia seguinte, um passeio de carro a Saint-Cloud, insistindo em caminhar algum tempo a pé.

Era uma dessas tardes cinzentas de outôno, quando o vento frio que anuncia o inverno agita os galhos nús dos castanheiros; quando os pardais se agrupam silenciosos, de penas arrepiadas, nos cantos dos parques sem flôr; quando a luz do sol é mortiça, e as sombras das

casas se estendem, compridas, pelo asfalto humedecido das avenidas.

O Imperador fez um longo passeio pelo parque, insistindo em caminhar algum tempo a pé. Quando voltou ao Hotel Bedford, já quasi noite, sentiu arrepios de frio. Mas no dia seguinte estava relativamente bem dispôsto. Tanto assim que saiu para um curto passeio na cidade. A 24, porém, appareceu-lhe a fêbre, e logo declarou-se uma gripe. Apesar de tudo, seu organismo reagiu outra vez. E a 30 êle ía melhor.

No dia seguinte, 1.º de dezembro, o Imperador lançava em seu diário estas linhas, que seriam as ultimas traçadas por sua mão: "Ano melhor do que o passado para mim, desejo a todos a quem estimo. Não canço de falar da familia. Não vi os titulos dos livros que mandei vir ultimamente". E, preocupado com a volta para o sul da França, afim de fugir do inverno traiçoeiro da Capital, acrescentava, em francês: *Je ne pars plus aujourd'hui mais peut-être le 6 décembre je pense partir pour Cannes. Je partirai le 6 de ce mois* (246).

Não partiria. A morte, que já o rondava de perto, levá-lo-ia para muito além.

No outro dia, 2 de dezembro, seu aniversario natalicio, invadiu-lhe uma grande fraqueza. Fazia êle 66 anos. Ha vinte e quatro menses que definhava na terra ingrata do exilio. Apesar de alquebrado, ainda teve animo para receber as pessôas que o fôram cumprimentar. Mas á noite sentiu-se peor. No dia seguinte seu

(246) Arquivo da familia imperial.

estado de fraqueza começou a alarmar os que o rodeavam. Declarou-se a pneumonia. Foi chamado um sacerdote, que o ouviu em confissão.

No dia 4, os medicos assistentes mostravam-se ainda mais preocupados. O Imperador caíra numa grande prostração, e deixára de interessar-se por tudo quanto se passava em redor. Era um mau sinal. De fato, para a tarde desse mesmo dia, seu estado foi declarado desesperador. È no começo da noite, serenamente, sem um gemido, êle entrava em agonia.

À cabeceira do leito modesto onde jazia, magro, o corpo comprido, as barbas muito brancas, empastadas sobre o peito, sua querida Isabel, Gaston, os netinhos, e alguns poucos dos ultimos fieis choravam em silencio o fim daquela grande e nobre vida.

À noite, por volta das dez horas, êle teve um momento de consciencia, justamente quando o cura da igreja da Madalena lhe administrava a Extrema-unção. Mas logo depois caía novamente em prostração. A respiração foi-se fazendo cada vez mais lenta e imperceptivel. O pulso mais fraco. Sua bela cabeça branca pendia brandamente sobre o ombro esquerdo. Os olhos, semi-cerrados, apagavam-se. A respiração, já agora, era quasi nenhuma, ía aos poucos se sumindo. Até que silenciosamente, suavemente, sem um gemido, sem uma contração, como um justo que era, êle rendeu, no silencio daquela triste madrugada de exilio, a sua grande alma ao Creador.

BIBLIOGRAFIA

- Accioly, Hildebrando — *O reconhecimento da independencia do Brasil*, Rio 1927.
- Agassiz, Elizabeth — *Louis Agassiz, his life and correspondence*, Boston, 1895.
- Agassiz, Louis — *Voyage au Brésil*, Paris, 1869.
- Aimard, Gustave — *Le Brésil nouveau*, Paris, 1886.
- Alencar Araripe — *Noticia sobre a Maioridade*, na R. I. H. (*).
- Arrojado Lisboa — *O Imperador em Petropolis*, na R. I.H.
- Assis Cintra — *No limiar da Historia*, Rio, 1923.
- Avelino, José — *Cartas do Rio*, no "Correio Paulistano", de São Paulo.
- Baptista Pereira — *Civilização contra Barbarie*, São Paulo, 1928.
- Barbosa, Ruy — *Quêda do Imperio*, Rio, 1921.
- Barroso, Gustavo — *O Brasil em face do Prata*, Rio, 1930.
- Barthou, Louis — *Les carnets de Victor Hugo*, na "Revue des Deux Mondes".
- Boccanera Junior, Silio — *Um artista brasileiro*, Baía, 1913
- Bonifacio (o Moço), José — *Discursos parlamentares*, Rio, 1880.

(*) — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- Brandenburger, C. — *Imigração e colonização sob o segundo Reinado*, na R. I. H.
- Burton, Sir Richard — *Explorations of the Highlands of the Brazil*, Londres, 1869.
- Calmon, Pedro — *O Imperador e o Segundo Reinado*, no “J. do Comercio”, do Rio.
- Calmon, Pedro — *O marquez de Abrantes*, Rio, 1933.
- Calmon, Pedro — *O Rei filósofo*, Rio, 1938.
- Calogeras, P. — *Formação histórica do Brasil*, Rio, 1930.
- Calogeras, P. — *A política exterior do Imperio*, Rio, 1928.
- Calogeras, P. — *Estudos históricos e políticos*, São Paulo, 1936.
- Campos, Humberto de — *O Brasil anedótico*, Rio, 1936.
- Cardoso, Domiciano — *As cenas tristes da nossa historia*, no “Jornal do Brasil”, do Rio.
- Carvalho, Alberto de — *Imperio e Republica ditatorial*, Rio, 1891.
- Carvalho, Daniel de — *Theophilo Ottoni, campeão da liberdade*, Rio 1934.
- Carvalho, Elysio de — *Esplendor e decadencia da sociedade brasileira*, Rio 1911.
- Carvalho, Ronald de — *Estudos brasileiros*, 3.^a serie, Rio, 1931.
- Cascudo, Luiz da Camara — *O conde d’Eu*, Rio, 1933.
- Castro Rebello — *Mauá*, Rio, 1932.
- Celso, Affonso — *O visconde de Ouro-Preto*, Porto Alegre, 1935.
- Celso, Affonso — *Oito anos de Parlamento*, Rio, 1901.
- Celso, Affonso — *O Imperador no exilio*, Rio, 1893.
- Corrêa, Viriato — *A questão militar*, no “Jornal do Brasil”, do Rio.

- Correspondencia e documentos officiais relativos á Missão especial do conselheiro José Antonio Saraiva ao Rio da Prata em 1864*, Baía, 1872.
- Correspondencia entre Dom Pedro II e Pasteur*, na "Revista da Academia Brasileira".
- Côrte-Real e outros — *Viagem dos Imperadores do Brasil a Portugal*, Coimbra, 1872.
- Costa, Craveiro — *O visconde de Sinimbuú*, São Paulo, 1937.
- Costa, Isaltino — *Pedro II, hebraista*, Rio s/d.
- Cunha, Francisco — *Reminiscencias*, Rio, 1914.
- Darwin, Francis — *The Life and letters of Charles Darwin*, New York, 1893.
- D'Avezac — *Considérations géographiques sur l'Histoire du Brésil*, Paris, 1867.
- Doria, Escragnoille — *Reminiscencias do palacio de São Cristovão*, na R. I. H.
- Eu, conde d' — *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, na R. I. H.
- Faria, Albetto de — *Mauá*, Rio, 1926.
- Faure-Biguet — *Gobineau*, Paris, 1930.
- Fleiss, Max — *Contribuições para a biografia de Dom Pedro II*, na R. I. H.
- Fleiss, Max — *Paginas brasileiras*, Rio, 1919.
- Fleiss, Max — *Paginas de Historia*, Rio, 1936.
- Fletcher, J. — *Brazil and Brazilians*, Boston, 1879.
- Fonseca, Olympio da — *Molestia do Imperador*, na R. I. H.
- Galanti, R. — *Historia do Brasil*, São Paulo, 1913.
- Garcia, Rodolpho — *Dom Pedro II e as linguas americanas*, na R. I. H.
- Garcia, Rodolpho — *Viagens de Dom Pedro II*, na R. I. H.

- Gomes, Lindolpho — *Nihil novi...* Juiz de Fóra, 1927.
- Grieco, Aggripino — *Evolução da prosa brasileira*, Rio, 1933.
- Guimarães, Argeu — *A sereia scandinava*, Lisboa, 1932.
- Ig (José de Alencar) — *Cartas sobre a "Confederação dos Tamoios"*, Rio, 1856.
- Julien, A. — *Richard Wagner, sa vie et ses oeuvres*, Paris, 1886.
- Karr, Alphonse — *Les Guêpes*, s/d.
- Lafayette Silva — *O teatro nacional*, no "Correio da Manhã", do Rio.
- Lamas, Pedro — *Etapas de una gran politica*, Sceaux, 1908.
- Leal, Aurelino — *Historia constitucional do Brasil*, na R. I. H.
- Lemos Brito — *Narração historica dos prisioneiros do vapor "Marques de Olinda"*, Baía, 1907.
- Lins, Ivan M. de Baros — *Benjamin Constant*, Rio, 1936.
- Lobo, Helio — *Manoel de Araujo Porto-Alegre*, Rio, 1938.
- Lumbroso, Alberto — *Intorno a un Inno*, no "Messaggero", de Roma.
- Macedo, J. M. de — *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, Rio, 1863.
- Magalhães, Basilio de — *Dom Pedro II e a Igreja*, na R. I. H.
- Magalhães de Azeredo — *Dom Pedro II*, Rio, 1923.
- Magalhães, Fernando — *Discursos*, 3.^a serie, Rio, 1930.
- Marcous, Jules — *Life, letters and works of Louis Agassiz*, New York, 1896.
- Martim Francisco — *Patria Morta?*, Santos, 1902.
- Martim Francisco — *Pedro II, Partidos, Ministros*, na R. I. H.
- Matoso, Ernesto — *Cousas do meu tempo*, Bordeaux, 1916.

- Maul, Carlos — *Gonçalves Lêdo, varão maximo da Independencia do Brasil*, no "Correio da Manhã", do Rio.
- Mello Moraes — *Brasil historico*, Rio, 1867.
- Memorias da viagem de Suas Magestades Imperiaes*, Rio, 1867.
- Monteiro, Mozart — *A infancia do Imperador*, na R. I. H.
- Monteiro, Tobias — *A tolerancia do Imperador*, na R. I. H.
- Monteiro, Tobias — *Pesquizas e depoimentos*, Rio, 1913.
- Moraes, Evaristo de — *A escravidão africana no Brasil*, São Paulo, 1933.
- Moreira de Azevedo — *Apontamentos historicos*, Rio, 1861.
- Moreira — *Cenni biografici di Dom Pedro II, imperatore del Brasile*, Roma, 1871.
- Mossé, B. — *Dom Pedro II*, Paris, 1889.
- Motta-Maia M. V. da — *O conde de Motta-Maia*, Rio, 1937.
- Nabuco, Carolina — *A vida de Joaquim Nabuco*, São Paulo, 1928.
- Nabuco, Joaquim — *Agradecimento aos Pernambucanos*, Londres, 1891.
- Nabuco, Joaquim — *Minha formação*, Rio, 1900.
- Nabuco, Joaquim — *O abolicionismo*, Londres, 1883.
- Nabuco, Joaquim — *O erro do Imperador*, Rio, 1886.
- Nabuco, Joaquim — *Um estadista do Imperio*, Rio, 1898.
- Nogueira da Gama, visconde — *Minhas memorias*, Rio, 1893.
- Oliveira Lima — *Formation historique de la nationalité brésilienne*, Paris, 1911.
- Oliveira Lima — *O Imperio brasileiro*, São Paulo, 1927.
- Orico, Oswaldo — *A vida de José de Alencar*, São Paulo, 1929.
- Ortigão, Ramalho — *Quadro social da Revolução Brasileira*, na "Revista de Portugal".

- Ouro-Preto — *Advento da ditadura militar no Brasil*, Paris, 1891.
- Otoni-Theophilo — *Circular aos leitores de Minas Gerais*, Rio, 1916.
- Pereira da Silva — *Ensaio políticos e discursos parlamentares*, Rio, 1862.
- Pereira da Silva — *Memorias do meu tempo*, Rio, 1896.
- Pereira da Silva — *Escritos politicos, s/d.*
- Pinheiro Guimarães — *Um voluntario da Patria*, Rio, 1936.
- Pinto de Campos — *O Sr. Dom Pedro II, Imperador do Brasil*, Porto, 1871.
- Pires Brandão — *O Imperador em Baden-Baden*, na R. I. H.
- Prado, Eduardo — *Fastos da ditadura militar*, S. Paulo, 1902.
- Quesada, Vicente — *Mis memorias diplomaticas*, Buenos Aires, 1908.
- Raeders, Georges — *Le comte de Gobineau au Brésil*, Paris, 1934.
- Raffard, Henri — *Pessoas e cousas do Brasil*, na R. I. H.
- Rangel, Alberto — *Gastão de Orléans*, S. Paulo, 1935.
- Rebouças, André — *Diario e notas autobiográficas*, Rio, 1938.
- Rego Barros, João do — *Reminiscencias de ha 50 anos*, na R. I. H.
- Revista Brasileira de Musica*, numero especial consagrado a Carlos Gomes, Rio, 1936.
- Ribeyroles, Charles — *Le Brésil pitoresque*, Rio, 1859.
- Rio-Branco — *Efemérides brasileiras*, ed. do Instituto Historico Brasileiro.
- Rio-Branco — *Biografia de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio-Branco*, na "Revista Americana", do Rio.
- Ristori, Adelaide — *Ricordi e studi artistici*, Torino, 1887.

- Rivet, Gustave — *Victor Hugo chez lui*, Paris, s/d.
- Rocha, Justiniano José da — *Ação; Reação; Transação*, Rio, 1901.
- Rocha Pombo — *Historia do Brasil*, Rio, s/d.
- Rocha Pombo — *A Maioridade*, na R. I. H.
- Rodrigo Octavio — *Minhas memorias dos outros*, 1.^a serie, Rio, 1934.
- Rodrigo Octavio Filho — *Osorio*, Rio, 1931.
- Rodrigues, Thomaz — *José de Alencar*, Rio, 1929.
- Rodrigues da Silva, Firmino — *A dissolução do Gabinete de 5 de maio ou a facção aulica*.
- Roure, Agenor de — *A agitação abolicionista*, na R. I. H.
- Roure, Agenor de — *A eleição diréta*, na R. I. H.
- Saint-Hilaire — *Voyage dans le district des diamants*, Paris, 1833.
- Santos, José Maria dos — *A politica geral do Brasil*, S. Paulo, 1930.
- Schneider — *A guerra da Triplice-Aliança*, Rio, 1902.
- Silva-Araujo, Oscar — *Actas e trabalhos*, Rio, 1923.
- Silveira Martins, J. J. — *Silveira Martins*, Rio, 1929.
- Smith, Herbert H. — *Brazil, the Amazonas and the Coast*, New York, 1879.
- Souza-Docca — *Causas da guerra com o Paragual*, Porto Alegre, 1911.
- Suetonio (A. Ferreira Vianna?) — *O antigo regimem, Capital Federal*, 1896.
- Suzannet, conde de — *Souvenirs de voyage*, Paris, 1846.
- Taunay, Affonso de E. — *Cartas de Dom Pedro Augusto*, no "Jornal do Comercio", do Rio.
- Taunay, visconde de — *O visconde do Rio-Branco*, Rio, s/d.
- Taunay, visconde de — *Pedro II*, S. Paulo, 1933.

- Taunay, visconde de — *Reminiscencias*, S. Paulo, 1933.
- Taunay, visconde de — *Trechos de minha vida*, S. Paulo, 1922.
- Tavares de Lyra — *A presidencia e os presidentes do Conselho de Ministros*, na R. I. H.
- Teixeira, Mucio — *O negro da Quinta Imperial*, s/d.
- Teixeira, Mucio — *O Imperador visto de perto*, Rio, 1917.
- Timon (Eunapio Deiró) — *Estadistas e parlamentares*, 1.^a serie, Rio, 1883.
- Tito Franco de Almeida — *O conselheiro Francisco José Furtado*, Rio, 1867.
- Tito Franco de Almeida — *Monarquia e moarquistas*, Pará, 1895.
- Three years in the Pacific, including Notices of Brazil, Chile, Bolivia and Peru* — by an Officer of the U. S. Navy, Philadelphia, 1834.
- Ulloa, Pietro — *Un re in esilio*, Bari, 1928.
- Ursel, conde d' — *Sud Amérique*, Paris, 1879.
- Verschuur — *Aux antipodes — Voyages etc.*, Paris, 1891.
- Vicent, Frank — *In and out of the Central America*, New York, 1890.
- Vieira Fazenda — *Antiquilhas e memorias do Rio de Janeiro*, na R. I. H.
- Vieira Fazenda — *Aspétos do periodo regencial*, na R. I. H.
- Vilhena de Moraes — *O duque de Ferro*, Rio, 1933.
- Vilhena de Moraes — *O gabinete Caxias e a anistia aos Bispos*, Rio, 1930.
- Viveiros de Castro — *A questão religiosa*, na R. I. H.
- Wanderley Pinho — *Cartas do imperador Dom Pedro II ao barão de Cotegipe*, Rio, 1933.
- Wanderley Pinho — *Dom Pedro II e Cotegipe*, na R. I. H.

-
- Wanderley Pinho — *Politica e políticos do Imperio*, Rio, 1930.
- Wagner, Richard — *Ma vie*, Paris, 1927.
- Williams, Mary W. — *Dom Pedro the Magnanimous*, Chapell Hill, N. C., 1937.
- Zanetti, Francesco — *Nella città del Vaticano*, Roma, 1929.

ARQUIVOS UTILISADOS PELO AUTOR

- Da familia imperial brasileira, no castelo d'Eu, em França.
- Do Ministerio das Relações Exteriores do Brasil, no Palacio Itamarati, no Rio de Janeiro.
- Do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França, no Palacio do Quai d'Orsay, em Paris.
- Do Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Austria-Hungria, no Staatsarchiv, em Viena.
- Da Academia das Ciencias de França, em Paris.
- Da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro.
- Do Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.
- Da Bibliotéca Nacional de Brera, em Milão.
- Do papa Leão XIII, em Perugia, na Italia.
- Do conde de Gobineau, na Bibliotéca de Strasburgo, em França.
- Do barão de Cotegipe, com o seu neto, Sr. Wanderley Pinho.
- Do barão de Penedo, no Palacio Itamarati.
- Do visconde do Rio-Branco, idem.
- Do barão do Rio-Branco, idem.
- Do autor.

INDICE ONOMÁSTICO

- ABAETÉ**, Visconde de — I, 145, 146, 169, 175, 180, 183, 184, 285, 299, 314, 316, 333, 337, 338, 355 a 357; II, 11, 37, 57, 63, 151, 155, 159, 428, 461, 467, 468, 499; III, 74, 75, 145, 246.
- ABRANTES**, Marquez de — I, 145, 146, 186 a 188, 237, 301, 370, 381, 384, 385, 389, 461; II, 7, 9, 27, 37, 44, 59, 77, 159, 446, 447, 487; III, 16, 64, 74.
- ABRANTES**, Marquiza de — I, 371; II, 44, 45.
- ABREU**, Capistrano de — II, 358.
- ABREU**, Casimiro de — II, 39.
- ABREU E LIMA**, J. I. de — I, 135.
- ACCJOLY**, Hildebrando — I, 64, 66.
- ADALBERTO** da Prussia, Principe — I, 90.
- AECKOUT** — II, 382.
- AFONSO**, Principe Dom — I, 280, 326; II, 182.
- AFONSO VI** de Portugal, — I, 143.
- AFONSO CELSO** (Vide OURO-PRETO, Visconde).
- AFONSO-CELSO**, Conde de — II, 512; III, 46, 49, 60, 131, 260, 274, 284 a 286, 293, 299, 304.
- ACASSIZ**, Louis — II, 119, 210, 217, 230 a 232, 376, 377.
- AGOSTINI**, Anacleto — II, 68.
- AGUIAR-DE-ANDRADA**, Barão de — II, 432.
- AGUIRRE**, A. — I, 315, 404, 408, 412 a 418, 420, 422, 423.
- AIMARD**, Gustave — II, 125, 126.
- AKERBLOM** — II, 186.
- ALBERTO** DE Saxe, Principe — I, 397.
- ALBUQUERQUE**, Lourenço de — III, 179.
- ALBUQUERQUE**, Visconde de — I, 145, 146, 169, 196, 201, 285, 299; II, 446.
- ALCANTARA**, Joana de — II, 369.
- ALENCAR**, José de — I, 366; II, 25, 41, 48, 57, 63, 122, 123, 141, 159, 203, 252, 269, 433 a 438, 528; III, 56, 240.
- ALENCAR ARARIPE**, Conselheiro — I, 127, 131.
- ALEXANDRE II** da Russia, — II, 90, 386.
- ALEXIS**, Grão-Duque — II, 90, 91.
- ALFREDO**, João (Vide JOÃO ALFREDO).
- ALJESUR**, Conde de — III, 93, 211, 214, 223.
- ALMEIDA BARRETO** — III, 176.
- ALMEIDA-GARRET**, Visconde de — II, 204.
- ALMEIDA JUNIOR** — II, 199.
- ALMEIDA PEREIRA**, Filho, João de — I, 375.
- ALMEIRA ROSA**, Francisco Otaviano de (Vide OTAVIANO, Francisco).
- ALMEIDA SEABRA** — II, 40.
- ALMEIDA TORRES**, José Carlos de (Vide MACAÉ, 2.º visconde de).
- ALVARENGA**, Visconde de — III, 111.
- ALVARES DE AZEVEDO** — II, 139.
- ALVEAR**, General — I, 439.
- ALVES BRANCO**, Manoel (Vide CARA-VELAS, 2.º visconde de).
- ALVES-MACHADO**, Visconde de — III, 289.
- AMADEU I** de Espanha, — II, 282.
- AMADO**, Gilberto — II, 485.
- AMARAL**, José Maria do — I, 409.
- AMARATIM**, Barão de — II, 48.
- AMAZONAS**, Barão de — II, 39, 165.
- AMÉLIA**, Imperatriz Dona — I, 95, 215, 256; II, 115, 278, 279, 281; III, 63.
- AMÉLIA**, Rainha Dona — III, 129.
- AMORIM RANGEL**, Tenente — III, 263.
- ANDRADA E SILVA**, José Bonifacio de (Vide JOSÉ BONIFACIO).

- ANDRADAS, Os — I, 61, 63, 78 a 81, 84, 85, 121, 125, 126, 145, 167, 169, 175 a 177, 180 a 184, 191, 296, 304; II, 518.
 ANDRADE FIGUEIRA — II, 269, 272; III, 43, 74, 158, 196, 198.
 ANDRADE PINTO — II, 461.
 ANTÃO, Joaquim — II, 437, 438.
 ANTONIO CARLOS Ribeiro de Andrada — I, 78, 82, 99, 123 a 125, 128, 145, 146, 182 a 184.
 ANTONIO CARLOS (2.º) — III, 44, 45.
 APPELTON — II, 377.
 AQUILA, Conde d' — I, 250, 257 a 277, 288, 289, 394, 395.
 AQUILA, Condessa d' — I, 42, 79, 101, 103, 110, 119, 123, 137, 199, 207, 213, 217, 235, 250, 252, 257 a 261, 264 a 272, 274, 275, 277, 289, 394; II, 73, 278, 291.
 AQUILA, Príncipe Luiz d' — I, 394, 395.
 ARAGÃO CALMON, Dona Ana Romana de (Vide ITAPACIPE, Condessa de).
 ARAGO, Jacques — II, 230.
 ARAGUAIA, Visconde de — I, 363; II, 40, 203, 204, 208, 210, 294, 303, 432.
 ARAUJO LIMA, Pedro de (Vide OLINDA, Marquez de).
 ARAUJO PORTO-ALEGRE, Manuel de (Vide SANT'ANGELO, Barão de).
 ARAUJO VIANA, Candido de (Vide SA-PUCAI, Marquez de).
 ARGANIL, Conde de — III, 16.
 ARGOLO Ferrão, General (Vide ITAPARICA, Visconde de).
 ARINOS, Visconde de — II, 432.
 ARMITAGE — I, 61.
 AROUCA, João Pereira — II, 166.
 ARROJADO LISBOA — III, 94.
 ASSIS CINTRA — I, 62, 65, 71, 72, 75.
 ATAÍDE, Tristão de — II, 175.
 AUGUSTO de Saxe, Príncipe Dom (Vide SAXE, Duque de).
 AUGUSTO-LEOPOLDO de Saxe, Príncipe Dom — II, 328; III, 280.
 AURELIANO COUTINHO (Vide SEPE-TIBA, Visconde de).
 AVELINO, José — III, 68.
 AVEZAC, D' — II, 189.
 AZEVEDO, Artur — III, 152.
 AZEVEDO, Duarte de — II, 339.
 BAEPENDI, Conde de — I, 473.
 BAEPENDI, Marquez de — I, 146; II, 159.
 BAETAS, Conselheiro — II, 438.
 BAIA, Manuel Lopes Pereira (Vide MERITI, Visconde de).
 BAINVILLE, Th. de — II, 184, 320.
 BARBACENA, Marquez de — I, 145, 146, 215, 439, 440.
 BARBEDO, General — II, 165, 166.
 BARBOSA, Almirante Elisario — I, 509.
 BARBOSA da Silva, Paulo — I, 83, 93, 137, 164, a 168, 170, 171, 186, 189, 193, 195, 196, 211, 212, 229, 230, 234, 249, 263, 265, 268, 274, 278, 279, 283, 288 a 291, 296, 298; II, 75, 95.
 BARBOSA, Rui (Vide RUI BARBOSA).
 BARRAL, Condessa de — I, 327; II, 80, 175, 186, 286, 291; III, 128, 192, 194, 198, 202, 211, 219, 266, 270, 274.
 BARROS, João de — I, 327.
 BARROS PIMENTEL, E. de — I, 410; II, 35; III, 49.
 BARROSO, Almirante (Vide AMAZONAS, Barão de).
 BARROSO, Gustavo — I, 544.
 BARTHOU, Louis — II, 408; III, 254.
 BASSON, Conselheiro — III, 245.
 BEACONSFIELD, Lord — II, 10, 11, 319.
 BEAUMONT, Elias de — II, 213.
 BEAUREPAIRE, Almirante Conde de — I, 238, 276.
 BEAUREPAIRE, Isabel de — I, 238.
 BEAUREPAIRE-ROHAN, Marechal visconde de — I, 62, 434.
 BECCARIA, Cesar de — II, 295.
 BECQUEREL — II, 213.
 BELCHIOR, Padre — I, 70, 71.
 BELENS, Braz Carneiro — I, 238.
 BELISARIO Soares de Souza, Francisco — II, 45; III, 33.
 BELL, Alexandre Graham — II, 375.
 BELLEGARDE, Pedro de Alcantara — I, 337.
 BELMONTE, Condessa de — I, 35, 37, 38, 45, 50, 52, 54, 83, 95, 105, 165, 166, 238, 249, 289.
 BENOIT, Dr. — II, 321, 322.
 BERTHELOT, Marcellin — II, 308, 309, 401, 402.
 BENJAMIM CONSTANT Botelho de Magalhães — II, 136; III, 166, 167, 177, 184, 186, 193, 199, 200, 251, 252, 291.
 BENTO LISBOA (Vide CAIRÚ, Barão de).
 BÉRARD, Daniel — II, 199.
 BERNARDELLI, Rodolfo — II, 194.
 BIARD, Dr. — II, 78.
 BISMARCK, Príncipe de — II, 22, 282, 289, 292.
 BÓA-VISTA, Conde da — I, 428, 456; II, 35.
 BOBADELA, Conde de — II, 77, 81.
 BOCAIUVA, Quintino — III, 31, 177, 193, 270, 272, 292.
 BOCANERA JUNIOR — II, 195, 197.

- BOIRET, Abade — I, 52, 91.
- BOM-RETIRO, Visconde de — I, 103, 147, 186, 332, 337, 338, 348, 371, 375, 480, 490; II, 11, 57, 95, 247, 276, 292, 293, 296, 305 a 308, 369, 381, 384, 409; III, 85.
- BOMFIM, Conde de — II, 77, 86.
- BONIFACIO, José (Vide JOSÉ BONIFACIO).
- BONIFACIO, o Mõço (Vide JOSÉ BONIFACIO o MOÇO).
- BORDALO PINHEIRO — II, 326.
- BORGES, Abilio Cesar (Vide MACAÚBAS, Barão de).
- BORGES CARNEIRO, M. — I, 69.
- BOSCO, General — I, 233.
- BOULANGER, Aleixo — II, 60, 61.
- BOULANGER, Ernesto — II, 61.
- BOUCHARD, Dr. — III, 115, 116.
- BRANDENBÜRGER, C. — III, 39.
- BROCKHAUS — I, 363; II, 201.
- BROGLIE, Duque de — II, 241.
- BROWN-SÉQUARD, Dr. — III, 115.
- BRUGSH, H. — II, 299, 389.
- BUARQUE DE MACEDO — II, 440.
- BURKE — III, 145.
- BURTON, Sir Richard — I, 324.
- CABRAL DA SILVA, General (Vide ITA-PAGIPE, 1.º barão de).
- CAÇAPAVA, Barão de — II, 36.
- CAIRÚ, arão de — I, 216 a 218, 220 a 223, 225 a 230, 234, 239, 240, 242, 247, 249.
- CAIRÚ, Barão de — I, 216 a 218, 220 a 223.
- CALAÇA, José Gomes — II, 200.
- CAJDWELL, General — I, 443; II, 39; III, 136.
- CALMETTE — III, 114.
- CALMON, José — III, 210, 211, 214.
- CALMON, Pedro — I, 312, 379, 387, 391; II, 17, 44, 123, 187, 288, 299, 302, 388, 389, 414.
- CALMON, Dona Rosinha — III, 210.
- CALMON, Miguel (Vide ABRANTES, Marquez de).
- CALOGERAS, J. P. — I, 63, 77, 320.
- CAMOENS, Luis de — I, 327; II, 210.
- CAMP, Maxima du — III, 194.
- CANDIDO DE OLIVEIRA — II, 160; III, 30, 55, 173, 183, 184.
- CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (Vide SINIMBÚ, Visconde de).
- CANTÚ, Cesar — III, 122.
- CAPANEMA, Barão de — I, 92; II, 202.
- CARAPEBÚS, Conde de — III, 113, 118, 202 a 204, 210, 211, 287.
- CARAVELAS, 2.º visconde de — I, 120, 145, 146, 196, 197, 279, 285, 291, 295, 299, 316, 334; II, 151, 152, 339.
- CARDOSO, Domiciano — III, 208.
- CARDOSO DE MENEZES (Vide PARANAPIACABA, Barão de).
- CARIGNAN, Principe de — I, 110, 213, 253 a 256.
- CARLOS AFONSO de Assis Figueiredo — III, 245.
- CARLOS ALBERTO de Sardenha, — I, 254 a 256.
- CARLOS I de Portugal, Dom — II, 279; III, 129, 274 a 276, 282.
- CARLOS X de França, — I, 232; II, 154.
- CARLOS LUIZ, Arquiduque — I, 253.
- CARLOTA JOAQUINA, Rainha Dona — II, 44.
- CARNEIRO LEÃO, Braz — I, 237.
- CARNEIRO LEÃO, Elisa Leopoldina — I, 237, 238.
- CARNEIRO LEÃO, Fernando — I, 237.
- CARNEIRO LEÃO, Honorio Hermeto (Vide PARANÁ, Marquez de).
- CARNEIRO LEÃO, José Alexandre (Vide SÃO SALVADOR DE CAMPOS, Visconde de).
- CARNOT, Sadi — III, 128.
- CARPEAUX, J. B. — II, 213.
- CARVALHO, Alberto de — III, 87, 227, 288.
- CARVALHO, Alfredo de — II, 221.
- CARVALHO, Daniel de — I, 180, 181.
- CARVALHO, Delfim Carlos de (Vide PASSAGEM, Barão da).
- CARVALHO, Elisio de — II, 44.
- CARVALHO, Matias de — II, 95.
- CARVALHO, Rafael de — I, 103, 104.
- CARVALHO, Ronald de — I, 419.
- CARVALHO-BORGES, Barão de — II, 378.
- CARVALHO MOREIRA (Vide PENEDO, Barão de).
- CASCUDO, Luiz da Camara — I, 523.
- CASERTA, Conde de — II, 291.
- CASTANGNETO — II, 199.
- CASTELNAU — II, 230.
- CASTELO BRANCO, Camilo — I, 362; II, 324, 325, 413.
- CASTILHO, Visconde de — II, 279, 328.
- CASTRO ALVES — II, 39.
- CASTRO REBELO, E. de — I, 416, 417; II, 28, 29.
- CATETE, Barão do — (Vide SILVA, Visconde de).
- CAVALCANTI, Os — I, 124, 145, 175, 184, 299.
- CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (Vide SUASSUNA, Visconde de).

- CAXIAS, Duque de — I, 44, 137, 145, 235, 282, 284, 337, 338, 347, 348, 351, 379, 430, 433, 458 a 476, 478 a 488, 494, 496, 497, 501, 507, 509, 511 a 522, 527, 528, 530, 531, 536, 537, 539; II, 32, 38, 50, 56, 61, 62, 122, 146, 147, 149, 150, 155, 157, 167, 170, 248, 252, 258, 334, 346, 357 a 359, 361, 365, 393, 394, 421 a 423, 441 a 443, 463, 492, 494, 500, 501, 531; III, 25, 49, 74, 134 a 136, 141, 148.
- CAXIAS, Duqueza de — I, 530.
- CERANI, Ricardo — II, 203.
- CESARIO ALVIM, Deputado — II, 425.
- CHAILLOU, Conde da — II, 66, 109, 112, 233.
- CHAMPOLION — II, 299.
- CHANDORDY — II, 221; III, 266.
- CHARCOT, Professor — III, 77, 115, 117, 123 a 125, 127 a 129.
- CHAVES, Fernando — II, 60.
- CHEVREUL — III, 115.
- CHICHORRO DA GAMA — II, 489.
- CLAUDE BERNARD — II, 308, 309.
- CLEMENTE PEREIRA — I, 145, 186, 188; II, 356.
- COELHO BASTOS — III, 156.
- COELHO DE ALMEIDA, João — II, 166.
- COELHO RODRIGUES, Antonio — II, 273.
- COPPÉE, François — III, 114, 254.
- CORREIA, Senador — III, 195.
- CORREIA, Viriato — III, 164.
- CORREIA DA CAMARA, General (Vide PELOTAS, Visconde de).
- CORREIA DE OLIVEIRA, João Alfredo (Vide JOÃO ALFREDO).
- CORREIA CARCÃO — II, 182.
- CÔRTE-REAL, José Alberto — II, 277.
- COSTA, Dona Benedita da — II, 136.
- COSTA, Claudio Luiz da — II, 136.
- COSTA, Craveiro — II, 429, 449 a 451.
- COSTA, Isaltino — II, 186.
- COSTA, Maria Joaquina da — II, 136.
- COSTA, Vitorio da — II, 65.
- COSTA CARVALHO (Vide MONTE-ALEGRE, Marquez de).
- COSTA PEREIRA — II, 339.
- COTEGIPE, Barão de — I, 147, 316, 337, 338, 348, 455, 461, 489 a 491, 507, 509 a 511, 517, 520, 521, 539, 541; II, 6, 32, 34, 37, 45, 49, 57, 114, 122, 130, 132, 151, 155, 157, 164 a 167, 169, 170, 252, 254 a 257, 259, 345, 358, 361, 419, 422 a 425, 430, 440, 481, 483, 484, 486, 492, 514, 529; III, 16, 25, 28, 30, 32 a 35, 37, 40, 46, 49, 57, 58, 64, 70, 74, 75, 77, 109 a 111, 144 a 151, 153 a 157, 236, 238.
- COUTINHO, Aureliano (Vide SEPETIBA, Visconde de).
- COUTINHO, Saturnino — I, 192 a 194, 196, 279, 300, 304, 334.
- CRISOPOLIS, Bispo de (Vide PEDRO, Frei).
- CRISTIANO IX da Dinamarca, — II, 381.
- CRISTIE, William — I, 378 a 385, 387 a 391, 407, 450.
- CRUZEIRO, Visconde de — II, 249, 274; III, 196.
- CUNHA, Euclides da — I, 63; II, 12.
- CUNHA, Francisco — II, 113, 114, 274, 329; III, 302, 303.
- CUNHA, Manoel da — II, 81.
- CUNHA BARBOSA, Januario da — I, 63.
- DAISER, Barão — I, 127, 134, 137, 138, 142, 144, 153, 154, 156 a 158, 160, 162, 163, 169, 179, 180, 182, 187, 188, 194, 200 a 204, 206, 207, 212 a 218, 220 a 224, 228, 229, 235 a 238, 248, 253, 255.
- DANTAS, Manoel Pinto de Sousa — I, 316, 467; II, 11, 38, 63, 152, 155, 157, 254, 462, 468, 480, 483, 516; III, 10, 15 a 23, 26, 27, 41, 45, 49, 57, 74, 78 a 80, 146, 157, 195, 196.
- DANTAS, Rodolfo — III, 79.
- DARWIN, Charles — II, 217, 283, 284.
- DARWIN, Francis — II, 217, 284.
- DAUBRÉE — II, 402, 403.
- DEBBANÉ, Nicolao — II, 389.
- DEBRET — I, 112.
- DEIRÓ, Euzapio — I, 344, 488; II, 260, 261, 446; III, 18, 82.
- DELAMARE, Almirante visconde — I, 383, 434; II, 163, 369.
- DELAROCHE-VERNET, Horace — II, 396.
- DEODORO da Fonseca, Marechal — I, 430; III, 141 a 143, 150, 151, 156, 157, 162 a 164, 166 a 168, 171, 175 a 179, 181 a 184, 192 a 200, 205, 212, 215, 235, 268, 290, 299.
- DIANA, Conselheiro — III, 157.
- DIAS DE CARVALHO — III, 161.
- DIAS VIEIRA, João Pedro — I, 413.
- DIOGO VELHO Cavalcanti de Albuquerque — II, 45, 358, 490.
- DISRAELI (Vide BEACONSFIELD, Lord).
- DOMINGOS DOS ANJOS, Francisco e Mauricio — II, 167.
- DORIA, Escagnolle — II, 127, 128, 141.

- DORIA, Franklin (Vide LORETO, Barão de).
- DUARTE COELHO — I, 364.
- DUMAS, Filho, Alexandre — II, 399; III, 114.
- DUMAS, Pai, Alexandre — I, 408; II, 308.
- DUPANLOUP, Monsenhor — II, 213.
- DUQUE ESTRADA — III, 41.
- DUSE, Eleonora — III, 121.
- EDISON — II, 227, 228.
- EHRENBERG — II, 401.
- ELIOT, Cornwallis — I, 388, 390, 391.
- ELIZALDE — II, 14.
- EMERSON — II, 377.
- ESPOSEL, Dona Leonidia de Loreto — II, 369.
- ESTACIO DE SÁ — II, 205.
- ESTIGARRIBIA, Coronel — I, 427, 448, 522; II, 55.
- ESTRELA, Conde de — II, 45; III, 299.
- EU, Conde d' — I, 396 a 401, 431, 433, 435, 437, 443, 445, 502, 503, 507, 510, 515, 521 a 533, 540, 542 a 544; II, 72, 73, 106, 262, 270; III, 67 a 71, 94, 95, 110, 112, 118, 135, 153, 190 a 196, 198, 201 a 204, 210 a 214, 216 a 219, 223, 266, 269 a 272, 274, 284, 287, 288, 300, 308.
- EU, Condessa d' — I, 103, 199, 326, 327, 329, 393 a 396, 400, 401, 530 a 532; II, 17, 49, 56, 72, 73, 75, 80, 81, 83, 87, 93, 105, 107, 116, 179, 186, 187, 261, 262, 270, 272 a 274, 302, 354, 358, 366, 400, 423, 432, 451, 452, 484, 491, 504; III, 25, 30, 31 a 36, 41, 58, 62, 63, 65 a 72, 77, 84, 94, 95, 109 a 112, 123, 126, 146, 152 a 156, 188, 189, 190, 194 a 196, 204 a 206, 209, 210, 211, 214 a 218, 220, 258, 269, 271, 275, 276, 284, 287, 300, 308.
- EUGENIO DE SAVOIA Carignan (Vide CARIGNAN, Príncipe de).
- EUZEBIO DE QUEIROZ — I, 84, 121, 145, 301, 303, 311, 312, 322 a 324, 344, 352, 355, 357; II, 37, 235, 247, 252, 440; III, 29, 74, 75.
- EZQUIU, Frei Mameto — II, 388.
- FAGUNDES VARELA — II, 39.
- FARIA, Alberto de — I, 405, 406, 409, 410, 412; II, 5, 26, 76.
- FAURE-BIGUET — II, 310, 313.
- FEIJÓ, Luis da Cunha — (Vide SANTA ISABEL, Visconde de).
- FEIJÓ, Padre — I, 54, 55, 84, 121, 123, 146, 301.
- FELIPE de Saxe, Príncipe Dom — II, 111.
- FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano (Vide SÃO LEOPOLDO, Visconde de).
- FERNANDO II da Austria — I, 213, 214, 217, 220, 223, 225.
- FERNANDO II das Duas Sicílias — I, 226, 228, 231, 232, 234, 238, 240, 241, 258, 288; II, 291; III, 124, 246.
- FERNANDO II de Portugal, Dom — I, 397 a 399; II, 276, 278.
- FERRAZ, Angelo (Vide URUGUAIANA, Barão de).
- FERREIRA DA VEIGA, Evaristo — I, 407, 410.
- FERREIRA DE ARAUJO — II, 180.
- FERREIRA FRANÇA, Ernesto — I, 268, 290.
- FERREIRA PENA, Herculano — II, 36.
- FERREIRA VIANA — II, 82, 122, 480, 510; III, 88, 158, 240, 241, 253, 287.
- FIGUEIRA DE MELO, Conselheiro — II, 35.
- FIGUEIREDO, Pedro Americo de (Vide PEDRO AMERICO).
- FISH, Hamilton — II, 371.
- FITZGERALD, Lord — I, 392.
- FLAMMARION, Camille — III, 115.
- FLANDRES, Conde de — I, 396.
- FLEIUSS, Henrique — II, 68.
- FLEIUSS, Max — I, 42, 53, 328; II, 209, 434, 452, 468; III, 89, 105.
- FLEMING, José de Lima — II, 199.
- FLETCHER, James C. — II, 183, 184.
- FLÔRES, Venancio — I, 91, 403, 404, 412, 414, 415, 419, 420, 443 a 445, 447 a 449; II, 28.
- FONSECA, Deodoro da (Vide DEODORO DA FONSECA).
- FONSECA, Clodoaldo da — III, 164.
- FONSECA, Olimpio da — III, 120.
- FONSECA-COSTA, Dona Josefina, viscondessa de — I, 375; II, 105, 276, 369; III, 211, 223.
- FRANÇA, Tenente — III, 273.
- FRANCISCA, Princesa Dona (Vide JOINVILLE, Princesa de).
- FRANCISCO, Martim (Vide MARTIM FRANCISCO, 1.º, 2.º e 3.º).
- FRANCISCO I da Austria — I, 156.
- FRANCISCO-JOSÉ da Austria — II, 291, 292, 350, 351; III, 87, 275.
- FRANCISCO MANUEL — II, 195.
- FRANCO DE ALMEIDA, Tito (Vide TITO FRANCO).
- FRANCO DE SÁ, Francisco — II, 159, 199.
- FRANK, A. — II, 403.
- FREDERICO, Arquiduque — I, 253.

- FREDERICO II da Prússia — I, 90; II, 211.
 FREDERICO VIII da Dinamarca — II, 381.
 FREIRE, Candido José — III, 188.
 FROTHINGHAM — II, 376.
 FURTADO, Senador — I, 147, 402, 418, 423, 424, 460, 485; II, 37, 155, 237, 240, 244, 252; III, 49, 56, 74.
 GALANTI, Padre — I, 135; III, 186.
 CALVANI — II, *213.
 CALVÃO, Enéas (Vide RIO-APA, Barão do).
 GAMA, Luiz — III, 9.
 GARCIA, Rodolfo — I, 375; II, 221.
 GARIBALDI — I, 408; II, 300.
 GARNIER, B. L. — II, 69.
 GAUTHIER, Théophile — II, 308, 309.
 GESLIN, Baroneza de — II, 65.
 GIORGI, Conde — I, 151, 157, 193, 248, 249.
 GIOVANNI, De — III, 123, 124, 128.
 GLADSTONE — I, 519; II, 10, 318, 319, 353, 411, 530; III, 145.
 GLAZIOU — II, 54, 83, 84.
 GLICERIO, Francisco — III, 199.
 COBINEAU, Conde de — II, 17, 95 a 102, 175, 177, 179, 185, 187, 194, 200, 211, 212, 219 a 224, 228, 229, 266, 277, 282, 286, 287, 296, 297, 308, 310, 312 a 314, 344, 366, 367, 380 a 388, 390 a 396, 399, 415, 420, 459, 506, 507; III, 90, 91, 97, 209.
 GOES E VASCONCELOS, Zacarias de (Vide ZACARIAS DE GOES).
 COMES, Carlos — II, 195 a 199, 394; III, 122.
 GOMES DE ARAUJO, João — III, 122.
 GOMES DOS SANTOS — II, 322.
 GOMES FREIRE DE ANDRADE (Vide BOBADELA, Conde de).
 GOMES, Lindolfo — III, 86.
 GOMEZ, Leandro — I, 406.
 GONÇALVES CRESPO — II, 39.
 GONÇALVES DA SILVA, Pedro — II, 200.
 GONÇALVES DE MAGALHÃES (Vide ARAGUAIA, Visconde de).
 GONÇALVES DE OLIVEIRA, Simplicio — II, 166.
 GONÇALVES DIAS — I, 363; II, 39, 68, 136, 200 a 202, 206, 208; III, 99.
 GOTTSCHALK — II, 70.
 GRAÇA ARANHA, J. P. da — III, 14.
 GRAÇA ARANHA, Th. da — II, 82, 91.
 GRÃO-PARÁ, Príncipe do — II, 73, 187; III, 66, 70, 265, 300, 308.
 GREENFEL, John P. — I, 317.
 GRIECO, Agripino — II, 173; III, 256.
 CROSS, C. W. — II, 364, 365.
 GUERRA JUNQUEIRO — II, 414; III, 115.
 GUIDO, Tomás — I, 306, 307, 309.
 GUILHERME I da Alemanha — II, 288, 380; III, 116.
 GUILHERME II da Alemanha — III, 300.
 GUILHERMY — II, 221.
 GUILLARDOT — II, 389.
 GUIMARÃES, Argeu — II, 378, 382, 384.
 GUIMARÃES, Bernardo — II, 41.
 GUIZOT — I, 160, 182, 189, 247, 258, 487; II, 241.
 GURJÃO, General — I, 529.
 HAMEL, Maria-Amélia (Vide ROCCA-CUGLIELMA, Condessa de).
 HAMILTON, Charles — I, 137, 189.
 HASA, Alexandre — I, 369.
 HEINE, Henri — I, 90.
 HENNING, Carlos — II, 185, 186, 369, 370.
 HENRIQUE IV da Inglaterra — I, 526.
 HERCULANO, Alexandre — I, 360 a 363; II, 181, 188, 203, 204, 206, 210, 214, 216, 218, 220, 279 a 281, 328, 413, 414; III, 256, 280.
 HERVAL, Marquez do — I, 430, 457, 459, 460, 463, 471, 505, 506, 515, 518, 529, 534; II, 38, 56, 82, 167, 461; III, 136, 142.
 HERRERA — II, 28, 29.
 HERMES DA FONSECA (1.º), Marechal — III, 212.
 HITCINGS, Miss — II, 65.
 HOHENLOHE, Cardial de — II, 228, 391 a 393.
 HOLANDA CAVALCANTI de Albuquerque (Vide ALBUQUERQUE, Visconde de).
 HOMEM-DE-MELO, Barão — II, 35, 36, 159, 482; III, 291, 292, 294.
 HOLMES — II, 377.
 HONORIO HERMETO (Vide PARANÁ, Marquez do).
 HOOKER, Joseph D' — II, 217, 283.
 HOUSSAYE, Arsène — II, 395; III, 114.
 HOUSSONVILLE, Conde de — II, 399.
 IGUASSÚ, Condessa de — I, 371.
 IMPERADOR DA AUSTRIA (Vide FERNANDO II da Austria).
 IMPERATRIZ (Vide TEREZA-CRISTINA, Imperatriz Dona).
 INHAÚMA, Visconde de — I, 505, 507, 529; II, 39, 149.

- INHOMERIM, Visconde de — I, 133, 147, 188, 232, 292, 345, 356, 495 a 497, 503; II, 37, 62, 153, 449, 500; III, 74, 88, 89, 161, 241, 246, 247.
- INOCENCIO F. DA SILVA — II, 279.
- INVINHEIMA, Barão de — III, 211, 214, 290, 291.
- ISABEL, Princesa Dona (Vide EU, Condessa d').
- ISMAIL, Kediva — II, 299.
- ITABORAI, Visconde de — I, 145, 146, 301, 303, 334, 337, 344, 352, 469, 489, 490 a 492, 499, 530; II, 26, 37, 49, 57, 122, 151, 155, 169, 247, 249 a 256, 258, 259, 434, 435, 437 a 439, 445, 492, 501, 521; III, 49, 56, 74, 149, 161, 237.
- ITANHAEM, Marquez de — I, 86 a 88, 92, 93, 95 a 99, 128, 165, 200, 202.
- ITAJUBÁ, Barão de — II, 432.
- ITAJUBÁ, Visconde de — II, 284, 432.
- ITAMARACÁ, Visconde de — III, 147.
- ITAMARATI, Conde de — II, 46.
- ITAPAGIPE, 1.º barão de — I, 434, 437, 439, 441, 451.
- ITAPAGIPE, 2.º barão de — II, 111.
- ITAPAGIPE, Condessa de — I, 83, 166.
- ITAÚNA, Visconde de — II, 15, 34, 95, 276, 293, 297, 298, 322, 324, 329.
- JACEGUAI, Barão de — II, 62.
- JAGUARÍ, Barão de — II, 421.
- JANUARIA, Princesa Dona (Vide AQUILA, Condessa d').
- JAPURÁ, Barão de — I, 401; II, 277, 432.
- JEQUITINHONHA, Visconde de — I, 123; II, 240; III, 41.
- JOÃO III de Portugal, Dom — I, 364; II, 31.
- JOÃO VI de Portugal, Dom — I, 36, 41, 46, 67, 71, 89, 101, 133, 134, 143, 159, 205, 211, 212; II, 77, 78, 80, 84, 113; III, 208, 246.
- JOÃO ALFREDO, Conselheiro — II, 34, 38, 53, 57, 121, 155, 196, 261, 275, 319, 332, 339, 419, 502; III, 33, 35, 36, 41, 46, 49, 51, 74, 75, 140, 148, 155, 156, 196, 240.
- JOÃO CAETANO — II, 70, 193.
- JOÃO CARLOS BORROMEU, Príncipe Dom — I, 41.
- JOBIM, Dr. J. da Cruz — I, 165.
- JOINVILLE, Princesa de — I, 42, 101, 102, 104, 137, 199, 203, 217, 245, 252, 257, 259, 271, 394, 396, 397; II, 73, 278, 310.
- JOINVILLE, Príncipe de — I, 109, 110, 244, 245, 394; II, 310.
- JORGE III da Inglaterra — I, 172.
- JORGE IV da Inglaterra — I, 472.
- JOSÉ 1.º de Portugal, Dom — III, 255.
- JOSÉ BONIFACIO — I, 49, 52, 54, 60 a 77, 80 a 87, 121, 125, 165, 166, 168, 176, 177; II, 81; III, 82.
- JOSÉ BONIFACIO, O MÓÇO — II, 3, 159, 453; III, 42.
- JOSÉ CARLOS de Almeida Torres (Vide MACAÉ, 2.º visconde de).
- JOSEFINA DA FONSECA-COSTA (Vide FONSECA-COSTA, Viscondessa de).
- JULIEN, A. — II, 223.
- JUNDIAÍ, Marquez de — I, 74.
- KARR, Afonso — II, 319 a 321, 397, 398.
- KLEINMICHEL, Condessa de — I, 233.
- KOCH — II, 186.
- KOPKE — II, 64.
- KRAEMER, Almirante von — II, 81, 90, 91.
- LA BRUYÈRE — II, 124.
- LABOULAYE — II, 421.
- LACOMBE — I, 102.
- LADARIO, Barão de — III, 181, 251, 290, 293.
- LAEMMERT — II, 69.
- LAET, Carlos de — III, 296.
- LAFAYETTE PEREIRA, Conselheiro — II, 38, 63, 152, 155, 160, 462, 468, 490, 512; III, 6, 10, 14, 15, 45, 49, 74, 140, 146, 158, 160, 230, 231.
- LAFÕES, Duque de — I, 67.
- LAGES, Conde de — I, 136.
- LAMARTINE — I, 90; II, 159, 204, 210, 294.
- LAMAS, Andrés — I, 369; II, 5, 29.
- LAMAS, Pedro — I, 369.
- LAMY, Etienne — II, 120.
- LANGSDORFF, Barão de — I, 155, 245.
- LASSANCE, General — III, 213, 214, 271, 272.
- LEAL, Aurelino — II, 518.
- LEÃO XIII — II, 303, 304.
- LEÃO VELLOSO, Pedro — II, 159, 429, 512; III, 196.
- LECONTE DE LISLE — III, 114.
- LEMONS BRITO — I, 426.
- LÉON-DUFOUR — II, 397.
- LEONARDO, Vitorino — II, 199.
- LEOPOLDINA, Imperatriz Dona — I, 37, 39, 41 a 45, 154; III, 63.
- LEOPOLDINA, Princesa Dona (Vide SAIXE, Duquesa de).
- LEOPOLDO II da Austria — I, 253.
- LEOPOLDO II da Belgica — II, 287.
- LESSA, Pedro — II, 21, 22, 23.
- LESSEPS, F. de — II, 402.
- LEUCHTENBERG, Príncipe Augusto de — II, 278.

- LEVASSEUR — III, 114.
 LIAIS — III, 114.
 LIEVEN, Princesa de — III, 64.
 LIMA E SILVA, Brigadeiro — I, 44.
 LIMA E SILVA, José de — I, 514.
 LIMPO DE ABREU (Vide ABAETÉ, Visconde de).
 LINC, Elisa — I, 544.
 LINDENCRONE, Hegermann — II, 378.
 LINS, Ivan — II, 136.
 LISBOA, Bento (Vide CAIRÚ, Barão de).
 LISBOA, Miguel Maria (Vide JARURA, Barão de).
 LISZT — II, 101, 228, 381, 393.
 LITARÉ — II, 191.
 LOBO, Aristides — III, 177, 185.
 LOBO, Heino — II, 210.
 LOBO D'ELÇA (Vide SAICAN, Barão de).
 LONGFELLOW — II, 183, 184, 229, 230, 311, 316, 377.
 LOPES, Eneas — II, 80, 81, 83, 84.
 LOPES GAMA, Caeiano Maria (Vide MARANGUARE, Visconde de).
 LOPEZ, Solano — I, 315, 402, 403, 414, 416 a 422, 424 a 426, 438, 453, 455, 465, 470, 502, 508, 511 a 522, 529, 531 a 533, 535 a 544; II, 164, 238, 344, 531; III, 7, 135, 141.
 LORRÃO, Barão de — II, 159, 210, 304; III, 205, 206, 208, 211, 223, 271, 275.
 LORRÃO, Baronesa de — III, 25, 105, 117, 120, 124, 211, 233.
 LUCENA, Barão de — II, 35.
 LUDOLF, Conde — II, 269, 274, 275.
 LUÍZ, Príncipe Dom — III, 300, 308.
 LUÍZ I de Portugal, Dom — II, 277, 278.
 LUÍZ-FELIPE I de França — I, 244, 245, 288; II, 21, 25, 154, 349, 350; III, 83.
 LUÍZ JOSÉ, Arquiduque — I, 396.
 LUÍZ-NAROLEAO, Príncipe (Vide NAROLEÃO III).
 LUMBROSO, A. — II, 305.
 LUND, Pedro — II, 230.
 LYTZEN, Niels A. — II, 382.
 MAC DOWELL — III, 35, 153.
 MACAË, 2.º Visconde de — I, 145, 195, 196, 282, 283, 285, 286, 290, 395, 299.
 MACAÛBAS, Barão de — II, 64.
 MACEDO, Joaquim Manuel de — I, 327, 366; II, 41, 68, 439.
 MACEDO COSTA, Dom Antonio de — II, 331.
 MACEIÓ, Marquês de — I, 137, 219, 236, 238.
 MACHADO BITTENCOURT, Jacinto — I, 529.
 MACIEL MONTEIRO (Vide ITAMARACÁ, Visconde de).
 MAGALHÃES, Bazílio de — II, 337.
 MAGALHÃES, Benjamim Constant Botelho de (Vide BENJAMIM CONSTANT).
 MAGALHÃES, Fernando — II, 30, 135, 175, 231.
 MAGALHÃES CASTRO, A. — III, 199.
 MAGALHÃES CASTRO, Tenente — III, 263.
 MAGALHÃES DE AZEREDO — I, 152; II, 109, 180.
 MALER, Coronel — I, 66.
 MALLET, Coronel — III, 213 a 215, 217, 218.
 MANUEL-FELIZARDO de Sousa e Melo — I, 303; II, 36, 149.
 MANZONI, Alexandre — I, 360 a 363; II, 204, 210, 279, 293 a 295, 299; III, 209.
 MARACAJÚ, Visconde de — III, 156, 171, 173, 175, 182.
 MARANGUAPE, Visconde de — I, 145, 186, 316, 353, 385; II, 48, 446.
 MARCO AURELIO — I, 330.
 MARCOU, Jules — II, 231.
 MARIA I de Portugal, Dona — I, 36, 133; II, 79.
 MARIA II de Portugal, Dona — I, 42, 397, 398; II, 73, 214, 278, 281.
 MARIA-CLEMENTINA de Saxe, Princesa — I, 397.
 MARIA LUIZA de França — I, 40.
 MARIA-PIA de Portugal, Dona — II, 278.
 MARIA-SOFIA das Duas Sicílias — I, 232, 233, 241.
 MARIANA DE VERNA Magalhães, Dona (Vide BELMONTE, Condessa de).
 MARIANO, José — III, 45.
 MARIETTE — II, 299, 389.
 MARQUES DE SOUSA, Manuel (Vide PORTO-ALEGRE, Conde de).
 MARQUES LISBOA, Joaquim (Vide TAMANDARÉ, Marquês de).
 MARQUES LISBOA, José — I, 240.
 MARQUES LISBOA, Manuel — I, 377.
 MARSCHAL, Barão de — I, 64, 65.
 MARTIM FRANCISCO — I, 63, 78, 82, 145, 153, 183; II, 518.
 MARTIM FRANCISCO (2.º) — I, 467; II, 140, 159, 242, 243, 480; III, 43.
 MARTIM FRANCISCO (3.º) — II, 141, 156 a 158, 440; III, 43.
 MARTIN, Henri — II, 242, 402.
 MARTINHO CAMPOS — II, 38, 63, 122, 155, 425, 447, 462, 472, 481, 489, 527; III, 10, 15, 43, 44, 49, 74.

- MARTINS, Bento — I, 441.
 MARTINS JUNIOR — III, 253.
 MARTIUS, Von — II, 189.
 MASCARENHAS, Dom José de Assis — I, 102.
 MASPERO — III, 114.
 MATIAS CARVALHO — II, 369.
 MATILDE, Princesa — III, 64
 MATOSO, Ernesto — II, 528.
 MAUÁ, Visconde de — I, 383 a 385; II, 26 a 30.
 MAUL, Carlos — I, 63.
 MAXIMILIANO do Mexico — I, 378, 395, 526; II, 43.
 MEIRELES, Dr. Joaquim Soares de — I, 434.
 MEIRELES, Vitor — II, 41.
 MELO MORAIS — I, 41, 63; II, 274.
 MENA BARRETO, General (Vide SÃO GABRIEL, 2.º Barão de).
 MENDES LEAL — II, 279.
 MENDONÇA, Salvador de — II, 227 a 229.
 MERITI, Visconde de — I, 237; II, 44, 59, 77.
 MERIMÉE, Prosper — II, 101.
 MEROLA, Gennaro de — I, 228, 230, 250, 258.
 MESQUITA, Barão de — II, 45, 86.
 METTERNICH, Principe de — I, 138, 142, 151, 157, 158, 162, 163, 201, 213, 216, 220, 222, 223, 226 a 229, 233, 235, 236, 249, 253, 264.
 MIGUEL, Príncipe Dom — I, 44.
 MIGNET — II, 308.
 MIRANDA, Cesar de — II, 166.
 MIRANDA REIS, Barão de — III, 211, 214, 251, 291.
 MISTRAL — II, 316 a 318.
 MITRE, Bartolomeu — I, 91, 418, 421, 443 a 445, 447 a 449, 463, 464, 506, 536, 537; II, 4, 480.
 MONTALEMBERT — II, 242.
 MONTE-ALLEGRO, Marquez de — I, 145, 146, 245, 301, 303, 305, 306, 312, 313, 319, 335, 337, 371; II, 29, 34, 37; III, 64, 74.
 MONTE-ÁLVERNE — I, 365, 366.
 MONTEIRO, Mozart — I, 88.
 MONTEIRO, Vitorino (Vide SÃO BORJA, Barão de).
 MONTEIRO, Tobias — II, 270, 427, 428, 452, 457, 458, 467; III, 42, 51, 136, 170, 173, 177, 179, 185, 187, 198, 199, 200, 207, 212, 215, 218, 245, 247, 250, 251, 252, 254, 264, 265, 272, 274.
 MONTEZUMA, Francisco C. de Acaíaba (Vide JEQUITINHONHA, Visconde de).
 MORAIS, Evaristo de — I, 322, 324; II, 244, 248; III, 5, 6, 15.
 MORAIS SARMENTO, Casemiro — I, 299.
 MOREIRA DE AZEVEDO — I, 86.
 MOREIRA DE BARROS — III, 6.
 MOSSÉ, B. — II, 126, 173, 181, 239, 246, 283, 317, 395, 399, 403; III, 114.
 MOTTA-MAIA, Conde de — III, 76, 77, 81, 93, 106, 110, 111, 113, 115, 117, 122 a 124, 127, 128, 152, 187 a 190, 211, 214, 218, 223, 271, 274, 287.
 MOTTA-MAIA, M. V. da — III, 108, 115, 121, 127, 188.
 NABUCO, Carolina — III, 9.
 NABUCO, Joaquim — I, 56, 58, 115, 170, 171, 190, 279, 305, 306, 311, 312, 318, 325, 336, 345, 349, 352, 356, 357, 410, 412, 415, 417, 428 a 430, 453, 455, 489, 493, 501, 524, 527, 535; II, 47, 51, 123, 146, 160, 162, 163, 221, 236, 238, 240, 241, 243 a 245, 272, 273, 307, 335, 341, 343, 348, 351, 420, 429, 439 a 441, 443, 444, 485, 488, 489, 506, 507, 511, 515 a 517, 520, 524, 527, 531; III, 6, 7, 10, 15, 22, 26 a 29, 44, 47, 49, 51, 55, 60, 74, 82, 89, 226, 229, 231, 235, 236, 239, 244, 249, 259.
 NABUCO DE ARAUJO — I, 147, 337, 338, 348, 356, 428, 453, 456, 461, 489, 500, 501, 524; II, 10, 26, 34, 37, 45, 57, 63, 141, 160, 243, 247, 248, 258, 267, 268, 355, 418, 426 a 430, 439 a 444, 447, 450, 468, 474, 500, 504, 510, 513, 514, 516, 522, 523, 530; III, 57, 64, 237.
 NAPIER, Sir Charles — I, 39.
 NAPOLEÃO III — I, 373, 378; II, 278, 282, 516; III, 64.
 NAPOLES, Rei de (Vide FERNANDO II das Duas Sicílias).
 NEBIAS, Conselheiro — II, 160.
 NEMOURS, Duque de — I, 396, 397, 401.
 NERY, Felipe — I, 410.
 NEY, Conde — I, 93, 167, 194, 195, 205, 249, 258, 268, 271, 272, 277, 280, 289.
 NIOAC, Conde de — III, 86, 113, 127, 128, 301, 302.
 NITEROI, Visconde de — II, 149, 251; III, 42.
 NOBREGA, Germano Luiz — I, 63.
 NOGUEIRA DA GAMA, Brás Carneiro (Vide BAEPENDI; Conde de).
 NOGUEIRA DA GAMA, Manuel Jacinto (Vide BAEPENDI, Marquez de).
 NOGUEIRA DA GAMA, Visconde de — II, 46, 48, 95, 276, 298; III, 55, 210, 211.

- NOGUEIRA DA GAMA, Viscondessa de — II, 42, 48, 276.
- NORBERTO, Joaquim — II, 68.
- NOVA-FRIBURGO, Barão de — II, 45.
- NOVA-FRIBURGO, Visconde de — II, 77.
- NUNES MACHADO — II, 60.
- OLGA, Arquiduquesa — I, 227.
- OLEGARIO, Conselheiro — III, 193, 194.
- OLINDA, Marquez de — I, 56, 63, 114, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 132, 145, 146, 183, 186, 200 a 202, 236, 245, 296 a 307, 309 a 313, 316, 344, 349, 352 a 355, 384, 385, 460, 462, 478, 485, 488; II, 10, 11, 34, 37, 63, 151, 155, 157, 159, 239 a 241, 246, 247, 251, 252, 428, 432, 433, 445, 500, 508; III, 49, 56, 64, 74, 140.
- OLIVEIRA, Dom Vital de — II, 331 a 338, 340, 347, 350, 354.
- OLIVEIRA JUNQUEIRA — II, 339.
- OLIVEIRA LIMA — I, 47, 57, 99, 129, 169, 172, 429; II, 73, 120, 123, 189, 351, 358, 430, 503, 508, 512, 529; III, 20, 26, 38, 39, 51, 55, 137, 166, 226, 236 237, 242, 248.
- OLIVEIRA VIANA — II, 493.
- OLLIVIER, Emile — III, 162.
- ORIBE, Manuel — I, 305, 308, 309, 317.
- ORICO, Oswaldo — II, 434.
- ORLEANS, Gaston de (Vide EU, Conde d').
- OSCAR II da Suecia — II, 283, 382, 383.
- OSORIO, Fernando — III, 49.
- OSORIO, General (Vide HERVAL, Marquez de).
- OSWALD, Henrique — II, 200.
- OTAVIANO, Francisco — I, 103, 314, 339, 488, 504, 505; II, 50, 159; III, 238.
- OTAVIO, Rodrigo (Vide RODRIGO OTAVIO).
- OTAVIO FILHO, Rodrigo (Vide RODRIGO OTAVIO FLHO).
- OTTONI, Cristiano — I, 498; III, 158, 230.
- OTTONI, Teofilo — I, 126, 174 a 178, 180, 181, 187, 293, 297, 298, 323, 383, 405, 488; II, 440, 489, 516.
- OURO-PRETO, Visconde de — I, 147, 336, 339; II, 26, 34, 38, 63, 121, 122, 151, 155, 252, 447, 462, 468, 481, 484, 486, 502, 504; III, 15, 16, 49, 74, 75, 156 a 163, 170 a 177, 179 a 184, 188, 189, 191 a 194, 212, 228, 235, 242, 245, 248, 250, 251, 260, 272, 284, 285, 293.
- PAIS BARRETO, Francisco Xavier — I, 377.
- PAIS DE ANDRADE — I, 377.
- PALMERSTON — I, 392; II, 6, 10; III, 145.
- PANITZ — I, 161.
- PARANÁ, Marquez de — I, 122, 124, 145, 146, 176, 189 a 194, 196, 237, 265, 270, 283, 292, 293, 296, 299, 300, 304, 314, 316, 321, 334 a 337, 339, 341 a 351, 354, 356 a 358, 471, 486; II, 5, 26, 29, 37, 57, 119, 147, 150, 151, 154, 147, 252, 274, 428, 430, 440, 445, 499, 508, 515, 529; III, 74, 75, 145, 149.
- PARANAGUÁ, 1.º marquez de — I, 145, 146, 169, 187.
- PARANAGUÁ, 2.º marquez de — I, 147, 316, 339, 453, 456 a 459, 467, 474, 506, 507, 509, 528; II, 10, 38, 63, 64, 95, 130, 133, 155, 167, 170, 453, 462, 466 a 469, 481, 500; III, 10, 15, 24, 25, 27, 28, 44, 49, 64, 74, 75, 105, 196, 231, 293.
- PARANAPIACABA, Barão de — II, 62, 210, 222, 294.
- PARANHOS, José Maria da Silva (Vide RIO-BRANCO, Visconde de).
- PASSAGEM, Barão da — II, 165; III, 290.
- PASTEUR — II, 310, 308, 313, 314, 402; III, 97 a 100, 102, 103, 114.
- PATROCINIO, José do — III, 186.
- PAUL, Rojas — III, 256.
- PAULA, Princesa Dona — I, 42, 210; II, 115.
- PAULA BRITO — II, 148.
- PAULA SOUSA e Melo, Francisco de — I, 145, 146, 149, 291, 292 a 295, 299, 302, 303, 336; II, 37, 152, 463; III, 74.
- PAULINO J. SOARES DE SOUSA (Vide URUGUAI, Visconde de).
- PAULINO DE SOUSA FILHO — I, 348, 351, 352, 489; II, 38, 57, 137, 421, 440, 480, 504; III, 43, 56, 74, 158, 183, 196.
- PEDRA-BRANCA, Visconde de — I, 327; II, 175, 485.
- PEDREIRA, Desembargador — I, 103.
- PEDREIRA do Couto Ferraz, João — I, 103.
- PEDREIRA do Couto Ferraz, Luis (Vide BOM RETIRO, Visconde de).
- PEDRO, Príncipe Dom — I, 326.
- PEDRO I, Dom — I, 36 a 39, 42, 43, 46 a 48, 51 a 55, 60, 70 a 73, 75 a 81, 95, 118, 121, 133, 138, 151, 154, 165, 177, 183, 204, 205, 211, 212, 215, 221.

- 256, 399; II, 80, 87, 279, 281, 324, 496; III, 82, 208, 279.
- PEDRO V de Portugal, Dom — II, 214, 215, 280.
- PEDRO AMERICO de Figueiredo — I, 363; II, 41, 194, 195, 199, 393, 394; III, 121.
- PEDRO AUGUSTO de Saxe, Principe Dom — II, 328; III, 66, 72, 96, 112, 113, 118, 127, 214, 217.
- PEDRO DE ORLEANS-BRAGANÇA, Principe Dom (Vide GRÃO PARÁ, Principe do).
- PEDRO de Santa Mariana, Frei — I, 92 a 94, 101, 128, 165, 205, 206, 377.
- PEDRO LUIS Pereira de Sousa — II, 159, 270, 482.
- PEEL, Sir Robert — I, 242; II, 6, 424.
- PEIXOTO, Afranio — II, 39; III, 97.
- PEIXOTO, Floriano — III, 131, 170 a 173, 175, 176, 179 a 182, 184.
- PELOTAS, Visconde de — I, 430, 520, 542 a 544; II, 56; III, 136, 141, 142, 185, 228.
- PENA, Afonso — III, 45.
- PENEDO, Barão de — I, 147, 348, 331, 352, 380, 389, 390, 455, 461, 487, 488, 502, 515, 517, 521; II, 114, 255, 259, 267, 319, 335, 339, 341 a 343, 348, 432, 511; III, 60, 236, 252, 299, 302.
- PENIDO, João — III, 45, 81.
- PENTHIEVRE, Duque de — I, 396.
- PERDIGÃO MALHEIROS — II, 240.
- PEREIRA, José Clemente — I, 145, 186, 188.
- PEREIRA DA SILVA, J. M. — I, 293, 372, 374, 382, 424; II, 45, 159, 258, 424, 435, 436, 449, 487; III, 21, 41, 57.
- PEREIRA MARINHO — I, 325.
- PEREIRA PINTO, H. — III, 291.
- PERIER, Casimir — II, 154.
- PETER, Dr. — III, 115, 116.
- PINHEIRO GUIMARÃES — I, 505, 543.
- PIMENTA BUENO (Vide SÃO VICENTE, Marquez de).
- PINTO DE CAMPOS, Monsenhor — I, 48, 50, 99; II, 89, 179, 180, 211; III, 102.
- PIO IX — II, 300 a 303, 347, 348, 359, 362, 391; III, 96, 209.
- PIRES BRANDÃO — III, 287.
- PIRES DA MOTA — II, 36.
- PLANTÉ Gaston — II, 397.
- PONTE RIBEIRO — II, 439.
- PONTOIS, E. — I, 47.
- POLIDORO da Fonseca Jordão, General (Vide SANTA TEREZA, Visconde de).
- POMPEIA, Raul — II, 65.
- PORTO-ALEGRE, Conde de — I, 441 a 443, 445, 446, 448, 460 a 463, 505, 509; II, 38; III, 136.
- PORTO-ALEGRE, Manuel de Araujo — (Vide ARAUJO PORTO-ALEGRE).
- PORTO-SEGURO, Visconde de — I, 63, 364; II, 40, 208, 210, 294, 432.
- PRADO, Antonio, Conselheiros — III, 33, 46.
- PRADO, Eduardo — III, 137, 138.
- PRESENÇÉ — II, 221, 351.
- PRINCEZA IMPERIAL (Vide EU, condessa d').
- PRUDHOMME, Sully — III, 114, 301, 302.
- QUARAUM, Visconde de — II, 48, 445.
- QUATREFACES — II, 218; III, 114.
- QUEIROZ, EÇA de — II, 326.
- QUEIROZ, Euzebio de (Vide EUZEBIO DE QUEIROZ).
- QUESADA, Vicente — I, 308; II, 22, 64, 73, 82, 91, 95, 108, 511; III, 72, 83, 91 a 93, 234, 249, 257.
- RAEDERS, Georges — II, 212.
- RAFFARD, Henri — I, 96, 103.
- RAMALHO ORTIÇÃO — II, 326; III, 94, 129.
- RAMÍREZ, Vincenzo — I, 226, 228, 229.
- RAMÍZ-CALVÃO, Barão de — III, 219.
- RANGEL, Alberto — I, 396, 397, 399; III, 288.
- REBEIRO, Manuel José — III, 283.
- REBOUCAS, André — II, 196, 197, 251, 255, 528; III, 17, 190, 219, 223, 254.
- RECHBERG, Conde de — I, 195, 248, 249, 263, 264, 270, 272, 273, 276, 277, 281, 283 a 285, 287, 290.
- REGO BARROS, Francisco do (Vide BÔA-VISTA, Conde de).
- REGO BARROS, João do — II, 111.
- REGO BARROS, Sebastião do — I, 171.
- RENAN, E. — II, 101, 103, 176, 177, 187, 191, 218, 219, 308, 352, 509; III, 83, 98, 295.
- RIBEIRO da Silva, José — I, 229, 233, 234.
- RIBEIRO DA LUZ — II, 339, 438.
- RIBEIRO DE ANDRADA, Antonio Carlos (Vide ANTONIO CARLOS, 1.º e 2.º).
- RIBEIRO DE ANDRADA, Martim Francisco (Vide MARTIM FRANCISCO, 1.º e 2.º).
- RIBEIRO DE SOUSA, Julio Cesar — II, 200.

- RIBEYROLLES, Charles — I, 373.
 RICHELIEU, Cardinal de — I, 336.
 PIO-APA, Barão do — III, 182, 292.
 RIO-BRANCO, Barão do — I, 404, 420, 422, 424, 428; II, 51, 64, 239, 261, 447; III, 116, 292, 294.
 RIO-BRANCO, Visconde do — I, 147, 308, 314, 316, 333, 336 a 338, 348, 356, 412, 413, 419, 420, 424, 426, 466, 469 a 472, 480, 490, 507, 510 a 512, 514, 516, 518, 520, 531, 537, 539, 540, 542, 543; II, 5, 12, 15, 34, 37, 49, 50, 56, 59, 96, 135, 149, 154, 158, 160, 164, 176, 237, 247, 252, 258, 260 a 262, 268, 270 a 273, 275, 297, 298, 322, 332, 334, 338 a 340, 344, 348, 357, 365, 419, 420, 424, 428, 430, 439, 447, 457, 473, 505, 515; III, 4, 16, 41, 55 a 57, 74, 75, 148, 149.
 RIO-NEGRO, Baroneza do — II, 71.
 RIO-SÊCO, Visconde do (Vide JUNDIAÍ, Marquez de).
 RISTORI, Adelaide — II, 70, 226.
 RIVET, Gustave — II, 404, 408; III, 254.
 ROCCA-GUGLIELMA, Condessa di — I, 395.
 ROCHA, José Joaquim da — I, 63.
 ROCHA, Justiniano José da — I, 115; II, 148.
 ROCHA POMBO — I, 59, 85, 119, 121, 127, 129, 185; III, 233.
 RODRIGO OTAVIO — II, 188.
 RODRIGO OTAVIO FILHO — II, 516.
 RODRIGUES, Tomáz — II, 434.
 RODRIGUES TORRES (Vide ITABORAÍ, Visconde de).
 RODRIGUES DA SILVA, Firmino — I, 293.
 ROMANA de Aragão Calmon, Dona (Vide ITAPACIPE, Condessa de).
 ROMUALDO, Dom (Vide SANTA CRUZ, Marquez de).
 ROSA de Sant-Ana Lopes, Dona (Vide SANT'ANA, Baroneza de).
 ROSAS, Dom Manuel — I, 304 a 306, 308, 309, 313, 315 a 317, 335, 461.
 ROSEBERY, Lord — III, 145.
 ROUEN, Barão — I, 134, 182.
 ROUCÉ — II, 389.
 ROURE, Agenor de — II, 425, 454, 472, 474, 482; III, 42, 48, 54.
 ROUX, Professor — III, 97.
 RUI BARBOSA — II, 152, 245, 480; III, 17, 36, 42, 78 a 81, 227, 259, 271, 272.
 RUPAZ — II, 401.
 RUSSELL, Lord — I, 391, 392; II, 10; III, 145.
 SÁ E ALBUQUERQUE, A. C. de — I, 505, 537, 538; II, 168.
 SAIÃO LOBATO, F. de P. (Vide NITEROI, Visconde de).
 SAICAN, Barão de — I, 439.
 SAINT-GEORGES, L. de — I, 142, 155, 159, 160, 166, 170, 189, 206, 230, 239, 247, 250, 268, 286, 319 a 322, 324, 371, 386, 389, 390.
 SAINT-HILAIRE — I, 46; II, 103.
 SALDANHA MARINHO — I, 147; III, 70, 230.
 SALLES TORRES-HOMEM (Vide INHOMERIM, Visconde de).
 SALISBURY, Lord — I, 392.
 SAN MARTINO, Conde de — I, 254.
 SANGUIGNI, Monsenhor — II, 337.
 SANTA CRUZ, Marquez de — I, 136.
 SANTA ISABEL, Visconde de — I, 530, 532.
 SANT'ANA, Baroneza de — I, 327, 531.
 SANT'ANGELO, Barão de — I, 134, 152; II, 41, 68, 79, 209, 210, 226, 279.
 SANTA TEREZA, Visconde de — I, 384, 463, 510; II, 38; III, 136.
 SANTO AMARO, Marquez de — I, 266; II, 291.
 SANTOS, Felício dos — III, 43, 46.
 SANTOS, José Maria dos — I, 464.
 SANTOS, Marquês de — I, 204.
 SÃO BORJA, Barão de — I, 534; II, 38.
 SÃO CLEMENTE, Condessa de — II, 48.
 SÃO GABRIEL, 2.º Barão de — I, 418; III, 136.
 SÃO JOÃO DA PALMA, Marquez de — I, 103.
 SÃO LEOPOLDO, Visconde de — I, 145, 146.
 SÃO SALVADOR DE CAMPOS, Visconde I, 237 a 241, 243, 257.
 SÃO VICENTE, Marquez de — I, 279, 314, 316, 405, 409, 478, 480, 490, 492; II, 29, 35, 37, 49, 57, 95, 122, 155, 160, 236, 238 a 241, 246, 247, 249, 255, 256, 258 a 260, 262, 365, 531; III, 56, 74, 146, 148, 244.
 SAPUCAÍ, Marquez de — I, 63, 94, 103, 145, 146, 185, 186, 188, 235, 327, 375; II, 95, 160, 241.
 SARAIVA, Conselheiro — I, 147, 287, 314, 316, 402, 410 a 413, 415, 417 a 419, 423, 425, 427, 453 a 455, 488, 535, 537; II, 10, 11, 34 a 36, 38, 49, 63, 121, 151, 154, 157, 158, 164, 241, 430, 447, 461 a 472, 474, 476, 478, 482, 483, 486, 490, 500, 516, 529; III, 10, 16, 19, 23, 24, 27, 28, 47, 49, 57, 74, 194, 197, 198, 201, 227, 230, 259, 260.
 SARDOU, Victorien — III, 114.

- SATURNINO DE SOUSA — I, 192 a 194, 196, 279, 300, 304, 334.
- SAVON, Michel — III, 119.
- SAXE, Duque de — I, 397 a 401, 431, 435; II, 328.
- SAXE, Duquesa de — I, 326, 393, 397, 400 a 402; II, 72, 73, 81, 271, 328; III, 66, 116.
- SCHENCK, Roberto C. — II, 284.
- SCHLEINITZ, Condessa de — II, 289, 290, 380, 515.
- SCHLICHTORST — I, 40]
- SCHREINER — II, 95, 147, 186, 187, 346, 360 a 362, 366 a 370, 509, 512; III, 65.
- SCHUCH, Roque — I, 92.
- SCILLA, Príncipe — I, 242, 243.
- SCOTT, Walter — II, 285, 287.
- SEILLER, Barão von — III, 107, 108, 112.
- SEMMOLA, Dr. — III, 123, 124, 128.
- SEPETIBA, Visconde de — I, 83 a 86, 103, 114, 124, 145, 146, 164, 165, 168 a 182, 185 a 189, 191 a 197, 203, 204, 206, 207, 215, 216, 218, 221, 224, 229, 230, 234 a 236, 239, 249, 255, 259, 270, 278, 279, 283, 287, 288, 293, 295, 296, 298, 304, 316, 332, 335, 339, 372; II, 37, 74, 95, 307, 498; III, 64, 74, 75.
- SERRA, Joaquim — II, 19.
- SERRANO, Comandante — III, 217, 218.
- SEYBOLD, C. F. — II, 186; III, 113.
- SILVA, Inocencio F. da (Vide INOCENCIO F. DA SILVA).
- SILVA, Lafayette — I, 107.
- SILVA, Visconde de — II, 44, 45.
- SILVA ARAUJO, Oscar — II, 192.
- SILVA BARBOSA, Paulino — I, 242.
- SILVA COSTA, Conselheiro — III, 193, 196, 290.
- SILVA COSTA, Heitor — III, 290.
- SILVA LARA, Manuel Caetano — II, 200.
- SILVA JARDIM — III, 253.
- SILVA PARANHOS, José Maria da (Vide RIO-BRANCO, Visconde do).
- SILVA PARANHOS JUNIOR, José Maria da (Vide RIO-BRANCO, Barão do).
- SILVA ROCHA, Manuel Antonio da — II, 277.
- SILVEIRA DA MOTA, Artur (Vide JACUGUAL, Barão de).
- SILVEIRA DA MOTA, Joaquim — I, 410, 491, 493, 494; II, 160, 240; III, 41, 48.
- SILVEIRA LOBO, Francisco da — I, 428.
- SILVEIRA MARTINS, Gaspar da — II, 63, 121, 150, 153, 422, 424, 425, 427, 447, 454, 461, 473, 489, 503, 525, 529; III, 35, 43, 47, 61, 68, 74, 88, 158, 160, 192, 193, 231, 238 a 240, 255, 287, 299.
- SILVEIRA MARTINS, J. J. — III, 157, 255.
- SIMEÃO de Oliveira, General José — I, 543; III, 472.
- SIMÕES DE CASTRO, Augusto Mendes — II, 277.
- SIMON, Jules — II, 176, 177.
- SIMONI, L. de — II, 203.
- SINIMBÚ, João de II, 429.
- SINIMBÚ, Visconde de — I, 147, 186, 314, 316, 385, 447, 488, 489, 502; II, 10, 35 a 37, 63, 136, 137, 140, 145, 155, 172, 181, 185, 253 a 255, 267, 268, 400, 427 a 430, 432, 444 a 446, 448 a 460, 462, 464 a 469, 474, 476, 489, 500, 529; III, 6, 10, 15, 16, 22, 27, 44, 47, 49, 74, 194, 256.
- SIRACUSA, Príncipe de — I, 242.
- SMITH, Herbert — II, 112.
- SOARES DE MELO, Adolfo José — II, 200.
- SOARES DE SOUSA, Paulino José (Vide URUGUAI, Visconde de).
- SOARES DE SOUSA FILHO, Paulino José (Vide PAULINO DE SOUSA FILHO).
- SODRÉ, Jeronimo — III, 42, 49.
- OLON, Major — II, 205.
- SONNLEITHNER, H. von — I, 302, 326, 350, 351, 353, 370, 394, 395, 397, 398, 400, 401.
- SOUSA, Manuel de — II, 488.
- SOUSA CARVALHO — II, 513.
- SOUSA DANTAS, J. P. de — III, 79.
- SOUSA DANTAS, M. P. de (Vide DANTAS, Manoel Pinto de).
- SOUSA FONTES, Conselheiro — II, 369.
- SOUSA E MELO, Manuel-Felizardo de (Vide MANUEL-FELIZARDO).
- SOUSA FRANCO, Visconde de — I, 149, 354, 356, 490; II, 10, 11, 45, 154, 241; III, 49, 161.
- SOUSA NETO, General — I, 408.
- SOUSA RAMOS — II, 149.
- SOUZA DOCA — I, 101, 113, 416, 417, 426, 427.
- STOLL, M. — III, 219, 223.
- SUASSUNA, Visconde de — I, 145, 146, 299.
- SUETONIO — I, 60, 385; II, 82.
- SUZANET, Conde de — I, 143, 159.
- TAMANDARÉ, Marquez de — I, 375, 377, 378, 412, 418, 419, 426, 443, 504; II, 39, 57, 125; III, 211, 214, 217, 218, 293.
- TAINÉ, H. — II, 308, 309.

- TAQUES, Magalhães (Vide MAGALHÃES TAQUES).
- TAUNAY, Adelaide — I, 329.
- TAUNAY, Afonso d'E. — II, 222, 390; III, 118.
- TAUNAY, Charles — I, 246.
- TAUNAY, Félix — I, 92, 94, 329.
- TAUNAY, Cofredo — II, 283; III, 12, 298, 299, 300.
- TAUNAY, Visconde de — I, 329, 501; II, 7, 8, 178, 197, 234; III, 12, 87, 118, 127, 190, 210, 258, 293.
- TAUTPHOEUS — II, 64.
- TAVARES, Joca — I, 544.
- TAVARES BASTOS — I, 487, 489; II, 240, 463; III, 41.
- TAVARES DE LYRA, Augusto — I, 191, 296; II, 450.
- TAYLOR, Bayard — II, 379.
- TEFFÉ, Barão de — III, 290.
- TEIXEIRA, José Luiz — II, 166.
- TEIXEIRA, Mucio — I, 99, 365.
- TEIXEIRA DE MACEDO, Artur — II, 212, 369, 381, 384.
- TEIXEIRA DE MACEDO, Sergio — I, 356, 432.
- TEIXEIRA JUNIOR (Vide CRUZEIRO, Visconde de).
- TEMLIER, Mademoiselle — I, 327.
- TEREZA-CRISTINA, Imperatriz Dona — I, 212, 226 a 236, 238, 239, 241 a 244, 249 a 251, 257, 259, 268, 274 a 277, 283, 287, 291, 361; II, 49, 59, 70, 72, 74, 75, 79, 80, 87, 89, 104, 105, 107, 112, 126, 171, 178, 196, 268, 271, 272, 275 a 278, 282, 286, 310, 318, 365, 368, 369 381; III, 31, 63, 93, 95, 105, 106, 112, 113, 117, 118, 120, 122 a 128, 130, 131, 206, 209, 210, 214, 216 a 218, 222, 246, 268, 269, 283 a 287.
- THIERS — II, 23, 159, 213, 282, 312, 313, 521; III, 63.
- THOMAS, Ambroise — III, 114.
- THORNTON, Edward — I, 450.
- TIMANDRO (Vide INHOMERIM, Visconde de).
- TITO FRANCO, Conselheiro — I, 127, 171, 174 a 177, 180, 181, 194, 293 a 295, 343, 345, 353 a 355, 453; II, 169, 221, 491, 495, 504, 518, 527, 528.
- TOMMASEO — II, 213.
- TORRES, Alberto — III, 199.
- TORRES-HOMEM, Sales (Vide INHOMERIM, Visconde de).
- TOSTA, Manuel Vieira (Vide MURITIRA, Marquez de).
- TREPANI, Condes de — II, 232, 291.
- TRIUNFO, Barão do — I, 529; II, 38, 39; III, 136.
- TROMPOWSKI, Major — III, 198, 201.
- ULLOA, Pietro — I, 260.
- URQUIZA, General — I, 317, 416.
- URSEL, Conde d' — II, 58, 127.
- URUGUAI, Visconde de — I, 145, 146, 187, 188, 246, 301, 312, 313, 316, 317, 320, 321, 344, 348 a 353, 355, 357, 489; II, 37, 252, 440; III, 74, 75, 149, 236, 246.
- URUGUAIANA, Barão de — I, 147, 170, 345, 357, 434, 448, 454, 456, 460 a 462, 467, 468, 505, 506, 523; II, 11, 139, 155, 428, 446, 499, 508, 531.
- VACQUERIE, A. — II, 409.
- VARELA, Hector — III, 55.
- VARNHAGEN (Vide PORTO-SEGURO, Visconde de).
- VASCONCELOS, Bernardo de — I, 56, 121, 123, 146, 186, 187, 293, 296, 300; II, 37, 159, 252; III, 40, 74.
- VASQUES — II, 70, 71.
- VAZ CAMINHA, Pedro — I, 364.
- VEIGA, Evaristo da — I, 55, 58, 123.
- VEIGA, Evaristo Ferreira da (Vide FERREIRA DA VEIGA).
- VERISSIMO, José — I, 292; II, 19, 175, 191; III, 89, 266.
- VERNA e Bilstein, Dona Joaquina de — I, 265, 266, 289.
- VERNA MACALHÃES, Ernesto de — I, 258.
- VERNA MACALHÃES, Dona Mariana de (Vide BELMONTE, Condessa de).
- VERNET, Horace — II, 396.
- VERSCHUER — II, 82.
- VIANA, Ulisses — III, 49.
- VIANA, Vitor — I, 186.
- VIEIRA DA SILVA, Conselheiro — II, 159.
- VIEIRA FAZENDA — I, 84, 113, 114.
- VIEIRA SOUTO Deputado — I, 123.
- VIEIRA BARBOSA, Francisco (Vide PARRANAGUÁ, 1.º Marquez de).
- VIIHENA DE MORAIS — I, 470, 471, 473; II, 346, 359, 360, 362.
- VILLA-BELLA — II, 461.
- VILLAVIEJA I, 420.
- VILLENEUVE, Conde de — III, 128.
- VINCENT, Frank — II, 372.
- VIRASORO, José — I, 317.
- VITAL, Dom (Vide OLIVEIRA, Dom Vital de).
- VITAL-HUGO — II, 191, 204, 210, 403 a 409; III, 83, 115, 254.

- VITOR-MANUEL II da Italia — II, 278, 300 a 302; III, 121.
- VITORIA da Inglaterra — I, 254, 381, 392, 397, 450, 451; II, 283, 290, 412; III, 34, 121, 145.
- VIVEIROS DE CASTRO — II, 332, 334, 337, 342, 358.
- VOLTA — II, 213.
- WAGNER — I 363; II, 101, 195, 201, 226 a 229, 289, 290, 380.
- WANDENKOLE, Almirante — III, 213.
- WANDERLEY, João Mauricio (Vide CO-TECIPE, Barão de).
- WANDERLEY PINHO — I, 287, 475, 477, 481, 487, 496, 498, 499, 509, 511, 512, 520, 537, 539, 541; II, 130, 142, 164, 256, 345, 361; III, 34.
- WASHBURN — I, 516.
- WATTEAU — II, 213.
- WELLINGTON, Duque de — I, 472.
- WEISERSHEIMB, Conde de — III, 185, 194, 220, 274.
- WERNECK VARELA — II, 165.
- WHITTIER, John — II, 376.
- WILLIAMS, Mary W. — II, 194, 285, 370, 374 a 377, 379; III, 265.
- WISE, Henry — I, 284.
- XAVIER DE SOUSA, General Guilherme — I, 512 a 514, 522.
- YSEMBOURC, Principe de — II, 291.
- ZACARIAS DE GOES — I, 148, 339, 380, 402, 408, 410, 418, 423, 460, 462 a 464, 466 a 468, 472, 473, 475 a 482, 484 a 491, 493 a 499, 502, 518, 519; II, 10, 11, 26, 37, 50, 57, 63, 122, 140, 152, 153, 155, 236, 237, 240, 246, 248, 251, 368, 417, 433, 436, 442, 443, 463, 500, 510, 530, 531; III, 49, 56, 57, 74, 75, 145, 146, 148, 159, 160, 237, 247.
- ZAMA, Cesar — III, 44, 49, 76, 146, 148.
- ZANETTI, F. — II, 302.

ERRATA

Os dois primeiros volumes desta obra saíram publicados eivados de erros, muitos dos quais o autor não assume a responsabilidade. Seria impossível assinalá-los todos, mas os seguintes, de natureza historica, devem ser referidos:

VOLUME I

- Pag. 158, 24.^a linha em vez de "Bragança": Habsburgo:
Pag. 159, 1.^a linha, em vez de "Habsburgo": Bragança.
Pag. 185, nota 117, 2.^a linha, em vez de "Herculano": Aureliano.
Pag. 195, 4.^a linha, em vez de "futuro conde": 2.^o visconde.
Pag. 216, 9.^a linha, em vez de "barão": visconde.
Pag. 226, 4.^a linha, em vez de "Francisco": Fernando.
Pag. 256, 15.^a linha, em vez de "rainha": imperatriz.
Pag. 416, 17.^a linha, em vez de "Imperador": Imperio.
Pag. 489, 16.^a linha, em vez de "Uruguai": Itaboraf e Uruguai.
Pag. 489, 19.^a linha, em vez de "Nabuco, Itaboraf, Tavares Bastos": Nabuco e Tavares Bastos.

VOLUME II

- Pag. 278, 13.^a linha, em vez de "Vitor Manoel I": Vitor Manoel II.
Pag. 381, nota 365, 3.^a linha, em vez de "Viena": Atenas.
Pag. 513, 16.^a linha, em vez de "Schweinitz": Schleinitz.
-

* Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", á rua Conde de Sarzedas, 38, S. Paulo — para a Companhia Editora Nacional, em Junho de 1940.

I



O conselheiro João Alfredo

(De uma fotografia da época)

II



A rua 1.º de Março nos últimos anos do Império

(De uma fotografia da época)



A família imperial em Petropolis, em 1885. Da esquerda para a direita: Dom Pedro-Augusto, filho de Dona Leopoldina; a Imperatriz; Dom Antonio, filho de Dona Isabel; Dona Isabel; o Imperador; Dom Pedro e Dom Luiz, filhos de Dona Isabel; o conde d'Eu

(Do arquivo da família imperial)



O Imperador e a Imperatriz no parque do palacio imperial de Petropolis,
no verão de 1887

(Do arquivo da familia imperial)



A família imperial na Tijuca, em 1888. Da esquerda para a direita: Dona Isabel, rodeada dos tres filhos, Dom Antonio, Dom Luiz e Dom Pedro; Dom Augusto de Saxe, neto do Soberano; o Imperador, o conde d'Eu e a Imperatriz; Dom Pedro-Augusto de Saxe, irmão de Dom Augusto

REPARTIÇÃO GERAL

TELEGRAPHOS

Estação de Vetrop, 22 de Maio de 1888

Telegrama N. <u>21</u>	Numero de ordem <u>709</u>	CARIMBO
Hora de apresentação <u>3/2 pm</u>	Remetido a	
Numero de palavras <u>35</u> pagas	Hora de expedição <u>7 5 p</u>	
Recebido de		
Ao <u>T. M. B. C.</u>		
Assinatura do Telegramista	Assinatura do Telegraphista Expedidor	
Procedente de <u>Milão</u>	Data	H. ra

Endereço



Princesse Imperiale

Grand satisfaction pour mon
cœur et grâce à Dieu pour
la réalisation de la exaltation
au Brésil !
vous et pour tous les Brasi-
liens

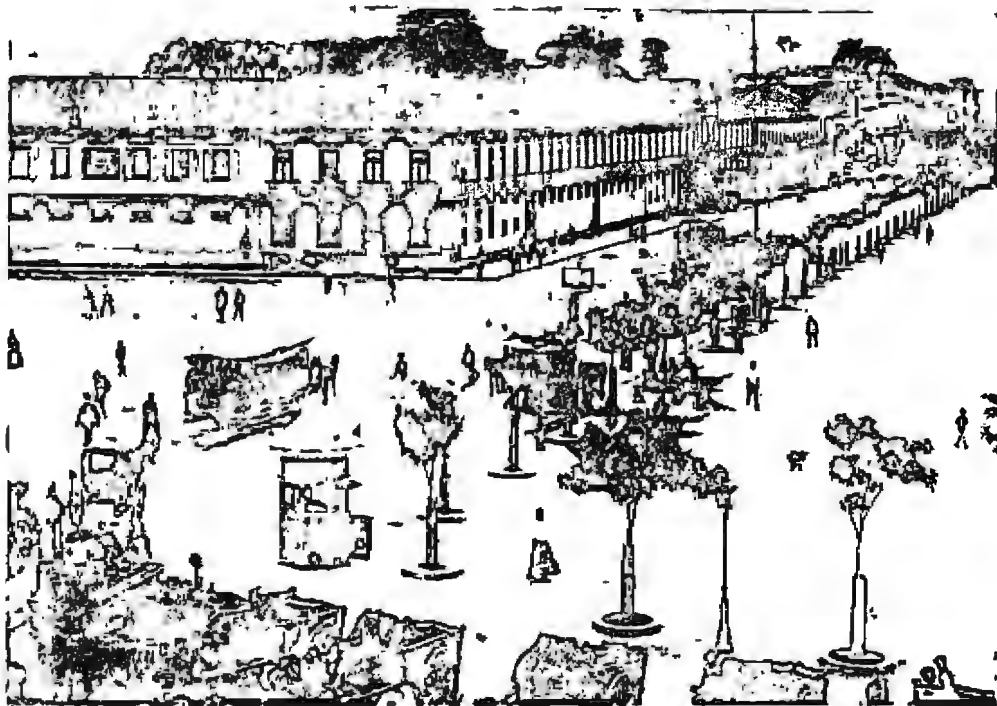
Nome e morada do remetente

Pedro de Siqueira

Telegrama expedido de Milão á Princesa Imperial Regente, em maio de 88, por ocasião da promulgação da lei da abolição da escravidão. O original está no arquivo da familia imperial



Grupo tirado a bordo do *Congo*, de volta da Europa, em agosto de 1888. De pé, atrás do Imperador: barão e baroneza de Carapetés; conde de Motta Maia; conde de Nionc. Sentado, ao lado do Imperador, o neto, Dom Pedro



Vista de parte do campo de Sant'Ana, atual praça da Republica, tendo ao fundo o Quartel General do Exército, onde o Gabinete Ouro-Preto foi destituido pelo marechal Deodoro, na manhã de 15 de novembro de 1889

REPARTIÇÃO GERAL
TELEGRAPHOS

Voluntária

1889

Telegramma N

Número da ordem

Horas de expedição

Officina de

Número de palavras

1990

Horas de expedição

Recebido de

A's

Assinatura do Telegramma

Assinatura do Telegrafista Expedidor



Procedente de

Data

Hora

Mensagem

Handwritten message:
 O Visconde de Ouro Preto, comunicando ao Imperador o golpe de Estado do marechal Deodoro e dando a demissão coletiva do Ministerio. Fotografia do original, conservado no arquivo da familia imperial.

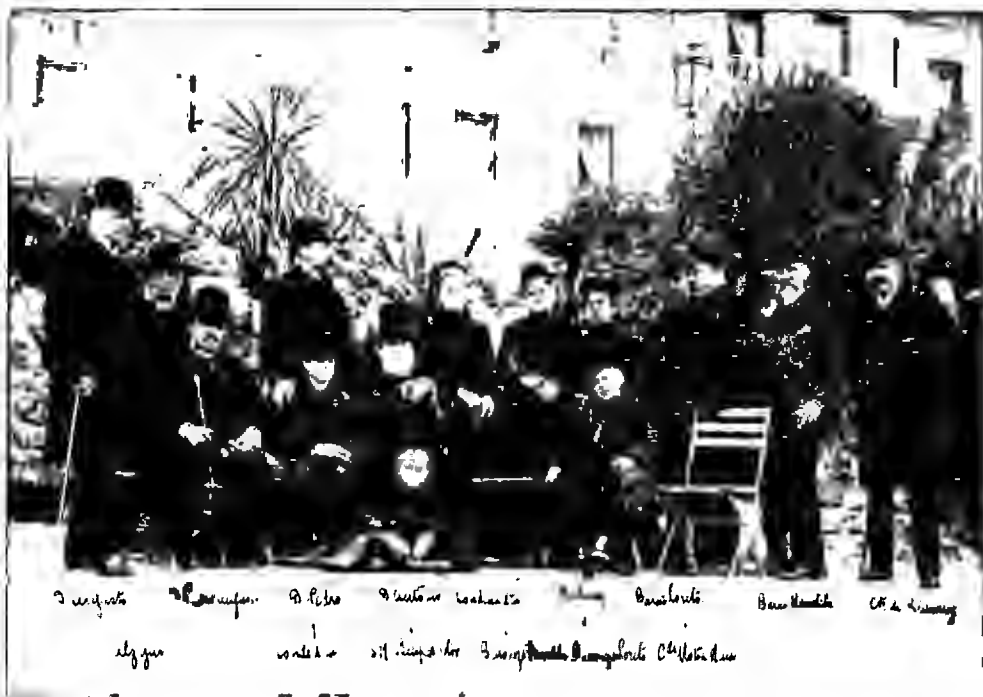
Nome e morada do remetente.

Com gratidão ao Sr. Deodoro de Albuquerque

15 de Novembro de 1889

Deodoro de Albuquerque

Telegrama expedido do Rio pelo visconde de Ouro-Preto, na manhã de 15 de novembro de 1889, comunicando ao Imperador o golpe de Estado do marechal Deodoro e dando a demissão coletiva do Ministerio. Fotografia do original, conservado no arquivo da familia imperial



Grupo tirado no exílio, em Cannes, em 1890, defronte do Hotel Beau Sejour, residência do Imperador



O Imperador em seu leito de morte

(Fotografia Nadar, de Paris)